

RAÍCIO

ISSN 1984-4018
v. 10, n. 24
2º sem. 2016
Nº Especial

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD



UFGD
editora

RAÍDO

v. 10, n. 24



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Letras
da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Raído, Dourados, MS, v. 10, n. 24 – 2º sem. 2016 – nº especial.

UFGD

Reitora: Liane Maria Calarge

Vice- Reitor: Marcio Eduardo de Barros

COED

Coordenador Editorial: Rodrigo Garófallo Garcia

Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

FACALE

Diretor da Faculdade de Comunicação: Rogério Silva Pereira

Conselho Editorial Consultivo

Adair Vieira Gonçalves (UFGD)

Alexandra Santos Pinheiro (UFGD)

Anna Maria de Mattos Guimarães (Unisinos)

Carine Haupt (UFT)

Catitu Tayassu (Université de Versailles- França)

Clécio Bunzen (UNIFESP)

Carlos Piovezani (UFSCAR)

Dernival Venâncio Jr (UFT)

Eliana Merlin Deganutti de Barros (UENP)

Elvira Lopes Nascimento (UEL)

Leoné Astride Barzotto (UFGD)

Luiza Helena Oliveira da Silva

Manoel Luiz Gonçalves Correa (USP)

Marcos Lúcio de Sousa Góis (UFGD)

Núbio Mafra Ferraz Delanne (UEL)

Odilon Helou Fleury Curado (UNESP/Assis)

Orlando Vian Júnior (UFRN)

Paulo Sérgio Nolasco dos Santos (UFGD)

Pedro Henrique Lima Praxedes Filho

Petrilson Alan Pinheiro (Unicamp)

Raído: Revista do Programa de Pos-Graduacao em Letras da UFGD / Universidade Federal da Grande Dourados (v.10, n. 24, 2º sem. 2016 - nº especial) - Dourados, MS : UFGD, 2016 -.

Semestral

ISSN 1984-4018

1. Linguística Aplicada, Linguística. 2. Cultura. 3. Leitura.

RAÍDO

v. 10, n. 24



UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Letras
da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Raído, Dourados, MS, v. 10, n. 24–2º sem. 2016 – nº especial.

RAÍDO

v. 10, n. 24, – 2º sem. 2016 - nº especial

EDITORES

Adair Vieira Gonçalves

Editor da área de Linguística e Linguística Aplicada

Leoné Astride Barzotto (UFGD)

Editora da área de Literatura e Práticas Culturais

REVISÃO

A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as).

MCP DA COSTA DESIGN EDITORIAL

Revisão ortográfica, Editoração Eletrônica, Produção Gráfica

Correspondências para:

UFGD/FACALE

Rua João Rosa Góes n. 1761, Vila Progresso
Caixa Postal 322 - CEP 79825-070 - Dourados-MS
Fones: +55 67 3410-2015 / Fax: +55 67 3410-2011

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
A PROSODIZAÇÃO DE CLÍTICOS PREPOSICIONAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O QUE DADOS DE ESCRITA PODEM REVELAR?	11
Lilian Maria da Silva (UNESP/São José do Rio Preto)	
DEMARCAÇÕES PROSÓDICAS NA ARTICULAÇÃO TEXTUAL DE CONSTRUÇÕES CONCLUSIVAS COM A FORMÇA ENTÃO.....	26
Norma Barbosa Novaes Marques (UNESP/São José do Rio Preto)	
UM ESTUDO LEXICOLÓGICO DE BASE SÓCIO-HISTÓRICA DAS FORMAS LEXICAIS “ASILO DE IDOSOS” E “CASA DE REPOUSO”	38
Annallena de Souza Guedes (UFMG) Bruna Pinto Mendes (UFMG)	
DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE TERMOS ECLESIASTICOS EM MANUSCRITOS GOIANOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX: UMA INTERSECÇÃO ENTRE FILOLOGIA E TERMINOLOGIA.....	53
Maiune de Oliveira Silva (UFG/Catalão) Vanessa Regina Duarte Xavier (UFG/Catalão) Maria Helena de Paula (UFG/Catalão)	
SOCIOTERMINOLOGIA DIACRÔNICA: VARIAÇÃO E MUDANÇA EM TERMOS MILITARES DE INFANTARIA	65
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo (UFS)	
TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DE UNIDADES LEXICAIS QUE DESIGNAM ENFERMIDADES CUTÂNEAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	81
Carolina Domladovac Silva (UNESP/Araraquara) Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa (UNESP/Araraquara)	
RECONTEXTUALIZAÇÃO LEXICAL: UM ESTUDO DESCRITIVO- COMPARATIVO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	94
Caio Santilli Oranges (UNESP) Bruna Loria Garcia (UNESP) Marcus Garcia de Sene (UNESP)	

RELAÇÃO ENTRE PRINCÍPIOS DE REDAÇÃO DAS DEFINIÇÕES E METALINGUAGEM LEXICOGRÁFICA. UMA ANÁLISE CRÍTICA.....	108
Virginia Sita Farias (UFRJ)	
A EMERGÊNCIA DAS CONSTRUÇÕES VERBAIS PARATÁTICAS EM PORTUGUÊS: DISCUTINDO EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS DE GRAMATICALIZAÇÃO A PARTIR DA COORDENAÇÃO.....	132
Angelica Rodrigues (UNESP) Rafael Colucci (UNESP)	
O ESQUEMA CAUSAL NA CONDICIONAL “SE NÃO ME ENGANO”	150
Munique Pedro Pereira Pinto (UFMS/Três Lagoas) Taísa Peres de Oliveira (UFMS/Três Lagoas)	
O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CAUSAL [POR + CONTA + DE] SOB A PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO: UM ESTUDO DIACRÔNICO	165
Cleide da Silva Farias Santiago (UFRN)	
MULTIMODALIDADE E METAFUNÇÃO COMPOSICIONAL EM E-MAILS PROMOCIONAIS	176
Marcel Pereira Pordeus (UFC) Maria Margarete Fernandes de Sousa (UFC) Ana Cátia S. Lemos Colares (UFC)	
A QUALIDADE MASSA/CONTÁVEL DOS NOMES DEVERBAIS	192
Maurício Resende (UNICAMP)	
SEMÂNTICA CULTURAL: UM ESTUDO ACERCA DA ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS ÀS PALAVRAS E EXPRESSÕES DA LÍNGUA	203
Núbia Régia de Almeida Dieysa Kanyela Fossile (UFT)	
CENA DO JOGO SÓ PERGUNTAS EM É TUDO IMPROVISO: ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DA RELEVÂNCIA	221
Fábio José Rauen (UNISUL) Pedro Henrique Mattos (UNISUL)	

APRESENTAÇÃO

DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA NA REVISTA RAÍDO

Desde seu primeiro volume, no ano de 2007, a revista Raído tem publicado artigos de diversas subáreas da Linguística (bem como dos estudos literários), mas algumas subáreas têm tido mais destaque, especialmente a Linguística Aplicada e a Análise do Discurso. Embora a Linguística ligada ao chamado “núcleo duro” sempre tenha tido seu espaço, esta é a primeira vez que a revista recebeu um número significativo de submissões de artigos desta temática, suficientes para comporem um dossiê específico.

Os artigos selecionados para este dossiê versam sobre praticamente todos os níveis de descrição e análise linguística. Os dois primeiros têm como tema a prosódia, importante subárea da Fonologia com interfaces com a Morfologia, a Sintaxe e o nível textual-discursivo. Em seu artigo *A prosodização de clíticos preposicionais do português brasileiro*, Lilian Maria da Silva procura demonstrar que dados escritos de hiposegmentação (como “denovo” por “de novo”) e hipersegmentação (como “de pois” por “depois”) são válidos e importantes para a correta descrição dos clíticos no português brasileiro. Já o trabalho de Norma Barbosa Novaes Marques (*Demarcações prosódicas na articulação textual de construções conclusivas com a forma então*) mostra a importante correlação entre a prosódia do enunciado e o comportamento sintático-semântico da unidade lexical então.

O nível do léxico é o principal tema deste dossiê, sendo abordado por seis diferentes artigos. O artigo de Annallena de Souza Guedes e Bruna Pinto Mendes (*Um estudo lexicológico de base sócio-histórica das formas lexicais ‘asilo de idosos’ e ‘casa de repouso’*) demonstra claramente que o léxico é o nível de análise linguística que mais diretamente se relaciona com fatores extralinguísticos, como sociedade e cultura. As autoras, empregando metodologia quantitativa e qualitativa, apresentam a evolução histórica dos conceitos designados pelas expressões “asilo de idosos” e “casa de repouso”, correlacionando o emprego linguístico desses termos com as modificações sofridas pela sociedade no decorrer do século XX e início do XXI.

As próximas duas contribuições tratam da relação do léxico com a sociedade e a cultura. O texto *Descrição e análise de termos eclesiásticos em manuscritos goianos dos séculos XVIII e XIX*, de Maiune de Oliveira Silva, Vanessa Regina Duarte Xavier e Maria Helena de Paula, descreve o significado e o emprego dos termos “pároco” e “capelão” em manuscritos dos séculos XVIII e XIX, mostrando que as duas funções eram bem distintas em seus papéis na hierarquia da Igreja Católica. Já o texto de Sandro Marengo, *Socioterminologia diacrônica: variação e mudança em termos militares de infantaria*, mostra como os termos militares passo e marcha variaram seu emprego ao longo do tempo, em relação com a história militar portuguesa.

Os outros três artigos, que têm como tema o léxico, são abordados do ponto de vista da Lexicografia. O primeiro, *Tratamento lexicográfico de unidades lexicais que designam enfermidades cutâneas*, de Carolina Domladovac Silva e Clotilde Murakawa, compara definições lexicográficas de três enfermidades (*carbúnculo, erisipela e lepra*),

mostrando como o tratamento lexicográfico desses termos evolui ao longo do tempo. O texto seguinte (*Recontextualização lexical: um estudo descritivo-comparativo do português brasileiro*, de Caio Santilli Oranges, Bruna Loria Garcia e Marcus Garcia de Sene) se propõe a analisar, com base em definições lexicográficas, o fenômeno que os autores chamam de “recontextualização lexical” em unidades lexicais que designam profissões e ofícios, concluindo, não sem certa surpresa, que essas unidades parecem ter sofrido retração de significado ao longo do século XX. Por fim, o artigo de Virgínia Sita Farias, intitulado *Relação entre princípios de redação das definições e metalinguagem lexicográfica*, estabelece uma densa reflexão de caráter teórico-prático a respeito da sintaxe dos enunciados definitórios.

O nível da sintaxe também recebe grande atenção neste dossiê, sendo objeto de três artigos, todos ligados aos estudos da Linguística Funcional. O primeiro, de Angélica Rodrigues e Rafael Colucci, intitula-se *A emergência das construções verbais paratáticas em português*. Seu objeto central de análise são as chamadas Construções Verbais Paratáticas (como *peguei e fiz, foi e fez etc.*), construções que têm recebido grande atenção nos estudos sintáticos. Os autores propõem um *continuum* de gramaticalização para esse tipo de construção a partir de evidências sincrônicas e diacrônicas.

Em *O esquema causal na condicional “Se não me engano”*, Munique Pedro Pereira Pinto e Taísa Peres de Oliveira descrevem o significado da expressão “se não me engano” procurando mostrar que essa expressão adquire uma função modalizadora, distanciando-se da noção de condição. Finalizando o nível da sintaxe, o texto *O processo de gramaticalização da construção causal [POR + CONTA + DE]*, de Cleide Santiago, procura, com base em dados diacrônicos, descrever a mudança de significado sofrida pela unidade lexical “conta”, de substantivo designando “importância de uma despesa” a integrante de uma construção causal, passando pelo significado de “causa”.

A Linguística Textual também está presente neste dossiê, representada pelo artigo *Multimodalidade e metafunção composicional em e-mails promocionais*, de Marcel Pereira Pordeus, Maria Margarete Fernandes de Sousa e Ana Cátia Lemos Colares. Empregando uma argumentação rica em exemplos, os autores propõem que os e-mails promocionais constituem um gênero discursivo próprio, descrevendo suas propriedades e as relações que os elementos visuais estabelecem com os elementos linguísticos.

A Semântica, outra importante área dos estudos de descrição e análise linguística, também está representada neste dossiê, em dois artigos. Em *A qualidade massa/contável dos nomes deverbais*, de Maurício Resende, o tema analisado é a interpretação semântica dos substantivos abstratos derivados de verbos, que ora podem ser interpretados como nomes de massa (como *apoio, desprezo, respeito*), ora como nomes contáveis (como *conversa, pergunta, venda*), sendo sua interpretação, de acordo com o autor, dependente do aspecto lexical (*Aktionsart*) do verbo primitivo. Já em *Semântica Cultural: um estudo acerca da atribuição de sentidos às palavras e expressões da língua*, Dieysa Kanyela Fossile apresenta os estudos denominados por Semântica Cultural, que procuram analisar de que forma os aspectos culturais de determinada comunidade linguística influenciam na atribuição de sentido às palavras da língua. Por meio de vários exemplos elucidativos, a autora também procura refletir sobre as implicações pedagógicas desses estudos.

Por fim, o nível da Pragmática não podia deixar de figurar num dossiê sobre descrição e análise linguística. O artigo *Cena do jogo Só Perguntas em É Tudo Improvado*, de Fábio José Rauen e Pedro Henrique Mattos, analisa a interação entre atores num programa de auditório, com base na Teoria da Relevância, com o objetivo de testar o poder explicativo da teoria. Os autores concluem que a teoria é plenamente adequada para subsidiar a análise das interações teatrais improvisadas.

Para finalizar, ficamos muito satisfeitos por organizar um dossiê da revista *Raído* que contempla todos os níveis de descrição e análise linguística, da Fonologia à Pragmática. Agradecendo imensamente ao corpo de pareceristas pelos pareceres minuciosos e cuidadosos, esperamos que esta publicação seja um estímulo para o fortalecimento das áreas ligadas ao “núcleo duro” da Linguística em nossa Universidade, Estado e País como um todo.

Dourados (MS), 15 de dezembro de 2016

Bruno Oliveira Maroneze (UFGD)

Andérbio Márcio Silva Martins (UFGD)

A PROSODIZAÇÃO DE CLÍTICOS PREPOSICIONAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O QUE DADOS DE ESCRITA PODEM REVELAR?

BRAZILIAN PORTUGUESE PREPOSITIONAL CLITICS PROSODIZATION: WHAT DO WRITING DATA REVEAL?

Lilian Maria da Silva¹

RESUMO: A proposta deste artigo é a de apresentar uma análise de grafias de hipossegmentação (como “denovo”, para “de novo”) e de hipersegmentação (como “de pois”, para “depois”), com o propósito de discutir como a estrutura desses tipos de dados pode revelar pistas acerca da prosodização de clíticos preposicionais do Português Brasileiro. Com base na discussão teórica sobre prosodização de clíticos (NESPOR; VOGEL, 1986, 2007; SELKIRK, 1984, 2004; VOGEL, 2009; VIGÁRIO, 2007), mostramos (i) como a relação sintático-semântica entre clítico e hospedeiro – nas hipossegmentações – e os registros de sílabas pretônicas como clíticos – nas hipersegmentações – indiciam diferentes graus de dependência prosódica dos clíticos preposicionais; e (ii) como os graus de dependência podem indicar o domínio de prosodização dos clíticos investigados.

Palavras-chave: Segmentação de palavras; Clíticos preposicionais; Prosodização; Português Brasileiro

ABSTRACT: The purpose of this paper is to analyse hyposegmentations (e.g. “de novo” to “de novo”) and hypersegmentations (e.g. “de pois” to “de pois”) with the aim to discuss how these data structure reveal clues related to prepositional clitics prosodization of Brazilian Portuguese. Based on the theory framework about clitics prosodization, (NESPOR; VOGEL, 1986, 2007; SELKIRK, 1984, 2004; VOGEL, 2009; VIGÁRIO, 2007), we present (i) how the syntactic-semantic relation between the clitic and the host – e.g. in hypossegmentation – and the spelling of pretonic syllables as clitic – e.g. hypersegmentation – suggest different grade of prosodic dependence of prepositional clitics; and (ii) as grade of dependence indicate the domain prosodization of investigated clitics.

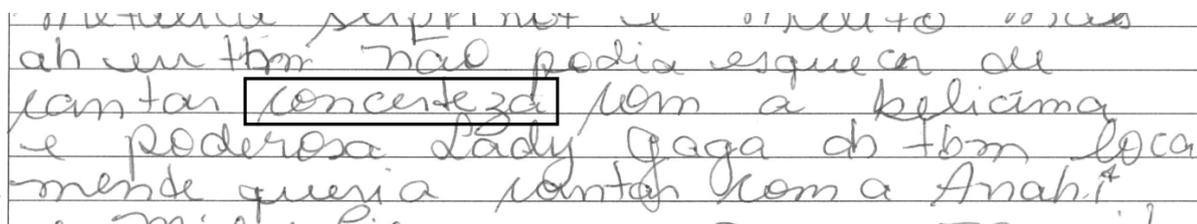
Keywords: Word segmentation; Prepositional clitics; Prosodization; Brazilian Portuguese.

INTRODUÇÃO

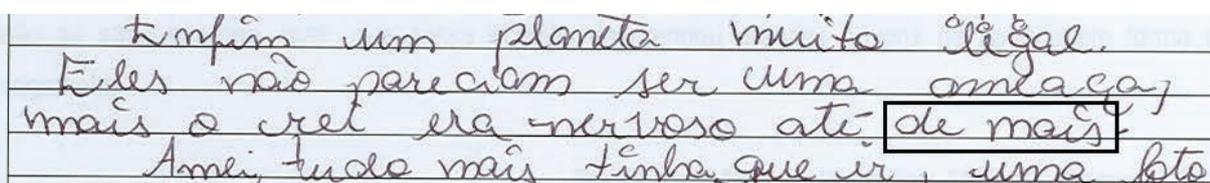
Este artigo parte da descrição de um conjunto de grafias de segmentação não convencional de palavras. Especificamente, foram selecionados dois tipos de dados: o primeiro consiste em registros de hipossegmentação, quando há ausência de fronteira gráfica entre um clítico preposicional e uma palavra; o segundo tipo, diz respeito a

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, IBILCE/UNESP, São José do Rio Preto, msilva.lilian@gmail.com. FAPESP (Processo: 2014/18050-7).

ocorrências de hipersegmentação, quando há presença de fronteira gráfica no limite de sílabas pretônicas homófonas a algum clítico preposicional da língua. Abaixo, apresentamos trechos de textos manuscritos que exemplificam, respectivamente, os tipos de dados investigados:



Fonte: Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II



Fonte: Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II

De um ponto de vista linguístico, nosso objetivo se concentra em relacionar a estrutura das grafias de segmentação com a estrutura prosódica do Português Brasileiro (a seguir, PB). Assim, buscamos, a partir das hipo e hipersegmentações, discutir o estatuto prosódico de clíticos preposicionais do PB. Sobre a proposta de relacionar escrita com questões prosódicas, afirmamos, junto com Abaurre (1996, p. 112), que dados de escrita podem revelar o funcionamento da língua e, ademais, “vir a constituir-se em fonte de renovação epistemológica para a própria teoria linguística”. Assumir essa abordagem nos leva a tomar a flutuação das segmentações que ora envolvem clíticos e ora sílabas pretônicas que correspondem a clíticos como indícios de uma questão fundamental em torno do estatuto de elementos átonos: os clíticos são sílabas átonas que se prosodizam internamente à palavra prosódica ou unidades átonas que formam com a palavra um domínio prosódico maior? A consequência teórica dessa questão é a de que a diferenciação de prosodização do clítico em relação à prosodização de sílabas pretônicas permite identificar se o clítico é mais interno ou externo ao hospedeiro e, por consequência, em qual domínio é prosodizado.

Na tradição dos estudos fonológicos (cf.: HORNE, 1989; BOOIJ, 1996; HALPERN, 1998; VIGÁRIO, 2003, 2007; BISOL, 2005; entre outros), a discussão sobre prosodização dos clíticos reúne-se no debate em torno da existência de um domínio prosódico intermediário (entre a palavra prosódica e a frase fonológica), específico de prosodização dos clíticos: o grupo clítico (NESPOR; VOGEL 1986, 2007). Os posicionamentos frente à noção de grupo clítico seguem duas direções, que são a manutenção de um nível prosódico específico das sequências de clítico e hospedeiro ou a inserção dos clíticos em outros constituintes da hierarquia prosódica. Em outros termos, têm-se defendido: (i) a reconsideração dos problemas teóricos em torno do grupo clítico, a fim de manter a noção de um domínio prosódico específico para a prosodização dos clíticos (abordagem que passa também pela

renomeação do constituinte: grupo composto (VOGEL, 2009) ou grupo de palavra prosódica (VIGÁRIO, 2007, 2010);² (ii) a prosodização dos clíticos nos domínios da palavra prosódica ou da frase fonológica (SELKIRK, 1984, 2004); e (iii) a admissão de recursividade na hierarquia prosódica, em que clítico e hospedeiro passam a formar um domínio prosódico recursivo (INKELAS, 1990).

Com base na análise das grafias de segmentação não convencional de palavras, pretendemos expor novas evidências acerca da prosodização de clíticos, tema que ainda é um entrave nas pesquisas em Fonologia Prosódica, visto a falta de consenso teórico quanto ao lugar do clítico na estrutura prosódica.

O desenvolvimento das questões propostas no presente artigo está dividido em cinco seções. A primeira delas é dedicada à apresentação das bases da Fonologia Prosódica, avaliando as implicações da constituição da teoria para a prosodização dos clíticos. Em seguida, na segunda seção, abordamos o material e as características dos registros de hipo e hipersegmentação. Trazemos, também, considerações sobre a escolha dos clíticos preposicionais frente a outros tipos de clíticos do PB. Na terceira seção, descrevemos as características dos dados que permitem traçar hipóteses sobre o lugar do clítico na estrutura prosódica. Na quarta seção, os resultados são retomados a fim de discutir como as grafias de segmentação não convencional de palavras podem trazer informações sobre o domínio de prosodização dos clíticos. Por fim, a última seção é reservada a algumas finais.

O ESTATUTO PROSÓDICO DOS CLÍTICOS: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Em termos gerais, clíticos são elementos átonos e dependentes tanto sintática quanto fonologicamente das palavras adjacentes. Com relação a categorias morfossintáticas, clíticos correspondem a palavras monossilábicas de função gramatical, como, por exemplo, artigos (*o, a*), preposições (*de, em*), pronomes (*me, se*) e conjunções (*e, ou*).³ Por sua vez, a ausência de acento⁴ distingue clíticos de palavras prosódicas, as quais têm como uma de suas características definidoras, a presença de acento primário (DIXON E AIKHENVALD, 2002; BISOL, 2004). Consequente à característica de atonicidade, se dá a comparação dos clíticos ao estatuto prosódico de afixos (também ligados prosodicamente a um item acentuado), mas pelo fato de se constituírem como unidades morfossintáticas são relacionados ao estatuto de palavras independentes. No que toca à prosodização, clíticos comparados a afixos são prosodizados no nível da palavra prosódica, enquanto clíticos com funcionamento de palavra se prosodizam junto a frase fonológica (cf.: SELKIRK, 2004).

Para Nespor e Vogel (1986, p. 145), diferenças no funcionamento dos clíticos demonstram que esses elementos apresentam estatuto prosódico particular, o qual justifica que os clíticos acompanhados de uma palavra prosódica, formem um constituinte prosódico exclusivo das sequências clítico-hospedeiro (por exemplo: “de casa”) e/ou hospedeiro-clítico (por exemplo: “ajude-me”). Portanto, é possível concluir que as

² Com as renomeações, Vogel (2009) e Vigário (2007, 2010) objetivam além da manutenção de um constituinte prosódico intermediário, abrigar no mesmo nível de prosodização dos clíticos, a prosodização de compostos fonológicos (do tipo “belamente”) e morfossintáticos (do tipo “guarda-chuva”).

³ Algumas palavras funcionais dissílabas como a preposição *para* tornam-se clíticas, ao perderem informações segmentais (“para > pra > pa”) diante de alguns contextos específicos, conforme demonstrado por Marcato (2013). Nesses casos, a atonicidade não é estável como a dos clíticos monossílabos.

⁴ Spencer e Luís (2012) discutem a presença de clíticos em línguas sem sistema acentual. Para os autores, a falta de acento não é uma propriedade universal desses elementos, embora reconheçam essa característica como presente em muitas línguas do mundo.

propriedades que definem esses elementos são “mistas”, de modo que os clíticos ora se aproximam de afixos integrados à palavra, ora de unidades da sintaxe e ora diferenciar-se de ambos os estatutos, torna sua categorização prosódica bastante instável.

Os modelos teóricos de Fonologia Prosódica (SELKIRK, 1984; NESPOR; VOGEL, 1986, 2007) consistem em uma representação universal da estrutura prosódica. Cada constituinte dessa estrutura é construído a partir de diferentes informações linguísticas, isto é, na constituição dos domínios prosódicos estão envolvidas informações fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas. Apesar de contarem com informações de outras naturezas linguísticas, os constituintes prosódicos não são isomórficos a qualquer outro constituinte gramatical e, desse modo, nem sempre uma unidade prosódica tem correspondência em outro componente gramatical. A estrutura prosódica se organiza de modo hierárquico, variável em relação ao modelo teórico. Enquanto Selkirk (1984) postula cinco constituintes (sílabas, pé métrico, palavra prosódica, frase fonológica, frase entonacional), Nespor e Vogel (1986, 2007) propõem sete domínios prosódicos (sílabas, pé métrico, palavra prosódica, grupo clítico, frase fonológica, frase entonacional, enunciado fonológico).⁵

No que tange ao nível de prosodização dos clíticos, na hierarquia proposta por Nespor e Vogel (1986, 2007), os clíticos são prosodizados no grupo clítico, nível localizado entre a palavra prosódica e a frase fonológica. Por sua vez, na hierarquia prosódica, segundo Selkirk (1984), não há esse domínio particular, pois, para ela, os clíticos, a depender de seu funcionamento, se prosodizam no nível da palavra prosódica ou da frase fonológica. Assim, os modelos divergem em relação à formalização do lugar do clítico e, nas línguas do mundo, são encontradas evidências favoráveis a cada proposta. Discutir sobre a necessidade de um constituinte prosódico específico para as sequências de clítico e hospedeiro afeta, em primeira instância, a base da hierarquia prosódica, uma vez que atinge diretamente os princípios de boa-formação dessa estrutura, e, em segunda instância, o preceito de universalidade das estruturas prosódicas, pois o modo como clíticos formam unidades prosódicas deve ser previsível em todas as línguas.

A hierarquia prosódica é fundamentada na Strict Layer Hypothesis (SLH), que prevê quatro princípios de boa-formação na construção dos domínios prosódicos, conforme Nespor e Vogel (1986, p. 7). Dentre os quatro princípios, dois deles abordam diretamente a prosodização dos clíticos: exaustividade e não-recursividade. O princípio de exaustividade prediz que uma dada sequência deve ser completamente dominada pelo constituinte imediatamente posterior. Com isso, uma sílaba não pode ser dominada diretamente por uma frase fonológica, por exemplo. No caso dos clíticos, a consequência desse princípio é a de que esses elementos precisam receber *status* de palavra prosódica seja assumindo sua prosodização em um domínio específico seja no nível da frase fonológica. O outro princípio, de não-recursividade, prevê que um nível não pode dominar elementos de mesma categoria, por exemplo, duas palavras prosódicas devem constituir uma frase fonológica e não outra palavra prosódica. Do mesmo modo, clítico e hospedeiro não podem corresponder a um tipo de palavra prosódica, distinguindo entre palavra prosódica simples e palavra prosódica recursiva, a qual pode compreender clíticos.

⁵ Em ambos os modelos, os constituintes prosódicos estão apresentados em ordem crescente.

Em função desses princípios, as propostas que preconizam um constituinte específico das sequências clítico-hospedeiro perpassam pela possibilidade de flexibilização dos princípios, já as que defendem a prosodização dos clíticos em outros níveis da hierarquia prosódica e de aceitação de estruturas recursivas admitem a possibilidade de violação dos princípios.

A defesa pela flexibilização dos princípios de boa-formação sustenta-se, em primeiro lugar, no reconhecimento de que a super atribuição do estatuto de palavra prosódica ao clítico não contempla o real estatuto linguístico desse elemento (de sílaba átona), sendo, pois, uma posição teoricamente falseável. Essa super atribuição decorre da noção de os constituintes prosódicos serem exaustivos, de maneira que em um dado domínio esteja contido o nível imediatamente inferior. Para Nespor e Vogel (2007), uma modificação na Strict Layer Hypothesis que permita que um constituinte possa dominar mais de um nível abaixo dele é a solução mais viável para o problema do estatuto dos clíticos. Segundo as autoras, essa proposta é mais coerente para explicar universalmente a informação prosódica em comparação às propostas de eliminação do grupo clítico, pois a nova formação desse constituinte “continua a capturar a diferença original entre o comportamento fonológico de PWs e CGs”⁶ (NESPOR; VOGEL, 2007, p. xviii).

Em segundo lugar, flexibilizar o princípio de exaustividade anula a necessidade de construção de estruturas recursivas. Na constituição da estrutura prosódica, recursividade é uma noção extremamente relevante, pois estabelece a distinção fundamental entre estrutura prosódica e estrutura sintática (que é de natureza recursiva). Vogel (2009, p. 15) entende que a admissão de recursividade não só estreita a diferença entre estrutura os tipos de estruturas, como também invalida o “conceito de constituinte como uma unidade linguística definida com base em propriedade(s) particulares”, ou seja, constituinte prosódico, constituinte sintático, constituinte morfológico, entre outros.

Por seu turno, as abordagens de prosodização dos clíticos em outros constituintes da hierarquia prosódica, incluindo domínios recursivos, estão alicerçadas (i) na eliminação de qualquer constituinte prosódico intermediário entre o nível da palavra prosódica e da frase fonológica; e (ii) na inclusão de estruturas recursivas na hierarquia prosódica.

Essas possibilidades se sustentam, em alguns trabalhos (SELKIRK, 2004; SIMIONI, 2008), pela remodelação dos princípios de boa-formação em restrições de dominância prosódica. Sob essa mudança está subjacente a ideia de que princípios sempre devem ser atendidos, enquanto restrições podem ser violadas, de modo que os problemas de os domínios prosódicos serem recursivos ou não exaustivos deixam de ser um entrave para a base que sustenta toda a constituição da estrutura prosódica. Portanto, resolve-se tanto a eliminação de um constituinte para a prosodização dos clíticos, já que esses elementos passam a ser prosodizados no nível da palavra prosódica ou da frase fonológica, a depender do funcionamento do clítico (mais dependente ou menos dependente), quanto as limitações teóricas que traziam os princípios de boa-formação na formalização de fatos fonológicos específicos em cada língua.

⁶ PW representa palavra prosódica; CG representa grupo clítico.

Outra perspectiva que assume a possibilidade de recursividade na hierarquia prosódica é encontrada em Inkelas (1990), com base na distinção entre informações lexicais e pós-lexicais. Para a autora, clítico e hospedeiro formam um domínio recursivo. A prosodização dos clíticos é postulada a partir da diferença entre palavras prosódicas e regras lexicais e palavra prosódica e regras pós-lexicais. Assim, haveriam palavras prosódicas formadas no léxico (morfologia) e palavras prosódicas formadas no pós-léxico (sintaxe); essas últimas incluiriam os clíticos. Uma vez que, juntos, clítico e hospedeiro apresentam um único acento fonológico, esse elemento átono deve ser integrado junto à palavra prosódica, formando uma palavra prosódica recursiva.

A discussão acerca do processo de prosodização dos clíticos esbarra em problemas de constituição da estrutura prosódica, os quais precisam ser considerados por trabalhos que se debruçam sobre essa temática. Neste artigo, a partir da análise das hipo e hipersegmentações levantamos uma hipótese quanto à proposta teórica que pode ser mais próxima do funcionamento dos clíticos preposicionais do PB. Além disso, a falta de consenso quanto ao nível prosódico dos clíticos compromete também a noção de que a informação prosódica se organiza universalmente, por essa razão definir um lugar para o clítico, no interior da hierarquia prosódica, é importante para a abrangência explicativa dos fatos prosódicos das diferentes línguas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A discussão sobre a prosodização dos clíticos preposicionais se desenvolverá a partir de um conjunto de hipo e hipersegmentação, cuja característica principal é a de envolver, respectivamente, algum clítico (“denoite” para “de noite”) ou possível clítico preposicional (“de vagar” para “devagar”). Essas grafias foram levantadas em textos manuscritos produzidos em contexto escolar por alunos dos quatro últimos anos do Ensino Fundamental (antigas quinta a oitava séries). Os textos analisados compõem o “Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II”, disponível para acesso on-line gratuito: <<http://www.convenios.grupogbd.com/redacoes/Login.7>>

A seleção dos dados a partir de textos dos anos finais do Ensino Fundamental parte da constatação de que segmentações não convencionais que envolvem elementos clíticos são frequentemente encontradas nessa etapa da escolarização (Cf.: TENANI, 2011; SILVA; TENANI, 2014). De acordo com Tenani (2011), os dados de segmentação não convencional de palavras, encontrados nos anos que encerram o EF, caracterizam-se por colocar em evidência o modo de organização dos elementos átonos da língua. Em outras palavras, a autora argumenta que a dúvida que parece ser frequente é a de quando os elementos átonos são sílabas (pretônicas ou postônicas) de uma palavra e

⁷ O “Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II” é composto de amostras transversal e longitudinal de textos, as quais totalizam 5.468 produções escritas. O Banco foi constituído durante os anos de 2008 a 2011, a partir do projeto de extensão universitária “Desenvolvimento de Oficinas de Leitura, Interpretação e Produção Textual”, desenvolvido na UNESP de São José do Rio Preto e coordenado pelas professoras doutoras Luciani Ester Tenani e Sanderleia Roberta Longhin. O projeto recebeu financiamento da UNESP (via Pró-Reitoria de Extensão) e, em 2011, foi premiado no 6º Congresso de Extensão Universitária da UNESP em primeiro lugar entre os projetos da área de Educação. A organização do Banco recebeu dois financiamentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processos: 2009/14848-6 e 2013/14546-5). Além disso, o Banco está vinculado ao Grupo de Pesquisa Estudos sobre a Linguagem (GPEL/CNPq), subsidiando pesquisas de diferentes níveis acadêmicos.

de quando são unidades (clíticos) que funcionam junto a uma palavra formando um domínio maior. Esse traço, que caracteriza as produções textuais que compõem o material deste artigo, pode ser explicado em função de o ensino de produção de textos na etapa final do Ensino Fundamental abordar conteúdos gramaticais relacionados à construção de relações de subordinação, que exigem o emprego de conectores, como as preposições, por exemplo. No caso das grafias analisadas, estabelecer relações por meio da preposição traz implícita a complexidade de saber empregar sintagmaticamente elementos que, em termos de cadeia fônica, são idênticos. Por exemplo, é o caso de reconhecer que a sílaba “de” é uma palavra morfossintática em “de repente”, mas interna à estrutura de palavra em “devagar”. Defendemos que definir os limites gráficos de uma preposição coloca em interação informações sintáticas e prosódicas simultaneamente, sendo essa última informação referente à prosodização da preposição junto a outros elementos da sentença.

O interesse pelos clíticos preposicionais advém, por um lado, pelo fato de as preposições monossilábicas serem o tipo de palavra mais instável para atribuição de fronteira gráfica, segundo resultados de Silva (2014) e Paranhos (2014), quando comparados a outros clíticos da língua, como artigos e pronomes, por exemplo. Por outro lado, pela própria complexidade sintática e prosódica das preposições. Em termos sintáticos, as preposições são elementos que participam de construções sintáticas variadas, que vão desde construções mais “acessórias” até mais fundamentais para a obtenção de unidades sintático-semânticas completas (cf.: ILARI et al., 2015). Quanto ao funcionamento prosódico, o estudo de Marcató (2013) mostra que a prosodização de preposições é bastante complexa, pois o tipo de elemento que está sequente ao clítico é uma informação importante para o processo de cliticização das preposições.

De acordo com a abordagem teórica sobre o estatuto dos dados de escrita (ABAURRE, 1996) e com uma perspectiva que privilegia a relação entre fala e escrita (CORRÊA, 2004),⁸ concebemos a não convencionalidade das grafias estudadas como marca do funcionamento linguístico que é, por muitas vezes, apagado pelo funcionamento convencional regido pelas convenções. Em outras palavras, os registros não convencionais colocam em destaque determinados fatos da língua que não são evidentes nos usos convencionais. A particularidade das grafias de segmentação não convencional será melhor explicitada quando em confronto com as grafias convencionais e, sendo assim, para caracterizar e descrever o funcionamento prosódico os registros convencionais serão mobilizados, embora os não convencionais sejam privilegiados.

Assim, partimos da análise do funcionamento das hipos e hipersegmentações e dos registros convencionais das sequências de clítico preposicional e hospedeiro, considerando dois planos de funcionamento sintático-semântico: (i) funcionamento

⁸ Junto com Corrêa (2004), entendemos a relação entre fala e escrita não pela perspectiva da interferência da fala sobre o texto escrito, mas de uma abordagem que defende haver uma relação intrínseca entre fala e escrita, a qual é de natureza heterogênea. A noção de escrita como sendo heterogeneamente constituída, conforme Corrêa, assume a escrita não como um código autônomo oposto à fala. Uma evidência apresentada pelo autor é a de que o sistema fonográfico, base da escrita alfabética, é constituído a partir características dos sons. Portanto, não há, já na própria constituição da escrita, uma separação radical com a fala, de modo que, nos fatos linguísticos, sejam eles falados ou escritos, não é possível estabelecer limites homogêneos, ou seja, entre aquilo que seria exclusivamente do domínio escrito e aquilo que seria apenas do domínio falado.

específico, caracterizado pela relação direta clítico-hospedeiro; e (ii) funcionamento abrangente, que abarca a relação da sequência clítico-hospedeiro dentro da sentença em que ocorrem. O cruzamento desses dois planos de funcionamento nos permitirá distinguir “tipos” de clíticos preposicionais que subsidiarão a formulação de uma hipótese quanto à formalização da prosodização dos clíticos. Além disso, também consideramos como informações prosódicas constituídas no nível da palavra podem ser relevantes para compreensão do funcionamento dos clíticos e de sílabas grafadas como clíticos preposicionais.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Foram analisados 266 textos e identificadas 83 grafias de segmentação não convencional, sendo 33 registros de hipossegmentação (i. e. um clítico unido a uma palavra) e 50 registros de hipersegmentação (i. e. uma sílaba pretônica grafada como um clítico). Os elementos átonos encontrados nas fronteiras não convencionais correspondem a nove preposições monossilábicas do português, a saber: “de, em, com, por, na, da, do, pra, no”.

Dessas características, destacamos duas que, do nosso ponto de vista, dialogam diretamente com a questão central da prosodização dos clíticos preposicionais. Em primeiro lugar, lançamos luz sobre o tipo de segmentação mais comum: as hipersegmentações. A esse respeito, observamos que é mais frequente que sílabas pretônicas sejam segmentadas como se fossem um clítico, por exemplo, “de mais” (demais), “na viu” (navio), “da quele” (daquele), “com versa” (comversa) do que clíticos serem grafados como se fossem parte de palavra, por exemplo, “denovo” (de novo), “porisso” (por isso), “napuate” (na boate), “emcima” (em cima).

Esse primeiro resultado coloca em evidência o fato de sílabas pretônicas serem interpretadas como externas às palavras, especialmente quando essas podem corresponder também a um clítico quando grafadas isoladamente. Em termos prosódicos, privilegiando a relação dessa sílaba com o seu “hospedeiro”, entendemos que as hipersegmentações dão pistas de um possível funcionamento mais independente dos clíticos preposicionais na ligação com as palavras adjacentes. Essa interpretação sobre as hipersegmentações ganha mais sustentação quando a comparamos ao tipo de hipossegmentação encontrado no corpus. Observamos que um clítico preposicional é, predominantemente, hipossegmentado quando a palavra a que se une forma com ele uma estrutura locucional. Comentamos essas características a seguir.

O segundo ponto a ser destacado, diz respeito às características dos elementos átonos encontrados nas fronteiras não convencionais. Esses se tratam ou correspondem às preposições mais gramaticais do português (ILARI, et al., 2015), que funcionam sintaticamente como introdutoras de argumentos e de adjuntos e, em razão desse traço, participam da construção de diferentes relações semânticas (NEVES, 2000). Como mostramos mais a frente, essas informações sintático-semânticas que constituem as preposições átonas investigadas, junto a informações prosódicas, são fundamentais para compreendermos a prosodização dos clíticos. Desse modo, de nossa perspectiva, são as diferentes informações gramaticais que, sendo relevantes para a prosodização darão pistas do(s) nível(is) em que sequências de clítico e hospedeiro são prosodizados na hierarquia prosódica.

Hipo e hipersegmentação se definem pelo traço comum de emprego não convencional da fronteira gráfica que delimita palavra escrita. Entretanto, a materialização da não convencionalidade dessa fronteira é o que distingue os dois tipos de segmentação, já que ocorre pela ausência na hipossegmentação e pela presença na hipersegmentação. Essa informação que diferencia cada uma das formas é relevante não só por permitir particularizar os usos não convencionais dos espaços gráficos, mas também porque permite compreender as informações linguísticas que motivam mais diretamente hipo e hipersegmentação. Na próxima seção, buscamos identificar como tais informações indiciam a prosodização dos clíticos.

PROSODIZAÇÃO DOS CLÍTICOS: O QUE REVELAM AS GRAFIAS DE SEGMENTAÇÃO?

Nas hipossegmentações a relação clítico-hospedeiro sinaliza para uma relação mais interna do clítico, como se esse elemento tivesse sido incorporado a uma palavra prosódica de tal modo a ser uma de suas sílabas. A exemplificação dessa interpretação é dada a partir da comparação entre estrutura das sequências convencionais e das estruturas hipossegmentadas, em termos de sílabas fracas e fortes:

		Grafia convencional e estrutura prosódica		Grafia não convencional e estrutura prosódica
(1)	a.	de novo (•)σ (* •)ω em frente (•)σ (* •)ω	b.	Denovo (• * •)ω Enfrente (• * •)ω
(2)	a.	com certeza (•)σ (• * •)ω por enquanto (•)σ (• * •)ω	b.	Concerteza (• • * •)ω (* • * •)ω Porenquanto (• • * •)ω (* • * •)ω ⁹

Onde: •: sílaba fraca; *: sílaba forte; σ: sílaba; ω: palavra prosódica

Fonte: Elaboração do autor

Com base na relação entre a sequência de sílabas fracas e fortes das estruturas convencionais e a mesma sequência das grafias hipossegmentadas, notamos como, no caso dos registros não convencionais, os clíticos podem ser interpretados como parte da estrutura rítmica que envolve as palavras enquanto uma de suas sílabas pretônicas, pois as sílabas átonas que eram externas em (1a) e (2a), se integram à estrutura da palavra em (1b) e (2b), respectivamente.

⁹ A possibilidade de estrutura (* ▪ * ▪)ω apresentada para as hipossegmentações “concerteza” e “porenquanto” é dada em função de a sílaba pretônica poder receber um acento secundário (COLLISCHONN, 1994) se entre ela e a sílaba tônica tiver uma outra sílaba átona. O acento secundário, ao construir alternância entre as sílabas, garante um ritmo binário característico do PB.

A respeito das palavras formadas com a integração dos elementos átonos, em (1b), os clíticos constroem com a palavra prosódica que os seguem, uma palavra trissílaba bastante comum no PB, do tipo de palavras prosódicas como “encontro” e “conforme”, por exemplo. Em (2b), os clíticos passam a integrar uma palavra de estrutura polissílaba, do tipo “preguiçoso” e “excelente”. Especificamente, na hipossegmentação “porenquanto” (por enquanto), a evidência de que o clítico se torna uma sílaba da palavra “enquanto” é reforçada pela ressilabificação da consoante do clítico que está na coda e que passa a fazer parte do ataque de uma nova sílaba, conforme a estrutura: [[po] **r**en]σ [quan]σ [to]σ]ω.

Nesse cenário, passamos a discutir como essa configuração dos clíticos enquanto sílabas átonas de palavra indiciam a relação entre o clítico e o hospedeiro e, por consequência, o modo como os clíticos parecem se prosodizar. A característica fundamental das grafias de hipossegmentação é a de que os clíticos junto às palavras a que se uniram funcionam tanto sintática quanto semanticamente como uma locução. Sobre essa noção, entendemos que “uma locução é um grupo de palavras que pode corresponder a uma única palavra” (ILARI et al., 2015, p. 290).¹⁰ Considerando essa afirmação, apresentamos quatro exemplos:

- (1) se á partir deste ano fossemos “imortais”, **concerteza** [com certeza] eu encontraria algum jeito de me matar!
- (2) agente se recontrou e fico **denovo** [de novo] numa festa do meu primo
- (3) **Poriso** estou me esforçando muito para ganhar
- (4) coloquei o meu jogo ensima do pote de açúcar e fui escovar meus dentes depois do café da manhã

Nos casos apresentados, as estruturas formadas a partir das hipossegmentações dos clíticos correspondem a unidades que desempenham uma única função sintática, que contribui para a construção do sentido mais amplo da sentença na qual estão inseridas. Desse modo, clítico e hospedeiro se ligam de uma maneira em que os elementos convencionalmente independentes (preposições e palavras lexicais, respectivamente) “perdem a sua capacidade de significar e mantêm apenas a capacidade de nos ajudar a reconhecer construções” (ILARI et al., 2015, p. 306). A relação entre clítico e hospedeiro é de tal modo indivisível, que a substituição do hospedeiro por qualquer outra palavra da língua faz com que o sentido geral da sentença não seja garantido. Assim, nos registros não convencionais, o funcionamento direto entre clítico e hospedeiro se constitui de modo mais “interno” e o funcionamento mais abrangente, ou seja, da sequência clítico-hospedeiro no interior da sentença, segue a mesma direção, tendo em vista que toda a sequência se apresenta funcionando como uma só unidade morfossintática.

No entanto, nos textos analisados, outros funcionamentos dos clíticos preposicionais foram identificados além da construção de estruturas locucionais. Por exemplo, são os casos de registros em que os clíticos desempenharam funcionamento pleno de

¹⁰ Alguns estudos que tratam da função sintática das preposições (Cf.: ILARI et al., 2015 e LEMLE, 1984) reconhecem a capacidade que alguns desses elementos têm de formar locuções que cumprem diferentes funções sintáticas como adjetivas e adverbiais, por exemplo. Destaca-se a esse respeito, que a denominação de uma locução não é dada somente em função da natureza dos elementos que a compõe, mas se define pela função sintático-semântica desempenhada pela locução.

preposição. Ressalta-se que, nesses casos, todas as ocorrências foram convencionais, ou seja, o clítico sempre foi grafado como sendo uma palavra escrita:

- (5) os cientistas estariam loucos procurando novos planetas, **com hoxigenio**, agua quase igual ao planeta Terra.
- (6) Paramos **de** rir, em seguida após uns dois minutos tacaram um chiclete na cabeça do Gabriel
- (7) Mas no dia seguinte quando eu ia pedila [pedi-la] **em namoro** um dos meus colegas chamado Ilhan me chamou perguntando se eu iria na casa dele junto com João

Nesses registros convencionais, a função do clítico com o hospedeiro é mais relacional, pois o elemento átono participa da construção do sentido mais geral da sentença ao unir os itens que a compõe. É possível afirmar sobre isso que há maior independência do clítico em relação à palavra localizada à direita (em geral, hospedeiro fonológico no PB, conforme Bisol, 2000a, 2005) e maior ligação ao elemento esquerdo, correspondente à introdução de informação sintática.

As informações de natureza sintática e semântica colocam em destaque que os clíticos não dependem igualmente dos itens a que estão ligados. No que concerne ao estatuto prosódico de tais elementos, partimos da hipótese de que o grau de dependência prosódica é afetado pela função sintático-semântica cumprida pelos clíticos. Nossa hipótese a favor da consideração do grau de dependência prosódica do clítico vinculado ao seu papel sintático-semântico se reforça, uma vez que o mesmo clítico pode apresentar funcionamentos distintos (por exemplo, o clítico “com” em “com certeza” e em “com oxigênio”).

O tipo de funcionamento dos clíticos grafados convencionalmente dialoga, do nosso ponto de vista, com a hipótese inicialmente formulada, com base nos resultados numéricos, de que as hipersegmentações dão pistas de que os elementos átonos correspondentes às preposições monossilábicas estão mais independentes de seu hospedeiro, de maneira que não o integram, mas com ele formam outro constituinte maior.

Tratando-se das hipersegmentações, a hipótese sobre uma possível independência dos elementos átonos, está respaldada na configuração categórica dos dados: uma sílaba átona, correspondente a um item gramatical, é grafada como sendo uma palavra independente. Nossa interpretação de que a sílaba átona foi registrada como um clítico encontra respaldo no fato de as grafias das sílabas hipersegmentadas convergirem para informações da convenção ortográfica, em especial, no que toca à escolha de letras para representar fim de palavra. Nas hipersegmentações de palavras com sílabas pretônicas “con” e “en”, como, por exemplo, “conversa” e “então”, essas sílabas são registradas como se fossem os clíticos preposicionais “com” e “em”, ou seja, como “com versa” e “em tão”. Chamamos a atenção para o fato de que todas as hipersegmentações encontradas com essas sílabas obedeceram à regra ortográfica geral que prevê a letra <M> para registro da coda nasal em contexto de sílaba que marca fim de palavra:

A favor da hipótese de que as hipersegmentações isolam elementos átonos, defendemos que a segmentação da sílaba átona é condicionada por dois planos de proeminências prosódicas, sendo um interno à estrutura da palavra, referente à organização de saliências percebidas pelas sílabas que se alternam entre fraca e forte e/ou *vice-versa* (SILVA; TENANI, 2014); e outro interno à estrutura da sentença, relacionado ao modo como se distribuem saliências às unidades no eixo sintagmático (TENANI, inédito).

A análise das saliências prosódicas que se configuram na estrutura das hipersegmentações parte da premissa de que proeminências rítmicas, que se formam nos limites de palavra, são pontos de ancoragem para delimitação da sílaba átona como um clítico. Nesse sentido, é necessário também considerar a estrutura das palavras convencionais que foram hipersegmentadas. No conjunto das hipersegmentações identificadas, a regra geral foi a do ponto de corte ocorrer na sílaba pretônica que marca a fronteira esquerda da palavra. Apenas dois dados (“falam do” [falando] e “qual do” [quando]) não seguiram essa tendência e a separação aconteceu na sílaba átona localizada à direita da palavra. Apesar disso, temos a hipótese de que a fronteira direita de palavra tende a ser mantida, em razão da preservação de informação morfológica, o que parece se confirmar na medida em que nos textos do corpus identificamos várias palavras cuja sílaba postônica poderia corresponder a um clítico (“amizadee”, “verdadee”, “saudadee”, “ouvidoe”) e, no entanto, não houve hipersegmentação (embora fosse contexto potencial para separação da sílaba que corresponderia a um possível clítico).

Em relação às grafias cuja sílaba pretônica foi hipersegmentada, apresentamos exemplos de tipos de ocorrências, com palavras trissílabas e polissílabas, dando evidência à organização métrica dos dados e das grafias convencionais:

Trissílabos		Polissílabos	
Convenção	Hipersegmentação	Convenção	Hipersegmentação
Embora	em bora	conversando	com versando
(• * •)ω	(•)σ (* •)Σ	(• • * •)σ	(•)σ (• * •)Σ
Naquele	na quele	(* • * •)σ	(*)σ (• * •)Σ
(• * •)ω	(•)σ (* •)Σ	enfaixado	em fachado
Enquanto	em quanto	(• • * •)σ	(•)σ (• * •)Σ
(• * •)ω	(•)σ (* •)Σ	(* • * •)σ	(*)σ (• * •)Σ

Fonte: Elaboração do autor

A partir desses exemplos, fazemos dois destaques quanto às proeminências silábicas indicadas. O primeiro é a respeito das hipersegmentações de trissílabos, em que a sílaba pretônica, ao ser segmentada, cria na unidade restante uma estrutura dissílaba, que consiste majoritariamente a um pé troqueu (alternância forte/fraca). Essa unidade fonológica, por sua vez, é uma característica da formação de unidades prosódicas do PB (cf. BISOL, 2000b). A hipersegmentação de uma sílaba na borda esquerda de um pé troqueu, estabelece uma fronteira exatamente no limite em que se localiza o acento primário. Assim, analisamos que a identificação de uma saliência fônica pode ser um indicativo de fronteira de uma unidade prosódica, da qual os elementos que estão anteriores à sílaba proeminente não fazem parte.

Essa característica prosódica somada à correspondência das sílabas hipersegmentadas com palavras funcionais são, de nossa perspectiva, indicativos da possível independência dos elementos átonos e, além disso, confirmam nossa hipótese de que é na confluência de fatores prosódicos e morfossintáticos, por exemplo, que encontraremos pistas da prosodização argumentos para investigação do lugar do clítico na estrutura prosódica.

Um segundo destaque diz respeito às hipersegmentações de polissílabos. Nesses casos, são atestados dois possíveis estatutos à sílaba segmentada, já que em um a sílaba pretônica mantém seu estatuto átono e, em outro, essa sílaba pode receber

proeminência de acento secundário. Defendemos a segunda possibilidade como a que motiva a hipersegmentação, uma vez que na posição do acento secundário pode estar associado um evento tonal, conforme demonstra Tenani (inédito) com base em um conjunto de hipersegmentações de palavras polissílabas. Nesse aspecto, concordamos com essa autora em relação ao fato de que acentos secundários e eventos tonais dão destaque a sílabas átonas no eixo sintagmático. Sobre a possibilidade de sílabas átonas receberem acento tonal, Toneli (2009) demonstra que, em contexto de foco, unidades átonas podem se prosodizar como elementos acentuados.

As diferentes informações linguísticas que perpassam as grafias de segmentação não convencional analisadas indicam para funcionamentos distintos dos clíticos preposicionais do PB. Confrontados, por um lado, registros convencionais dos clíticos e hipersegmentações de sílabas com estatuto de clíticos e, por outro lado, grafias hipossegmentadas de clíticos que integram locuções sintáticas, entendemos que a relação entre os clíticos preposicionais e seus hospedeiros é de tal modo complexa, que definir seu domínio de prosodização demanda enfrentar teoricamente a possibilidade de haver formas diferentes de prosodização das preposições, considerando o grau de dependência prosódica que esses elementos estabelecem com o hospedeiro. Uma primeira hipótese, que pode vir a ser descartada conforme desenvolvimento da pesquisa, é a de que os funcionamentos dos clíticos mais dependentes se prosodizariam como uma palavra prosódica enquanto os funcionamentos mais independentes formalizariam a prosodização no nível do sintagma.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

No decorrer deste artigo, buscamos discutir questões que envolvem a prosodização de clíticos. Tratamos, mais especificamente, de registros de clíticos e de sílabas pretônicas que foram grafados não convencionalmente ora como parte de uma palavra escrita (quando é clítico) ora como clítico seguido de seu hospedeiro (quando é sílaba pretônica).

Com base nas configurações particulares das hipossegmentações (relação do clítico mais próxima com o hospedeiro) e hipersegmentações (relação mais independente da sílaba pretônica em relação às demais sílabas da palavra), os primeiros resultados alcançados nos permitem formular a hipótese de que há diferentes graus de dependência prosódica dos clíticos preposicionais em relação ao hospedeiro. Em outras palavras, defendemos que há clíticos que se relacionam mais internamente e clíticos que se relacionam mais externamente com o hospedeiro, dentro do conjunto de clíticos preposicionais. No que tange ao nível de prosodização desses clíticos, a formulação dessa hipótese sugere outra: a de que há domínios diferentes de prosodização dos clíticos.

O desenvolvimento dessa hipótese trará novas evidências sobre o domínio de prosodização dos clíticos para o conjunto de discussões já existentes acerca do tema. Nossa proposta será inovadora nesse campo, não apenas por considerar a importância de diferenças sintático-semânticas sobre a prosodização, mas também porque propõe analisar tais diferenças no interior de uma mesma classe de clíticos (a dos preposicionais). A abordagem que estamos defendendo é a de que para explicar o funcionamento prosódico dos clíticos é fundamental considerar o tipo de informação linguística que constituem a relação de clítico e hospedeiro e não somente a classe de palavra a qual o clítico corresponde na morfossintaxe, por exemplo. Assim, será possível discutirmos como a prosodização de clíticos preposicionais do PB auxiliam na consolidação da configuração universal da estrutura prosódica, destacando a inserção de nossa pesquisa em âmbito internacional.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B. M. Os estudos linguísticos e a aquisição da escrita. In: CASTRO, M. F. (Org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas: Unicamp, pp. 111-178, 1996.
- BISOL, L. O clítico e seu *status* prosódico. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, pp. 5-20, 2000a.
- _____. O troque silábico no sistema fonológico. **DELTA**, São Paulo, v. 16, ano 2, pp. 403-413, 2000b.
- _____. Mattoso Camara Jr. e a palavra prosódica. _____, _____, v. 20, n. especial, pp. 59-70, 2004.
- _____. O clítico e o seu hospedeiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, pp. 163-184, 2005.
- BOOIJ, G. Cliticization as prosodic integration: the case of Dutch. In: **The Linguistic Review**, 1996. pp. 219-242.
- COLLISCHONN, G. Acento secundário em português. **Letras de hoje**. Porto Alegre, v. 29, n.4, pp. 43-53, 1994.
- CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DIXON, R.; AIKHENVALD, A. (Org.). **Word: a cross-linguistic typology**. Cambridge University Press, 2002.
- HALPERN, A. Clitics. In: SPENCER, A.; ZWICKY A. (Org.). **The Handbook of Morphology**. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 101-122, , 1998.
- HORNE, M. The Clitic Group as a prosodic category in Old French. **Work papers**, n. 35, 1989, pp. 99-111.
- ILARI, R et.al. A preposição. In: _____. (Org.). **Palavras de classe fechada**. São Paulo: Contexto, pp. 163-310, 2015.
- INKELAS, S. **Prosodic constituency in the lexicon**. New York: Garland, 1990.
- LEMLE, M. **Análise sintática: teoria geral e descrição do português**. São Paulo: Ática, 1984.
- MARCATO, F. **Análise prosódica de preposições monossilábicas**. 172 Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2013.
- NESPOR, M; VOGEL, I. **Prosodic phonology**. Dordrecht: Foris Publications, 1986.
- _____. **Prosodic Phonology: with a new foreword**. Berlim/New York: Mouton de Gruyter, 2007.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: EdUNESP, 2000.
- PARANHOS, f. **Segmentações não-convencionais de palavras nos quatro últimos anos do Ensino Fundamental: um estudo longitudinal**. 171f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, 2014.

SELKIRK, E. **Phonology and Syntax**: the relation between sound and structure. The Massachusetts Institute Technology, 1984.

_____. The prosodic structure of function words. In: McCARTHY, John. **Optimality Theory in phonology**: a reader. Oxford: Blackwell, pp. 464-482, 2004.

SILVA, L. **Um estudo longitudinal sobre as hipersegmentações de palavras escritas nos anos finais do Ensino Fundamental**. 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos): Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2014.

_____; TENANI, L. **Hipersegmentações de palavra no ensino fundamental**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SIMIONI, T. O clítico e seu lugar na estrutura prosódica em português brasileiro. **ALFA**, São Paulo, 52 (2), pp.431-446, 2008.

SPENCER, A. LUÍS, A. **Clitics**: an introduction. New York: Cambridge University Press, 2012.

TENANI, L. A segmentação não-convencional de palavras em textos do ciclo II do Ensino Fundamental. **Revista da ABRALIN**. 10, n. 2, jul.-dez. 2011, pp. 91-119.

_____. **Acentos secundários e eventos tonais**: evidências a partir de hipersegmentações de palavras. Inédito.

TONELLI, p.M. **A palavra prosódica no português brasileiro**: o estatuto prosódico das palavras funcionais. 177f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, 2009.

VIGÁRIO, M. **The prosodic word in European Portuguese**. Berlim/New York: Mouton de Gruyter, 2003.

_____. O lugar do grupo clítico e da palavra prosódica composta na hierarquia prosódica: uma nova proposta. In: LOBO, Maria; COUTINHO, M. A. (Org.). ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA: textos selecionados, 12. Lisboa. **Anais...** Lisboa: Colibri Artes Gráficas, pp. 673-688, 2007.

_____. Prosodic structure between the prosodic word and the phonological phrase: recursive nodes or an independent domain? **The Linguistic Review**, n. 27, pp. 485-530, 2010.

VOGEL, I. The status of the Clitic Group. In: GRIJZENHOUT, J.; KABAK, B. (Eds.). **Phonological Domains**: universals and deviations. Mouton de Gruyter, 2009. pp. 15-46.

DEMARCAÇÕES PROSÓDICAS NA ARTICULAÇÃO TEXTUAL DE CONSTRUÇÕES CONCLUSIVAS COM A FORMA ENTÃO

PROSODIC CONFIGURATION IN CONCLUSIVE RELATIONSHIP OF "THEN"

Norma Barbosa Novaes Marques¹

RESUMO: Este estudo analisa a relação conclusiva que se realiza por meio de “então”. Para tanto, utiliza o aparato teórico da perspectiva Textual-Interativa (Jubran, 2007). Como universo de pesquisa, foram selecionados dados do *corpus* denominado “Português oral”, que traz amostragens das variedades do português falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Os resultados das análises permitem concluir que há correlação entre a configuração prosódica do enunciado e o escopo de “então” quando estabelece relação conclusiva.

Palavras-chave: Construções conclusivas; prosódia; português brasileiro.

ABSTRACT: This study analyses the conclusive relation when performed by the “then” traditionally denominated conjunctions. To achieve this objective, this work uses Textual-Interativa (JUBRAN, 2007) as a referential. The *corpora* concerns data from the corpus denominated “Oral Portuguese”, which brings samples from Portuguese spoken in Portugal, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Sao Tome and Principe and East-Timor. The results of the analysis indicate that there is a correlation between the prosodic configuration of utterances and the scope of “then” when it establishes conclusive relationship between sentences.

Keywords: Conclusive Constructions; Prosody; Brazilian Portuguese.

Os estudos sobre articulação textual há tempos são objetos de pesquisa na área dos estudos linguísticos, no entanto, estão longe de sua finalização, tendo em vista que cada vez mais há novos trabalhos lançando luz sobre a discussão. Dentre as várias perspectivas que abordam o assunto, a perspectiva Textual-Interativa (JUBRAN, 2007) tem se despontado nesses estudos, trazendo contribuições para a compreensão do fenômeno.

Este trabalho, a partir dessa perspectiva, pretende trazer mais uma contribuição para esse campo de pesquisa, ao se debruçar sobre um recorte específico: a articulação conclusiva por meio da forma *então*, com base nos estudos de RISSO (2006), porém possibilitando um avanço, ao abordar não apenas aspectos relativos à análise

¹ UNIESP – São José do Rio Preto, Doutora, nb.novaes@uol.com.br.

sintático-semântico-pragmáticas, mas, sobretudo, com o importante olhar para o dado prosódico. Nesse sentido, este trabalho se propõe a discutir a relação conclusiva construída com o uso da forma *então*, partindo de uma análise que envolve o processo de articulação textual, notadamente a caracterização prosódica que marca essa relação.

Para análise dos dados, foram selecionados os dados obtidos no *corpus* denominado “Português oral”,² que traz amostragens de variedades do português falado gravadas em lugares, datas e situações diversificadas, desde conversas informais entre pessoas conhecidas ou entre amigos e familiares, até mais formais como, por exemplo, as de programas radiofônicos. São textos exemplificativos do português falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, Macau, Goa e Timor-Leste. As gravações abrangem um período de tempo que vai de 1970 a 2001, com incidência de cerca de setenta por cento na última década. Para este estudo, restringiu-se apenas à variedade brasileira, ficando a comparação entre as variedades para um estudo posterior, o que poderá revelar semelhanças e divergências no uso da língua portuguesa falada nos países lusófonos.

A metodologia adotada para análise dos dados segue os seguintes passos: i) seleção e descrição das ocorrências em que o elemento *então* aparece em construções conclusivas; ii) audição das ocorrências selecionadas, para verificarem-se semelhanças e/ou diferenças que possam indicar traços distintivos entre as funções da forma *então* como construtor de conclusão frasal ou textual; iii) sistematização de tais diferenças, no intuito de se verificar em que sentido evidências prosódicas podem trazer uma explicação pertinente e esclarecedora sobre o comportamento prosódico do elemento em estudo.

A PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA TEXTUAL-INTERATIVA

Segundo Jubran (2007), a Gramática Textual-Interativa (GTI) toma como base dois princípios norteadores: i) fatos linguísticos têm propriedades e funções definidas no uso, nas situações concretas interlocução, com mobilização de conhecimentos sobre como manter a interação social por meio de textos, de modelos de textos globais, saberes linguísticos, manifestando assim a competência comunicativa do usuário; ii) fatores interacionais são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística, de tal forma que as condições enunciativas que sustentam a enunciação verbal mostram-se no texto por meio das próprias escolhas comunicativamente adequadas à situação interativa.

Um aspecto que também fundamenta essa perspectiva é o fato de não ter um olhar categórico sobre a língua, de forma a impor regras fechadas, mas tomar como foco as regularidades relacionadas ao processamento dos procedimentos de elaboração do texto, analisando as marcas formais e o preenchimento de funções textual-interativas proeminentes que indicam o caráter sistemático do fenômeno pela recorrência em contextos definidos, de acordo com a autora.

² Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php>

Assim, mantendo a linha de um pensamento não polarizador, ao considerar as funções textual e interativa, a GTI não dicotomiza essas funções, mas as vê de forma conjugada, com observância do predomínio de uma ou de outra, considerando-se um contínuo cujos parâmetros comportam elementos com função predominantemente de organização, condução, manutenção ou quebra do fluxo de informação, e elementos predominantemente focalizadores das circunstâncias enunciativas, apresentando assim fluidez de limites nas classes de elementos, portanto, sem categorias discretas de elementos (JUBRAN, 2007).

O trabalho em apresentação toma como pressupostos tais princípios, e assim pretende discutir como essa visão teórica propicia uma análise que fundamenta a análise da forma *então* como articulador textual de conclusão. Para tanto, recorre-se às pesquisas de Risso (1996 e 2006), que, na perspectiva da GTI, descreve, dentre outros aspectos, o uso da forma *então* no português, apresentando um estudo bastante interessante e profundo a respeito desse elemento, que será tomado como base para reflexão e, posteriormente, o ponto de partida para mais uma contribuição.

De acordo com Risso (1996), há itens linguísticos com valor discursivo que atuam na organização da informação, na estrutura ideacional do discurso, estabelecendo relações coesivas entre partes do texto, por meio do processamento de encaminhamento, retomadas, fechos e reformulação de tópicos.

O tópico discursivo, em síntese, é elemento definidor da estrutura de um texto: é responsável pela organização discursiva, uma vez que estabelece o fio condutor dessa organização, com duas propriedades básicas: i) *centração*, ou seja, a propriedade de concentração em determinado assunto, por meio de referentes explícitos ou inferíveis, que abrange os traços de concernência (relação de interdependência semântica entre os enunciados (implicativa, associativa, exemplificativa etc), relevância (proeminência desse conjunto) e pontualização (localização do conjunto focal em determinado ponto de uma passagem); ii) a *organicidade* do tópico, mais relacionada ao assunto, que se manifesta por meio de relações de interdependência em dois planos: o hierárquico, que diz respeito à dependência de super-ordenação de sub-ordenação entre tópicos determinados pelo grau de abrangência do assunto, e o sequencial, relacionado às articulações intertópicas em termos de adjacência ou interposição na linha discursiva (JUBRAN, 2007).

A organização do tópico, que interessa para o momento, pode ser observada em dois níveis: dentro do próprio tópico (intratópico) ou entre os tópicos (intertópico). No primeiro tipo de articulação, o elemento discursivo estabelece conexões circunscritas ao âmbito de um tópico específico, o que conduz à organização da sua estrutura interna. Já numa situação de articulação intertópica, o articulador discursivo tem como função sequenciar informações, marcando o modo como elas são apresentadas e desenvolvidas no texto.

O elemento *então*, segundo Risso, como articulador intratópico, assume as funções de retomada, encaminhamento e fechamento de tópicos; nessas situações, toma como base pronunciamento feitos anteriormente para dar progresso às informações subsequentes.

A RELAÇÃO CONCLUSIVA COM ENTÃO

A respeito da relação conclusiva, Lopes (2000) afirma que operadores conclusivos têm um significado do tipo instrucional: em uma estrutura do tipo *p portanto q*, o conector sinaliza que *p* é uma premissa e *q* uma conclusão, sendo *p* e *q* entidades epistêmicas que integram o universo cognitivo do falante e operam no domínio do raciocínio. Nesses casos, há um esquema inferencial defectivo em que uma das premissas não está explicitada, como pode ser observado em (01):

(01) As luzes não estão acesas, *portanto* o João não está em casa. (LOPES, 2000, p. 3)

Em casos assim, a própria relação conclusiva induziria à reconstituição da premissa implícita (“se/quando o João está em casa, as luzes estão acesas”) que assume forma de construção condicional, sendo a premissa asserida “as luzes não estão acesas” o antecedente, enquanto “*portanto* João não está em casa”, o conseqüente, na forma de uma conclusão. Essa premissa implícita deve fazer parte do conhecimento prévio do interlocutor para que se possa perceber a relação conclusiva. A autora afirma que, nas construções conclusivas, há uma relação de causa/conseqüência que opera no nível do domínio epistêmico: a conclusão assinalada pelo conector é uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com a premissa expressa.

Com relação à forma *então*, vários são os autores que a têm estudado, aqui mencionados apenas Pezatti (2001) e Risso (2006). Pezatti (2001) discute, dentre outros casos, a distinção entre os casos com valor temporal e aqueles que atuam como operador argumentativo de conclusão, como exemplificam (02) e (03):

(02) houve uma série de irre/ éh::de irregularidades... nas lis/ na apresentação da lista de classificação irregularidade foi engano... no no no fazer... na confecção da lista... de de aprovados hou/ houv/ começaram a haver alguns enganos... *então* o pessoal que mand/ entrava com mandado de segurança... dizendo que foi contado pontos errados... enGANos simples comuns eh aritmética (às vezes) de somar o número de pontos. (D2-SP-360:593).

Em (02), nota-se, segundo Pezatti, que *então* indica uma sucessividade entre o momento de detecção de erros e a entrada do pessoal com mandado de segurança, com traços de uma noção temporal. Na ocorrência a seguir, diferentemente, a autora afirma haver um valor de conclusão por inferência, sem noção temporal presente:

(03) hoje em dia se você depois passou uma época que você ia ao cinema tinha que ficar de pé numa fila eNORme... não é? *então* não era divertimento aquilo... era::eu acho que era nem divertimento (DID-SP-234:582)

Na perspectiva da GTI, Risso (2006) traz um olhar bastante interessante sobre a articulação com *então*. A autora enquadra esse elemento na classe dos marcadores discursivos, tendo em vista que apresenta uma estável preservação dos traços básicos do núcleo-piloto dos marcadores discursivos: é exterior a conteúdos proposicionais ou tópicos, sintaticamente independente e insuficiente para constituir enunciado completo por si próprio, além de conter marca específica de preenchimento da função textual de sequencialização tópica e manifestação mais tênue do jogo das relações interativas, se comparado com outros basicamente interacionais.

Coloca ainda como traços aditivos: alta recorrência, certa transparência de significado, invariabilidade formal ou variabilidade restrita, demarcação prosódica e constituição fônica restrita.

Neste trabalho, interessa-nos caracterizar a forma *então* como elemento de construção da relação conclusiva, mais especificamente, analisar a propriedade fonológica apontada por Risso, ou seja, a demarcação prosódica nas construções do elemento em estudo.

Risso considera a forma *então* como uma forma responsável pelo “amarramento textual de porção de informações progressivamente liberadas ao longo do evento comunicativo, simultaneamente, no encaminhamento de perspectivas assumidas em relação ao assunto, no ato interacional.”. Especificamente, sem deixar de reconhecer a atuação na estrutura interpessoal do discurso, a ênfase é a sequenciação e a estruturação de informações, de orientação retroativa, atuando tanto na estrutura frasal (como advérbio de tempo, expressão de tempo e de ações motivadas entre si, representação lógico-semântica da decorrência, conclusão ou resultado) quanto em porções maiores do texto (na organização tópica, tanto intratópica – encaminhar, fechar ou retomar – como intertópica, na dinâmica de turnos e como operador argumentativo no diálogo). Constitui, segundo nomenclatura da autora, sequenciador textual de orientação retroativa, tendo em vista que sequencia o texto, mas sempre ancorado em porção anterior.

Com base nas considerações de Pezatti (2006) e Risso (2001), este trabalho aborda casos em que o elemento *então* atua na construção de relações conclusivas, seja como conector frasal, representando essa relação lógico-semântica, seja como articulador textual interativo, atuando como articulador intratópico de fechamento do tópico e expressando uma dependência estreita entre argumentos, associada à esfera conclusiva também.

Então, como conector frasal conclusivo, articula orações que se integram em unidades frasais, em uma relação de implicatividade, como a seguir:

- (04) Buda já dizia isso isso também... *então* isso não é novidade para ninguém não é verdade? (RISSO, 2006, p. 451)

De acordo com Risso (2006), observa-se uma relação argumentativa, com uma conclusão a partir de dois atos de fala anteriores: “Buda já dizia isso também” (explícito) e “Todos conhecem a afirmação de Buda” (implícito), os quais sustentam a argumentação conclusiva (“isso não é novidade pra ninguém”).

Por outro lado, como articulador textual-interativo, a autora o considera como elemento com forte fundo comum na orientação remissiva retroativa e na linearidade expositivo-argumentativa, com:

[...] constante ancoragem em instância preliminar do discurso, para daí depreender o rumo da sucessão das informações dadas mais à frente, desencadeia nexos coesivos entre partes do texto, à semelhança do que ocorre entre segmentos da frase. Além disso, tanto na esfera da frase quanto do texto, essa característica de remissão anafórica, comum ao advérbio e ao marcador, cria, com respeito à informação a ser introduzida por *então*, um efeito de previsibilidade: a expectativa que automaticamente aparece, a partir do uso desse articulador, é de algo a ser posto no discurso, em continuidade ou consonância com o que já é dado, sempre na mesma linha de argumentação antes delineada. (RISSO, 2001, p. 456)

Dentre os aspectos textuais elencados pela autora, destaca-se aqui a atuação no plano intratópico de fechamento de tópico, expressando uma dependência estreita entre argumentos, associado à esfera de conclusão, como explica a autora, com base em (05):

- (05) mas acho válido você bota a criança o mais cedo possível na escola... esse problema de puxar pela criança –“Ah... não deve puxar pela criança”– eu acho que isso não funciona muito ... porque a criança vai a maternal somente pra brincar ... ser educada ... aprender a fazer coisas que em casa a mãe às vezes ... não tem condições de ensinar -- como eu -- eu não tinha condições de ensinar muita coisa a ela ... porque eu m/passo o dia inteiro na rua trabalhando – então ... ela na escola aprendeu muita coisa que eu não tive condições de ensinar a ela: ... aprendeu a comer não é ... sozinha porque eu ainda dava comida na boca ... aprendeu a fazer xixi dela no sanitário ... que ela não fazia ... fazia na fralda ... então ... eu acho válido botar a criança o mais cedo possível na escola.

Observa-se que o marcador *então* tem a função de retroagir para todo o trecho anterior e ainda fecha o ponto de vista já explicitado (“*então...* eu acho válido botar a criança o mais cedo possível na escola”) com efeito de conclusão respaldada no pronunciamento anterior, que é suporte da afirmação final, marcando a relação entre o trecho anterior e o posicionamento do locutor.

Assim, o escopo de *então* pode ser a totalidade do evento discursivo, seja uma oração, em (04), uma oração, ou uma porção textual maior que a oração, como em (05).

A RELAÇÃO CONCLUSIVA COM ENTÃO: DELIMITAÇÕES PROSÓDICAS

Um estudo de natureza prosódica procura necessariamente verificar a interface entre a fonologia e outros componentes da gramática, mediadas pela prosódia. Dentre os possíveis modelos disponíveis para um estudo prosódico, aqui a opção foi pelo de Nespor & Vogel (1986), que propõem que o componente fonológico não pode ser analisado como um sistema homogêneo, mas como um subsistema de interação governado por princípios próprios, em que cada constituinte prosódico tem um domínio de aplicação de regras fonológicas e processos fonéticos específicos. Tal proposta considera que o componente fonológico não é autônomo, pelo contrário, suas regras são sensíveis às informações apresentadas na estrutura.

No tocante à representação fonológica, as autoras propõem a existência de sete domínios que constituem uma hierarquia, mas, para este trabalho, importam dois domínios: Frase Entonacional e Enunciado Fonológico. A Frase Entonacional (I) é o agrupamento de uma ou mais frases fonológicas dominadas por um contorno entonacional, delimitado geralmente por pausas, enquanto o Enunciado Fonológico (U), constituinte mais alto da hierarquia prosódica, é composto de uma ou mais Frases Entonacionais (corresponde a uma estrutura oracional completa) no qual informações fonológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas se integram.

Segundo as autoras, na Frase Entonacional, informações sintáticas e semânticas são bastante mobilizadas, além de fatores como velocidade da fala e estilo, uma vez que podem determinar os contornos de um enunciado. O limite coincide com uma

pausa, que não precisa ser necessariamente um silêncio, mas uma mudança prosódica perceptível, tal como uma mudança na frequência. Geralmente, corresponde a um constituinte sintático, mas não há isomorfia obrigatória. Assim, a pausa delimita esse domínio.

Tenani (2001), em análise dos constituintes prosódicos no PB, esclarece aspectos fundamentais para a identificação da Frase Entonacional, descritos em (i) e (ii):

- (i) Quando ocorre uma pausa entre *Is*, além da pausa, ocorre um tom de fronteira um “tom continuativo” ou “suspensivo”, como em (5.2), o que caracteriza o fim de uma asserção neutra.

(5) 1. [[A Alice vai pra Souzas,] I [apesar de haver riscos.] I] U
 alisI vai pRa souzas / apezaR dZIaveR
 xiskus
 LH* L* LH* Hi L* HL* Li

2. [[A Marina não acredita,] I [mas eu vi um disco voador.] I] U
 a maRina nãU akRedZita mazeU viuâ diskU
 vUadoR
 LH* HL* L* L* HL*

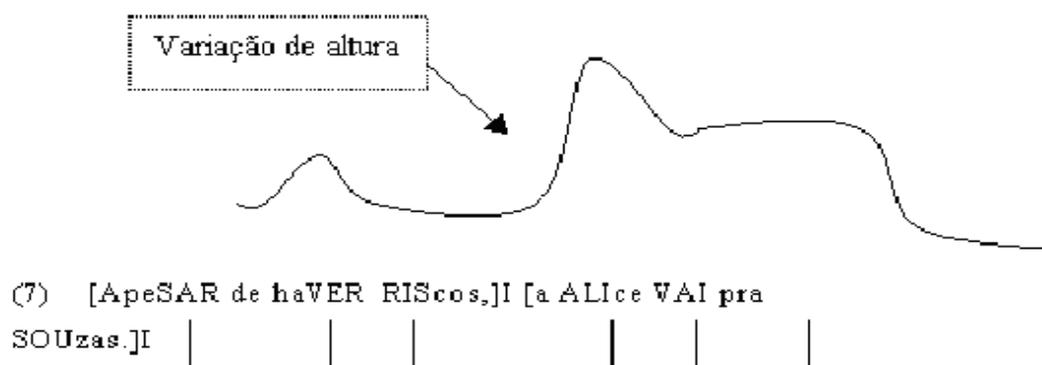
Tom continuativo.

- (ii) Quando não há pausa entre *Is*, podem entrar em cena duas estratégias entoacionais que delimitam os *Is*: a) a mudança de tessitura, como exemplificado em (6), casos em que, predominantemente, a relação entre as sentenças que formam dois *Is* não é expressa por um item lexical.

Mudança de tessitura

(6) [O PÊssegO,]I [apeSAR do PREço no merCAdo,]I [apresentOU BONs
 resulTAdos]I

- (b) a queda ou subida brusca e profunda de F0 em relação à linha de base da altura utilizada pelo falante, como indica (7), em que a variação brusca da altura se verifica na fronteira de *I* que não coincide com o fim do enunciado fonológico, casos em que a relação semântica ou sintática é lexicalmente assegurada entre as sentenças que constituem dois *Is*.



No que concerne ao Enunciadmo Fonológico, a autora propõe que seja caracterizado como o domínio em que se dão as relações entre *Is*. As variações da altura identificadas como típicas do domínio *I* se observam quando esses *Is* pertencem a um mesmo *U*.

Considerando as conclusões da autora, aqui tal aplicação será transposta para os casos em que as relações construídas pela forma *então* apresentam características entoacionais cujos domínios são Frase Entoacional e Enunciado Fonológico. Assim, pretende-se estabelecer uma relação com as observações da pesquisadora.

Observem-se as ocorrências a seguir, em que (08) exemplifica a relação entre Frase Entoacionais, enquanto (09), entre Enunciados Fonológicos:

(08) [[o terreno da fazenda era muito grande]I [então foi loteado uma parte]I]U. (Bra-Fazenda:19)

(09) [[e esse fogão da fazenda é uma maravilha]I [conservado por uma empregada antiquíssima]I]U. [[então, o grande... prazer dela é]I [depois que termina toda função de alimentação] I [e de alimentar aqueles vândalos]I [de... arear os metais, passar brasso]I]U (Bra-Fazenda:12)

Em (08), há uma pausa entre as *Is* e tom de fronteira continuativo, enquanto em (09), há pausas mais longas entre os *Us* e tom de fronteira final. As pausas presentes evidenciam dois tipos de relação: em (08), há uma relação entre duas orações, numa relação de causa/consequência, constituindo uma única Frase Entoacional, ao passo que, em (09), a relação se estabelece entre porções textuais maiores, entre Enunciados, com introdução de outro Enunciado que encaminha o tópico.

É interessante notar que há ocorrências em que há repetição exata das estruturas que contém *então*, mas que se diferenciam quanto à prosódia, especificamente quanto à pausa e ao tom, como demonstra (10), concentrando os dois casos:

(10) [[o fundo da piscina deu defeito]I [tiveram que esvaziar]I [e pi... , e pintar] I e limpar]]U[[aí perceberam que estava toda quebrada]I[então resolveram tirar]I[porque a piscina natural é toda de pedra]]U [[então resolveram tirar aquelas pedras e botar um cimento]]U [[quando começaram a, a tirar a parte, a parte externa]I [começaram a perceber que tinham mais pedras para dentro]I [todas, eh, manuseadas]I]U

Na primeira ocorrência, *então* relaciona duas Frases Entoacionais, com pausa breve e o final do primeiro com tom ascendente, enquanto, na segunda, dois Enunciados, com pausa mais longa e o primeiro com tom descendente. Aqui se confirma que questões de ordem prosódica dão evidências de como o texto se organiza, para revelar relações mais integradas, como em (08), ou então mais frouxas, como (09).

Como já observado, neste trabalho, propõe-se a análise de ocorrências em que a forma *então* estabelece relações conclusivas entre orações ou entre grandes porções textuais, a fim de verificar em quem medida dados prosódicos ajudam a compreender como se organiza o texto.

DEMARCAÇÕES PROSÓDICAS NA ARTICULAÇÃO TEXTUAL DE CONSTRUÇÕES CONCLUSIVAS COM A FORMA ENTÃO

Como discutido, *então* pode organizar o texto tanto no da frase quanto no do texto. A análise dos traços prosódicos desses dois casos revelou uma nítida diferença: i) quando a relação é entre frases, em uma estrutura do tipo oração *então* + oração, o escopo de *então* é a Frase Fonológica; ii) na relação entre várias frases e uma conclusão, a estrutura é do tipo porções textuais + *então* + oração, entre Enunciados Fonológicos. Dessa forma, pode-se concluir que não é apenas a função semântica que determina a distinção de atuação, mas sim o processo de construção do texto, no que diz respeito ao modo como os trechos são articulados entre si.

Assim, foram encontradas duas estruturas que revelam a integração entre as partes do texto com uso de *então* conclusivo:

- i) como conector frasal: [[oração] I [então + oração]]U, composta de pausa breve e tom ascendente na primeira oração, expressando continuidade.
- ii) como conector entre porções textuais: [porções textuais]U + [então + oração]U, composta de pausa mais longa e tom descendente na primeira porção, expressando fechamento.

Como exemplo do primeiro caso, observe-se (11) e (12):

- (11) porque eu acho assim: a mulher não serve para o homem, larga. [[aí]I [quando um casal chega a ponto de partir para a agressão]I [eu acho que já não dá mais para viver junto]I [então cada um para o seu lado]I]U. (Bra - Gosto Dela: 32)

Percebe-se que *então* se projeta para o enunciado anterior “eu acho que não dá mais pra viver junto”, para daí depreender a conclusão “cada um para o seu lado”, fato marcado pela organização prosódica, em que não há uma pausa demarcativa de quebra longa entre enunciados, mas sim um tom de continuidade, revelando a ligação mais forte entre ambos.

Em (12), é interessante notar que, em uma primeira leitura, sem se recorrer à audição, pode-se pensar que o enunciado “eu acho que a minha mulher apareceu na hora exacta para mim” seria a conclusão de todo o enunciado anterior, de uma sequência de frases. No entanto, a frase “e realmente eu não estava numa legal com eles” resume a sequência, para daí então apontar a conclusão, fato evidenciado pelo fato de a construção com *então* fazer parte de um novo Enunciado Fonológico, que a separa do anterior.

- (12) eu me juntei com a minha mulher, eu não estava numa boa em casa, [[a senhora sabe]I [a situação estava periclitante para mim]I [que eu sempre briguei muito com meu padasto]I]U [[e realmente eu não estava numa legal com eles]I [então eu acho que a minha mulher apareceu na hora exacta para mim]I]U. mas não foi por causa disso que eu me juntei com ela nem nada. (Bra:Gosto Dela: 15)

Diferentemente, em (13), a seguir, o que se detecta, na audição do material, é que a Frase Entonacional que contém esse elemento está em outro Enunciado Fonológico, como exemplificam as ocorrências a seguir:

- (13) [aconteceu que em mil novecentos e dezessete, a União Soviética, a Rússia, ela tinha uma relação de produção eminentemente feudal, onde havia os czares e havia os servos]U. [então o que é que havia ali?]U [havia uma contradição muito grande, muita riqueza e muita pobreza]U [daquela contradição houve choque, choque de interesse, e deu-se uma nova relação, que foi a relação de produção socialista.]U
 - [hum]U
 - [[então é produto histórico]I [como Cuba também era]]U. Cuba em mil novecentos e cinquenta e sete o que é que era? (Bra87: EconomiaSociedade)

O Enunciado Fonológico “então, é produto histórico, como Cuba também era”, é uma construção conclusiva introduzida por *então* para fechar a argumentação, baseada em todo o pronunciamento anterior, após explicar o contexto histórico ocorrido em uma determinada época, revelando assim o posicionamento do locutor a respeito do tema em discussão. Note-se que o escopo de *então* abrange não apenas a frase anterior, mas o conjunto de informações que se distribui na forma de vários Enunciados Fonológicos, como ocorre também em (14):

- (14) [aí a gente chamou todos ele lá dentro, foi maravilhoso]. [aquilo que era para ser só uma cervejinha que era o combinado acabou assim saindo em pizza, não é]U [, acabou em pizza como fala o ditado realmente]U [e ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando]U [eu não, é lógico]U [mas eles tinham]U [e foi muito gostoso porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor]U [além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente] [então quer dizer muito mais evento desse deveria acontecer]U [não só com eles em si mas com a família deles, tudo]U [nós, como eu te falei vira uma família, a escola]U [então foi gostoso]U (Bra93: Festa Estudante)

Percebe-se aqui que o falante, após explicar os fatos que aconteceram naquele período, fecha o tópico com a conclusão “foi muito gostoso”, manifestando seu ponto de vista já exposto a respeito dos episódios narrados”, afirmação que não tem como escopo a frase anterior, mas o conjunto de afirmações precedentes.

Fato semelhante verifica-se em (15) a seguir, em que o ponto de vista do falante na forma de uma conclusão baseia-se em todo o discurso anterior.

- (15) [é uma pena que o dia que você mostrou o filme, "Ghost", não é, eu estava hospitalizada]U [mas foi uma pena porque todo mundo falava de você na classe. que realmente você incentivou para caramba, que além de você mostrar o filme, não foi assim só para a gente ver o filme]U [teve um fundamento]U [você fez aprender, ensinar para a gente também, vendo o filme e a letra da música]U [pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti]U [então foi assim superlegal]U (Bra93: Festa Estudante)

Em resumo, a análise mostra que, nas ocorrências em que se estabelece uma relação entre Frases Entonacionais, *então* estabelece a relação conclusiva entre orações apenas, enquanto como articulador textual de conclusão, fechando o tópico e sequenciando as informações passadas e as por vir, a extensão de sua atuação é o Enunciado Fonológico.

Assim, em relação ao objetivo central deste trabalho, ou seja, caracterizar a relação conclusiva criada pela forma *então* a partir de uma análise prosódica, é possível concluir que, quando há essa relação semântica presente, o domínio prosódico pode ser tanto a frase como porções textuais maiores, o que confirma a proposta de Risso (2006), mas acrescentando-se aqui a relevância da informação prosódica, que corrobora a análise da autora.

Verifica-se, dessa forma, que há mais um indício do funcionamento de *então* como sequenciador textual, na medida em que a informação prosódica indica qual o escopo do elemento, seja a Frase Entoacional ou um ou mais Enunciados Fonológicos, revelando assim como se organiza a estrutura interna do tópico. A distinção de escopo *então* não é mera questão sintática ou semântica, já que há conclusão nos dois casos, com estruturas semelhantes, diferenciando-se apenas no tamanho da porção discursiva abrangida. A marcação do escopo implica uma demonstração de como se organiza internamente o discurso, de forma a dar pistas de como estabelece elos entre as partes, tanto no âmbito frasal quanto no das relações textuais. Um teste de permuta do escopo pode revelar mais claramente essa distinção e as consequências provocadas pela mudança, como se pode observar na ocorrência.

Se considerada a possibilidade de estabelecer um nexos entre as duas orações “para o pessoal assistir que eu não assisti” e “*então* foi assim superlegal”, tornando-as duas Frases Entoacionais dentro de um único Enunciado, a relação de conclusão não existiria e a ligação entre os segmentos seria outra; já considerando o domínio prosódico detectado na audição, que abrange toda a porção textual anterior, *então* há uma conclusão que fecha toda a argumentação precedente.

Dessa forma, conforme exposto, a forma *então* como articulador conclusivo aparece na estrutura interna, para fechar um tópico, demonstrando a organização do texto, caso em que uma porção textual é colocada no discurso para marcar o fim de um tópico, podendo indicar ideia de uma conclusão que arremata um ponto de vista. Assim, o articulador encabeça o fecho geral do discurso, reiterando o ponto de vista do locutor e, assim, *então* assume um valor argumentativo, marcando o posicionamento do locutor frente ao conteúdo exposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora apresentado reitera a importância de um estudo fonológico, nível de análise muitas vezes desconsiderado ao se tratar de relação entre partes de um texto, mas que se tem revelado altamente pertinente, como já apontam os estudos na linha da GTI.

A distinção estabelecida via análise prosódica corroborou a distinção de organização textual, aqui delimitada aos usos de *então* como juntor conclusivo. Outros estudos semelhantes podem ser empreendidos, na tentativa de se verificar se há também uma distinção de natureza prosódica quando esse item gramatical assume outras funções que não as estudadas aqui.

Mais uma vez se confirma a proposta de Jubran (2007) de que os segmentos tópicos deixam transparecer sua estrutura interna, por meio de marcas no início, meio e fim dos segmentos. Assim, o texto fica permeado de marcas de efetivação de estratégias comunicativas do falante, o que facilita a compreensão e, conseqüentemente, garante a interação comunicativa. Tais elementos são provas do processamento discursivo que perfaz a construção e organização de um texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JUBRAN, C. C. A. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T. et al. (Orgs.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: Pontes, 2007.
- LOPES, A. C. M. A semântica das construções com *portanto* no PE e no PB. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, pp. 203-218, 2000.
- NESPOR, M. & VOGEL, I. **Prosodic Phonology**. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1996.
- PEZATTI, E. G. O advérbio “então” já se gramaticalizou como conjunção? **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 1, pp. 81-95, 2001.
- RISSO, M. S. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, C. C. A & KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português falado**, v. 1. Campinas: EdUnicamp, 2006.
- TENANI, L. E. **Domínios prosódicos no Português do Brasil**: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas – SP, 2002.

UM ESTUDO LEXICOLÓGICO DE BASE SÓCIO-HISTÓRICA DAS FORMAS LEXICAIS “ASILO DE IDOSOS” E “CASA DE REPOUSO”

A LEXICOLOGIC STUDY FROM A SOCIO-HISTORICAL BASIS OF THE LEXICAL FORMS “ASYLUM FOR THE ELDERLY” AND “NURSING HOME”

Annallena de Souza Guedes¹

Bruna Pinto Mendes²

RESUMO: Partindo do pressuposto de que a língua constitui um fenômeno sócio-histórico, este estudo objetiva analisar, através de uma abordagem sócio-histórica do léxico, as formas lexicais *asilo (de idosos)* e *casa de repouso*. Os *corpora* sobre os quais nos debruçamos constituem-se de vinte textos e quarenta e seis textos respectivamente, disponíveis no acervo *on-line* do *Jornal do Brasil*. O período de análise escolhido para este trabalho corresponde ao início do século XX, nos anos de 1900, até o ano de 2005. Pautado nos fundamentos teórico-metodológicos de Cambraia (2013), este trabalho busca analisar os textos incluídos em onze cortes sincrônicos (de 1901 a 2005), ao tempo em que se discute a ocorrência das formas concorrentes – *asilo (de idosos – AI)* e *casa de repouso (CR)*, verificando em que medida elas aparecem em padrão inverso de frequência, bem como analisando os fatores intralinguísticos e extralinguísticos que contribuíram para que os falantes atribuíssem uma nova palavra a um conceito já existente. Foi possível perceber que a mudança lexical teve como principais razões fatores extralinguísticos de suma importância, como a criação da área da Geriatria como especialidade médica e saber científico.

Palavras-chave: Lexicologia sócio-histórica; mudança lexical; uso da língua.

ABSTRACT: On the assumption that language constitutes a social and historical phenomenon, this study aims to analyze through a social and historical approach of the lexis, the lexical forms “homes for elderly” and “retirement home”. The corpora in which we aim to analyze are composed of 20 texts and 46 respectively, available at an online acquis of *Jornal do Brasil – RJ*. The period of analysis chosen for this paper corresponds to the beginning of the twentieth century, between 1900 and 2005. Based

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Área de concentração: Linguística Aplicada. Linha de pesquisa: Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras. Correio eletrônico: annallenaguedes@hotmail.com. Professora de Inglês do Instituto Federal da Bahia, Campus Ilhéus.

² Mestre em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Área de concentração: Linguística Aplicada. Linha de pesquisa: Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras. Correio eletrônico: brunapinto@yahoo.com.br

on Cambraia's (2013) theoretical and methodological foundations, this work intends to analyze the texts included in two synchronic cuts: from 1901 up to 2005, in which we discuss the occurrence of the competitor forms "home for elderly" and "retirement home", verifying in which extent they appear in an opposite frequency standard, as well as analyzing the intralinguistic and extralinguistic aspects that contributed in order to have speakers using a new word to an existent one. This way, we can realize that the lexical change occurred and one of the main reasons for that were important extralinguistic aspects, such as the creation of Geriatrics as a medical specialty and scientific knowledge.

Keywords: Social and historical lexicology; lexical change; language use.

INTRODUÇÃO

A lexicologia enquanto ciência do léxico estuda as suas diversas relações com os outros sistemas da língua, e, sobretudo as relações internas do próprio léxico. Essa ciência abrange vários domínios, tais como, a formação de palavras, a etimologia e a criação de palavras, relacionando-se com a fonologia, a morfologia, a sintaxe e, em particular, com a semântica.

A lexicologia social proposta por Matoré preocupa-se com o valor social da significação, principalmente, no modo como as palavras são consideradas "o reflexo de um estado da sociedade" (MATORÉ, 1949, p. 43). Assim, podemos dizer que os pressupostos teóricos de Matoré se aportam na relação do léxico com seu caráter social. Pensando nestas questões e, motivados pela necessidade de compreender as razões pelas quais os falantes usam alguma palavra em substituição à outra, em determinados períodos de tempo, apresentamos, neste trabalho, uma análise a partir da abordagem sócio-histórica do léxico, textos incluídos em onze cortes sincrônicos (de 1901 a 2005), além de discutirmos a ocorrência das formas concorrentes – *asilo* (de idosos – AI) e *casa de repouso* (CR), uma vez que buscamos analisar em que medida elas aparecem em padrão inverso de frequência.

A LEXICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Em um estudo que discute os rumos da lexicologia sócio-histórica, Cambraia (2013) chama nossa atenção para o fato da interpretação da organização do vocabulário proposta por Matoré, a partir de uma concepção estruturalista. Nesse sentido, as palavras existem na consciência em relações recíprocas (uma visão sistêmica de vocabulário), as quais ele denomina de relações *sintagmáticas*. Em contrapartida, as relações *associativas* se referem àquelas em que, "independentemente do contexto, a palavra está ligada na consciência a outras palavras a que se assemelham, seja pela forma, seja pelo sentido." (p. 21). No entanto, Cambraia (2013, p. 162) afirma que "Matoré se afasta nitidamente do estruturalismo saussuriano ao atribuir ao fator social o principal papel na organização do vocabulário".

A partir dessa visão e, apesar de ter contribuído significativamente para os estudos do léxico, a proposta de Matoré recebeu fortes críticas. Uma delas, argumentada por Cambraia (2013), diz respeito à utilização do termo sociedade de modo vago, uma

vez que Matoré não se pauta na dimensão sociolinguística da língua, não apontando quem são os integrantes dessa sociedade a que ele se refere e, toma como referência apenas uma parcela muito restrita da sociedade, como se todas as classes sociais fossem homogêneas e passassem pelas “mesmas transformações históricas ao mesmo tempo e em todo o espaço geolinguístico” (CAMBRAIA, 2013, p. 167). Desse modo, ele afirma:

a lexicologia de Matoré é *social* (pois considera as transformações no mundo real ao analisar a língua, mais especificamente, o léxico), mas não é *sociolinguística* (pois não considera as diferenças na sociedade – de gênero, de idade, de classe social, de região, de formação escolar, etc. – ao analisar o léxico).

Assim, sob uma perspectiva sócio-histórica do léxico, pensar em mudança linguística implica pensar nas características que regem uma dada sociedade e as transformações e acontecimentos que marcam essa sociedade e que, de certa forma, interferem no modo como seus falantes utilizam a língua.

UM ESTUDO DE CASO: DE ASILO (DE IDOSOS) A CASA DE REPOUSO

No início do século passado, mais especificamente no ano de 1901, aparece no Brasil a forma lexical *asilo* (de idosos) (= AI), com a ideia de “abrigo para pessoas inválidas e idosas”. Segundo o Dicionário Aurélio, um dos significados de *asilo* consiste em “estabelecimento ou instituição de caridade que abriga crianças desvalidas ou velhos desamparados”.

Posteriormente, na década de cinquenta, a expressão *casa de repouso* (= CR) difundiu-se consideravelmente com a conotação de “lugar que oferece conforto e qualidade de vida para idosos”, com significado equivalente a *asilo* de idosos.

Neste trabalho, analisamos as motivações e fatores históricos que ocasionaram a criação de tal neologismo semântico na língua, bem como discutimos as estratégias metodológicas que adotamos para tentar compreender essa mudança linguística.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotamos aqui dois *corpora*, compilados a partir de um jornal impresso da cidade do Rio de Janeiro, que disponibiliza seu acervo digital, o Jornal do Brasil³

Tal qual um estudo realizado por Cambraia (2013) acerca de mudança lexical, utilizamos como recortes de tempo uma faixa de cinco anos, com base no critério intralinguístico: o primeiro ano em que aparece AI (a forma mais antiga das duas expressões) com o significado específico de “abrigo para pessoas inválidas e idosas”.

É importante ressaltar que para compilar os *corpora*, procuramos no Jornal do Brasil, as expressões *asilo* (de idosos = AI) e *casa de repouso* (= CR), em sua forma por extenso (no singular e no plural) por ano e buscamos, nos textos em que elas ocorrem, dados que revelassem as especificidades semânticas de cada uma. Tanto *asilo* como

³ <<http://hemerotecadigital.bn.br/jornal-do-brasil/030015>>.

casa de repouso apareceram com sentidos variados, no entanto, todos aqueles que se distanciavam dos objetos da presente pesquisa foram desconsiderados por não se tratarem de dados relevantes.

Consideramos, desse modo, apenas as ocorrências de asilo referentes a idosos, uma vez que a palavra asilo é polissêmica e aparece nos textos com correspondência a asilo político, asilo de crianças e asilo de mendicidade. Assim como asilo, casa de repouso também possui polissemia aparecendo nos textos com sentido similar a cemitério, sanatório ou hospital, no entanto, nenhuma das ocorrências que expressasse sentido diferente daquele considerado objeto de estudo neste trabalho foi levada em consideração. Para tanto, foi realizada uma filtragem dos dados e estes foram organizados em dois *corpora*, que servirão de base para nossa análise neste trabalho.

Além dessa primeira filtragem mencionada acima, foram realizadas outras duas: a primeira com relação à autoria; somente os textos cujo nome do autor estava explícito foram utilizados para a compilação dos *corpora*; a segunda filtragem se deu com a ocorrência de onomástica durante a coleta de dados; não foram coletados textos em que as ocorrências asilo e casa de repouso eram nomes próprios das instituições.

Convém ressaltar que as transcrições seguem a ortografia da época. A palavra asilo, por exemplo, quando de suas ocorrências, nos cortes sincrônicos de 1 a 4 (até 8 de março de 1934), era escrita diferentemente: *asylo*.

O primeiro *corpus* é composto por vinte textos com ocorrência do lexema *asilo* (*de idosos*), referentes a seu período hegemônico, que se deu do primeiro ao quinto corte sincrônico da pesquisa, de 1901 a 1945. Já o segundo *corpus* possui quarenta e seis textos com a presença do sintagma *casa de repouso*, referentes ao seu período hegemônico, que ocorre do sexto ao décimo-primeiro corte sincrônico, de 1951 a 2005.

Para que alguns dos dados a serem analisados mais adiante fossem gerados, utilizamos o *software Antconc* e suas ferramentas *wordlist*, *concordance* e *collocates*. Tais ferramentas propiciaram ao trabalho um manuseio mais objetivo dos dados, fazendo com que a pesquisa se tornasse mais verossímil.

DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Em relação aos autores dos textos, contabilizamos que em sua maior parte, são do gênero masculino: dos vinte textos que compõem o primeiro *corpus* nenhum foi redigido por pessoa do gênero feminino, enquanto que, dos quarenta e seis textos que formam o segundo *corpus*, somente cinco foram escritos por mulheres. Fatores históricos com relação à participação de mulheres no mercado de trabalho podem possivelmente ser uma das justificativas para tais números. Dentre os cinco textos escritos por mulheres, quatro foram do gênero textual “reportagem” e 1 do gênero “carta ao editor”. A primeira ocorrência de autoria feminina foi de uma reportagem no dia 16 de janeiro de 1983, ou seja, somente no nono corte sincrônico há a presença de autores do sexo feminino. Outro dado interessante é que os autores, provavelmente são pertencentes a um grupo social com escolaridade, de estrato socioeconômico intermediário, de faixa etária adulta, do Estado do Rio de Janeiro, que utilizavam um estilo formal na escrita.

Considerando o acervo do JB disponível *on-line*, percebemos que a palavra *asilo*, além da relação com local de abrigo de idosos, aparece também com a conotação de

asilo político, asilo de crianças e o asilo da mendicidade (instituições que surgiram no Brasil Colônia), destinado a abrigar doentes mentais, mendigos e indigentes que perambulavam pelas ruas das cidades. Como neste trabalho, interessa-nos apenas asilo (de idosos), consideramos sua primeira ocorrência no ano de 1901, na seção “Queixas do Povo”, ao fazerem referência ao *Asylo dos Inválidos* (JB, 13 set. 1901, p. 4, excerto, itálico nosso), instituição fundada não com fins de caridade, mas sim para abrigar soldados de idade avançada.

Trata-se da menção ao Asilo dos Inválidos da Pátria, instituição fundada em 30 de novembro de 1841, através do Decreto n.º 244 e inaugurada em 1868 para atender aos ex-combatentes inválidos provenientes da Guerra do Paraguai, que lutaram em nome da nação, a passarem seus últimos dias de vida no local, em reconhecimento aos serviços por eles prestados. Nesse período, ser idoso era sinônimo de invalidez e, até mesmo o surgimento da aposentadoria, foi devido à associação da velhice com a invalidez, o que reforça a escolha do nome para a instituição. Por meio do Decreto n.º 77.801, de 09 de junho de 1976, o então Presidente da República General Ernest Geisel, decide extingui-la.

No corte sincrônico 05, com um texto referente ao período de 11 de fevereiro de 1941, aparece a menção ao primeiro asilo de idosos fundado no Brasil: o Asilo São Luís para a Velhice Desamparada. No texto, a palavra asilo aparece dezoito vezes. A seguir, o excerto com duas ocorrências da palavra:

O ASILO SÃO LUIS PARA A VELHICE DESAMPARADA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rio, (JB) – O **asilo** S. Luis para a Velhice Desamparada é um estabelecimento particular fundado em 1890 pelo Visconde Ferreira de Almeida e tem por fim proporcionar casa, alimentação, vestuário, assistência médica e consolos espirituais aos anciãos desvalidos de ambos os sexos, sem distinção de crença religiosa ou nacionalidade. Como vemos, as finalidades do **Asilo** não podem deixar de ser as melhores possíveis, dizendo bem alto quão alto era o espírito de solidariedade humana de seu fundador (FSP, 1.º fev.1940, Primeiro Caderno, p. 4, grifos nossos).

Fundado em 04 de setembro de 1890 no Rio de Janeiro pelo Visconde Luiz Augusto Ferreira D’Almeida, com a ajuda de empresários e das irmãs religiosas do Sagrado Coração de Jesus, o nome foi dado em homenagem a São Luiz, um dos reis da França e o primeiro monarca a preocupar-se com os direitos das pessoas idosas.

Podemos perceber que, como o exemplo da primeira ocorrência, a expressão *velhice desamparada* relacionada à palavra *asilo de idosos* tinha uma forte vinculação à ideia de invalidez, desamparo, rejeição e abandono. No excerto a seguir, é possível encontrar dados que comprovem tal relação:

Interessante é notar-se que até as pessoas mais humildes contribuem para o engrandecimento patrimonial do **Asilo**, como aquela preta velha, que ao morrer, deixou o seu cordão de ouro, e que dele foi feita uma chave para o S. Sacrário da Igreja. A maioria dos internados são velhos e velhas desamparados pela sociedade, sem família e que se não fosse o **Asilo**, estariam esmolando, sem tétó e sem pão. (FSP, 11/02/1940, grifos nossos)

A partir desse excerto, notamos que os asilos, além de abrigar os idosos desamparados, muitas vezes se constituíam no único espaço que o idoso tinha para viver. Segundo Chaimowicz (1997), a procura por instituições de longa permanência, como

o asilo de idosos, deve-se ainda hoje aos inúmeros conflitos familiares que os envolvem, principalmente daqueles que não possuem familiares e que perdem suas capacidades funcionais.

Importante salientar que hoje, a instituição tem o nome de Casa São Luiz, talvez para se referir não mais a um espaço que, outrora apenas amparava o idoso que não tinha família ou era por ela abandonado, mas por poder oferecer condições para que vivessem como se estivessem em seu próprio lar.

Em relação à Casa de Repouso, podemos afirmar que consiste em uma palavra com vários sentidos também. Em um texto datado de 1901, por exemplo, a palavra aparece com a conotação de local de repouso eterno, como uma espécie de mausoléu ou cemitério que abriga restos mortais de pessoas falecidas. Além disso, há nos textos do acervo *on-line*, a palavra relacionada à local de recolhimento de “nervosos, neurosthânicos, necessitados de um repouso completo no restabelecimento físico e mental”. Como essas ocorrências não se referem à local que atende exclusivamente idosos, não serão aqui consideradas, mas entendemos que CR se trata de uma palavra polissêmica, que se remetia à local de abrigo. Desse modo, o neologismo semântico acontece, uma vez que a palavra *casa de repouso* já existia e passa a ser usada com a conotação de local que recebia idosos.

A primeira ocorrência de CR, com esse sentido, deu-se na década de 30, mais especificamente em 23 de maio de 1933:

RETIRO DOS ARTISTAS

Rio, (JB) – O abalizado médico, figura de destaque na Cruz Vermelha Brasileira e, sócio bem feitor da Casa dos Artistas vai reorganizar definitivamente o serviço de assistência médica aos velhos artistas internados, mantendo visita ininterrupta aquela *casa de repouso*. (FSP, 23/05/1933, p. 28, grifo nosso)

As ocorrências de AI e CR no Jornal do Brasil apresentaram os seguintes valores absolutos (n) e relativos (%):

Tabela 1: Quantificação sem filtragem

Cortes sincrônicos	QUANTIFICAÇÃO SEM FILTRAGEM		Porcentagem (%)		Base de 10	
	Número de ocorrências	Casa de repouso	Asilo de idosos	Casa de repouso	Asilo de idosos	Casa de repouso
1901-1905	2	4	33%	67%	3	7
1911-1915	7	0	100%	0%	10	0
1921-1925	1	1	50%	50%	5	5
1931-1935	3	9	25%	75%	2	8
1941-1945	21	74	22%	78%	2	8
1951-1955	4	42	9%	91%	1	9
1961-1965	5	53	9%	91%	1	9
1971-1975	15	149	9%	91%	1	9
1981-1985	36	215	14%	86%	2	8
1991-1995	71	50	59%	41%	6	4
2001-2005	139	23	59%	41%	6	4

Fonte: as autoras, 2016.

Os dados apresentados na tabela anterior são referentes a todas as ocorrências das formas lexicais *asilo* e *casa de repouso* nos textos disponíveis no JB. Em relação à palavra *asilo*, esta apresenta seu sentido onomasiológico, quando examina as diversas maneiras com as quais a ideia de *asilo* encontra expressão em outras palavras. Para Baldinger (1970), os sentidos onomasiológicos dizem respeito aos repertórios cujas unidades lexicais são classificadas em função dos conceitos que representam. A expressão *asilo político*, por exemplo, refere-se a refúgio político, uma vez que se trata de uma situação em que alguém é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país devido a perseguição por motivos de raça, grupo social, religião e nacionalidade.

De modo similar, as expressões *asilo de crianças* e *asilo da mendicidade* apresentam uma ideia referente a abrigo, onde as pessoas, muitas vezes abandonadas por suas famílias, encontram teto e comida nesses espaços. A forma lexical “albergaria” também aparece nos textos fazendo referência a esses tipos de *asilo*. Assim, notamos nesses exemplos, a forte relação da palavra *asilo* com a conotação de refúgio e abrigo, particularmente, vinculada a ideia de caridade e assistência social, exceto no caso de *asilo político*. Como essas ocorrências de *asilo* não nos importam no presente trabalho, optamos por filtrar os dados de modo que apenas as ocorrências da palavra *asilo* relacionada a idosos entrassem na constituição do *corpus*.

As ocorrências de *casa de repouso* presentes nos dados da tabela acima também foram em grande parte desconsideradas, uma vez que, as formas lexicais *casa* e *repouso* nem sempre apareciam nos textos de modo integrado, o que implica na exclusão do dado como relevante para este trabalho. Além disso, há ocorrências de CR com o sentido de cemitério, hospital ou sanatório.

Uma vez que a pesquisa desenvolvida constitui-se um estudo sócio-histórico, foram desconsideradas as lexicas de natureza onomástica, ou seja, as que não possuem o sentido dos objetos de estudo “*asilo de idosos*” e “*casa de repouso*” e, os textos que não possuem autor explícito no leiaute da página, já que não poderia ser utilizado para estudo do gênero. Durante o processo de filtragem dos dados, a maioria dos textos desconsiderados era proveniente do gênero anúncio/propaganda de venda ou compra de estabelecimentos ou terrenos aptos a tornarem-se *asilos* ou *casas de repouso*.

Na tabela que se segue, os dados são apresentados depois do processo de filtragem, em que consideramos apenas o que nos importa neste estudo.

Tabela 2 – Quantificação com filtragem

QUANTIFICAÇÃO COM FILTRAGEM						
Cortes sincrônicos	Número de ocorrências		Porcentagem (%)		Base de 10	
	Asilo (de idosos)	Casa de repouso	Asilo (de idosos)	Casa de repouso	Asilo (de idosos)	Casa de repouso
1901-1905	2	0	100%	0%	10	0
1911 -1915	3	0	100%	0%	10	0
1921-1925	10	0	100%	0%	10	0
1931-1935	3	2	60%	40%	6	4
1941-1945	3	1	75%	25%	8	2
1951-1955	2	7	22%	78%	2	8

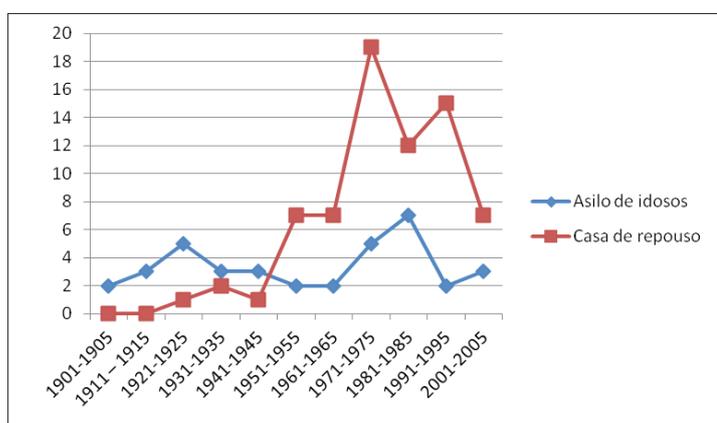
continua

QUANTIFICAÇÃO COM FILTRAGEM						
	Número de ocorrências		Porcentagem (%)		Base de 10	
1961-1965	2	7	22%	78%	2	8
1971-1975	5	19	21%	79%	2	8
1981-1985	7	12	37%	63%	4	6
1991-1995	2	15	12%	88%	1	9
2001-2005	3	7	30%	70%	3	7

Fonte: as autoras, 2016

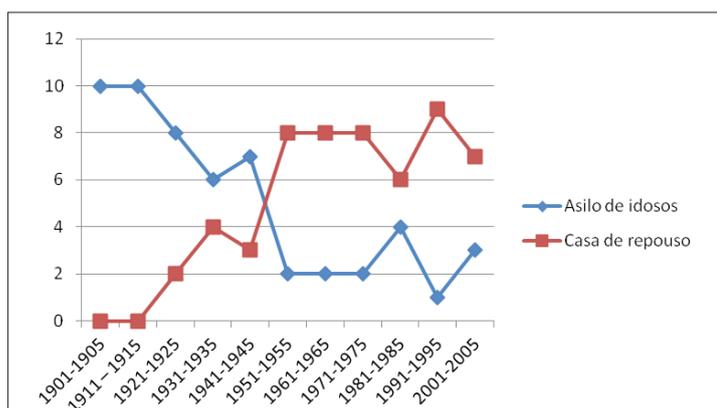
Os gráficos, a seguir, são gerados a partir dos dados dispostos nas tabelas de quantificação já apresentadas:

Gráfico 1: Frequência Absoluta



Fonte: as autoras, 2016

Gráfico 2: Frequência na Base de 10



Fonte: as autoras, 2016

No corte sincrônico 04, aparecem as duas primeiras ocorrências da forma nova, CR. Seja por meio dos números absolutos, seja por meio dos números relativos, fica evidente que no corte sincrônico 06, há um aumento significativo no número de ocorrências de CR, passando de 25% a 78%, permanecendo com essa média de quantificação até 1975.

Cambráia (2013) chama atenção para o fato de Matoré defender que o “neologismo reflete uma transformação social”. Assim sendo, justamente no período correspondente ao corte sincrônico 06 (1951-1955), as especialidades médicas de Geriatria e Gerontologia entram no cenário social, através da promulgação da Lei do Senado Federal de 1954. Logo após esse período, mais especificamente em 1957, é fundada a Sociedade Brasileira de Geriatria, que discutiremos mais adiante. Além disso, nesse período, o Brasil passava por uma modernização do Estado através do governo de Juscelino Kubitschek, no qual as instituições de assistência social apresentavam características estritamente assistencialistas, sendo a Legião Brasileira de Assistência (LBA) uma delas. Em vários textos que compõem os *corpora* deste trabalho, a LBA aparece como instituição social responsável pelo gerenciamento e funcionamento dos asilos de idosos.

Em relação aos gêneros, percebemos que o gênero anúncio aparece com recorrência fazendo propaganda dos asilos e casas de idosos, e finalmente, o terceiro gênero com maior frequência no *corpus* inicial, antes da filtragem, foi o de “notas de falecimento”.

Um fator que possivelmente marca a mudança de AI para CR é a presença de aparelhos de medicina e acompanhamento médico mais constante, portanto, implicando em melhor qualidade de vida para os idosos. Tal constatação pode ser comprovada nas coocorrências de CR que apresentam nas palavras mais frequentes muitos termos pertencentes ao campo semântico *saúde* e também no excerto abaixo:

Por não poderem mais participar dos programas de férias da família devido a dificuldades de locomoção e de alimentação especial, ou também por sofrerem de arteriosclerose, muitas pessoas idosas de mais de sessenta anos são internadas nesta época do ano nas **casas de repouso**, que em sua maioria dobram o número de leitos ocupados. Ali os hóspedes recebem tratamento clínico diário, alimentação balanceada e dietética, alguma recreação, televisão e ocasião de relembrar o passado em conversas. (FSP, 06/12/1971, p. 39, grifo nosso)

Podemos associar o aparecimento de lexemas pertencentes ao campo semântico *saúde*, entre 1951 e 1955, aos primeiros indícios dos serviços de Geriatria e Gerontologia no Brasil. Até então, essas especialidades médicas eram muito pouco conhecidas e atendiam à classe elitista da sociedade. Com a promulgação da Lei do Senado Federal de 1954, um grupo de médicos começa a se organizar para fundar uma instituição dedicada aos estudos nessas áreas (a Sociedade Brasileira de Geriatria), preocupando-se com questões ligadas ao funcionamento do corpo humano e o processo de envelhecimento.

A partir de então, as práticas sociais relacionadas à forma como o idoso era visto e tratado começam a se modificar. Nessa perspectiva, Silva (2008, p. 2), ao estudar acerca da construção social e identitária sobre o envelhecimento, afirma:

Ao observar as manifestações culturais daqueles que envelhecem na contemporaneidade, identificamos mudanças significativas de hábitos, imagens, crenças e termos utilizados para caracterizar esse período da vida. Além das tradicionais representações que atrelam os momentos mais tardios da vida ao descanso, à quietude e à inatividade, surgem hábitos, imagens e práticas que associam o processo de envelhecimento a atividade, aprendizagem, flexibilidade, satisfação pessoal e vínculos amorosos e afetivos inéditos.

Interessante mencionar que a década de noventa marca o início do processo de envelhecimento da sociedade brasileira. Conforme Camarone (2002), no Brasil, na década de quarenta, a população de idosos era de 4,5%, passando a 6,3 % nos anos oitentas e atingindo 8,5% nos anos 2000. Esses dados comprovam o aumento considerável do número de idosos no país, chegando à estimativa de 14% em 2025.

Ainda na década de noventa, o ano de 1999 é considerado o “Ano Nacional do Idoso”, retratando um novo momento da história da velhice, no qual mudanças nas formas de representá-la parecem expressar o surgimento de um “novo” problema social: o envelhecimento da população brasileira.

Interessante notar que, nessa mesma década, no período referente a 1991 a 1995, há o maior número de ocorrências da forma nova, CR: 88%. Talvez, a demanda relativa ao número crescente de idosos no Brasil, bem como a preocupação com uma melhor qualidade de vida a esse público, tenha motivado a criação de políticas públicas que os assegurassem a viver com mais dignidade, principalmente com gozo de seus direitos como cidadãos e, da oferta de assistência médica especializada.

De fato, acreditamos que essa mudança de paradigma em relação ao idoso e ao processo de envelhecimento, certamente, pode estar atrelada ao surgimento e difusão da Geriatria como especialidade médica e saber científico, destinada ao cuidado com o idoso, o que possivelmente, pode ter refletido no aparecimento do neologismo CR.

Como exemplos de políticas públicas que norteiam e regulamentam os direitos dos idosos no Brasil, tem-se a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. A Política Nacional do Idoso, Lei n.º 8842, 04 de janeiro de 1994 e, regulamentada pelo Decreto n.º 1.948, de 03 de julho de 1996, assegura os direitos sociais e amplo amparo legal ao idoso e estabelece as condições para promover sua integração, autonomia e participação efetiva na sociedade, considerando idosa a pessoa maior de sessenta anos de idade.

Dentre outros princípios, a Política estabelece em seu artigo terceiro que “a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida”. Ademais, dispõe sobre as obrigações familiares e sociais com relação ao idoso, afirmando que é “obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Estado assegurar à pessoa idosa a efetivação dos direitos à vida, à educação, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

O excerto abaixo ilustra bem a necessidade de desenvolver outras políticas públicas em função dos cuidados com os idosos, além das já existentes. Percebe-se que mesmo já estando no século XXI, casos de maus tratos e descaso ainda estavam presentes, justificando possivelmente leis e estatutos que favorecessem a classe dos anciãos. No entanto, mesmo com a presença da ideia de abandono, a utilização de *casa de repouso* faz referência ao campo semântico de *saúde*.

RETRATO DO ABANDONO

Rio, (JB) – Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) que investigou denúncias de maus tratos a idosos em clínicas geriátricas e **casas de repouso** no estado foi instaurada em 7 de março passado. Após o fechamento de quatorze asilos pela Secretaria Estadual de Saúde, os deputados se deram “conta” da gravidade da situação e resolveram instaurar uma CPI. (FSP, 23 out.2001, p. 18, grifo nosso)

A mais recente política pública destinada ao idoso é o Estatuto do Idoso – Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003. Dentre outras diretrizes, o documento ressalta questões referentes à vida e à saúde do idoso. No artigo oitavo, é estabelecido que “o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social”. A referência à garantia do envelhecimento de modo saudável e digno é dispostano artigo nono: “é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

Assim, com o intuito de corroborar com os fatos extralinguísticos acima apresentados e discutidos, e manter o foco do artigo de natureza sócio-histórica, apresentamos as análises das *wordlists* geradas pelo *software Antconc*. Para chegar às presentes listas, desconsideramos todas as palavras funcionais, assim como aquelas que tiveram frequência significativa em detrimento das ocorrências onomásticas. A seguir, exibimos as duas tabelas com as vinte e cinco palavras mais frequentes relacionadas às formas concorrentes AI e CR e suas respectivas análises.

Quadro 1: As vinte e cinco palavras mais frequentes do *corpus* compilado para “asilo de idosos” (AI)

1	29	velhos
2	28	vida
3	19	pessoas
4	17	tempo
5	17	velhice
6	14	bem
7	14	dia
8	14	família
9	12	trabalho
10	11	obra
11	11	quarto
12	11	social
13	11	sociedade
14	10	bairro
15	10	mal
16	10	serviços
17	9	problema
18	8	assistência
19	8	atividades
20	8	população
21	8	tratamento
22	7	aposentadoria
23	7	casa
24	7	cidade
25	7	cuidados

Fonte: As autoras

O primeiro lexema da lista de palavras mais frequentes é “velhos” que apesar de atualmente ter uma conotação mais pejorativa, não pode ser analisado como tal na época dos textos que compõem o *corpus* (1901-1945). Portanto, podemos considerar a frequência dessa palavra como uma maneira de referir-se aos idosos sem a repetição excessiva do termo.

O campo semântico que parece estar mais presente é o da assistência social representado por palavras como “sociedade, social, problema, assistência, atividades, população, tratamento, aposentadoria, cuidados”. Tal fato pode ser explicado pelas próprias matérias que compõem o *corpus* e que, tem em sua grande maioria como principal tema, o descaso e o abandono que ocorre na velhice. As questões mais evidentes, retratadas nos textos, dizem respeito à ausência de cuidados por parte da sociedade e da população, entre outros problemas com relação aos idosos.

Apesar de não formar um campo semântico, a presença da palavra “família” no décimo-quarto lugar da lista de frequência é bastante relevante, pois a falta de consideração das famílias para com seus integrantes idosos também foi um tópico presente em muitas das reportagens compiladas.

De modo geral, é possível constatar por meio das vinte e cinco palavras mais frequentes que, o *corpus* contendo textos com a forma AI teve maior foco na descrição da vida dos idosos, as situações enfrentadas por eles, os problemas, a falta de assistência da sociedade e atenção dos familiares. Um dado que comprova essa análise é a presença da palavra “vida” em segundo lugar na lista desse *corpus* e somente em décimo-sexto, com frequência mais baixa no *corpus* contendo textos com a forma lexical “casa de repouso”, cujo foco encontra-se em outros aspectos que serão discutidos logo a seguir.

Quadro 2: As 25 palavras mais frequentes do corpus compilado para “casa de repouso” (CR)

1	31	bem
2	28	pessoas
3	20	asilo
4	20	tempo
5	19	velhos
6	17	hoje
7	16	depois
8	16	durante
9	15	andares
10	15	homens
11	15	país
12	15	prédios
13	14	diretor
14	14	mundo
15	14	verdade
16	14	vida
17	13	agora
18	13	cidade
19	13	grande
20	13	velhice
21	12	idosos
22	12	mal
23	12	memória
24	12	ontem
25	12	passado
32	8	clínica
33	8	hospital
34	8	médico

Fonte: As autoras

Já em contraste com a lista de frequência do *corpus* anterior, nas vinte e cinco primeiras ocorrências após a filtragem da *wordlist*, o campo semântico de maior destaque é o relacionado ao tempo representado por palavras como: “tempo, hoje, depois, durante, memória, agora”. A presença desse campo é justificável pelo fato do objeto de estudo estar ligado com pessoas idosas que tem grande bagagem de vivências do passado que podem ser lembradas no momento atual. Além disso, diferentemente das reportagens do *corpus* que reúne textos com a forma “asilo de idosos”, muitas das reportagens desse *corpus* faziam menção à experiência de vida dos idosos, suas memórias e o decorrer de suas vidas.

Outro campo que surge no *corpus* compilado para “casa de repouso” (CR) é o relacionado ao espaço físico, mostrando como a descrição do ambiente das casas de repouso teve destaque nas matérias. Palavras como “andares, prédios, grande” compõem esse campo. Tal fato comprova a análise feita anteriormente acerca das formas concorrentes, reiterando que a utilização da nova forma teve relação com uma ideia maior de organização espacial e mais assistência. Nas matérias, muitas vezes as casas de repouso são descritas mostrando seu espaço físico mais preparado para fornecer assistência aos idosos, o que não ocorre no asilo de idosos.

Percebemos que a palavra “asilo” aparece em terceiro lugar na *wordlist*. Apesar de haver uma inversão de uso das formas concorrentes, como pôde ser observado no gráfico 2, em nenhum momento, a forma antiga deixou de existir ou ser utilizada, mesmo que a forma “casa de repouso” tenha sido mais frequente em determinado período quando comparada a “asilo de idosos”. Não podemos deixar de pontuar que, nos estudos lexicais de base sócio-histórica, fenômenos como esse nos explicam que houve mudança lexical e não somente, uma variação que poderia resultar em mudança. Assim, a ocorrência de “asilo de idosos” tornou-se menos frequente e dessa forma, secundária.

Apesar de não aparecer entre as vinte e cinco palavras mais frequentes, o campo semântico *saúde* aparece logo em seguida, caracterizando fatos sociais e históricos, tais como o reconhecimento da geriatria como uma especialidade médica, como já discutimos anteriormente. Além disso, outro fator que fez com que esse campo semântico aparecesse no *corpus* é a presença de maior acompanhamento médico nas casas de repouso quando comparadas às matérias sobre asilos de idosos, as quais não fazem menção a esse tipo de assistência na área de saúde. No *corpus* referente a asilo de idosos, ocorre exatamente o contrário, já que aparece nas matérias o relato da falta de acompanhamento médico e familiar, o que enfatiza a ideia de abandono e descaso com os idosos.

Um dado importante que merece ser mencionado é a ausência das palavras “família” e “problema” entre as mais frequentes desse *corpus*, em contraste com o anterior. Em geral, nas matérias coletadas para a compilação do *corpus* contendo a forma “casa de repouso”, relatos de problemas e descaso familiar não se destacaram, apesar de terem aparecido em alguns momentos, como no excerto apresentado anteriormente.

De modo geral, a *wordlist* desse *corpus* demonstra um foco maior nas experiências da vida das pessoas idosas, como pode ser verificado no destaque dado ao campo semântico tempo. Além desse foco, há também uma preocupação com as instalações e atribuições físicas das casas de repouso ressaltando uma diferença marcante entre as formas concorrentes, objetos de análise deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração as análises intralinguísticas e extralinguísticas apresentadas neste artigo, assim como as hipóteses aqui levantadas e confirmadas, foi possível perceber que os fatores sócio-históricos não podem ser desconsiderados quando se trata de mudanças lexicais.

Atualmente, para que pesquisas dessa área tenham real validade, procedimentos teórico-metodológicos da lexicologia sócio-histórica e da linguística de *corpus* são necessários. Esse estudo configura-se como uma confirmação de tal necessidade.

Desse modo, considerando todos esses pressupostos essenciais para alcançar os objetivos previamente delineados, foi possível explicar empiricamente e sócio-historicamente a mudança lexical de asilo (de idosos = AI) para casa de repouso (CR). Por meio dos procedimentos e ferramentas aqui explicitados, foi possível comprovar que a mudança lexical ocorreu e teve entre suas principais razões, fatores extralinguísticos de suma importância, tais como a criação da área da Geriatria como especialidade médica e saber científico e, a criação de leis e estatutos em benefício dos idosos. Estes fatores, além de oferecerem embasamento para a pesquisa, agiram em conjunto com dados intralinguísticos presentes nas análises das palavras mais frequentes, tornando o estudo aqui desenvolvido, uma contribuição relevante para a área de lexicologia e, conseqüentemente, para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BALDINGER, K. **Teoría semántica**: hacia una semántica moderna. Madrid: Alcalá, 1970.
- CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro: IPEA, 2002. n. 858.
- CAMBRAIA, C. N. Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-188, jan.-jun. 2013.
- CHAIMOWICZ, F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 2, p. 184-200, abr. 1997.
- DICIONÁRIO AURÉLIO. Asilo. Disponível em: <<<http://www.dicionariodoaurelio.com/Asilo.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- GROISMAN, D. Asilos de Velhos: passado e presente. **Estudos interdisciplinares do envelhecimento**. Porto Alegre, v. 2, p. 67-87, 1999.
- MATORÉ, G. La lexicologie sociale. **L'Information Littéraire**, Paris, n. 2, mar.-abr. 1949.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE TERMOS ECLESIÁSTICOS EM MANUSCRITOS GOIANOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX: UMA INTERSECÇÃO ENTRE FILOLOGIA E TERMINOLOGIA

DESCRIPTION AND ANALYSIS OF ECCLESIASTICAL TERMS IN MANUSCRIPTS AT GOIÁS STATE FROM 18TH AND 19TH CENTURIES: AN INTERSECTION BETWEEN PHILOLOGY AND TERMINOLOGY

Maiune de Oliveira Silva¹

Vanessa Regina Duarte Xavier²

Maria Helena de Paula³

RESUMO: Intenciona-se, neste artigo, discorrer sobre dois termos do âmbito eclesiástico referentes a oficiais do Catolicismo, no intuito de verificar os pontos convergentes e divergentes destes termos no que tange aos papéis desempenhados na hierarquia eclesiástica. Os termos utilizados para esse propósito, a saber, **pároco** e **capelão**, foram extraídos de dois livros manuscritos exarados nos séculos XVIII e XIX, em Goiás. O primeiro contém assentos de batismos de crianças escravas e de seus filhos, bem como de pessoas não subjugadas a essa linhagem; o segundo relata sobre os direitos e deveres dos associados à irmandade de São Joaquim do Cocal. O aparato teórico-metodológico utilizado para esse fim serviu-se dos pressupostos teóricos de autores que versam sobre as ciências da Terminologia, da Filologia, bem como da História, tais como Barros (2004), Castro (1998), Nunes (2008), Cambraia (2005), Megale e Toledo Neto (2005), dentre outros, haja vista que o cruzamento dessas disciplinas foi fulcral para confirmar ou refutar a hipótese que serviu como fio condutor para a investigação que ora se apresenta.

Palavras-chave: Funções eclesiásticas; Terminologia; Códices goianos.

ABSTRACT: The intention of this article is to discuss two terms of the ecclesiastical framework related to Catholicism officials, in order to verify convergent and divergent points of these terms in relation to the roles in the ecclesiastical hierarchy. The terms used for this purpose, namely: "pároco" and "capelão", were taken from two manuscripts books formally recorded in the eighteenth and nineteenth centuries, in

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Catalão, Goiás. Correio eletrônico: maiune20@gmail.com.

² Doutora em Filologia e Língua Portuguesa. Docente na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Catalão, Goiás. Correio eletrônico: vrdxavier@gmail.com.

³ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Docente na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Catalão, Goiás. Correio eletrônico: mhp.ufgatalao@gmail.com.

Goiás. The first contains baptisms seats child slaves and their children as well as people not subjugated to this strain; the second report on the rights and duties associated with the brotherhood of Saint "Joaquim do Cocal". The theoretical and methodological apparatus used for this purpose made use of the theoretical assumptions of authors who deal with science Terminology, Philology and History, such as Barros (2004), Castro (1998), Nunes (2008), Cambraia (2005), Megale and Toledo Neto (2005), among others, given that the intersection of these disciplines was crucial to confirm or refute the hypothesis that served as a guide for the research presented here.

Keywords: Ecclesiastical functions; Terminology; Goianos codices.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A religião sempre foi uma ponte entre os homens e as divindades. A necessidade de manter vivos os preceitos do catolicismo português fez com que os porta-vozes desta religião, diante da inexistência de uma igreja próxima as suas casas, criassem lugares próprios para a realização das práticas religiosas.

No campo, criaram-se oratórios fixados nas estradas, grutas com imagens de santos devotos e, por fim, capelas, com o intuito de facilitar a conexão entre os fiéis e suas divindades (BRANDÃO, 1985). Na cidade havia lugares construídos especialmente para se professar a fé – as matrizes e capelas –, nas quais as pessoas se reuniam para celebrar missas, batizados, festas aos santos padroeiros, dentre outros acontecimentos. Para todos os casos, eram necessários representantes eclesiásticos para celebrar as práticas católicas.

Para as capelas, foram instituídos/nomeados os capelães e para as matrizes, os párocos. Destarte, tendo como material de observação dois livros manuscritos lavrados nos séculos XVIII e XIX, buscou-se discorrer sobre esses dois termos.⁴ Sobre a temática dos documentos, é válido salientar que no primeiro livro foram exarados assentos de negros escravos e seus descendentes batizados entre 1839-1842, bem como de pessoas não subjugadas a esse sistema; e no segundo, relatam-se os deveres dos associados à Irmandade de São Joaquim do Cocal no ano de 1767. O objetivo de tais irmandades de pretos na época era garantir melhores condições de vida para os partícipes e dar-lhes amparo social e religioso.

O escopo desse artigo não é fazer o percurso histórico dos termos que remontam aos agentes do catolicismo até o período hodierno, posto que não se dispõe de documentos suficientes para trilhar esse caminho e os dicionários, sozinhos, não dão "conta" desse percurso. Intenciona-se, aqui, descrever a função de cada um desses sujeitos partindo do pressuposto de que um não podia assumir o papel do outro na hierarquia eclesiástica, isto é, o pároco era responsável principalmente por atuar nas matrizes, não deixando de assistir às outras igrejas, assumindo, deste modo, o papel religioso e administrativo. O capelão, por sua vez, executava seu ofício religioso apenas nas capelas, onde sua presença era solicitada.

⁴ A acepção de termo aqui é compreendida como uma unidade linguística pertencente a uma língua de especialidade, no caso em análise, pertencente ao âmbito eclesiástico (BARROS, 2004).

Para atingir o objetivo ora proposto, discorre-se sobre o uso dos termos supracitados no âmbito eclesiástico, no que se refere às funções exercidas nessa esfera, em Goiás, notadamente no período em que os manuscritos foram lavrados, respaldando-se em teóricos que versam sobre a temática. Para tanto, inicialmente, será feita uma breve incursão pela Filologia e pela Terminologia, uma vez que a interdisciplinaridade dessas ciências subsidiará a realização do trabalho.

FILOLOGIA E TERMINOLOGIA: CIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES

Etimologicamente, o termo filologia (*philología*, as) é de origem grega. Seus radicais, compostos pelo verbo *amar* e pelo substantivo *palavra*, designam o ramo científico do profissional que se dedica com afinco na leitura de documentos escritos de próprio punho (CAMBRAIA, 2005, p. 15), dentre outros. O filólogo é quem estuda a língua em textos escritos, sejam modernos ou antigos e, ainda, estabelece relação com a história da sociedade que nele está presente.

Contudo, o acesso aos dados nem sempre é fácil, uma vez que as pessoas ou instituições responsáveis pela salvaguarda de documentos se comportam, na maioria das vezes, como proprietários destes materiais, tornando difícil a realização das pesquisas que os envolvem.

Quando tais documentos se encontram sob a égide de cartórios, museus, igrejas, dentre outros órgãos que possuem uma política própria de acesso a esses materiais, o pesquisador deve possuir autorização judicial para adentrar nesse espaço e procurar o material que lhe servirá para os fins pretendidos. O estudioso deve, ainda, fazer um cadastro, seguir as normas previamente estabelecidas, utilizar jalecos, luvas, máscaras e máquina digital sem *flash*, a fim de que seja preservada a sua saúde e a das espécies documentais ali existentes, porque são documentos seculares, geralmente, armazenados em caixas fechadas ou em prateleiras, cujos fólhos⁵ hospedam fungos e bactérias insalubres ao organismo de quem os digitaliza ou consulta (ACIOLI, 1994).

Após acessar as fontes, faz-se necessário editá-las, atentando-se para o fato de que deve-se resguardar o estado de língua em questão, pois, como se trata de um português antigo, a linguagem de outrora apresenta características sintáticas, semânticas, morfológicas e fonético-fonológicas diferenciadas das utilizadas hodiernamente. Para a preservação dessas características, lançou-se mão das “Normas para transcrição de textos para a história do português do Brasil” (NHPB), publicadas em diversos manuais da área, dentre eles o de Megale e Toledo Neto (2005). Intenciona-se assim, editar documentos que possam ser dignos de confiabilidade linguística.

Para ilustrar os trechos nos quais os termos ocorrem, o presente estudo valeu-se da edição semidiplomática em disposição justificada, na qual utilizam-se barras verticais para indicar mudança de linha. A justificativa para essa escolha assenta-se no fato de essa edição ser de cunho menos conservador, porquanto permita que um leigo na área possa ler sem grandes dificuldades o que está escrito

⁵ Na Filologia, fólho compreende a folha do documento, podendo ser exarada em *recto* (frente) e *verso*.

no documento, estando as abreviaturas desenvolvidas e os lapsos ou incorreções do escriba fornecidos em nota de rodapé, sem descaracterizar o estado de língua da espécie documental (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005). Insta ressaltar, ainda, que os trechos da edição supracitada hão de servir para exemplificar e demonstrar os termos em uso.

No encaixo das proposições do estudo, salienta-se que a Terminologia se concentra no estudo dos termos específicos de uma dada área do conhecimento. Tais termos apenas se distanciam do léxico geral pelo fato de serem usados em contexto específico com significado particular, que não se estende a outros contextos de uso.

Enquanto ciência do léxico, a Terminologia teve sua origem firmada recentemente se comparada a outras disciplinas do mesmo domínio, a saber: a Lexicologia e a Lexicografia. Os primeiros esforços para consubstanciar essa ciência partiram de Wüster, um engenheiro austríaco que elaborou a Teoria Geral da Terminologia (TGT). Para ele, as unidades terminológicas não faziam parte das línguas naturais, elas pertenceriam a um domínio especializado, no qual designariam um único conceito e, por isso, não permitiam polissemia, ambiguidade, sinonímia e homonímia (BARROS, 2004). Esta teoria foi revista e refutada por alguns estudiosos do tema, que dentre os expoentes podemos citar Maria Teresa Cabré, levando-os a desenvolverem a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Veja-se como Barros (2004) conceitua essa nova visão:

Contrariamente à TGT, a TCT não aceita a distinção drástica entre uma unidade terminológica (termo) e a unidade lexical da língua geral (palavra). Considera os termos como unidades linguísticas que exprimem conceitos técnicos e científicos, mas que não deixam de ser signo de uma língua natural (geral), com características e propriedades semelhantes (BARROS, 2004, p. 57).

Ainda nos rastros dessa autora (2004), compreende-se que, para a TCT, as unidades terminológicas, fora do seu contexto de uso próprio de uma área do saber, são unidades pertencentes ao léxico geral. Uma unidade assume o valor de termo apenas quando utilizada em um contexto específico que lhe permita tal configuração. Feitas essas considerações, segue-se a análise dos termos *pároco* e *capelão*.

PÁROCO: UM SACERDOTE A SERVIÇO DA FÉ

Sabe-se que na hierarquia católica o maior cargo é ocupado pelo Papa, responsável por nomear os cardeais e bispos. Posteriormente, vêm arrolados o cardeal, o bispo, o arcebispo, pároco, o diácono, o seminarista, o coroinha, dentre outros que ocupam posições secundárias.

Faz-se mister, primeiramente, compreender a função de um pároco. Para isso, recorreremos a Nunes (2008, p. 36), segundo a qual: o “[...] pároco tem a seu cargo a direção de toda uma paróquia na qual se compreendem todas as igrejas e capelas”. Percebe-se, então, que o pároco exerce um cargo religioso em uma paróquia e, também, cuida das funções administrativas que lhe são atribuídas. É digno de nota que, nos idos oitocentistas, os párocos, diferentemente do período contemporâneo, eram escolhidos via concursos. A esse respeito, convém elucidar que o termo concurso, no período dos documentos, refere-se ao: “[...] exame que fazem os bispos ou seus comissários dos clérigos

que se apresentam para serem providos em alguma igreja, a fim de se conhecer qual é o mais digno" (CAPELA, 2003).

Carece esclarecer, ainda, que a paróquia abrange vários tipos de igrejas, sendo elas capelas, matrizes e, atualmente, os centros comunitários, os quais inexistiam na época dos documentos analisados. É mister acrescentar que paróquia refere-se a uma demarcação territorial, em que todas as igrejas (matriz, capela, entre outros) que se situam em sua adjacência fazem parte dela. Esses locais necessitavam do apoio irrestrito do pároco responsável, no que tange aos âmbitos espiritual ou material. Faziam parte das suas obrigações, presidir as missas, celebrar os sacramentos religiosos, dentre outras atribuições. Essas eram, também, uma forma de ele ter anuência dos fatos ocorridos na paróquia e conhecer a realidade das comunidades.

As dioceses reúnem um grupo de cidades com suas paróquias e comunidades católicas, que formam a Igreja local.⁶ Na diocese, o bispo é o pastor maior de todo o grupo de cristãos. Sua missão é santificar seu rebanho mediante os sacramentos; ensinar as verdades da fé católica e alertar os cristãos para os riscos dos desvios; ele deve governar a Igreja como um pai cuida de sua família. O bispo e o arcebispo estão vinculados ao papa e, assim, eles buscam manter a unidade da Igreja Católica, cuja cabeça é Cristo (BUSTOLIN; LELO, 2007).

Diante do exposto pelos autores (2007), compreende-se que na sede da diocese está a Igreja catedral, a mãe das demais. Esta é uma paróquia como as outras, mas constitui o sinal de unidade de toda Igreja diocesana. Chama-se catedral porque nela está a cátedra (cadeira) do bispo, representando o lugar de onde ele ensina e cuida de todo o povo a ele confiado.

O trabalho paroquial no Brasil, segundo Castro (1998), era semelhante à função do pároco em Roma. Este tinha como função assistir os legados do Rei sempre que saíssem a serviço do Estado. De igual maneira, o pároco que atua na Igreja Católica Apostólica Romana do Brasil está encarregado de propiciar aos fiéis que lhes são confiados todo o suporte necessário para a salvação eterna. Todavia, há um dissídio nessa afirmação, porquanto a organização da Igreja no Brasil (1500-1800) seguiu parcialmente os mandamentos romanos pelo fato de ter sido erigida sob a supervisão da Coroa portuguesa. Veja-se o que diz Azzi (1977, p. 168, apud HOORNAERT, 1982, p. 12, grifos nossos) acerca dessa afirmação:

A ordem de Cristo era herdeira dos templários e gozava de grande influência. **O direito de padroado foi cedido pelo papa ao rei português com a incumbência de promover a organização da Igreja nas terras "descobertas", de sorte que foi por intermédio deste Padroado que a expansão do Catolicismo no Brasil foi financiada.** O Estado português ainda dispunha de outros mecanismos para controlar a Igreja, como "a mesa da Consciência e Ordens", que procedia às nomeações eclesiásticas, e o Conselho Ultramarino, que dava pareceres em questões de direito colonial. Contudo, o mecanismo mais importante foi o Padroado régio, **a influência de Roma sobre o**

⁶ A igreja local, de acordo com Bustolin e Lelo (2007), é uma assembleia daqueles que professam a fé e a lealdade em Cristo. Em outras palavras, quando as pessoas obedecem às palavras de Deus e se tornam cristãos, elas sentem necessidade de reunir-se com outros irmãos na fé. Por seu turno, esta se opõe a igreja universal, que são os discípulos de Cristo que estão espalhados pelo mundo. Estes constituem o corpo universal e, por serem numerosos, o pároco é incapaz de contabilizá-los em sua totalidade.

Brasil foi mínima, especialmente a do Concílio de Trento, que praticamente só foi aplicado no Brasil no século XIX.

A partir disso, compreende-se que, no período colonial, os portugueses povoaram o Brasil e implantaram o cristianismo com o fito de ensinar a doutrina católica aos habitantes que não a conheciam, ou, se eram conhecedores, aos que não praticavam-na. Dessa forma, no Brasil, a doutrina católica foi imposta, também, aos índios e aos escravos na tentativa de evangelizá-los.

É sabido que os livros utilizados para os registros referentes aos sacramentos cristãos recebiam a rubrica do visitador e, após este ato, estavam prontos para neles se lançarem os primeiros registros de sacramentos dos cristãos católicos. No livro das “Constituições do Arcebispado da Bahia”, escrito nos idos oitocentistas, cujas normas ainda são seguidas pela Igreja Católica atualmente, mas com algumas ressalvas, o agente institucional da igreja – o pároco – era o responsável por ministrar o batismo, o qual deveria ocorrer até o oitavo dia de vida do infante. O não cumprimento desta ordem culminaria em multa, que deveria ser paga para a Igreja Paroquial. Caso o descumprimento perdurasse até o dobro do período estabelecido, os pais seriam penalizados com a suspensão dos sacramentos que lhes eram de direito, até a criança ser batizada.

Embora nas Constituições houvesse tal ordem, na prática raramente ela se cumpria. No *Livro de Assentos de Registros de Baptizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus*, exarado no ano de 1839-1842, havia crianças que eram batizadas depois que completavam meses e até anos de vida. Isso se justifica pelo distanciamento entre a população campestre e as paróquias, porquanto nem sempre os pais tinham condições de levar as crianças, nas datas estabelecidas pela Igreja, até as Vilas para serem batizadas e as desobrigas não eram frequentes. Para corroborar essa assertiva, veja-se o registro de uma criança nascida em setembro de mil oitocentos e trinta e nove e batizada em janeiro do ano seguinte.

||2v|| **Aos cinco dias do mês de Janeiro de mil oito sentos equaren-| ta anos nesta Matris de Nossa Senhora Mai de Deos| do Catalaõ deste bispado de Goiás Baptizei Solenimen| <Malhias.> e pus os Santos Olios ao inocente Mathias, que nasceo| a vinte e dous de setembro proximopassado| pillas oito horas| da noite filho natural de Anna Ferreira da Costa bran-| ca moradora na Fazenda dos Martinis e vivem de| lavoura: foraõ Padrinhos Elautino Iosé de Aguiar| e Gertrudes Maria da Conceição, deque para constar se-| fas este assento. O Parocho Manoel Camelo Pinto (Livro de registros de batizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus, 1839-1842, grifos nossos).**

Para sanar as dificuldades de os pais batizarem seus filhos, surgiram as desobrigas, que consistiam na visita dos párocos e/ou dos seus subordinados aos locais afastados das paróquias. Posteriormente, viu-se a necessidade de construir capelas nas sociedades campestres a fim de que os sacramentos fossem realizados em menor tempo e, também, para que os fiéis não se desviassem dos caminhos cristãos.

Como o livro de registro não podia sair da paróquia, conjectura-se que o responsável por realizar os assentos batismais levava consigo uma espécie de caderneta para registrar os batismos realizados durante o período da desobriga. Posteriormente, os assentos seriam lançados no livro oficial da igreja. Corroborar essa assertiva o fato de

se encontrarem assentos nos quais o mês de realização do batismo diverge dos demais assentos exarados no mesmo período.

Nesse mirante, cabe dizer que os fólhos do livro de batismo foram cortados para se adequar ao tamanho da encadernação. No entanto, é notória a rubrica do visitador, o senhor Mariano José Rodrigues, que assinala em todos os fólhos o seu último nome de forma abreviada. Essa rubrica era antecedente a todo o processo de registro de batismo. Nenhum batismo deveria ser registrado no livro antes da inspeção do visitador.

Importa lembrar que junto com a rubrica do visitador colocavam-se as numerações dos fólhos, sempre no *recto* ou anverso. Todavia, pelo fato de as folhas serem de tamanho irregular à encadernação recebida posteriormente, percebe-se que elas foram fragmentadas na parte superior e inferior, afetando a identificação da numeração inserida e, por vezes, da rubrica do pároco que assinava os batismos dando-lhes legitimidade.

No que diz respeito às obrigações dos fiéis, estes deveriam mandar seus filhos às igrejas. De igual maneira, os senhores deveriam submeter seus cativos ao catolicismo, por estes serem menos instruídos na doutrina católica, segundo a visão do colonizador e de seus donos. Após compreenderem parcialmente a doutrina católica na língua do país em que foram inseridos, os cativos em fase adulta eram batizados pelo representante oficial do catolicismo. Quando crianças, se nascidas no Brasil, a nacionalidade lhes resguardava de ter que esperar por um longo período até que a aquisição da língua se revelasse suficiente. Desta maneira, o batismo dos escravos seguia a mesma regra dos infantes em estado não servil.

A religião, nos idos oitocentistas, era um mecanismo para que a fé não fosse anulada. Ser católico, frequentar uma matriz presidida por um pároco, geralmente localizada nos bairros mais populosos das cidades nas quais os devotos iam para professar a fé e, em outros momentos, festejar os santos eram maneiras de não deixar que a fé se perdesse (BRANDÃO, 2004). Contudo, acreditamos que essa concepção de religião não se aplicava aos cativos, uma vez que, pela descrição historiográfica, mesmo quando adeptos ao sincretismo religioso, as suas condições servis dificultavam suas inserções na sociedade.

CAPELÃO: O INTERCESSOR DE ALMAS

Para os moradores nas sociedades campestres era mais difícil ir às igrejas, em função do distanciamento entre as áreas rurais e os centros urbanos. Contudo, devido à necessidade de alimentarem e reforçarem a fé, os fiéis engendraram mecanismos para que a tradição não se perdesse. Assim, criaram-se capelas, as quais podiam ser construídas em uma área particular ou ser vinculadas à igreja matriz. Nas capelas, os devotos iam para obter os sacramentos basilares, como o batismo e a eucaristia.

Quando a capela era construída nas fazendas, o capelão se tornava amigo importante de quem o acolhia. Ter uma capela nas suas terras simbolizava *status* para a família, uma vez que a propriedade sob a qual fora erguida era valorizada e, ainda, atraía vizinhos e pequenos comércios, levando a comunidade a participar das festividades destinadas aos santos padroeiros locais (GOMEZ; CHAUL; BARBOSA, 1994).

Para a edificação das capelas, no período oitocentista, era necessário obter licença do arcebispado da Bahia. O arcebispo se deslocava até o local em que o imóvel seria edificado para verificar se dispunha de todas as condições necessárias para a sua edificação e manutenção. Isto incluía desde o material para sua construção até o dinheiro investido para a sustentação do edifício. Um item indispensável na capela era a pia batismal, pois o sacramento do batismo deveria ser realizado dignamente (VIDE, 1853).

De acordo com o autor supracitado (1853), apenas o pároco tinha a permissão para realizar o batismo,⁷ mas, caso fosse da vontade dos pais, o capelão ou outro sacerdote podia ministrar o batismo. Para tanto, seus genitores deveriam obter licença do pároco. Após a realização e concessão do pedido, o capelão ficava responsável por elaborar uma lista com o nome dos seus batizando e repassá-la ao pároco, para que, posteriormente, fosse lançada na ata batismal.

No que concerne ao processo de edificação das capelas no século XVIII, sabe-se que era delongado, pois o trabalho dependia da mão de obra escrava. Anos depois, mesmo com a invenção de outros mecanismos para a construção dos templos rurais, esta tarefa ainda era demorada e burocrática, porquanto principiava com a concessão das terras para a construção da capela e finalizava com a votação do santo que deixaria de ser o protetor individual de uma família e passaria a ser o padroeiro oficial daquela comunidade camponesa (BRANDÃO, 1985).

Nos contextos de fé coletiva, o autor (1985) ressalta que para a realização dos rituais religiosos os moradores não podiam prescindir de um especialista no assunto, podendo, então, ser um profissional da região, um rezador de terço ou sacerdotes populares, como os capelães ou mestres dirigentes de grupos rituais camponeses, responsáveis pelas folias de santos reis.

Assumir o papel de agente do catolicismo popular exige o acúmulo de conhecimento adquirido ao longo da vida. Na maioria das vezes, um capelão ou rezador migrado da cidade para a zona rural fora, antes, um auxiliar leigo do sacerdote, como um coroinha ou um sacristão. Brandão (1985) ainda acrescenta o caso do rezador popular semiletrado, o qual poderia ter aprendido parte da sua sabedoria em colégios católicos.

Todavia, sabe-se que, no período escravagista, no qual os documentos em estudo foram lavrados, esta observação não se aplica, visto que, migrados dos seus locais de origem, os escravos tinham religiões diferentes das que lhes foram impostas e, para não perder suas origens, precisaram se adaptar ao catolicismo brasileiro por meio do sincretismo religioso.

Concernente ao tempo das bandeiras,⁸ a figura do capelão era imprescindível para a formação da tropa. Sem ele, os bandeirantes não desbravariam seus caminhos. Além disso, ele era a pessoa a quem os bandeirantes deviam respeito e estima. Nos momentos de discórdia, o capelão servia como um guia espiritual, buscando a concórdia entre os membros da tropa (CASTRO, 1998).

⁷ Este ato é recorrente nos assentos de batismo. Quando essa situação ocorre, o agente eclesiástico que realiza o batismo informa a ação na ata batismal.

⁸ As bandeiras eram expedições que, no período colonial (séculos XVI ao XVIII), saíam de vários Estados Brasileiros em busca de aprisionamentos de autóctones e exploração de jazidas auríferas.

No códice analisado por Duarte-Silva (2013) e que serve de fonte para este estudo, a função do capelão está explícita assim: “||12v|| ouvirão todos Missa,| que celebrará o Reverendo Capelam da Irmandade por obrigação, em louvor do Espírito Santo por-teação do bom| acerto”. Noutras palavras, o capelão ou o reverendo capelão, como é também designado, era responsável por rezar missas aos partícipes da irmandade, bem como ouvir as confissões e encomendar as almas dos defuntos. Ele deveria, ainda, ter bom comportamento para servir de exemplo aos seus irmãos.

||27r|| sempre será o Capelam (ou Capelaes) aprovado, podendo ser; e| terá obrigação de cõfeçar aos Irmãos cem preferença aoutra qualquerPesso-| a; para oque, estará prompto à qualquer hora, e para assistir-lhes na morte, | e acompanhar de graça aos defuntos e Irmãos pobres (Livro de compromisso da irmandade de São Joaquim do Cocal, 1767).

De ordinário, o rei custeava a visita do capelão/pároco aos locais afastados. Como as famílias moravam distantes da matriz, o capelão tinha como obrigação dar assistência espiritual aos que dela necessitavam, uma vez que muitos morriam sem ter recebido os sacramentos ordenados pela Igreja (DUARTE-SILVA, 2013).

Naquela época, conforme se pode observar no livro de compromisso, os capelães não podiam cobrar pelos serviços prestados aos menos favorecidos socialmente e dependiam, para a sua sobrevivência, da boa vontade dos fiéis que doavam dízimos. Diferentemente, os párocos recebiam mensalmente a cõgrua para a manutenção pessoal, sendo esta mais uma diferença entre esses representantes eclesiásticos.

O cargo de capelão na Irmandade era, geralmente, ocupado por um negro, escolhido por meio de votação pelo corpo dirigente da Irmandade que, por sua vez, era composto pelos irmãos vinculados à Coroa e à Igreja. Atualmente, esse cenário sofreu modificações e não apenas os negros podem exercer essa função, mas todos aqueles que se sentem convocados e tocados para essa missão.

No tocante à definição dos termos *pároco* e *capelão*, cabe observar as palavras de Nunes (2008, p. 36) em seu “Glossário de termos religiosos”. Para a autora:

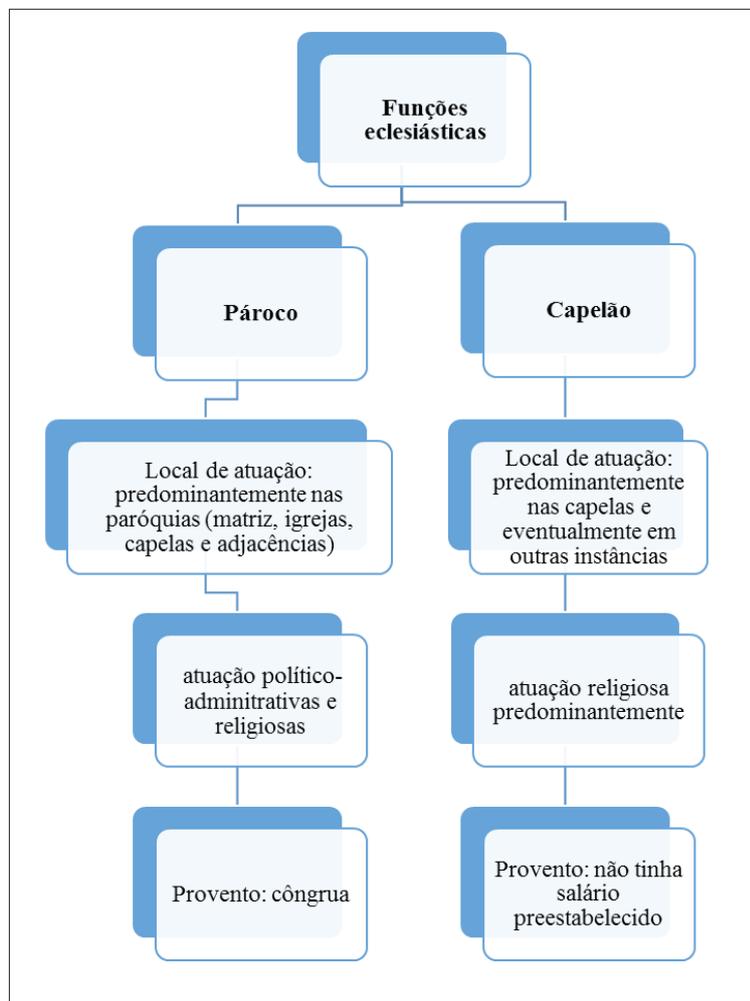
Em sentido amplo, capelão aplica-se para designar o eclesiástico ou padre, que serve, isto é, que presta serviços religiosos, em uma capela ou em uma igreja, sem qualquer distinção de categoria. Desse modo, distingue-se do pároco, que tem a seu cargo a direção de toda uma paróquia na qual se compreendem todas as igrejas e capelas. O capelão é só de uma igreja ou só de uma capela.

Em outras palavras, o *pároco* deveria atuar principalmente na matriz de sua paróquia, não deixando, contudo, de atender às outras igrejas que pertenciam ao seu paroquiado, posto que ele precisava ter ciência de tudo o que acontecia nos locais sob sua responsabilidade. Por sua vez, o *capelão* atuava em maior escala nas capelas; entretanto, caso sua presença fosse solicitada por seu superior – o pároco, responsável por tomar as decisões político-administrativas na paróquia – ele poderia realizar alguns ritos sacramentais na matriz.

Essas nuances fazem com que haja uma semelhança entre os papéis destes agentes, porque tanto um quanto o outro podiam atuar nas paróquias e capelas, de acordo com a necessidade de cada setor. O capelão, todavia, não podia assumir a responsabilidade administrativa da diocese; a ele competia tomar as decisões do santuário em que habitava, cujos cuidados eram de sua total responsabilidade.

Esquemáticamente, as funções na hierarquia católica podem ser assim representadas e diferenciadas:

Figura 1: Organograma com a representação e subdivisão das funções de pároco e capelão



Fonte: as autoras.

NOTAS EPILOGAIS

Concatenando as ideias expostas, apreende-se que, embora os párocos e os capelães eventualmente exercessem funções semelhantes, os termos a eles referentes não podem ser considerados sinônimos porque o pároco em geral atuava na matriz exercendo funções que transcendiam o papel religioso. O capelão, por seu turno, atuava nas paróquias e/ou igrejas que clamavam por sua assistência, sendo a sua atuação de cunho estritamente religioso.

Nos documentos analisados, percebe-se que a função dos párocos não era muito diferente do período atual, visto que o pároco não podia ausentar-se durante muito tempo das paróquias sob sua responsabilidade porque precisava realizar os sacramentos cristãos e cuidar da parte administrativa.

O capelão exercia função itinerante, saía em desobriga e, nesta missão, tinha a função de cuidar das pessoas que careciam de auxílio espiritual e/ou material. Dessa forma, a ele cabia a recaptura dos cristãos, que necessitavam estar próximos à igreja, além de ministrar os sacramentos em atraso e, ainda, encomendar as almas dos mortos para que elas pudessem fazer uma boa passagem para o mundo espiritual. É preciso lembrar que, no Brasil, a função do capelão comunitário fora extinta em 1899, no entanto, outras ramificações, tais como os capelães hospitalares, militares, dentre outros, ainda vigoram hodiernamente (MARIANO, 2012).

Verifica-se, portanto, que devido às subordinações hierárquicas ocorridas entre o pároco e o capelão, as suas funções não se confundem e, por isso, eles podiam trabalhar conjuntamente em uma mesma paróquia ou capela. Embora a matiz diferenciadora esteja nas funções relativas aos papéis administrativos, uma vez que não cabia ao capelão administrar a Matriz, percebe-se que, se considerarmos a estrutura clerical, esta diferença se torna substancial.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, V. L. C. **A escrita no Brasil Colônia**: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: Joaquim Nabuco/Massanga, 1994.
- BARROS, L. A. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: EdUSP, 2004.
- BRANDÃO, C. R. **Memória do Sagrado**: estudos de religião e ritual. São Paulo: Paulinas, 1985.
- _____. **De tão longe eu venho vindo**: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: EdUFG, 2004.
- BUSTOLIN, L. A.; LELO, A. f. **Caminho de fé**: itinerário de preparação para o batismo de adultos e para a confirmação e eucaristia de adultos batizados. São Paulo: Paulinas, 2007.
- CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAPELA, J. V. **As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758**: a construção do imaginário minhoto setecentista. Braga: Barbosa e Xavier Artes Gráficas, 2003.
- CASTRO, J. L. de. **A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás**. 1998. 237 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.
- DUARTE-SILVA, L. **Irmandade de pretos**: edição e inventariação lexical em manuscritos goianos do século XVIII. 2013. 440 f. Dissertação. (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras. Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Catalão, 2013.
- GOMEZ, L. P.; CHAUL, N. f.; BARBOSA, J. C. **História política de Catalão**. Goiânia: EdUFG, 1994.
- HOORNAERT, E. **A igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARIANO, R. A. **Teologia, aconselhamento e capelania cristã**. Maringá: Centro Universitário de Maringá. Núcleo de Educação a Distância, 2012.
- MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. de A. (Org.). **Por minha letra e sinal**: documentos do ouro no século XVIII. Cotia (SP): Ateliê, 2005.
- NUNES, V. M. M. **Glossário de termos sobre religiosidade**. Aracaju: Tribunal de Justiça/Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, 2008.
- PARÓQUIA NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS, com rubrica do Presidente da Câmara Paroquial Mariano José Pereira. **Livro de Assentos de Registros de Baptizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (1839-1842)**. 90 fólhos. Villa do Catalão, 26 dez. 1839 (Visto em Visita Pastoral de 17 de novembro de 1862).
- VIDE, D. S. M. da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720, com todas as licenças necessárias, e ora reimpressas nessa capital). São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

SOCIOTERMINOLOGIA DIACRÔNICA: VARIAÇÃO E MUDANÇA EM TERMOS MILITARES DE INFANTARIA

DIACHRONIC SOCIOTERMINOLOGY: VARIATION AND CHANGE IN INFANTRY MILITARY TERMS

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo¹

RESUMO: Este texto apresenta um estudo socioterminológico em diacronia dos termos militares *passo* e *marcha*, constantes em dois manuais manuscritos de tática para infantariaportuguesadosséculosXVIIIeXIX.Paraarealizaçãodainvestigação,partimos da pergunta: o que motivou a diferença e a estabilidade na frequência de ocorrência (BYBEE, 2002) dos termos delimitados? As motivações para as variações e mudanças das unidades terminológicas neste espaço são estudadas sob a perspectiva da terceira onda da sociolinguística (ECKERT, 2004; ECKERT; MCCONNEL-GINET, 2010) e estão alinhadas com os estudos de lexicologia social (MATORÉ, 1973) e da socioterminologia variacionista (FAULSTICH, 2001, 2002). Metodologicamente, aplicamos o construto de Faulstich e, em seguida, identificamos e sistematizamos as motivações dos fenômenos de variação e mudança extraídos dos *corpora*. Nossa discussão, de cunho qualitativo e quantitativo (BYBEE, 2002), apontou que o entendimento da mudança das unidades terminológicas simples e complexas especificadas (DIK, 1981, 1983) deve sempre relacionar o léxico em uso à história social e cultural de suas comunidades de prática (MARENGO, 2016).

Palavras-chave: Terminologia militar. Socioterminologia diacrônica. Lexicologia social. Mudança Linguística.

ABSTRACT: This paper presents a diachronic socioterminological study of the military terms *step* and *march*, contained in two handwritten manuals of tactics for Portuguese infantry of the XVIII and XIX centuries. To carry out the research, we start with the question: what motivated the difference and the stability in the token frequency (BYBEE, 2002) of the delimited terms? The motivations for the variations and changes of terminological units in this space are studied from the perspective of the third wave of sociolinguistics (ECKERT, 2004; ECKERT; MCCONNEL-GINET, 2010) and are aligned with social lexicology studies (MATORÉ, 1973) and the variationist socioterminology (FAULSTICH, 2001, 2002). Methodologically, we apply the construct of Faulstich and then we identify and systematize the reasons for the variation and change phenomena extracted from the *corpora*. Our qualitative and quantitative discussion (BYBEE,

¹ Professor Adjunto do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

2002) pointed out that the understanding of the change of the simple and complex terminological units pointed (DIK, 1981, 1983) must always relate the lexicon in use to the social and cultural history of its communities of Practice (MARENGO, 2016).

Keywords: Military Terminology. Diachronic Socioterminology. Social Lexicology. Linguistic Change.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa de cunho socioterminológico centrado na linguagem de especialidade militar. Nossos objetos de estudo são dois manuais manuscritos, um do século XVIII e outro do século XIX, de tática militar de infantaria. Os *corpora* se encontram na seção de manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ).

Após a delimitação e descrição inicial dos termos que compõem os dados específicos para o desenvolvimento da nossa proposta, chegamos a um questionamento: o que motivou a diferença e a estabilidade na frequência de ocorrência dos termos *passo* e *marcha*? Logo, o objetivo principal deste trabalho consiste em analisar as variantes coocorrentes de registro do campo nocional *movimentos de tropas*, com base no aporte teórico da socioterminologia em diálogo com a sociolinguística variacionista (LABOV, 2008; ECKERT, 2004).

Para alcançar a concretização do nosso intuito, nossa proposta metodológica está voltada para uma análise quantitativa assentada nas frequências de ocorrência estabelecidas por Bybee (2002). Além disso, também daremos tratamento qualitativo aos dados para buscar uma explicação das diferenças de frequência dos termos a partir da visão socioterminológica de viés tipológico-funcional da linguagem de especialidade militar (FAULSTICH, 1995, 2001, 2002).

TERMINOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA: UMA VISÃO DA VARIAÇÃO/MUDANÇA

Tratar de variação, principalmente de mudança, na Terminologia é algo relativamente novo. No Brasil, data de 1989, um ano após a realização do Congresso de Bruxelas, onde foi assentada a viabilidade de estudos diacrônicos nessa área, que “surgiram as primeiras ideias de que, no discurso, o termo apresentava variação” (FAULSTICH, 2001, p. 20). Notamos que a perspectiva diacrônica, já amplamente trabalhada na linguagem geral, abre caminho para investigações sobre a variação e mudança que afetam os termos nas linguagens de especialidade. Na década de 90 do século passado, os estudos de variação terminológica ganham mais reforço. A partir das premissas de Faulstich (1995), outros estudiosos da área também passam a assumir a variação como fenômeno ocorrente nas linguagens de especialidade, refutando, então, os postulados de Wüster, que afirmava que as variações terminológicas deveriam ser eliminadas por meio da normalização² de seus termos.

Cabré (1993, p. 157) vai de encontro às proposições de perspectiva tradicional wüsteriana ao afirmar que “[...] toda linguagem de especialidade, na medida em que é um

² Segundo Wüster, normalizar, em terminologia, é simplificar *a posteriori*, isto é, remover sinônimos e homônimos.

subconjunto da língua comum, compartilha de suas mesmas características; trata-se, então, de um código unitário que permite variações”³. Endossando esse posicionamento, Faulstich (1998a) desmistifica ainda mais a sistematização terminológica de Wüster ao afirmar que os termos de uma linguagem de especialidade são entidades variantes que se manifestam nos planos vertical (mesma especialidade), horizontal (especialidades diferentes) e temporal. Faulstich e Cabré se baseiam em uma orientação funcional das linguagens de especialidade, uma vez que admitem o texto especializado como elemento central no desenvolvimento dos estudos terminológicos.

Apesar da persistência desse conceito, há alguns anos se começou a questionar certas afirmações sobre o unitarismo e se começou a desenvolver uma proposta de terminologia concentrada em sua análise dentro de um marco textual da comunicação especializada e viés cultural próprios das ciências da linguagem. Consequentemente, se começou a descrever o seu caráter variacionista. (CABRÉ, 1999, p. 166)⁴

Nesse contexto, ratificando as palavras da autora supracitada, Faulstich (1998a, p. 141), afirma que “a polifuncionalidade da unidade lexical [...] pode produzir mais de um registro ou mais de um conceito para o mesmo termo” uma vez que será esse o espaço em que as variantes serão “resultantes dos diferentes usos que a comunidade, em sua diversidade social, linguística e geográfica, faz do termo” (FAULSTICH, 2001, p. 22).

Ao tratar de comunidade, deixamos claro que nossa visão não é a de *comunidade de fala*, mas a de *comunidade de prática*. Ao nos posicionarmos alinhados com a socioterminologia de viés funcional – que vai estudar o termo sob uma perspectiva linguística na interação social (FAULSTICH, 1995) – e essa, por sua vez, tem como base auxiliar os princípios da sociolinguística, optamos pelos estudos de Eckert (2004) como referência para esse diálogo. Podemos justificar essa escolha por meio das palavras de Freitag et al. (2012), ao explicitarem que

Propondo uma discussão sobre os rumos do significado social no estudo da variação, Eckert (2012) faz uma abordagem programática dos estudos sociolinguísticos com o propósito de relevar o estudo da variação com ênfase no significado social: como o sistema de significado social é estruturado? Que tipos de significados sociais são expressos na variação? Em seu retrospecto, Eckert destaca que os estudos sociolinguísticos podem ser agrupados em três ondas de estudos, não substitutivas nem sucessivas, mas que se configuram como modos distintos de pensar a variação, com práticas analíticas e metodológicas peculiares. (FREITAG et al., 2012, p. 919)

Assim, a escolha de Eckert se deve ao fato de que compartilhamos as mesmas inquietações no que tange à relação da língua com o significado social. Além disso, como verificamos na citação, a pesquisadora agrupa os estudos da sociolinguística em três

³ Tradução nossa. No original, “[...] todo lenguaje de especialidad, en la medida en que es un subconjunto del general, participa de sus mismas características; se trata, pues, de un código unitario que permite variaciones.”

⁴ Tradução nossa. No original, “Malgrat la persistència d’aquesta concepció, des de fa pocs anys s’han començat a posar en qüestió determinades afirmacions unitaristes i s’ha començat a desenvolupar una proposta de la terminologia concentrada en la seva anàlisi en un marc textual dins de la comunicació especialitzada i amb el biaix cultural propi de les ciències del llenguatge. En conseqüència, s’ha començat a descriure el seu caràter variat.”

perspectivas, que chama de ondas⁵. Nesse espaço, nos importa tratar somente dos estudos de terceira onda, uma vez que é nesse momento que a sociolinguística centra sua atenção em saber “como a estrutura se molda no cotidiano, com os condicionamentos sociais impostos e as relações de poder estabelecidas atuando sobre ela” (FREITAG et al., 2012, p. 922). Além disso, esta última onda apresenta um deslocamento de foco importante: passa-se do conceito de *comunidade de fala* para o de *comunidade de prática*.

Desse modo, como estamos tratando de linguagem de especialidade, partilhada e usada em contextos de uma determinada prática social específica, acreditamos que esse alinhamento é mais profícuo. Então, estabelecemos que a linguagem de especialidade militar será partilhada por uma comunidade de prática: os militares, que são os enunciadores e os enunciatários dos textos com os quais estamos trabalhando. Essa delimitação é necessária porque, segundo Faulstich (2002, p. 66), “é fundamental que o especialista em terminologia conheça o perfil do usuário, para que o repertório terminológico [...] se transforme num instrumento de trabalho e seja fonte de informação lexical e semântica das áreas específicas do conhecimento”. Ademais, é importante afirmar que os conceitos que os termos portam são fruto de atividades cognitivas e interativas compartilhadas entre sujeitos. A conceitualização de mundo bem como o modelo mental que se cria a partir dele são, em grande parte, partilhados entre os sujeitos, construindo, assim, a base do entendimento mútuo (KLEIBER, 1999).

Desse modo, apontamos para a importância dos sujeitos, uma vez que são eles que geram e usam os conceitos e sua materialização expressa no léxico de uma língua. Convém agregar a esta afirmação o fato de que, tanto os sujeitos quanto as suas manifestações linguísticas estão imersos em um universo maior: a sociedade. Desse modo, a linguagem que usam, seja geral ou de especialidade, não só reflete as construções cognitivas individuais e partilhadas pela coletividade, mas também aponta para o modo como essa comunidade mapeia o mundo ao seu redor.

O fator tempo também é de suma importância. Segundo Özsoyoğlu e Snodgrass (1995, p. 513), “tempo é um aspecto importante de todos os fenômenos do mundo real. Os eventos ocorrem em pontos específicos no tempo; objetos e as relações entre os objetos existem ao longo do tempo”⁶. É somente levando em “conta” essa variável que somos capazes de entender as (res)significações que um termo adquire ao longo de sua existência.

Corroborando essa visão de que a linguagem de especialidade leva em “conta” os sujeitos, os contextos sociais e o momento temporal em que são produzidos os

⁵ A primeira onda, segundo ECKERT (2012), inicia com os estudos de Labov referentes à estratificação do inglês falado em Nova Iorque. “A primeira onda estabeleceu uma base sólida para o estudo da variação, evidenciando as correlações entre variáveis linguísticas e categorias sociais primárias, como classe socioeconômica, sexo, idade, escolaridade, etc” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 920) Assim, ainda de acordo com os autores apontados, verificamos que o cerne dos estudos pertencentes à primeira onda é o de que “[...] as variedades linguísticas carregam o status social de seus falantes” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 920). Os estudos que pertencem à chamada segunda onda também são de natureza quantitativa. No entanto, a abordagem que se emprega é a etnográfica, “abarcando categorias sociodemográficas mais abstratas, a fim de evidenciar como o vernáculo assume valor local.” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 921). Assim, os estudos das duas primeiras ondas adotam como abordagem a descrição da estrutura, ou seja, um retrato estático (ECKERT, 2012). Já os estudos da terceira onda começam a incorporar a dinamicidade da estrutura, isto é, “como a estrutura se molda no cotidiano, com os condicionamentos sociais impostos e as relações de poder estabelecidas atuando sobre ela” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 922).

⁶ Tradução nossa. No original, “time is an important aspect of all real-world phenomena. Events occur at specific points in time; objects and the relationships among objects exist over time.”

discursos, Faulstich (1998b) propõe um modelo de análise das variações terminológicas considerando que os itens do léxico especializado, como entidades históricas, devem ser analisados tanto no plano sincrônico quanto no diacrônico para que se possa ter dimensão total da evolução que o termo sofreu através dos tempos. Como sustentação às palavras da autora, também nos baseamos em Boulanger (1991, p. 19) quando afirma que “a variação terminológica é necessária e é óbvio que a variação lexical ou linguística é vista em qualquer língua fragmentada no tempo, no espaço e na sociedade. Essas variações diacrônicas, diatópicas e diastráticas formam a essência da Socioterminologia.”⁷

Estabelecendo que o termo é passível de assumir valores distintos e que a função de uma dada variável pode desempenhar papéis diferentes em seus contextos de ocorrência na linguagem de especialidade, Faulstich (2001) construiu uma Teoria da Variação em Terminologia que, além de servir de modelo, abriu espaço para investigações de cunho variacionista, tanto sincrônicas quanto diacrônicas, no campo da Terminologia. A partir dessas premissas, alinhados com a sociolinguística variacionista, podemos afirmar que a variação de um termo de dada linguagem de especialidade se dá pela ação do movimento gradual que realiza no tempo e no espaço. Além disso, focando a inserção dos estudos de Faulstich dentro do funcionalismo, notamos que essas variações são provocadas pela função das variáveis que estão envolvidas em sua produção. Como afirma a própria autora, “[...] a função é uma entidade pragmática que ativa ou retrai os mecanismos da variação”⁸ (FAULSTICH, 1998c, p. 13).

Dessa feita, ratificando o valor dos estudos desenvolvidos por Faulstich e apontando para a importância da inserção dos estudos terminológicos de cunho variacionista no âmbito da abordagem funcionalista⁹, em contraposição à terminologia tradicionalista desenvolvida por Wüster, Lamberti (2003) comenta que

[...] enquanto a terminologia tradicionalista considera a variação um elemento perturbador da unidade linguística, a terminologia variacionista, que se enquadra dentro de uma abordagem funcionalista, passa a dar ênfase à diversidade porque reconhece que é por meio das línguas que se exercem as atividades sociais e cooperativas entre os falantes. (LAMBERTI, 2003, p. 86)

A proposta desse artigo está inserida no rol da abordagem funcionalista da socioterminologia variacionista. Desse modo, levando-se em consideração os agentes e os significados gerados a partir dos manuais de tática de infantaria, partimos da premissa de que os termos militares refletem uma cultura militar e uma visão de mundo por parte dos militares. Assim, ainda que os termos estejam inseridos em um âmbito restrito, que é o do discurso especializado, cabe atentar para o fato de que os agentes

⁷ Tradução nossa. No original, “La variation terminologique est aussi nécessaire et évident que la variation lexicale ou linguistique observée pour toute langue fragmentée dans le temps, dans l’espace et dans la société. Ces variations diachroniques, diatopiques et diastratiques forment l’essence même de la socioterminologie.”

⁸ Tradução nossa. No original, “[...] la fonction est une entité pragmatique qui active ou rétracte les mécanismes de variation”.

⁹ Cabe destacar que a posição de Lamberti (2003) também valida a nossa opção por comunidades de práticas, seguindo as tendências da terceira onda da sociolinguística variacionista.

envolvidos nessa situação comunicativa, apesar de pertencerem à mesma comunidade de prática, possuem modos individuais e particulares de sentir, perceber e pensar sobre o seu entorno. É a partir dessa convergência de diferentes experiências (ROSCH, 1975) que passam a designar os conceitos de um campo de especialidade. Essa ideia também pode encontrar respaldo nos estudos sociolinguísticos de terceira onda, por “conta” da adoção da concepção de comunidade de prática.

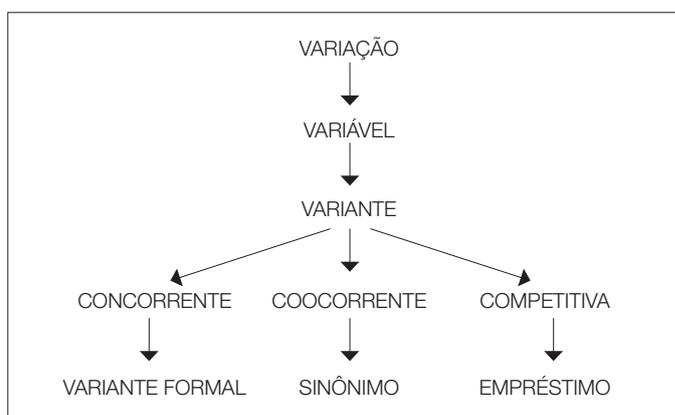
Em lugar de conceber o indivíduo como uma entidade à parte, pairando sobre o espaço social, ou como um ponto em uma rede, ou como membro de um conjunto específico ou de um conjunto de grupos, ou como um amontoado de características sociais, precisamos enfocar as comunidades de prática. Tal foco possibilita-nos ver o indivíduo como agente articulador de uma variedade de formas de participação em múltiplas comunidades de prática. (ECKERT; MCCONNEL-GINET, 2010, p. 103)

Agregamos, também, que é devido a essa soma e multiplicidade de fatores que os termos estão sujeitos a variações e, portanto, podem apresentar conteúdos instáveis.

[...] os termos de conteúdo instável são, em primeiro lugar, unidades cujas entidades denotadas não são o produto de nossa experiência perceptiva, mas o cruzamento de um modelo sociocultural e de uma estratificação histórica, portanto, por sua própria origem, muito mais abertos à variação que os termos referentes a entidades “perceptuais”.¹⁰ (KLEIBER, 1999, pp. 36-37)

A afirmação de Kleiber (1999) reforça a ideia de que os termos não são entidades estanques, reforçando as propostas de Faulstich (2002), que postula o seguinte construto teórico para analisar as variações terminológicas:

Figura 1: Construto de Faulstich (2002, p. 76)



Fonte: Faulstich (2002, p. 76)

A partir do esquema apresentado, verificamos que o fenômeno de variação será expresso por meio das variantes encontradas no discurso especializado. A função de

¹⁰ Tradução nossa. No original, “[...] les termes à contenu instable sont avant tout des termes dont les entités dénotées ne sont pas le produit de notre expérience perceptuelle, mais du croisement d’une modélisation socio-culturelle et d’une stratification historique, donc par leur origine même beaucoup plus ouverts à la variation que les termes renvoyant à des entités ‘perceptuelles’”.

uma dada variável será a responsável por motivar o fenômeno. As variantes, por sua vez, podem pertencer a três tipos de categoria: variantes concorrentes, variantes coocorrentes e variantes competitivas.

De acordo com o postulado de Faulstich (2002, p. 77), essas variantes podem ser definidas assim:

- 1) **Variantes concorrentes:** aquelas que podem concorrer entre si, ou que podem concorrer para a um processo de mudança. São classificadas como variantes formais, isto é, são formas linguísticas ou exclusivas de registro que correspondem “a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado” (FAULSTICH, 2002, p. 77);
- 2) **Variantes coocorrentes:** as que apresentam duas ou mais denominações para um mesmo referente. Elas formalizam a sinonímia terminológica; e
- 3) **Variantes competitivas:** “são aquelas que relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes” (FAULSTICH, 2002, p. 77). As variantes competitivas se concretizam por meio de pares formados por empréstimos linguísticos e formas da língua vernácula.

Centrando nossa atenção nas variantes concorrentes, vemos que a autora as subdivide em duas grandes categorias: *variantes terminológicas linguísticas* e *variantes terminológicas de registro*. As primeiras “são aquelas em que o fenômeno propriamente linguístico determina o processo de variação” (FAULSTICH, 2002, p. 73), ao passo que as segundas “são aquelas em que a variação decorre do ambiente de ocorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos” (FAULSTICH, 2002, p. 73). Neste trabalho, nos centramos somente nas variantes de registro que, de acordo com Faulstich (2002, pp. 82-83), podem ser categorizadas como:

- 1) **Variante terminológica geográfica:** aquela que ocorre no plano horizontal de diferentes lugares em que se fala a mesma língua.
- 2) **Variante terminológica de discurso:** aquela que ocorre no plano vertical e decorre da sintonia comunicativa que se estabelece entre enunciador e enunciatário de textos técnico-científicos, podendo ser estes mais ou menos formais; e
- 3) **Variante terminológica temporal:** aquela que se configura como preferida no processo de variação e mudança em que duas ou mais formas concorrem durante um tempo, até que uma delas se fixe como preferida.

A primeira variante não foi contemplada em nosso artigo uma vez que os nossos *corpora* têm a mesma procedência geográfica. Neste trabalho nos dedicaremos somente às variantes terminológicas que levam em “conta” o discurso e o tempo.

SOBRE OS CORPORA

Os *corpora* selecionados para a realização desse trabalho pertencem ao acervo documental da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ). Ambos são de Portugal e escritos em língua portuguesa.

A primeira fonte documental selecionada intitula-se *Instrucções militares que contém os princípios geraes de Tactica* (1769) e é de autoria de Antônio José Batista de Sá Pereira Carneiro.

O segundo documento tem por título *Elementos de tactica para a infantaria* (1829) e é de autoria do terceiro Conde D'Oyenhhausen, João Carlos Augusto de Oyenhhausen-Gravenburg.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, delimitamos os termos constantes nos *corpora* com os quais trabalhamos. Nossa escolha foi motivada pela formação de um campo nocional¹¹ (PASTOR MILÁN, 2000) que nomeamos *movimentos de tropas*¹². Nesse grupo foram alocados os termos que portam conceitos de deslocamento de tropas. Dois termos foram os selecionados: *passo* e *marcha*.¹³ Ambas as unidades terminológicas foram delimitadas em sua forma simples e sua forma complexa.

Para a análise, operamos com os dados em dois momentos distintos: primeiro com os do século XVIII e, depois, com os do XIX. Em seguida, analisamos a categoria de variantes terminológicas de registro (FAULSTICH, 2002). Ao classificá-las, também buscamos as motivações para o processo de variação/mudança. Tomando o escopo teórico apresentado como base, as nossas análises de cunho qualitativo levaram em “conta” tanto os fatores intralinguísticos quanto os extralinguísticos (LABOV, 1994; 2001). Além disso, procuramos as motivações nas relações sociais, culturais e históricas (ECKERT, 2004; MATORÉ, 1973). A nossa interpretação qualitativa também se apoiou em tratamentos quantitativos.

Nosso trabalho com as frequências foi baseado, com as devidas adaptações ao viés socioterminológico, em Bybee (2002), que propõe a contabilização de frequências de duas perspectivas: a) frequência de ocorrência (*token frequency*), em que indicamos o número de vezes que cada termo ocorre nos *corpora*; e b) frequência de formas (*type frequency* ou frequência de tipo), indicando a quantidade de itens lexicais especializados dentro do campo nocional estabelecido. Após a classificação dos dados, passamos à comparação dos resultados. Nessa etapa, avaliamos as diferenças de frequência de ocorrência dos termos e suas possíveis causas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS VARIANTES DE REGISTRO DE MARCHA E PASSO

Para tratar dos casos de variantes de registro, vamos focar nos conceitos atribuídos às unidades terminológicas, extraídos das definições constantes nos manuscritos, sob

¹¹ Pastor Milán entende campo nocional como um contingente de palavras que se agrupam, linguisticamente, por meio de uma rede de associações e interligações de sentido.

¹² Hallig e Wartburg em sua obra *Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie: Versuch eines Ordnungsschemas* (tradução nossa. *Arcabouço conceitual como base para a lexicografia: tentativa de um esquema de classificação*), publicada no ano de 1952, apresentam uma proposta de esquematização para a organização de sistemas conceituais para fins de elaboração de trabalhos na área de lexicografia. Nosso trabalho tomou como modelo a proposta dos campos nocionais referente à terminologia militar proposta pelos autores.

¹³ Em Marengo (2016), esse campo nocional agrega mais de cinquenta termos. Nesse artigo, por uma questão de espaço, optamos por apresentar somente esses dois termos.

a perspectiva histórico-comparativa. Desse modo, para o termo *passo*, apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 01: conceitos de passo

PASSO	
SÉCULO XVIII	SÉCULO XIX
Passo, Passo Militar ou Passo de escolla: Passo realizado pelos soldados de uma tropa com o mesmo pé em igualdade e cadência em alinhamento.	Passo: É o deslocamento de um soldado medido em polegadas entre um pé a frente e o outro atrás.
Passo dobrado ou largo: Passo realizado com cento e vinte a cento e trinta passos de vinte e quatro polegadas por minuto.	Passo acelerado ou apressado: É o deslocamento de um soldado que compreende 100 passos de 24 polegadas por minuto.
Passo de estrada: Passo de oitenta a noventa passos de vinte e quatro polegadas por minuto.	
Passo de costado ou oblíquo: Passo militar realizado para o lado direito ou lado esquerdo.	Passo de costado ou oblíquo: Passo dado no movimento no qual as linhas marcham para direita ou para esquerda no terreno de batalha.
Passo descançado ou curto: Passo realizado com menos de setenta passos de vinte e quatro polegadas por minuto.	Passo de pelotão: Deslocamento de um soldado de 36 passos de 18 polegadas por minuto.
	Passo lento: É o deslocamento de um soldado que compreende 50 passos de 24 polegadas por minuto.
Passo ordinário ou natural: Passo realizado pelo soldado com setenta passos de vinte e quatro polegadas por minuto.	Passo de entrada, de manobra ou ordinário: É o deslocamento de um soldado que compreende 72 passos de 24 polegadas por minuto.

Fonte: Elaboração própria

O *passo ordinário* (ou *natural*), no século XVIII, é aquele que se faz com setenta passos de vinte e quatro polegadas por minuto. O mesmo termo, *passo ordinário*, no documento do século XIX, apresenta outras unidades léxicas como seu sinônimas: *passo de entrada* e *passo de manobra*. Se, nesse campo, estamos tratando de tática e esta, por sua vez, se materializa na manobra, vemos uma conexão entre os predicadores¹⁴ (DIK,1981) atribuídos: “*manobra*” e “*natural*”, ou seja, é o passo mais usual, mais *natural*, mais *ordinário* de *entrada* nas *manobras*. Verificamos que, apesar de haver um referente em comum nos dois séculos –*passo ordinário*–, os conceitos não são totalmente iguais. Notamos uma mudança no que se refere ao número de passos dados de mesma extensão (24 polegadas): no primeiro, 70 passos; no outro, 72. Essa mudança no número de passos nos leva à ideia de aumento de velocidade dos movimentos de um século a outro. O aumento da velocidade nos remete à constatação de que, no século XIX, a tática é mais dinâmica e, por conseguinte, a guerra também se torna um evento mais dinâmico. Esta afirmação sobre a guerra também é ratificada por Martins (1945).

O termo *passo dobrado* (ou *largo*) expressa o conceito de deslocamento realizado com cento e vinte a cento e trinta passos de vinte e quatro polegadas por minuto. Já o *passo de estrada* retrata um deslocamento de oitenta a noventa passos de vinte e quatro polegadas por minuto. No século XIX, nenhum dos predicadores se repete. O

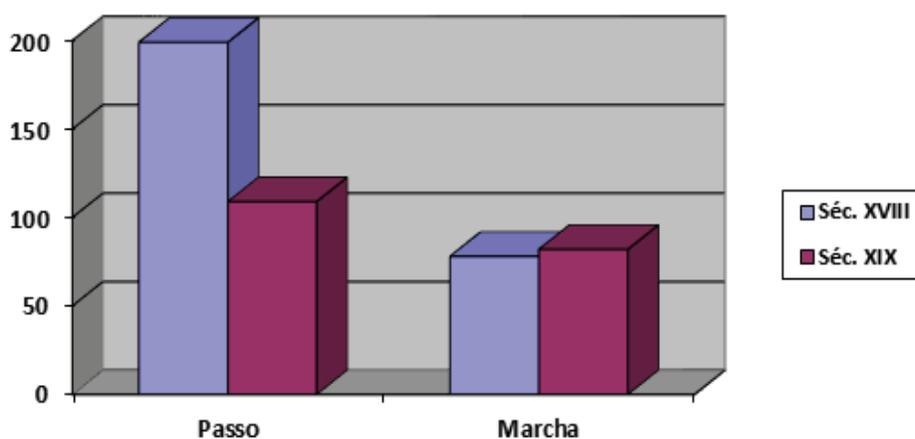
¹⁴ Neste trabalho, a partir dos modelos de predicação de Simon Dik (1981), estabelecemos que a construção da unidade terminológica é realizada por uma base nominal (*passo* e *marcha*) e por uma predicação à sua esquerda.

conceito mais próximo que temos é o de deslocamento de um soldado que compreende 100 passos de 24 polegadas por minuto, materializado no termo *passo acelerado* (ou *apressado*). Notamos que esses dois últimos termos do século XVIII se fundiram em um único no século XIX expressando, conceitualmente, uma média das velocidades estipuladas anteriormente: 100 passos.

O processo inverso ao caso anterior se faz com o termo *passo descansado* (ou *curto*) presente no manuscrito do século XVIII. O conceito apresentado é o de um passo realizado com menos de setenta passos de vinte e quatro polegadas por minuto. No entanto, verificamos uma imprecisão uma vez que o conceito estabelecido só expõe um limite numérico: menos de 70 passos. Ao buscar os termos do século XIX, vemos que há duas unidades terminológicas complexas¹⁵ que, não só expressam o mesmo conceito, como o delimitam de forma precisa. Em *passo de pelotão* temos 36 passos de 18 polegadas e em *passo lento* são 50 passos de 24. Vemos, assim, uma especificação mais detalhada dos termos no documento do século XIX. Já o termo *passo de costado* (ou *obliquo*), pertencente a ambos os manuscritos, em sua essência, não sofreu alteração conceitual.

Assim sendo, mesmo que os dados quantitativos nos apontem uma diminuição do termo *passo* no século XIX (conforme o gráfico 1), constatamos que, nesse período, se deu uma delimitação mais precisa dos conceitos das unidades terminológicas.

Gráfico 1: Frequência de ocorrência de termos Passo e Marcha¹⁶



Fonte: Elaboração própria

¹⁵ Neste trabalho, estamos concebendo uma Unidade Terminológica Complexa (UTC) a partir dos modelos de predicação de Simon Dik (1981; 1983). Assim, entendemos uma UTC como “unidades formadas por uma base e argumentos, ou por uma predicação nuclear e seus satélites” (CAFÉ, 2003, p. 68).

¹⁶ A contagem das unidades terminológicas do gráfico, que englobam suas formas simples (somente base nominal) ou suas formas complexas (UTC), englobando as manifestações de singular e plural em ambas as formas referidas, foi realizada por meio da ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0*. Entendemos ser importante tal contagem para, quantitativamente, verificarmos como os termos são tratados nos manuais dos nossos *corpora*. As diferenças de frequências de ocorrência dos termos são importantes porque nos revelam nulidade, progressão, estabilização ou retração de possíveis fenômenos de variação e/ou mudança.

A maior especialização do termo *passo* no século XIX acompanha a história militar de Portugal, que também se especializa nesse período, principalmente por “conta” dos avanços tecnológicos e das novidades trazidas pelas táticas de guerra napoleônicas.

Napoleão e suas práticas de guerra tornam-se o referencial dos destinos e estudos da guerra, da tática e da estratégia no século XIX. Bonaparte usa a história como fonte de informação e análise dos erros e acertos de outros generais e comandantes. Longe de pensar em repetir a história ou mesmo que as guerras sejam parecidas ou iguais, Bonaparte reflete sobre a guerra no contexto histórico, político e militar. (BELLINTANI e BELLINTANI, 2014, p. 22)

Assim, vemos que o que aparece na linguagem de especialidade em questão está ligado ao desenvolvimento da história militar e, também, com a história social de Portugal. Nas palavras de Marques (1999, p. 14), “ao estudar-se a evolução da organização militar e do Exército, torna-se mais inteligível a evolução da própria sociedade”. Assim, os acontecimentos históricos e sociais, que são imbricados quando tratamos de história militar, ajudam a embasar as ideias de que “a palavra tem uma existência social: é, principalmente, um fato social¹⁷” (MATORE, 1973, p. 23).

Como nos afirma Eckert (2004), a mudança social também deve ser analisada em seu processo cotidiano, de forma que sejam percebidas as correlações entre ela e a mudança linguística. Através da análise do termo *passo*, as correlações existentes entre mudança social, no seio da comunidade de prática, e mudança linguística podem ser percebidas. Além disso, é importante destacar a atuação das variantes temporais e variantes de discurso nos nossos *corpora*.

A seguir, analisamos o termo *marcha* no que diz respeito às variantes de registro. Montamos, então, o seguinte quadro:

Quadro 2: Conceitos de Marcha

MARCHA	
SÉCULO XVIII	SÉCULO XIX
Marcha ou Marcha militar ou Marcha recta: Caminho a pé, em frente, realizado por um exército.	Marcha: Caminho a pé, em frente, realizado por um exército.
Marcha de costado ou oblíqua: Caminho a pé, para os lados, realizado por um exército.	Marcha de costado: Caminho a pé, para os lados, realizado por um exército.
Marcha graduada: Caminho a pé, primeiro para os lados e, em sequência, para frente, realizado por um exército.	Marcha graduada: Caminho a pé, primeiro para os lados e, em sequência, para frente, realizado por um exército.
Marcha de estrada: Caminho situado entre o local de origem e o campo de batalha, realizado a pé por um exército.	

Fonte: Elaboração própria

Inicialmente, notamos que o conceito de *marcha* não se altera do século XVIII para o século XIX. No entanto, verificamos que o mesmo conceito é expresso por três unidades terminológicas no documento do século XVIII: *marcha*, *marcha militar* e

¹⁷ Tradução nossa. No original, “Le mot a une existence sociale: il est au premier chef un fait social”.

marcha recta. Os predicadores funcionam como reforço das ideias que já estão contidas no conceito. As marchas de que tratamos são todas militares e todas, quando não são *de costado* ou *obliquas*, são retas. Vemos, então, que há uma redução na quantidade dos termos que expressam o mesmo conceito no lapso temporal no qual se centra nosso trabalho. O mesmo fenômeno também ocorre com o termo *marcha de costado*. O conceito não se altera, mas, no século XIX, ele só aparece expresso por uma unidade terminológica, enquanto no século XVIII ele tinha duas formas de aparição.

O conceito de *marcha graduada* se mantém estável nos nossos *corpora*. Por último, vemos que, no século XVIII, aparece o termo *marcha de estrada*. No século XIX, esse termo não tem nenhuma ocorrência. Podemos tomar a história militar para explicar o motivo pelo qual esse termo aparece no documento do século XVIII, mas não no do século XIX.

Segundo Martins (1945), Portugal esteve envolto em guerras praticamente desde sua formação. Esse país já começa o século XVIII em guerras e inicia o século XIX da mesma forma. Contudo, há uma diferença que marca sua participação nos campos de batalha: a partir da segunda metade do século XVIII até o início do século XX, momento histórico em que estão inseridos os nossos *corpora*, os campos de batalha se transladam aos terrenos portugueses. Uma vez que não é necessário que a tropa se desloque de um terreno de batalha nacional a outro fora do país, a *marcha de estrada* não se faz necessária. Assim, podemos justificar o fato de esse termo estar ausente no nosso documento do século XIX.

Desse modo, podemos concluir que, no século XVIII, com os gerados nos nossos *corpora*, havia uma grande quantidade de termos com o mesmo conceito, gerados no contexto discursivo com vistas à coesão textual.¹⁸ Da perspectiva da Terminologia, Faulstich afirma que

- [a] sinonímia terminológica é um processo em que dois ou mais termos com relação de sentido idêntica podem coocorrer num mesmo contexto, sem que haja alteração no significado textual e discursivo. A sinonímia terminológica discursiva tem por função produzir a coesão textual, além de ser um dos mecanismos de ampliação vocabular. (FAULSTICH, 2002, p. 84)

Segundo a autora, o contexto discursivo é de suma importância para a identificação dos termos sinônimos. Então, vemos que a sinonímia é tributária de um sistema de relações semânticas, tendo seu eixo nas palavras lexicais, e permite, nesse sistema, “substituições” de vocábulos diferentemente equivalentes (TAMBA-MECZ, 2006, p. 110).

Observamos que, no século XIX, houve uma redução do número de termos dando preferência, inclusive, a unidades terminológicas simples. Essa diminuição ocorre por “conta” das especializações e especificações que a ciência militar sofre no século XIX (MARTINS, 1945). Assim, foram esses fatores extralinguísticos que motivaram a diferença na frequência de ocorrência dos termos, em especial do termo

¹⁸ Nosso posicionamento está baseado em Koch (2007, p. 45) que conceitua coesão textual como “[...] fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos”.

passo, de um século a outro. No tocante ao termo *marcha*, apesar de ter havido uma pequena diminuição, a que atribuímos a alteração geográfica dos campos de batalhas (SELVAGEM, 1999), verificamos que, quantitativamente, se manteve estável do século XVIII ao XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados pesquisados, percebemos que mudanças significativas ocorreram nesse campo nocional e foram constatadas por meio da análise quantitativa. O aumento ou a diminuição da frequência dos dados gerados nos relatam as variações existentes em cada época e a marcação de quantidade das mudanças expressas pelas frequências de ocorrência de cada um dos séculos. Em ambos os termos analisados, vimos que os fenômenos linguísticos estão acompanhando a progressão da história militar e social portuguesa desse período.

Nessas análises nos alinhamos com os preceitos expostos por Weinreich et al. (2006), uma vez que percebemos, como afirmam os autores, que as mudanças linguísticas não se dão de modo aleatório e repentino. Também baseados em Eckert (2004), buscamos não só analisar a motivação social das variações e mudanças encontradas, mas também tentamos especificar, na medida do possível, o grau de correlação entre o fator social e a variação linguística que levou à mudança.

Vimos que a socioterminologia, em uma abordagem diacrônica, dialoga com várias outras áreas de especialidade. Esse traçado nos leva a uma reflexão histórica e cultural que pode apontar tanto para a criação conceitual do termo quanto para sua criação lexical. Além disso, também nos leva a entender o meio sociocultural no qual circulam os termos científicos. Como nos aponta Kacprzak (2011), as análises diacrônicas em terminologia se assentam como importantes fontes de conhecimento sobre a maneira como as gerações anteriores projetavam o mundo e, portanto, sobre a cultura partilhada em épocas passadas.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Lidia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: EdUSP, 2004.
- BELLINTANI, Adriana Iop; BELLINTANI, Mauro. **A guerra: do século XIX aos nossos dias**. Boa Vista: EdUFRR, 2014.
- BOULANGER, Jean-Claude. Une lecture sócio-culturelle de la terminologie. **Cahiers de Linguistique Sociale, Terminologie et Sociolinguistique**, 18. Université de Rouen/Mont-Saint-Aignan: GRECO-IREN, 1991. pp. 13-30.
- BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. (Eds.). **Handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell, 2002. pp. 602-623.
- CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología – teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.
- _____. **La terminología: representación y comunicación – elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos**. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.
- CAFÉ, Ligia. Terminologia: Aplicação do (re) modelo de Simon Dik In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira (Orgs.). **Linguística Aplicada à Terminologia e Lexicologia. Cooperação internacional: Brasil e Canadá**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003. pp. 59-82.
- DIK, Simon. Predication and expression: the problem and the theoretical framework. In: _____. **Predication and expression in functional grammar**. Londres: London Academic Press, 1981. pp. 1-17.
- _____. **Advances in Functional Grammar**. Foris Publications: Publications in Language Sciences, 11, 1983.
- ECKERT, Penelope. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- _____. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of socio-linguistics variation **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, n. 41, pp.87-100, 2012.
- ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder (1992). In: OSTERMANN, A.C.; FONTANA, B. (Org.). **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola, 2010. pp. 93-108.
- FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Revista Ciência da Informação**. 24(3), set-dez 1995. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1995. pp. 281-287
- _____. Variação Terminológica. Algumas tendências no Português do Brasil. In: **Ciclo de conferencias 96-97. Lèxic, corpus i diccionaris**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998a.
- _____. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. **Conferência Magistral apresentada no VI simpósio da Rede Iberoamericana de**

Terminologia (RITERM). Havana, Cuba, 1998b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/riterm/por/simposios_antteriores_1998.html> (Acesso em: 13 maio 2014)

_____. Principes formels et fonctionnels de la variation em terminologie In: KAGEURA, Kyo; L'HOMME, Marie-Claude. (Ed.). **Terminology**, v. 5 (1). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1998c. pp. 93-106.

_____. Aspectos de Terminologia geral e Terminologia variacionista. **Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia. TRADTERM**, n.º 7. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. pp. 11-40.

_____. Variação em terminologia. Aspectos de socioterminologia. In: RAMOS, Gloria Guerrero; PÉREZ LAGOS, Manuel Fernando (coord.). **Panorama Actual de la Terminología**. Granada: Editorial Comares, 2002. pp. 65-91.

FREITAG, R. M. Ko et al. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. **Alfa**, n. 56, v. 6, p. 917-944, 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Terminology work – principles and methods: 1087-1**. Part 1: theory and application = Travaux terminologiques – vocabulaire. Partie 1: théorie et application. [S.l.: s.n.], 2000.

KACPRZAK, Alicja. Diversité technolectale en diachronie: le cas de quelques termes médicaux français Passeurs de mots, passeurs d'espoir – lexicologie, terminologie et traduction face au défi de la diversité In: CAMPENHOUDT, Marc Van; LINO, Teresa; COSTA, Rute. **Actes des Huitièmes Journées scientifiques du Réseau de chercheurs Lexicologie, terminologie, traduction**. Lisboa. 15-17 de outubro de 2009. Paris: 2011. pp. 355-366.

KLEIBER, Georges. **Problèmes de sémantique. La polysémie en questions**. Lille: Ed. du Septentrion, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2007.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo, Parábola, 2008.

_____. **Principles of Linguistic Change. Internal factors**. Cambridge: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of Linguistic Change. Social factors**. Cambridge: Blackwell, 2001.

LAMBERTI, F. C. C. Uma interpretação variacionista do empréstimo linguístico no português do Brasil In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira (Orgs.). **Linguística Aplicada à Terminologia e Lexicologia. Cooperação internacional: Brasil e Canadá**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003. pp. 83-97.

MARENCO, S.M.D.A. **Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX**. 2016. 530 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MARQUES, Fernando Pereira. **Exército e Sociedade em Portugal, no Declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

MARTINS, General Ferreira. **História do Exército Português**. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1945.

MATORÉ, G. **La Méthode en Lexicologie. Domaine Français**. Paris: Librairie Marcel Didier, 1973.

ÖZSOYOĞLU, Gultekin; SNODGRASS, Richard T. Temporal and Real-Time Databases: A Survey. In: **IEEE Transactions on Knowledge and Data Engineering**, v. 7, n.º 4, August, 1995. pp. 513-532.

PASTOR MILÁN, María de los Ángeles. Los campos léxicos del español. Teoría y práctica In: FRADE, José Manuel Oliver et al. (Coords.). **Cien años de investigación semántica: de Michel Bréal a la actualidad**. Madrid: Ediciones Clásicas, 2000. pp. 775-788.

ROSCH, Eleanor. Cognitive representations of semantic categories. **Journal of experimental Psychology: General**, 104, 1975. pp. 192-233.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1999.

TAMBA-MECZ, Irène. **A semântica**. São Paulo: Parábola, 2006.

WEINREICH, Uriel et al. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DE UNIDADES LEXICAIS QUE DESIGNAM ENFERMIDADES CUTÂNEAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

LEXICOGRAPHICAL TREATMENT OF LEXICAL UNITS THAT DESIGNATE CUTANEOUS DISEASES: A COMPARATIVE ANALYSIS

Carolina Domladovac Silva¹

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa²

RESUMO: O propósito deste artigo é apresentar uma análise do tratamento lexicográfico aplicado a unidades lexicais que designam enfermidades cutâneas em quatro diferentes dicionários da língua portuguesa. O olhar comparativo incide especificamente sobre os modos de organização da macro e da microestrutura de três grandes obras de referência da língua portuguesa no Brasil, que levam o nome de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, um de nossos maiores dicionaristas, além da consulta a um dicionário documental histórico do português do Brasil, ainda inédito, e a um banco de dados *on-line* para verificação da possível ocorrência de unidades lexicais que não foram contempladas na nomenclatura de um dos dicionários em questão. Procedeu-se a uma análise comparativa entre as definições encontradas, no intuito de comentar a tipologia estabelecida pelos teóricos estudados, além de apresentar um breve histórico da evolução no tratamento lexicográfico de tais unidades, no que tange à relevância e especialização das definições. Algumas dessas enfermidades que acometiam os brasileiros do século XVIII ainda os acometem nos dias atuais. O estudo contribui não só para o entendimento dos conceitos de macro e microestrutura, como também para uma reflexão de como devem se delimitar tais estruturas.

Palavras-chave: Tratamento lexicográfico; definição; enfermidade.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present an analysis of the lexicographical treatment applied to lexical units which designate cutaneous diseases in four different Portuguese-language dictionaries. The comparative view focuses specifically on the modes of organization of the macro and the microstructure of three major Brazilian Portuguese reference works which bear the name of Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, one of our greatest lexicographers. When analyzing such units and presenting the macro and microstructures, it was necessary to consult reference books of the Portuguese

¹ UNESP, Araraquara-SP, aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, bolsista do CNPq - Brasil, Correio eletrônico: caroldomla@gmail.com

² UNESP, Araraquara-SP, Professora Doutora, Professor Assistente Doutor, Correio eletrônico: clotildeaazm@gmail.com

language and online databases in order to verify the possible occurrence of lexical units that were not included in the nomenclature of one of the dictionaries in question. To this end, a comparative analysis of the definitions found was conducted to review the typology established by theoretical studies and present a brief history of the evolution in the lexicographical treatment of such units regarding their relevance and specialization. Some of these diseases which affected Brazilians in the eighteenth century still affect them today. This study contributes not only to the understanding of the concepts of macro- and microstructure, but also to a reflection on how such structures should be defined.

Keywords: Lexicographical treatment; definition; diseases.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o propósito principal da Terminologia é atender às necessidades específicas de um domínio, o presente artigo pretende contribuir para as áreas de Estudos do Léxico, considerando-se relevante, ainda, nas áreas de História e Ciências da Saúde.

O *corpus* principal por nós selecionado, a saber, a obra *Erário Mineral*, elaborada pelo cirurgião-barbeiro³ português Luís Gomes Ferreira e editada pela primeira vez em Lisboa, em 1735, constitui um dos primeiros tratados de medicina brasileira escrito em língua portuguesa.

Partindo de uma descrição criteriosa dos males frequentes em Minas, de suas experiências na cura e de uma importante relação dos medicamentos utilizados na época com suas respectivas funções, Luís Gomes Ferreira reúne nesse tesouro médico, constituído de 12 tratados subdivididos em capítulos, o conhecimento que se tinha até então, oferecendo, portanto, aos pesquisadores das áreas envolvidas um vasto material principalmente no que se refere ao vocabulário que reflete com detalhes a prática médica realizada por cirurgiões e cirurgiões-barbeiros no âmbito da mineração.

O artigo proposto tem como objetivo central apresentar uma análise do tratamento lexicográfico aplicado a algumas unidades lexicais que designam enfermidades cutâneas, - as quais acometem os brasileiros desde o século XVIII, conforme documentado em nosso *corpus*, - exemplificando, assim, os diferentes modos de organização da macro e da microestrutura dos dicionários em análise.

METODOLOGIA

Para o presente trabalho de análise comparativa entre dicionários de língua, escolhemos um conjunto de três verbetes referentes às unidades lexicais **carbúnculo**, **erisipela** e **lepra**, que se encontram documentadas no *Erário Mineral* (1735) e, pertencentes ao âmbito da Medicina, mais especificamente, à Dermatologia.

³ Os cirurgiões-barbeiros não eram médicos, mas a partir da leitura sobre a medicina praticada na Europa, da arguta observação dos costumes locais e dos recursos simples utilizados por índios e negros, não só descreviam minuciosamente os principais males frequentes em Minas, como também experimentavam e propunham meios eficazes de cura. Tornaram-se essenciais, tendo em vista as condições de vida na época. (FURTADO, 2005).

As unidades lexicais selecionadas em nosso *corpus* designam, entre outras acepções, enfermidades relacionadas à pele e pode-se dizer, – uma vez que tenham sido encontradas num contexto específico – que se ativam como termos por estarem inseridas em uma linguagem de especialidade (CABRÉ, 1999, p. 123). Apresentam-se, assim, como parte do vocabulário terminológico da medicina do século XVIII.

À análise do tratamento lexicográfico dessas unidades, bem como à apresentação da macro e da microestrutura fez-se necessária a consulta a obras de referência da língua portuguesa. Escolhemos, para tanto, os seguintes dicionários de língua, quais sejam:

- *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* (PDBLP, 1972), nova reimpressão da 11.ª edição, organizada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e José Baptista da Luz; com cerca de 60.000 verbetes; teve treze edições;
- *Novo dicionário da língua portuguesa* (NDLP, 1986), 2.ª edição revista e aumentada, 35.ª impressão, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, com mais de 100.000 verbetes, aproximando-se, pois, do dicionário tipo *thesaurus*;
- ***Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 7.0* (NDEA, 2010)**, edição eletrônica da 5.ª edição do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, **comemorativa, publicada em homenagem ao** famoso dicionarista brasileiro Aurélio Buarque de Holanda Ferreira **que completaria 100 anos de idade no ano de sua publicação**;
- ***Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII* (CNPq) (DHPB, inédito)**, dicionário histórico documental organizado pelas professoras **Maria Tereza Camargo Biderman e Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa**; **com uma nomenclatura de 10.470 verbetes**, suas definições partem do próprio discurso dos autores da época.

Sobre a escolha das obras de referência em análise, partimos do pressuposto de que três grandes obras lexicográficas (PDBLP, NDLP, **NDEA**) pertinentes ao mesmo lexicógrafo, mas publicadas em épocas distantes, poderiam nos oferecer um panorama a respeito da evolução do próprio fazer dicionarístico, como também de seus resultados. A quarta obra (DHPB), ainda inédita, foi elaborada com base em textos produzidos no período de 1500 a 1808, justificando-se assim sua utilização no que se refere à definição das unidades selecionadas, fundamentada no universo discursivo do século XVIII.

Fez-se necessária, ainda, a consulta ao *Banco de Dados do Dicionário Histórico do Português do Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)* para verificação da possível ocorrência de unidades lexicais que não foram contempladas como entradas no DHPB, mas que possivelmente ocorram em nosso *corpus*.

ANÁLISE COMPARATIVA

Não nos aprofundamos, nesse artigo, no estudo da definição do que vem a ser “palavra”, mas tomamos como base as reflexões teóricas do filólogo galego José-Álvaro Porto Dapena (2002), em especial, sua aceitação da palavra “como unidade linguística plenamente válida para ser adotada como protótipo das entradas do dicionário”⁴ (PORTO

⁴ “[...] como unidad lingüística plenamente válida para ser adoptada como prototipo de las entradas del diccionario [...]” (Porto Dapena, 2002, p. 170).

DAPENA, 2002, p. 170, tradução nossa), para discorrermos sobre a organização de sua nomenclatura.

As quatro obras de referência selecionadas caracterizam-se como dicionários monolíngues semasiológicos, cujas entradas estão organizadas pela ordem alfabética. A versão digital (**NDEA, 2010**), **no entanto, possibilita ao consulente outras formas de acesso às entradas por meio de hiperlinks ou de busca avançada, por exemplo.**

Quanto à lematização, os quatro dicionários parecem adotar a prática geralmente aceita na lexicografia e consideram **entradas** somente “as unidades lexicais constituídas por um único vocábulo, ainda que este não seja empregado fora de um determinado contexto ou expressão fixa”⁵ (PORTO DA PENA, 2002, p. 174, tradução nossa). As unidades lexicais complexas (“expressões sintagmáticas”, no caso do DHPB) e as locuções são consideradas **subentradas** e são tratadas dentro do verbete correspondente a um de seus componentes.

Bugueño Miranda e Farias (2011, p. 31) afirmam que “a definição das palavras é o principal tipo de informação procurada em dicionários semasiológicos, desempenhando, dessa forma, o papel mais importante no interior da microestrutura dessas obras”.

Acerca da “definição lexicográfica” em seu conceito mais amplo considera-se “todo tipo de equivalência estabelecida entre a entrada e qualquer expressão explicativa da mesma em um dicionário monolíngue”⁶ (PORTO DAPENA, 2002, p. 269, tradução nossa). Equivalência, pois, produzida entre dois elementos constitutivos da definição: o **definido** ou **definiendum** (palavra-entrada) e o **definidor** ou **definiens** (expressão explicativa ou definição). Este último será representado por um texto metalinguístico, em que segundo Rey-Debove e M. Seco (apud BOSQUE, 1982, p. 105), distinguem-se as “definições próprias”, formuladas na “metalinguagem do conteúdo”, e as “definições impróprias”, formuladas na “metalinguagem do signo”. Sobre tal distinção afirma Porto Dapena:

A metalinguagem de conteúdo é utilizada para definir o significado da palavra que atua como entrada ou **definiendum**, por isso, sem dúvida é a mais frequente e, portanto, é adotada sempre que possível, com preferência frente à segunda metalinguagem, que, por sua vez, deverá reservar-se para as palavras que carecem de um verdadeiro significado léxico. (2002, p. 270, tradução nossa)⁷

Para estabelecer uma tipologia da definição, o filólogo espanhol Ignacio Bosque (1982, p. 105 e p. 111) emprega dois critérios, os quais considera fundamentais: 1) quanto à natureza da metalinguagem empregada, e 2) quanto à natureza do definido (*definiendum*) e à informação proporcionada na definição.

As definições que abaixo seguem, organizadas em diversos quadros, foram retiradas dos quatro dicionários selecionados (PDBLP, 1972; NDLP, 1986; **NDEA, 2010; DHPB, inédito**). Procedemos a uma análise comparativa entre essas definições, no intuito de comentar a tipologia estabelecida por Bosque (1982), além de apresentarmos

⁵ “[...] las unidades léxicas constituidas por un único vocablo, aun en aquellos casos en que éste carezca de uso fuera de un determinado contexto o expresión fija [...]” (Porto Dapena, 2002, p. 174).

⁶ “[...] todo tipo de equivalencia establecida entre la entrada y cualquier expresión explicativa de la misma en un diccionario monolingüe.” (Porto Dapena, 2002, p. 269).

⁷ “La metalengua de contenido se utiliza para definir el significado de la palabra que actúa como entrada o definiendum, por lo que es sin duda la más frecuente y, desde luego, se adopta siempre que es posible, con preferencia frente a la segunda metalengua, que, por su parte, deberá reservarse más bien para palabras que carecen de verdadero significado léxico.” (Porto Dapena, 2002, p. 270).

um breve histórico da evolução no tratamento lexicográfico de tais unidades, no que tange à relevância e especialização das definições.

A microestrutura dos quatro dicionários selecionados traz algumas informações sobre a expressão do signo, bem como algumas informações de ordem pragmática:

- O PDBLP (1972) traz para todos os verbetes selecionados a categoria gramatical e o gênero, bem como a marca de especialidade (Med.); é abundante na sinonímia.
- O NDLP (1986) traz informações etimológicas, a categoria gramatical, o gênero, as marcas linguísticas (de especialidade, diatópicas, diafásicas), além de ordenar numericamente suas acepções; também é abundante na sinonímia.
- **O NDEA (2010) traz as mesmas** informações do dicionário anterior, mas por ser eletrônico, oferece, ainda, a opção de utilização de cores para distinção de cada informação da microestrutura.
- **O DHPB (inédito) traz a** categoria gramatical, o gênero, as variantes (todas contempladas por abonações), as acepções ordenadas numericamente; as abonações, presentes em todas as acepções, são acompanhadas das respectivas informações: autor do texto, datação, obra em que se encontra, código e página relacionados à organização do banco de dados, de onde foi retirada; as expressões sintagmáticas (e/ou locuções); e a 1.^a datação (primeira vez que a unidade ocorre no *Banco de Dados do DHPB*).

Nos três primeiros dicionários (PDBLP, 1972; NDLP, 1986; NDEA, 2010), a sinonímia é abundante. Já no DHPB, ela não é tratada.

Embora o DHPB seja inédito – obra, portanto, mais recente em relação aos outros dicionários considerados – suas definições assentam-se no valor semântico das palavras no período considerado, e servir-nos-ão para documentar possíveis variações semânticas, uma vez que abarcam o léxico de um período mais antigo (séculos XVI, XVII e XVIII).

Quadro 1: Definições de *carbúnculo*

dicionários	definições
PDBLP (1972)	Carbúnculo , <i>s.m.</i> (Med.) Doença infecciosa comum ao homem e aos animais (sinôn.: <i>pústula maligna, edema maligno, antraz maligno</i>); granada nodular, lapidada em cabucho (sinôn.: <i>toque</i>).
NDLP (1986)	carbúnculo . [Do lat. <i>carbunculu</i> .] <i>S.m.</i> 1. Antiga designação da granada almandina, lapidada em cabucho; toque. 2. <i>Patol.</i> Carbúnculo hemático. 3. <i>Patol.</i> Infecção necrosante da pele e tecido subcutâneo, habitualmente causado pelo <i>S. aureus hemolyticus</i> , e que produz lesão com bordas endurecidas e vários orifícios fistulosos que eliminam secreção purulenta. [Pode ser considerado como um furúnculo com múltiplos focos.] ♦ Carbúnculo hemático . Doença infecciosa comum a vários animais (bovinos, ovinos, caprinos e, raramente, equinos), causada pelo <i>B. anthracis</i> , e que, acidentalmente, incide no homem, causando lesão cutânea (<i>pústula maligna</i>), podendo evoluir para grave septicemia. [Tb. se diz apenas <i>carbúnculo</i> .]
NDEA (2010)	carbúnculo [Do lat. <i>carbunculu</i> , “pequeno carvão”.] Substantivo masculino. 1. Antiga designação da granada almandina, lapidada em cabucho; toque. 2. Med. Antraz (1). 3. Med. Infecção necrosante da pele e tecido subcutâneo, habitualmente causada pelo <i>S. aureus hemolyticus</i>, e que produz lesão com bordas endurecidas e vários orifícios fistulosos que eliminam secreção purulenta. [Pode ser considerado como um furúnculo com múltiplos focos.] Carbúnculo hemático . Med. Doença infecciosa comum a vários animais (bovinos, ovinos, caprinos e, raramente, equinos), causada pelo <i>B. anthracis</i> , e que, acidentalmente, incide no homem, causando lesão cutânea (<i>pústula maligna</i>), podendo evoluir para grave septicemia. [Tb. se diz apenas <i>carbúnculo</i> .]

continua

DHPB (inédito)	<p style="text-align: center;">carbúnculo <i>s.m.</i></p> <p style="text-align: center;">variantes: carbunculo, carabunculo, carbuncolo.</p> <p style="text-align: center;">1. Nome dado ao rubi grande e brilhante.</p> <p>[...] como se Deus autor da natureza coadunasse nela, como em compêndio, a formosura preciosa, e a formosa preciosidade de todas as mais pedras: porque nela se vê, e admira a fineza, e resplendor do diamante, o carmezim do rubi, a claridade do carbúnculo, o verde da esmeralda, e a variedade admirável de todas as mais pedras preciosas. PE. JOÃO DANIEL (1976) [1757], PARTE PRIMEIRA - CAP. 11.º - DE ALGUMAS COUSAS NOTÁVEIS DO MESMO RIO [A00_1813 p. 62].</p> <p>Carbuncolo - Hé esta pedra vermelha, transparente, e lindíssima; tem a sua produção de bai o da terra, dentro de outra vermelha, e côr de roza, aonde se forma da sua propria materia, e substca [...]. JOSEPH BARBOZA DE SAÁ (1999) [1765], [V]. NOTICIA DE VARIAS PEDRAS PRECIOSAS, E SIMES RARIDADES, Q" HÁ NO BRAZIL COM A DISTINÇÃO, E CIRCUNSTCAS DE CADA HÚA DELAS [A00_2212 p. 88].</p> <p style="text-align: center;">2. Tumor vermelho, duro, redondo, pontiagudo com uma ou mais pústulas no meio que se transformam em crosta cinzenta ou negra; podem ser simples ou de origem pestilencial.</p> <p>[...] advertindo mais, que nos tumores de materia crassa, como são os lobinhos, e as alparcas, se porá em circulo, e em cima delles em fôrma de xadrez; applicando-o hum dia, e outro naõ: o mesmo se observará no apostemas malignos, como são os carabunculos, antrazes, cirros, e cancros [...]. LUIS GOMES FERREIRA (1735) [1735], DA RARA VITRTUDE DO OLEO DE OURO; DAS MUYTAS ENFERMIDADES, PARA QUE SERVE, E OBSERVAÇOENS DE CURAS EXCELLENTÍSSÍMAS, QUE COM ELLE SE TEM FEYTO [B00_0033 p. 266].</p> <p style="text-align: center;">1.ª datação [1672]</p> <p>[...] hum perfeito, e excellente Prelado deve trazer impressas na alma as virtudes, que representavaõ aquellas pedras, que trazia no peyto, Eraõ ellas, segundo o Texto, e algumas Exposiçoens, o Rubim, o Topazio, a Esmeralda, o Carbunculo, a Safira, o Diamãte, o Jacinto, o Achate, o Amethysto, o Chrysolito, a Sardonica, e oBerillo. PE. FR. EUSEBIO DE MATTOS (1735) [1672], ORAÇAM FUNEBRE NAS EXEQUIAS DO ILUSTRÍSSIMO, E REVERENDÍSSIMO SENHOR D. ESTEVAM DOS SANTOS BISPO DO BRASIL CELEBRADAS NA SÉ DA BAHIA A 14 DE JULHO DE 1672 [B00_0025 p. 22].</p>
-------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração própria

Neste primeiro quadro, temos quatro diferentes definições para a unidade lexical **carbúnculo**.

O *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* (PDBLP, 1972), antes mesmo da definição “doença infecciosa”, insere a marca diatécnica “(Med.)”, abreviação de Medicina, o que indica que as informações pertencem a um domínio específico do conhecimento. Traz também alguns sinônimos (todos eles, designações binominais: *pústula maligna*, *edema maligno* e *antraz maligno*), cujas definições, presentes na mesma obra no interior dos verbetes **pústula**, **edema** e **antraz**, respectivamente, nos remetem apenas a **carbúnculo** “(V. carbúnculo)”. Todos os sinônimos coligidos nos conduzem ao domínio da pele, dos tecidos, mas, ainda que desconhecêssemos os significados de **pústula**, **edema** e **antraz**, poderíamos comprovar que tais doenças acometem a pele, através de suas definições, arroladas no Quadro 2:

Quadro 2: Trechos das definições de **pústula**, **edema** e **antraz**, no PDBLP (1972)

Definições
Pústula , <i>s.f.</i> (Med.) Elevação da epiderme, que contém líquido purulento [...]
Edema , <i>s.m.</i> (Pat.) Acúmulo patológico de líquido proveniente do sangue, em qualquer tecido ou órgão [...].
Antraz (anthraz), <i>s.m.</i> (Med.) Aglomeração de furúnculos; inflamação do tecido conjuntivo difuso [...].

Fonte: Elaboração própria

Os verbetes do PDBLP (1972) são etiquetados por marcas de especialidade, ora relativas à etiqueta *Medicina* “(Med.)”, ora à etiqueta *Patologia* “(Pat.)”. Essa oscilação entre as marcas linguísticas diatécnicas, ora mais, ora menos específicas, **leva-nos a crer que haja**

falhas na etiquetação dos verbetes deste dicionário, uma vez que a forma “(Pat.)” (presente no verbete *edema*, por exemplo) deveria ser utilizada para marcar as acepções que se referem a doenças ou patologias. Ao contrário, logo de início, nos deparamos com a definição da unidade *carbúnculo* como “doença”, mas etiquetada com a marca “(Med.)”.

O *Novo dicionário da língua portuguesa* (NDLP, 1986) utiliza a marca de especialidade “Patol.” (Patologia) somente na segunda e terceira acepções, indicando que o significado principal da unidade não se refere a uma doença. No entanto, a acepção 2, que nos remete a *carbúnculo hemático*, arrolada mais adiante como unidade lexical complexa e definida como “Doença infecciosa [...] que, acidentalmente, incide no homem, causando lesão cutânea [...]”, e a definição da acepção 3 “Infecção necrosante da pele e tecido subcutâneo [...]” indicam que se trata de doença relativa à pele. Nesse caso, duas doenças de pele, causadas por diferentes agentes.

O *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 7.0 (NDEA, 2010)* traz **exatamente as mesmas definições do NDLP (1986)**, exceto para a segunda acepção. Ao invés de nos remeter à unidade lexical complexa, também definida mais adiante, remete-nos ao verbete *antraz* (1), cuja definição é a seguinte:

Quadro 3: Definição de *antraz* (1), no NDEA (2010)

Definições
antraz
[Do gr. <i>ánthrax</i> “carvão”, pelo lat. <i>anthrace</i> .]
Substantivo masculino. Med.
1. Doença infecciosa que incide em animais e, eventualmente, no homem, devida, ger., ao <i>Bacillus anthracis</i> ou a seus esporos, e originada em pastagens infectadas, ocorrendo, diretamente, em herbívoros, ou indiretamente, em carnívoros, pela ingestão de carcaças contaminadas. Pode transmitir-se ao homem por contato ou com animais infectados, ou por produtos deles provenientes, podendo a contaminação ocorrer pelas vias cutânea, digestória, e respiratória. [Sin.: <i>carbúnculo</i> .]
2. [...]

Fonte: Elaboração própria

Notamos, pela primeira acepção de *antraz*, que se trata da mesma doença descrita na unidade lexical complexa *carbúnculo hemático* do dicionário anterior (NDLP, 1986), bem como deste, causada pelo “*Bacillus anthracis*” e que “[Tb. se diz apenas carbúnculo.]”.

A inserção da marca de especialidade “Med.”, antes de qualquer acepção, nos leva a crer que a segunda acepção também se refere a doença ou a algo relacionado ao âmbito da Medicina. No caso desse dicionário, a oscilação na etiquetação das definições também é falha, uma vez que registra em sua lista de abreviaturas, não somente a marca de especialidade “Med.” para Medicina, como também “Patol.” para Patologia, e “Derm.” para Dermatologia.

De qualquer maneira, é a primeira vez que se faz referência ao verbete *antraz*, em relação a *carbúnculo*, dentre as obras analisadas, embora o NDLP (1986) também faça referência ao mesmo bacilo causador da doença.

O *Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII (CNPq)* (DHPB, inédito) mostra-nos, através da primeira datação da unidade (“[1672]”) no período considerado, que a definição hiperonímica mais antiga para *carbúnculo* não coincide com doença e, sim, a uma gema, uma pedra preciosa de coloração vermelha.

Podemos concluir, assim, que a doença foi denominada “carbúnculo”, provavelmente, pela associação metonímica a “carvão”, origem etimológica da unidade *carbúnculo*, como registram o NDLP (1986) e o NDEA (2010), e como podemos notar na definição do DHPB (inédito), que afirma que “as pústulas” de tal “tumor” “se transformam em crosta cinzenta ou negra”. O carvão ardente é vermelho, e o carvão resfriado tem a coloração escura, acinzentada, aspecto ressequido, tal qual a enfermidade. A unidade *antraz* ocorre no Banco de Dados do DHPB, em especial, em nosso corpus (2 ocorrências no singular e 2 no plural; 1735), contra apenas 1 ocorrência no plural, datada de 1801. Não foi definida no DHPB, uma vez que neste foi dada preferência à contemplação das unidades de maior frequência. A doença é, ainda hoje, conhecida por *carbúnculo* e também por *antraz*.

Quadro 4: Definições de erisipela

dicionários	Definições
PDBLP (1972)	Erisipela (erysipela), s.f. (Med.) Dermite aguda estreptocócica que costuma evoluir por surtos. Sinôn., pop.: <i>mal-do-monte</i> ou <i>mal-de-monte</i> , <i>mal-da-praia</i> , <i>maldita</i> e <i>esipra</i> , Bras. os três últimos.
NDLP (1986)	erisipela . [Do gr. <i>erysipelas</i> , “enrubescimento da pele”, pelo lat. <i>erysipelas</i> .] S.f. <i>Patol.</i> Doença infecciosa contagiosa, estreptocócica, que atinge pele e plano subcutâneo, e se caracteriza, clinicamente, pelo rubor e tumefação das áreas lesadas, além de acarretar sintomas constitucionais. [Sin. (pop.): <i>mal-do-monte</i> ou <i>mal-de-monte</i> e (bras.) <i>mal-da-praia</i> , <i>maldita</i> e <i>esipra</i> .]
NDEA (2010)	erisipela [Do gr. <i>erysipelas</i> , “enrubescimento da pele”, pelo lat. <i>erysipelas</i> (com e breve).] Substantivo feminino. 1. Med. Doença infecciosa contagiosa, estreptocócica, que atinge pele e plano subcutâneo, e se caracteriza, clinicamente, pelo rubor e tumefação das áreas lesadas, além de acarretar sintomas constitucionais. [Sin. (pop.): <i>mal do monte</i> ou <i>mal de monte</i> e (bras.) <i>mal da praia</i> , <i>maldita</i> e <i>esipra</i> .] [A melhor f. seria <i>erisipela</i> , mas o uso consagrou a f. paroxítona.]
DHPB (inédito)	erisipela s.f. variantes: erizipela, erysipela. Inflamação na pele, caracterizada por dores e rubor na parte inflamada, acompanhada por pequenas vesículas cheias de serosidade, que se secam no fim de alguns dias. He tão singular este empasto, que não he razão passe em silencio virtudes taõ excellentes. [...] he certo, e muyto experimentado nas queymaduras, nas inflâmaçoens, nos tumores, nas erisipelas , nas feridas, nas chagas podres, e corrosivas [...]. LUIS GOMES FERREIRA (1735) [1735], DA MISCELLANIA DE VARIOS REMEDIOS, ASSIM EXPERIMENTADOS, E INVENTADOS PELO AUTOR, COMO ESCOLHIDOS DE VARIOS PARA DIVERSAS ENFERMIDADES [B00_0031 p. 128]. Remedio para erizipela . Cozaõ folhas de malvas tenras, e dos olhos de dentro, em manteiga de vacca fresca feita de leite do mesmo dia, e depois de bem cozidas, se unte com aquelle oleo a parte erizipelada varias vezes, e logo sarará. JOSÉ ANTONIO MENDES (1770) [séc. XVIII], CAPITULO XV - E ULTIMO DESTA OBRA, EM QUE VOS QUERO NOTICIAR MUITOS REMEDIOS PARA VARIAS QUEIXAS, E O MODO COMO OS DEVEIS UZAR, E DESCOBRIRVOS ALGUNS SEGREDOS, COM OS QUAES TENHO BOAS CURAS, E TODOS BEM EXPERIMENTADOS [A00_2405 p. 106]. 1.ª datação [1697] Desde então, além das frequentes repetições da erysipela e do agudo prurido das empigens, attacado de uma febre lenta, embora de vez em quando ligeirissima, e ora levantando-se da cama, ora, com intervallo de alguns dias, deitando-se de novo, recolheu-se de repente ao seu quarto [...]. JOÃO ANTONIO ANDREONI (1897) [1697], IV. - CARTA DO p. REYTOR DO COLLEGIO DA BAHIA / CARTA DO p. REITOR DO COLLEGIO DA BAHIA, EM QUE DÁ "conta" AO p. GERAL DA MORTE DO p. ANTONIO VIERA, E REFERE AS PRINCIPAES ACÇÕES DE SUA VIDA[A00_1317 p. 159].

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 4 traz as definições da unidade lexical *erisipela*.

O PDBLP (1972) apresenta, entre parênteses, uma forma antiga da unidade [“(erysipela)”], provavelmente indicando sua origem. No entanto, em momento algum de

sua apresentação, comenta o recurso. Na sequência, inclui a marca diatécnica (Med.) que precede a definição própria de tipo hiperonímico (Bosque, 1982) “dermite aguda estreptocócica”, o termo genérico “dermite”, antecipa tratar-se de doença relacionada à pele (“*inflamação na derme*”, segundo definição do próprio dicionário). O verbete traz ainda alguns sinônimos etiquetados como variáveis: diafásica – “pop.” (popular) e diatópica – “bras.” (brasileirismo). Ao procurarmos as definições de tais sinônimos na mesma obra, todas elas nos remetem a *erisipela* (“V. *erisipela*”). E, embora esse dicionário tenha marcado como brasileiro somente os três últimos sinônimos, a mesma etiqueta está presente nas definições de todos eles. Já a etiqueta “pop.” aparece somente na definição de *maldita*.

O NDLP (1986), além de trazer informações etimológicas, onde já se pode notar a relação da doença com a pele (“*enrubescimento da pele*”), marca-a com a etiqueta “Patol.” e define-a como “Doença infecciosa contagiosa, estreptocócica, que atinge pele e plano subcutâneo [...]”. Tal definição nos remete à tipologia de Bosque (1982), segundo a qual, teríamos uma definição própria (“Doença infecciosa contagiosa, estreptocócica”), seguida de uma definição enciclopédica (“que atinge pele e plano subcutâneo”). Traz, em seguida, exatamente os mesmos sinônimos que o PDBLP (1972), etiquetados da mesma maneira, e cujas definições também remetem a *erisipela* (“V. *erisipela*”).

O verbete *erisipela* no NDEA (2010) constitui cópia fiel do verbete do dicionário anterior (NDLP, 1986), distinguindo-se somente pela substituição da marca “Patol.”, mais específica, por “Med.”, menos específica, e pelo acréscimo, ao final, de uma informação enciclopédica a respeito da variante fonética consagrada pelo uso (“[A melhor f. seria *erisípela*, mas o uso consagrou a f. paroxítona.]”).

O DHPB atesta que a unidade *erisipela* é utilizada desde o século XVII (“[1697]”) para referir “*inflamação na pele*”. A unidade lexical conserva a mesma definição lexicográfica até os dias atuais.

Quadro 5: Definições de *lepra*

dicionários	Definições: <i>lepra</i>
PDBLP (1972)	Lepra , s.f. (Med.) Infecção crônica produzida por um bacilo específico, chamado <i>bacilo de Hansen</i> (sinôn.: <i>elefantíase-dos-gregos</i> , <i>morfeia</i> , <i>mal de Hansen</i> , <i>guaruaia</i> , <i>mal</i> , <i>mal-bruto</i> , <i>mal-de-cuia</i> , <i>mal-de-fígado</i> , <i>mal-de-lázaro</i> , <i>mal-de-são-lázaro</i> , <i>mal-do-sangue</i> , <i>mal-morfético</i> , <i>macota</i> , <i>macutena</i>); (pop.) sarna de cachorro; (fig.) vício que se propaga como a <i>lepra</i> ; (Bras., Sul) pessoa ruim, imprestável.
NDLP (1986)	lepra . [Do gr. <i>lépra</i> , pelo lat. <i>lepra</i> .] S.f. 1. Patol. Infecção crônica devida a uma micobactéria (<i>Mycobacterium leprae</i>) descrita, em 1874, por Gerhard Armauer Hansen (1841-1912), médico norueguês. [Sin.: <i>hanseníase</i> , <i>gafa</i> , <i>gafo</i> , <i>lazeira</i> , <i>elefantíase-dos-gregos</i> , <i>mal de Hansen</i> , <i>mal-bruto</i> , <i>mal-de-lázaro</i> , <i>mal-de-são-lázaro</i> , <i>mal-morfético</i> , <i>morfeia</i> e (bras.) <i>mal</i> , <i>mal-do-sangue</i> , <i>mal-de-cuia</i> , <i>guaruaia</i> , <i>macota</i> , <i>macutena</i> .] 2. Pop. Sarna de cachorro. 3. Fig. Vício que se propaga como a <i>lepra</i> . 4. Bras., S. Pessoa ruim, imprestável.
NDEA (2010)	lepra [Do gr. <i>lépra</i> , pelo lat. <i>lepra</i> .] Substantivo feminino. 1. Patol. V. hanseníase. 2. Pop. Sarna de cachorro. 3. Fig. Vício que se propaga como a lepra. 4. Bras. S. Fig. Pessoa ruim, imprestável.

continua

dicionários	Definições: lepra <i>lepra s.f.</i>
DHPB (inédito)	Doença contagiosa que ataca a pele e a cobre com crostas e escamas e vai comendo a carne com comichão. Estava Job coberto de lepra , com as dôres e trabalhos que tantas vezes se têm repetido nos pulpitos, e nunca assaz exaggerado, começa a queixar-se [...]. PADRE ANTONIO VIEIRA (1951) [1634], SERMÃO DO SABBADO ANTES DA DOMINGA DE RAMOS [A00_0901 p. 251]. Expressão sintagmática Lepra da alma Pecado. [...] as palavras de Christo curaram a lepra do corpo, as do confessor curam a lepra da alma [...]. PADRE ANTONIO VIEIRA (1951) [1654], SERMÃO DA PUBLICAÇÃO DO JUBILEU [A00_1050 p. 131]. 1.ª datação [1607] [...] e bem instruido lhe deu o baptismo santo com o qual foi Deos servido alimpal-o da lepra da alma e juntamente da do corpo. PADRE PEDRO RODRIGUES (1897) [1607], I. - VIDA DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, PELO PADRE PEDRO RODRIGUES [A00_1316 p. 39].

Fonte: Elaboração própria

Neste quadro, por fim, temos as definições dos quatro dicionários em análise para a unidade lexical *lepra*.

O PDBLP (1972) etiqueta a unidade lexical com a marca de especialidade “(Med.)”, como nos outros casos citados do mesmo dicionário. Não traz o nome científico do agente causador da doença, como o faz o NDLP (1986), mas já o relaciona ao nome do médico norueguês que descreveu a bactéria no século XIX, através de “bacilo de Hansen”. Apresenta, para esta unidade, vasta sinonímia, além das variáveis diafásicas, etiquetadas por “(pop.)” – popular, e “(fig.)” – figuradamente, de acordo com sua lista de abreviaturas; e diatópica, etiquetada por “(Bras., Sul)”. Se confrontarmos na nomenclatura deste dicionário as unidades apresentadas como sinônimas de *lepra*, veremos que todas elas (exceto *mal-de-Hansen*, que não se encontra na nomenclatura) nos remetem à doença [“(V. *Lepra*.)”].

No NDLP (1986), a definição praticamente coincide com aquela apresentada no PDBLP (1972). No entanto, são acrescentadas informações enciclopédicas a respeito da bactéria causadora da doença [“(Mycobacterium leprae)”], bem como a respeito de quando (“1874”) e por quem foi descrita (“Gerhard Armauer Hansen (1841-1912), médico norueguês”). Além disso, o dicionário traz informações sobre a etimologia da unidade, utiliza a marca de especialidade “Patol.” para a acepção principal, e ordena numericamente suas acepções. As marcas linguísticas para as variáveis também são as mesmas (“Pop.”, “Fig.”, “Bras. S.”). Seu rol de sinonímia é ainda mais abrangente que o do PDBLP e nele já consta a unidade lexical *hanseníase*, utilizada nos dias atuais para a denominação dessa doença. Uma breve observação em tais verbetes presentes no NDLP, também, nos remete à *lepra* (“V. *lepra*”).

Lazeira, unidade lexical presente no rol de sinonímia do NDLP (1986), também, se encontra na nomenclatura do PDBLP (1972), remetendo ao verbe *lepra*. No entanto, como podemos conferir no Quadro 5, não está listada no rol de sinonímias deste verbe.

O NDEA (2010) mantém as informações etimológicas do dicionário anterior, no entanto, nos remete de imediato, em sua primeira acepção etiquetada com a marca “Patol.”, pela primeira vez dentre os dicionários analisados, ao verbe *hanseníase* (“1. Patol. V. *hanseníase*.”). Etiquetas e definições permanecem as mesmas. Contudo,

as variantes desta unidade lexical aparecem somente no verbete *hanseníase*, como podemos notar no Quadro 6.

Se analisarmos as variáveis diafásicas e a variável diatópica, encontradas nestes três dicionários, podemos notar algumas características associadas à doença em questão, como em “sarna”, que nos remete à sua aparência; em “propaga”, relacionado à sua contagiosidade; e “ruim”, característica comum a toda e qualquer doença. Nenhuma das definições desses três dicionários, no entanto, indica que a doença se manifesta na pele. Somente pela observação do verbete *hanseníase* deste último é que podemos constatar tal fato:

Quadro 6: Definição de *hanseníase*, no NDEA (2010)

Definições
<p>hanseníase [Do antr. <i>Hansen</i> (v. <i>hanseniano</i>)+ <i>-íase</i>.] Substantivo feminino.</p> <p>1. Patol. Infecção crônica causada pelo microrganismo <i>Mycobacterium leprae</i>, que produz lesões na pele, mucosas e nervos periféricos. [Sin.: <i>lepra</i>, <i>gafa</i>, <i>gafeira</i>, <i>gafo</i>, <i>lazeira</i>, <i>elefantíase dos gregos</i>, <i>mal de Hansen</i>, <i>mal-bruto</i>, <i>mal de lázaro</i>, <i>mal de são lázaro</i>, <i>mal-morfético</i>, <i>morfeia</i> e (bras.) <i>mal</i>, <i>mal do sangue</i>, <i>mal de cuia</i>, <i>guarucaia</i>, <i>macota</i>, <i>macutena</i>.]</p>

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, o DHPB (inédito) comprova o traço de “doença [...] que ataca a pele” na própria definição de *lepra*. Ele não traz a sinonímia da unidade lexical e, se buscarmos as unidades sinônimas citadas pelos outros dicionários, no Banco de Dados do DHPB, podemos encontrar ocorrências somente de *morfeia* (*morféa* (uma ocorrência), *morfeas* (duas ocorrências, sendo uma delas em nosso corpus) e *Mal de Morfea* (uma ocorrência)). A unidade não foi definida pelo DHPB, pois possui baixa frequência de ocorrência.

Podemos notar que a designação da doença varia, ao longo do tempo. A doença alastrou-se e com ela expandiram-se as formas que a designam: “lazeira”, “mal de lázaro”, “mal de Hansen”, só para citar algumas do grande rol de sinonímias. Atualmente, entretanto, a unidade lexical “lepra” já não é mais a unidade de escolha da terminologia médica. A designação “lepra” foi substituída pela designação “hanseníase” e, modernamente, a enfermidade é abordada não apenas do ponto de vista da Dermatologia, mas também da Neurologia (FIOCRUZ). “Mal de Hansen” e “hanseníase” são unidades lexicais terminológicas epônimas do nome próprio do médico que descreveu a doença – Gerhard Armauer Hansen. “Hanseníase” prevaleceu como unidade lexical concorrente de “lepra”, e o fato de a forma “lepra” quase já não ser mais usada pelos profissionais da saúde ou pela sociedade não quer dizer que a doença deformante e contagiosa da antiguidade tenha desaparecido. Em nosso país, embora as pesquisas demonstrem que a ocorrência tenha diminuído, a doença ainda não foi erradicada (FIOCRUZ).

Podemos concluir, nesse caso, que embora exista uma nova unidade lexical para designar a enfermidade – cuja descrição, diagnóstico e tratamento evoluíram – o tratamento lexicográfico (definição e rótulo) ainda não acompanha o conhecimento médico que hoje se tem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo as reflexões de Bosque (1982), podemos concluir que em relação à natureza da metalinguagem empregada, todas as definições relativas às doenças, anteriormente arroladas, podem ser classificadas como *definições próprias hiperonímicas*, isto é, formuladas segundo uma metalinguagem de conteúdo, e que remetem “a uma categoria de maior extensão semântica (seu hiperônimo), da qual constitui um de seus hipônimos”⁸ (1982, p. 107, tradução nossa). No caso das definições por nós selecionadas, então, o hiperônimo de *carbúnculo*, *erisipela* e *lepra* é “doença”.

Já em relação à natureza do definido (*definiendum*) e à informação proporcionada na definição, podemos notar características da definição enciclopédica, uma vez que as definições aqui apresentadas fazem “uma descrição, relativamente pormenorizada, das realidades representadas”⁹ pelas unidades lexicais *carbúnculo*, *erisipela* e *lepra* (PORTO DAPENA, 2002, p. 278, tradução nossa).

Por meio da análise comparativa do tratamento lexicográfico aplicado às unidades lexicais recolhidas neste trabalho, pudemos exemplificar um dos tipos de definição apresentado por Bosque (1982), além de demonstrarmos um breve histórico da evolução no tratamento lexicográfico de tais unidades. Com base em dados da Fiocruz, notamos que algumas enfermidades que acometiam os brasileiros do século XVIII, ainda os acometem nos dias atuais: a lepra/hanseníase, por exemplo, uma doença de tratamento conhecido e que poderia estar erradicada, ainda configura sério problema de saúde pública em nosso país.

O estudo dos textos de Porto Dapena (2002) e de Bosque (1982) contribui, assim, não só para o entendimento dos conceitos de macro e microestrutura, como também para uma reflexão de como devem ser delimitadas tais estruturas em uma obra lexicográfica.

⁸ “[...] a una categoría de mayor extensión semántica (su hiperónimo) de la que dicho vocablo constituye uno de sus hipónimos.” (Bosque, 1982, p. 107).

⁹ “[...] una descripción, relativamente pormenorizada, de las realidades representadas [...]”. (Porto Dapena, 2002, p. 278).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO de dados do Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII. Disponível em: <<<http://labeledx.fclar.unesp.br/philologic>>. Acesso em: 26 fev. 2016.
- BIDERMAN, M. T. C.; MURAKAWA, C. de A. A. (Orgs.). **Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII**.
- BOSQUE, I. Sobre la teoría de la definición lexicográfica. **Verba**, Santiago de Compostela, 9, pp. 105-123, 1982.
- BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. S. Princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica. **Alfa**, São Paulo, v. 55, n. 1, pp. 31-61, 2011.
- CABRÉ, M. T. **La terminología: representación y comunicación**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- _____. **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- _____. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**. Versão 7.0. Curitiba: Positivo, 2010. 1 CD-ROM.
- FERREIRA, L. G. Erário Mineral. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1735. In: **Banco de dados do Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII**. Disponível em: <<<http://labeledx.fclar.unesp.br/philologic>>. Acesso em: 26 fev. 2016.
- FIOCRUZ. Hanseníase. Disponível em: <<<https://agencia.fiocruz.br/hansenia>>. Acesso em: 30 mar. 2016.
- _____. Hanseníase: Brasil é o único país que não conseguiu eliminar sua propagação. Disponível em: <<<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/hansenia-reducao-de-casos-nao-sera-suficiente-para-que-o-pais-elimine-doenca-ate-o-fim-de>>. Acesso em: 30 mar. 2016.
- PORTO DAPENA, J. A. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.

RECONTEXTUALIZAÇÃO LEXICAL: UM ESTUDO DESCRITIVO– COMPARATIVO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

LEXICAL RECONTEXTUALIZATION: A DESCRIPTIVE AND COMPARATIVE STUDY OF BRAZILIAN PORTUGUESE

Caio Santilli Oranges¹

Bruna Loria Garcia²

Marcus Garcia de Sene³

RESUMO: Conforme propõe Basílio (1989), a função da língua e das unidades lexicais que a constituem é, inicialmente, a comunicação e nomeação de seres ou eventos específicos no mundo e, sendo um sistema de caráter heterogêneo, ela está intrinsecamente relacionada com a sociedade na qual é utilizada. Assim, as questões sociais acarretam alterações no léxico e a língua sofre constantes inovações para, a todo momento, suprir as necessidades de quem a utiliza. Tendo como base o fenômeno denominado recontextualização de palavras (BORBA, 2003), propomos uma análise descritivo-comparativa que pretende atestar as alterações no nível lexical do seguinte grupo de unidades lexicais: nomes de profissões e ofícios. A análise é composta por uma amostra de cinquenta unidades caracterizadas por: serem lexias dicionarizadas do Português Brasileiro e serem nomes masculinos que indiquem profissões ou ofícios. Para fins comparativos, utilizamos dois dicionários para consultas: Novo Dicionário da Língua Portuguesa, elaborado por Cândido de Figueredo (1913); Dicionário UNESP do português contemporâneo, elaborado por Francisco da Silva Borba (2004). Sendo assim, este trabalho tem como objetivo identificar, registrar e analisar a recontextualização de um determinado grupo de unidades lexicais, contribuindo, assim, para os estudos de léxico do português brasileiro.

Palavras-chave: Recontextualização lexical; Profissões e ofícios; Século XX; Século XXI.

ABSTRACT: According to Basílio (1989), the function of language and its lexical unities is, at first, to communicate and name the living things and specific events in the world and, as an heterogeneous system, it is intrinsically related to the society in which it is used. For that reason, social subjects bring on lexical changes. Thus, language is constantly being invented as a supply for those who use it. Based on the terminology lexical recontextualization, suggested by Borba (2003), we offer a descriptive and comparative analysis that aims to register the lexical alterations of the following lexical unities group: professions and jobs. The analysis is composed of a sample of

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP).

² Universidade Estadual Paulista (UNESP).

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP).

50 unities, all characterized for being part of Brazilian Portuguese and male names of professions and jobs. For comparative purpose, we used two dictionaries: *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, by Cândido de Figueredo (1913); *Dicionário UNESP do português contemporâneo*, by Francisco da Silva Borba (2004). Therefore, this paper aims to identify, register and analyze the recontextualization of a determined group of lexical unities, contributing to the lexical studies of Brazilian Portuguese.

Keywords: Lexical recontextualization; Professions and jobs; 20th century; 21st century.

*“Nem toda palavra é
Aquilo que o dicionário diz”
Sonho de uma flauta – O Teatro Mágico*

INTRODUÇÃO

As línguas, em sua essência, são sistemas utilizados, entre outros fins,⁴ para o da comunicação. Através de seu uso, comunica-se o mundo: pessoas, fatos, ideias, coisas, etc. Conforme propõe Bréal: “O objetivo, em matéria de linguagem, é o de ser compreendido” (2008, p. 19). Assim, a língua se configura como um sistema não apenas de comunicação, mas também de classificação, tornando-se algo que é utilizado para assimilação do mundo.

As unidades lexicais,⁵ constituintes das línguas, sofrem alterações nos mais diversos níveis: fonético, morfológico, sintático, semântico e lexical. É neste último que focalizamos o presente trabalho, tentando dar “conta” do fenômeno da recontextualização lexical, conforme proposto por Borba (2003). Através de um estudo descritivo-comparativo, analisamos a mudança de significado em 50 unidades, sendo elas nomes de profissões ou ofícios, com amostras de dois momentos distintos: início dos séculos XX e XXI. Para tal, utilizamos dois dicionários: *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, elaborado por Cândido de Figueredo (1913); *Dicionário UNESP do português contemporâneo*, elaborado por Francisco da Silva Borba (2004).

A proposta do presente trabalho se deve, de forma geral, por entendermos a motivação semântica como um dos recursos mais expressivos de inovação lexical. Ainda, coadunamos as propostas recentes, como as de Barbosa e Marine (2010) e Almeida e Correia (2012), já que elas consideram o léxico de uma língua como o conjunto de todas as palavras desta, e o vocabulário como o grupo de vocábulos atestados num determinado registro linguístico.

Portanto, o recorte das nossas amostras busca identificar, registrar e analisar as mudanças de significado sofridas por determinado grupo de lexias do português brasileiro (doravante PB) em dois momentos distintos, de forma a atestar as diferenças entre esses dois vocabulários. Consequentemente, atestamos mudanças no léxico, as quais consideramos importantes pois corroboramos a afirmação de Barbosa e Marine (2010, p. 90):

⁴ De acordo com Ullmann (1964, p.265): “[...] a língua não é apenas um veículo de comunicação: é também um meio de despertar emoções e de as fazer surgir nos outros”.

⁵ No presente artigo, utilizamos as formas “unidade lexical” e “lexia” como equivalentes.

É justamente por isso que o estudo/pesquisa da inovação lexical é importante, pois proporciona uma visão ampla da evolução, ou seja, das variações e mudanças que ocorrem no léxico, apontando os meios através dos quais novas necessidades linguísticas, de caráter expressivo, são supridas pelos falantes.

Por fim, ressaltamos que as inovações lexicais não ocorrem unicamente por meio de fenômenos morfossintáticos. Já há alguns anos nota-se o fenômeno da recontextualização lexical como um caso extremamente produtivo de inovação lexical. Sobrelevamos que Borba (2003) denomina *recontextualização de palavras* o mesmo que Correia e Lemos (2005) denominam *reutilização de palavras já existentes*. Outros trabalhos comumente denominam o fenômeno como *neologismo semântico* (CARVALHO, 1984; ALVES, 1990), ou, ainda, *extensão semântica* (ALMEIDA; CORREIA, 2012). No presente artigo, utilizamos a primeira denominação, proposta por Borba (2003).

O FATO SOCIAL DA LÍNGUA E O LÉXICO

Diversos estudos já destacam que a língua é um fato social que revela a forma com que cada comunidade percebe o mundo. Brandão (1991) destaca que é através da língua que o homem consegue expressar suas ideias, de sua geração e, ainda, de seu tempo. Sobre isso, é importante destacar que cada falante é usuário e agente modificador de sua língua e nela imprime suas marcas. Portanto, é possível afirmar que é projetada na língua a cultura de um povo – e é através dela que a visão de mundo de um determinado povo se manifesta. Freitas (2011, p. 1969) aponta que “a língua serve como uma ponte que realiza a ligação entre a sociedade e a cultura, criando assim uma relação de interdependência, já que uma depende da outra”. Orsi (2012, p. 164), por sua vez, afirma:

[...] a língua seria entendida por sua relação com as práticas discursivas que formam a cultura, as quais, por sua vez, ocorreriam por meio da interação entre indivíduos. Assim, a língua projeta sobre o mundo uma sombra, à qual se atribui o nome de *visão de mundo*. Em virtude disso, pode-se estabelecer que cada língua representa uma cultura e, portanto, uma visão particular de mundo.

O PB é, como qualquer outra língua, um mecanismo de comunicação entre seres. O objeto de tal interação é o mundo, com todas as suas especificidades. Dessa forma, e visto que a língua é um fato social, a sua utilização nas interações comunicativas reflete, de maneira geral, a sociedade. Como propõe Marcuschi (2004), os sujeitos, em ações sociais, instauram e dizem o mundo, visto que não são apenas enunciativos, mas também criativos e sociais nas suas ações cognitivas.

Por dizerem o mundo, as línguas estão intrinsecamente atreladas à sociedade da qual elas fazem parte. Assim, em muitos casos o que achamos ser uma alteração naquela é, na verdade, fruto de uma alteração nessa. Em outras palavras, pode-se afirmar que, frequentemente, uma sociedade molda sua língua.

Labov foi o grande responsável pela ampliação dos estudos relativos à heterogeneidade da língua, nos quais esta é relacionada aos fatos sociais. É ele, como aponta Tarallo (2007, p. 7) que “voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada”. É com Labov que a Sociolinguística passa a ser reconhecida como a área da linguística que

estuda a língua inserida em seu contexto social, levando em "conta" os fatores externos, que poderão caracterizar a diversidade e a heterogeneidade linguística.

No Brasil, por exemplo, os estudos sociolinguísticos encontram um espaço muito propício, visto que a realidade linguística do país é enorme, por se tratar de um território que recebeu diversas influências externas de diferentes fatores sociais. Pensando sobre a língua, notamos que ela sofre mudanças lentas e graduais. Tais mudanças, contudo, estão diretamente relacionadas à interação do falante em seu contexto social e, ainda, à sua realidade histórica, cultural e política.

Coseriu já assinalava que a variação e a mudança são fatos inerentes à própria língua, já que esse caráter dinâmico faz parte da essência dela. Ele ainda afirma:

A língua muda sem cessar, mas a mudança não a destrói e não afeta em seu "ser língua", que se mantém sempre intacto. Sem dúvida, isso não significa que o ser sistema seria independente da mudança, pelo contrário, porque a mudança na língua [...] não é "alteração" ou "deterioração", como se diz com terminologia naturalista, mas reconstrução, renovação do sistema, e assegura sua continuidade e seu funcionamento (COSERIU apud OLIVEIRA, 1999, p. 19).

A partir disso, pensando mais especificamente sobre o léxico da língua, entende-se que ele representa, de maneira geral, o ambiente tanto físico quanto social dos falantes. O léxico se constitui, dessa forma, como um patrimônio histórico, social e cultural das sociedades. Com isso, Biderman (1981, p. 132) destaca:

Se considerarmos a dimensão social da língua, podemos ver no léxico o patrimônio social da comunidade por excelência, juntamente com outros símbolos da herança cultural. Dentro desse ângulo de visão, esse tesouro léxico é transmitido de geração para geração como signos operacionais, por meio dos quais os indivíduos de cada geração podem pensar e exprimir seus sentimentos e ideias.

O léxico, dessa forma, caracteriza-se como uma forma de testemunhar a sociedade, já que é o resultado de todas as experiências acumuladas pela sociedade e a cultura através do tempo (cf. BIDERMAN, 1978, p. 139). A esse respeito, Bréal (2008, p. 80) afirma:

Nas sociedades modernas, o sentido das palavras se modifica mais rápido que na antiguidade e mesmo nas gerações que nos procederam imediatamente. É preciso ver o efeito da mistura de classes, da luta dos interesses e das opiniões, da guerra dos partidos, da diversidade das aspirações e dos gostos.

Atualmente, por exemplo, vemos uma constante incorporação de termos tecnológicos ao léxico das línguas, decorrentes dos avanços na ciência e na tecnologia desde meados do século XX. Carvalho (1984, p. 12) afirma: "É sempre o espírito humano na constante busca, processo de criação que, partindo do mundo extralinguístico, atinge o linguístico e o modifica". Portanto, as línguas não se configuram como um sistema homogêneo, pronto. São, na realidade, obras inacabadas, em constante mudança e inovação.

Conforme propõe Basílio (1989), a função da língua e das palavras que a constituem é, inicialmente, para a comunicação e nomeação de seres ou eventos específicos no mundo e, sendo um sistema de caráter heterogêneo, ela está intrinsecamente relacionada com a sociedade na qual ela é utilizada. Assim, a língua sofre constantes inovações para, a todo momento, suprir as necessidades de quem a utiliza.

Biderman (1978), ao interpretar a tricotomia *norma, fala e sistema*, proposta por Coseriu (1962), afirmava que as alterações lexicais que todo dia surgem, provindas das necessidades expressivas dos falantes, são, na verdade, mudanças no plano do *sistema*, isto é, o menor plano, mais instável, aberto e passível de alterações. No entanto, tais mudanças não se dão no plano da *norma*, visto que esta é mera repetição de tradições e regras, imposições histórico-culturais, sem grandes mudanças. Ora, se o *sistema* está dentro da *norma*, as inovações linguísticas são, de forma geral, violações dessa, porém permitidas por aquele (COSERIU, 1962 apud BIDERMAN, 1978).

Nesse sentido, vemos que as unidades lexicais nascem, são utilizadas, sofrem alterações em diversos níveis, caem em desuso, mas dificilmente morrem, já que elas não deixam de fazer parte do léxico da língua. No entanto, nem sempre farão parte do vocabulário dela. Isso nos leva a outro fato: os dicionários não são responsáveis por registrar o léxico de uma língua, mas sim seu vocabulário.

Sendo assim, postulamos que o fenômeno da recontextualização lexical é um dos que mais contribui para a economia da língua, visto que ele não adiciona nem retira uma unidade lexical do léxico deste sistema, pois o que se altera não é a estrutura de uma unidade, mas sim um de seus significados, uma de suas acepções. Em outras palavras, tal fenômeno, seja por meio da ampliação ou restrição de significados, demonstra o caráter inovador da língua e a sua capacidade de se ajustar às necessidades expressivas dos falantes.

REVISANDO TRABALHOS SOBRE INOVAÇÃO E RECONTEXTUALIZAÇÃO LEXICAL

Quando falamos sobre recontextualização lexical, conseqüentemente falamos sobre inovação lexical, visto que aquela é uma das formas de ocorrência desta, numa relação de hiponímia. Em sua essência, as inovações lexicais surgem devido às necessidades sociais dos falantes, e apesar de levarem tempo para se consolidarem no léxico da língua, elas são extremamente produtivas e constantes.

Assim, as inovações lexicais podem ocorrer de várias formas. Na recontextualização lexical, objeto de estudo do presente trabalho, o caso mais comum ocorre através do fenômeno da polissemia. Este fenômeno semântico-lexical é bastante produtivo e forma unidades lexicais das mais variadas formas. Isso pode ocorrer com a adição ou subtração de um sema no significado da unidade. Ainda, pode acontecer uma total mudança sêmica no significado desta. Essas adições ou subtrações podem se dar tanto no sentido conotativo quanto no sentido denotativo da lexia. Bréal (2008), em seu ensaio de semântica, já propunha que os significados das palavras estavam sujeitos à restrições e ampliações, isto é, mudanças de significado. A esse respeito, recomendamos o trabalho de Barbosa e Marine (2010), que resultou na conclusão de que o fenômeno polissêmico é um dos que mais contribuem para a economia dos sistemas linguísticos.

No entanto, sob diversos fenômenos, as inovações lexicais podem ocorrer na estrutura da palavra, de duas formas: uma criação *ex nihilo*, isto é, a partir do nada; e uma criação segundo as propriedades da língua, ou seja, utilizando-se de termos preexistentes e fenômenos morfossintáticos. As inovações lexicais propriamente ditas, ou seja, de ambos os casos, são chamadas neologismos. A respeito deles, indicamos diversos trabalhos, como os de Carvalho (1984), Basílio (1989), Alves (1990; 2010) e Almeida e Correia (2012).

Existem diversas maneiras de inovarmos o léxico a partir dos neologismos. Dentre os mais comuns, temos as derivações sufixal, a prefixal e a composição. Nas duas primeiras, temos a adição de um afixo (sufixo ou prefixo) a uma base ou radical, configurando o que, conforme aponta Basílio (1989), são as mais produtivas formas de inovação lexical. Sobre esse assunto, Pereira (1984) conclui que a significação do prefixo é mais nítida e estável que a dos sufixos. A composição, por sua vez, consiste na união de duas bases, sendo que pode haver perda de partes da unidade lexical ou não.

Enfim, podemos observar que existem diversos estudos sobre a inovação lexical do PB, em diferentes épocas. Ainda assim, observa-se uma notória falta de estudos que recaiam exclusivamente sobre o fenômeno da recontextualização lexical. De forma geral, os estudos sobre inovação concentram suas análises nos fenômenos formadores de neologismos, ou seja, unidades lexicais criadas a partir de fenômenos morfossintáticos. Esperamos que este trabalho contribua de forma significativa para a ampliação de estudos a respeito da recontextualização.

METODOLOGIA E CORPUS

O *corpus* do presente trabalho foi montado a partir de uma amostra de 50 unidades lexicais, sendo elas caracterizadas por: serem lexias dicionarizadas do PB e serem nomes masculinos que indiquem profissões ou ofícios. Dois critérios foram utilizados para a seleção das unidades: as mais usuais dentro da sociedade atual, e as que mais aparecem nas mídias.

Para fins comparativos entre os inícios dos séculos XX e XXI, utilizamos dois dicionários para consultas: Novo Dicionário da Língua Portuguesa, elaborado por Cândido de Figueredo em 1913 (ND); Dicionário UNESP do português contemporâneo, elaborado por Francisco da Silva Borba em 2004 (DU). São utilizadas as versões impressas de ambos os dicionários. Este critério para seleção de unidades lexicais é conhecido como critério lexicográfico. Conforme Rio-Torto (2007, p. 25): “Por via de regra, para apurar se uma palavra pode ou não ser marcada como neológica, toma-se por universo de exclusão um conjunto de fontes, o mais amplo possível, de um dado momento epocal”.

O Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1913), conforme destacou o próprio autor, foi redigido em harmonia com os processos modernos da ciência da linguagem. Esta edição, que “conta” com quase o dobro de vocábulos da anterior, foi copiosamente ampliada e corrigida. Biderman (1984, p. 7) afirma:

Esse dicionário pretendia ser o repositório mais completo do léxico português de todos os tempos bem como de regionalismos portugueses, **brasileirismos**, e de territórios onde se falava e fala o português. [...] É um dicionário rico sobretudo com respeito ao número de palavras incluídas no seu acervo léxico. (grifo nosso)

O Dicionário UNESP do português contemporâneo (2004), apresenta cerca de 58.223 entradas, 110.895 acepções; 135.668 contextualizações; 6.187 destaques e 283 ilustrações. Interessa-nos, destacar, portanto, que o dicionário registra o uso real, pois se baseia em noventa milhões de ocorrências de palavras e textos que cobrem praticamente todos os setores da vida social.

A análise, de caráter descritivo-comparativo, pauta-se na questão polissêmica, utilizando, como explicitado anteriormente, a terminologia recontextualização

lexical, proposta por Borba (2003). Convém explicar que, diferentemente da maioria dos autores, consideramos o fenômeno da recontextualização lexical como um processo independente dos processos neológicos, já que, quando aquele ocorre, não resulta em uma unidade lexical nova, mas sim em uma mudança no signo linguístico de determinada unidade lexical. Ainda assim, coadunamos Borba (2003) e Bréal (2008), os quais afirmam que a recontextualização de palavras é provocada por alguma necessidade momentânea e relacionada com a função social da língua na interação. Das unidades lexicais selecionadas, analisamos as definições que apresentam os sentidos relacionados com ações ou atributos humanos, excluindo as outras definições que os dicionários apresentarem.

Inicialmente, analisamos quais unidades, dentre as cinquenta selecionadas, sofreram mudança de significado. Em seguida, trabalhamos com estas últimas, analisando como se deu a alteração de sentido em suas definições dicionarizadas, conforme as propostas de Bréal (2008).

Seguindo os critérios acima elencados, observe, por exemplo, os significados das lexias “Barbeiro”, que sofreu ampliação, e “Carteiro”, que sofreu restrição de sentido:

Tabela 1: Exemplos de seleção de dados do *corpus*

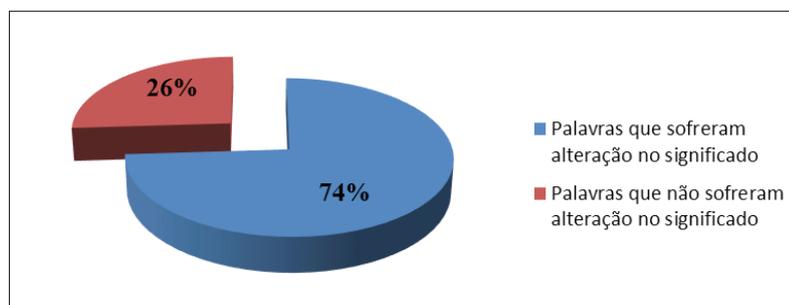
Unidade lexical	Significado em ND	Significado em DU
Barbeiro	“Aquelle que tem o officio de rapar <i>ou</i> aparar a barba. [...]” (FIGUEREDO, 1913, p. 255)	“Sm 1 Aquele que, por officio, barbeia e corta cabelo [...] 3 (Coloq) Quem dirige mal [...] Adj 3 que dirige mal [...] 4 sem pericia” (BORBA, 2004, p. 162)
Carteiro	“Distribuidor de cartas. Conductor de malas postaes. Fabricante de cartas de jogar” (FIGUEREDO, 1913, p. 384)	“Sm Entregador de cartas e outras correspondências [...]” (BORBA, 2004, p. 246)

Fonte: os autores

ANÁLISE DOS DADOS

Observamos, primeiramente, por meio da análise comparativa entre ND e DU, que trinta e sete unidades lexicais (74%) sofreram algum tipo de alteração em seu significado, conforme indica o gráfico abaixo:

Figura 1: Primeiros resultados percentuais da análise do *corpus*

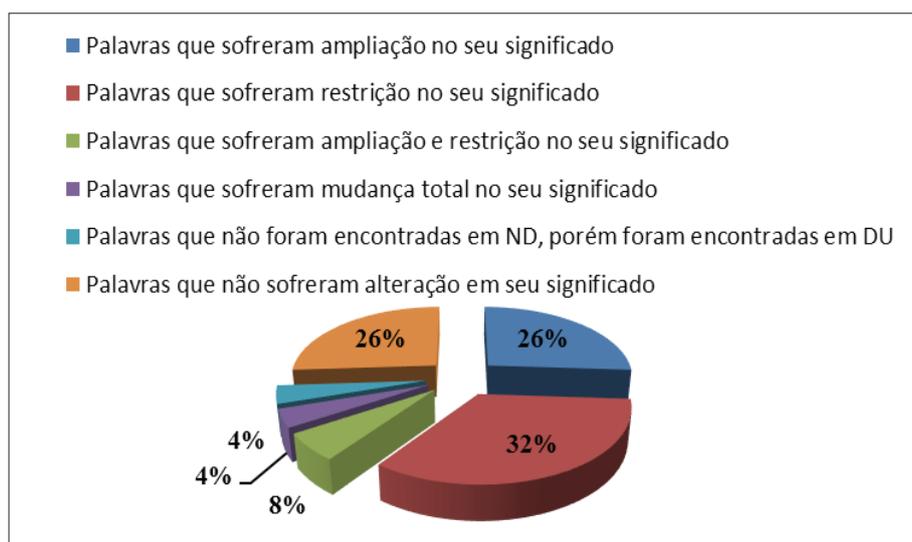


Fonte: os autores

Podemos notar, logo de início, que houve considerável mudança entre os inícios dos séculos XX e XXI, no que tange ao grupo de lexias selecionado, já que mais de dois terços sofreram algum tipo de mudança de significado, atestando a capacidade de transformação que ocorre nos níveis semântico e lexical da língua. Sobre isso, é importante reafirmar que a língua é um fato social que, conforme já exposto anteriormente, revela a forma com que percebemos o mundo. A partir disso, com as alterações já apontadas até aqui, podemos notar não apenas o caráter heterogêneo da língua, mas também que a forma de ver o mundo mudou, e com ela alterou-se o léxico.

Logo depois, analisamos as trinta e sete ocorrências e as subdividimos em cinco grupos: (a) *Grupo I*: unidades lexicais que sofreram ampliação de sentido; (b) *Grupo II*: unidades que sofreram restrição de sentido; (c) *Grupo III*: unidades que sofreram ampliação e restrição de sentido; (d) *Grupo IV*: unidades que sofreram total mudança de sentido; e (e) *Grupo V*: unidades que não foram encontradas em ND mas o foram em DU. O *Grupo VI* contém as treze lexias que não sofreram alteração alguma em seu significado. Vejamos o gráfico abaixo:

Figura 2: recursos observados na análise



Fonte: os autores

O *Grupo I* contém treze ocorrências as quais sofreram ampliação em seu significado, isto é, tornaram-se polissêmicas, ganhando traços semânticos no início do século XXI, os quais não existiam no início do século XX. Estes traços novos surgiram devido às necessidades expressivas dos falantes do PB e ganharam força no ato comunicativo, de forma a se consolidarem na língua ao ponto de serem registrados em DU, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 2: exemplos de unidades do Grupo I

Unidade lexical	Significado em ND	Significado em DU
Padeiro	“Fabricante <i>ou</i> vendedor de pão [...]” (FIGUEREDO, 1913, p. 1453)	“Sm 1 Profissional que faz pão, dono de padaria (Lus) 2 Oficial de administração militar 3 Indivíduo desajeitado 4 O diabo” (BORBA, 2004, p. 1009)
Marceneiro	“Fabricante de móveis de madeira, especialmente de móveis tauxiados” (FIGUEREDO, 1913, p. 1245)	“Sm Profissional que faz ou repara móveis de madeira” (BORBA, 2004, p. 885)
Tatuador	“ <i>tatuadora f.</i> Mulher que, nalguns países selvagens, é especialmente incumbida de tatuar as raparigas” (FIGUEREDO, 1913, p. 1924)	“Sm Quem faz tatuagem” (BORBA, 2004, p. 1339)
Bibliotecário	“Aquelle que administra uma biblioteca” (FIGUEREDO, 1913, p. 276)	“Sm Pessoa que trabalha numa biblioteca” (BORBA, 2004, p. 177)

Fonte: proposta dos autores

Notamos, nos dois primeiros exemplos, a adição de traços semânticos nas unidades lexicais “padeiro” e “marceneiro”, configurando uma ampliação de sentido através do fenômeno polissêmico. É interessante apontar, ainda, que, enquanto nesta houve apenas a adição de uma ação humana, naquela houve a adição de três atributos, ampliando consideravelmente o sentido da lexia “padeiro”.

No entanto, nos dois exemplos seguintes, “Tatuador” e “Bibliotecário”, observamos que a ampliação de sentido não se dá através da polissemia, mas sim através da ampliação da abrangência do significado contextual em DU, contrapondo a de ND. Em outras palavras, na unidade lexical “Tatuador”, em ND notamos que ela caracteriza um grupo específico de pessoas, a saber, indivíduos do sexo feminino que tatua raparigas em alguns países selvagens. Por outro lado, em DU, o significado se amplia através da expansão deste grupo, que passa a caracterizar qualquer indivíduo que faça tatuagens, seja ele do sexo feminino ou masculino, de países selvagens ou não. A ampliação do campo semântico e contextual configura a ampliação de sentido da lexia “Tatuador”, e o mesmo acontece com “Bibliotecário”: no início do século XX se referia apenas às pessoas que administravam bibliotecas, enquanto no início do século XXI faz referência a qualquer pessoa que trabalhe em bibliotecas.

O Grupo II, por sua vez, contém as ocorrências que sofreram restrição em seu significado, e representa a maior quantidade de ocorrências dentre as 50 selecionadas, com 16 ocorrências, equivalente a 32% do total. No caminho inverso das ocorrências do Grupo I, o segundo grupo é constituído por lexias que perderam, no início do século XXI, traços semânticos presentes no início do século XX. Isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que as mudanças sociais fizeram com que as necessidades expressivas do início deste século não fossem mais presentes no contexto histórico-social de falantes do início daquele.

Tabela 3: exemplos de unidades do Grupo II

Unidade lexical	Significado em ND	Significado em DU
Dentista	“Aquelle que trata de molestias dentarias. Aquelle que tem por officio tirar dentes. * <i>Fam.</i> Charlatão” (FIGUEREDO, 1913, p. 583)	“S Profissional que se dedica ao tratamento dos dentes” (BORBA, 2004, p. 389)
Humorista	“Sectário do humorismo. Aquelle que escreve humoristicamente; em que há feição humorística” (FIGUEREDO, 1913, p. 1033)	“S Pessoa que faz humor profissionalmente” (BORBA, 2004, p. 726)

Fonte: proposta dos autores

Através dos dois primeiros exemplos da tabela acima, reafirmamos a presença do fenômeno polissêmico nas ocorrências do *corpus*. Observamos que, para a lexia “dentista”, respectivamente, o sema “charlatão” – utilizado em contexto familiar – estava presente em ND, isto é, no início do século XX, mas não o estava em DU, no início do século XXI. Além disso, do mesmo modo como aconteceu com as unidades lexicais do Grupo I, na restrição de sentido também há a possibilidade da restrição do campo semântico e contextual, conforme nos mostra a unidade lexical “humorista”: em ND, esta referia-se a qualquer pessoa que escrevesse ou praticasse ações de feições humorísticas, enquanto em DU refere-se apenas às pessoas que fazem isto profissionalmente, de forma a restringir o campo semântico e, conseqüentemente, a abrangência e o significado dela.

Ainda, há a possibilidade, na mesma unidade, de ocorrência de restrição e ampliação de sentido, já que a diferença temporal de aproximadamente cem anos é suficiente para mudanças sociais drásticas e, conseqüentemente, mudanças linguísticas no nível lexical.

Tabela 4: exemplos de unidades do Grupo III

Unidade lexical	Significado em ND	Significado em DU
Secretário	“Aquelle que escreve as actas de uma assembleia. Indivíduo, que escreve a correspondência de qualquer pessoa <i>ou</i> corporação, especialmente de personagens elevadas <i>ou</i> de funcionários superiores. Aquelle que guarda segredos de alguém. [...] <i>Bras.</i> Indivíduo que o cocheiro trazia na boleia e que era encarregado de offerecer o coche ao transeunte, que delle precisava [...]” (FIGUEREDO, 1913, p. 1812)	“Sm 1 Funcionário que, no serviço público ou privado, tem por função classificar, datilografar, redigir correspondência, classificar documentos, etc [...] 2 Quem é indicado para anotar deliberações de uma assembleia ou de qualquer reunião 3 Quem auxilia outra pessoa em serviços gerais; emprego doméstico [...] 4 Pessoa que no governo de um Estado exerce funções equivalentes à de ministro [...]” (BORBA, 2004, p. 1262)

Fonte: os autores

A lexia acima sofreu, durante o período abordado no presente artigo, uma alteração de sentido significativa, visto que além da ampliação, a restrição de sentido também ocorreu. Ora, como afirmado anteriormente, a língua é um fato social que muitas vezes exprime as necessidades de seus usuários. Ainda assim, a unidade lexical “secretário” manteve, em DU, traços semânticos presentes em ND. Portanto, não houve mudança total de sentido nesta lexia, mas sim a atuação do fenômeno polissêmico, através tanto da ampliação, pela adição do significado 4 de DU, por exemplo, quanto da restrição de sentido, pela restrição contextual do significado 1 de DU em relação a ND.

Além disso, no início do século XXI observamos que o traço semântico adicionado confere poderes à profissão de secretário os quais não existiam no início do XX. Tais poderes se inserem no campo da política, o qual foi deveras desenvolvido ao longo destes cem anos, visto que, no início do século XX, o Brasil era uma República havia pouco mais de vinte anos, tempo insuficiente para uma consolidação considerável do desenvolvimento político do país. Dessa forma, o desenvolvimento e as mudanças políticas acarretaram mudanças lexicais, ao longo do século XX e início do XXI.

Tabela 5: exemplos de unidades do Grupo IV

Unidade lexical	Significado em ND	Significado em DU
Xerife	"Gír. Partes pudendas da mulher" (FIGUEREDO, 1913, p. 2089)	"Sm (Ár) 1 Nos EUA, funcionário administrativo municipal encarregado de executar as leis, manter a ordem e preservar a paz [...] 2 Fiscal; chefe [...]" (BORBA, 2004, p. 1448)

Fonte: os autores

Entretanto, quando uma unidade sofre restrição e ampliação de sentido, mas não conserva nenhum de seus traços semânticos, ela é caracterizada como uma unidade lexical que sofreu alteração total em seu significado. Vejamos, por exemplo, a lexia "xerife": em ND ela era utilizada, na forma de gíria, para se referir às partes íntimas das mulheres; já em DU, este sema se perdeu, e outros tomaram seu lugar: "xerife" refere-se tanto ao fiscal ou chefe de algo, quanto ao representante municipal americano que executa as leis. Novamente observamos que, provavelmente, as mudanças sociopolíticas acarretaram mudanças lexicais no que tange ao significado.

De todos os grupos com os quais trabalhamos, o último é o que mais evidenciamos como a língua é um fato social passível de alterações sociohistóricas. No entanto, Barbosa e Marine (2010, p. 94) afirmam:

[...] são as necessidades expressivas do falante que levam às alterações lexicais, sejam estas quais forem, no entanto, os fatores implicados nessa mutabilidade lexical vão além daqueles cuja influência está explicitamente ligada à questões sócio-históricas. O fenômeno da inovação lexical está relacionado a diversos outros fatores cuja mola propulsora continua sendo a sociedade, o contexto social.

O Grupo V é formado por duas unidades lexicais (4% do total), e nele estão inclusas as ocorrências que não foram encontradas em ND, porém o foram em DU. São elas: "aeromoço" e "publicitário". Uma análise inicial evidencia que as duas unidades lexicais tratam de descobertas tecnológicas consideradas recentes tendo em vista a história do mundo.

"Aeromoço", em DU, refere-se a funcionários que trabalham exclusivamente em aviões. Esta tecnologia surgiu inicialmente, por volta do início do século XX. Contudo, foi ser desenvolvida perfeitamente alguns anos depois, dentre outras razões, por "conta" de sua utilidade nas duas grandes guerras. Portanto, na época de publicação de ND não existia a profissão anteriormente citada, visto que nem mesmo os aviões haviam sido desenvolvidos perfeitamente, com vistas a necessitar deste tipo de funcionário.

"Publicitário", por sua vez, refere-se à profissão que trabalha com veículos midiáticos, quais sejam, a TV e o rádio, conforme DU. Ora, apesar de terem sido descobertas no final do século XIX e início do XX, tais tecnologias de mídia tiveram sua utilização em massa posterior a publicação de ND, principalmente a televisão, por volta da década de 1940. Mesmo tendo sido descobertos a tempo, o surgimento de tais mídias não necessariamente acarreta o surgimento da profissão acima, visto que a consolidação destas mídias de comunicação levou alguns anos.

Dessa forma, as duas lexias não registradas em ND evidenciam as evoluções tecnológica e sóciohistórica entre os inícios dos séculos XX e XXI, a qual reflete as mudanças linguístico-lexicais no grupo de lexias que monta o corpus do presente artigo, já que a língua, conforme afirmamos, é um fato social de comunicação, que utiliza o mundo e todas as suas especificidades como objeto.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Apesar dos estudos de Borba (2003), que apontam para a afirmação de que a ampliação é o processo mais produtivo de recontextualização de palavras, no presente estudo concluiu-se que a retração semântica, no grupo de unidades selecionado, constitui-se como fenômeno de maior produtividade. O fato se deva talvez menos à amplitude numericamente sucinta do *corpus* utilizado neste artigo do que à escolha de grupo de *lexias* trabalhado.

Apesar de que o fator de restrição semântica compreenda 32% das ocorrências de recontextualização lexical em nomes masculinos que indiquem profissão ou ofícios e que possuam o caráter de serem mais usuais no Português Brasileiro, um total de 26% das ocorrências demonstra o grandioso volume da ampliação semântica, fato que explicita a produtividade de tal fenômeno a que se referia Borba (2003).

Da mesma forma, o fato de a restrição de significado ter sido mais produtiva não indica que o vocabulário da língua no século XXI está mais restrito, pois outras unidades lexicais mais expressivas podem ter sido criadas para suprir a perda dos significados outrora vinculados às *lexias* aqui estudadas. Um estudo mais aprofundado poderia fornecer as respostas para essa questão.

Ainda assim, se se considerar apenas as unidades no âmbito das profissões e ofícios, houve maior restrição de significados. Uma das hipóteses para explicar esse fato é a maior especialização profissional que acompanhou o desenvolvimento da sociedade neste século, restringindo os profissionais a determinadas tarefas específicas da atual conjuntura política, econômica e social.

Outro fato relevante diz respeito à produtividade do fator polissêmico na recontextualização das palavras então analisadas, alterando o significado de tais unidades lexicais, ampliando os *semas* de um léxico, restringindo-os ou de forma a alterá-los completamente, seja em seus sentidos denotativos ou conotativos.

Dessa forma, fica novamente comprovado o aspecto vivo e heterogêneo das línguas, inclusive do português brasileiro, através do léxico documentado e dicionarizado nesta comparação entre o início dos séculos XX e XXI, atestando a mudança linguística como fenômeno legítimo e sistematizado, plenamente influenciado pelo fator social da língua, resultado do contato da língua com a sociedade e com a cultura, ambos em estado constante de movimentação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. de B. CORREIA, M. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola, 2012.
- ALVES, I. M. A neologia do português brasileiro de 1990 a 2009: tradição e mudança. In: _____. (Org.). **Neologia e neologismos em diferentes perspectivas**. São Paulo: Paulistana, 2010.
- ALVES, I. M. **Neologismo: criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, J. B. MARINE, T. C. O processo de recontextualização lexical no português brasileiro. **Revista de Lexicografia**, v. 16, pp. 89-100, 2010.
- BASÍLIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1989.
- BIDERMAN, M. T. C. A ciência da lexicografia. **ALFA**, São Paulo, pp. 1-26, 1984.
- _____. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BORBA, F. da S. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. ____: ____, 2003.
- BRANDÃO, S. F. **A geografia linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- BRÉAL, M. **Ensaio de semântica - Ciência das significações**. Campinas: RG, 2008.
- CARVALHO, N. de. **O que é neologismo**. São Paulo: Brasiliense. 1984.
- CORREIA, M. LEMOS, L. S. P. **Inovação lexical em português**. Lisboa: Colibri, 2005.
- FIGUEREDO, C. de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica, 1913.
- FREITAS, C. J. de. Léxico, cultura e sociedade: um estudo do léxico rural da serra do Cipó-MG. CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 15. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. (v. 15, n. 5, t. 2) Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/164.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015
- MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de (Orgs.). **Sentido e significação**. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 263-284.
- OLIVEIRA, A. M. P. P. de. **O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos**. Araraquara: UNESP, 1999.
- ORSI, V. Lexicologia: o que há por trás do estudo das palavras? In: GÓIS, M. L. De S.; GONÇALVES, A. V. In: **Ciências da linguagem: o fazer científico?** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. v. 1, pp. 163-177.
- PEREIRA, R. F. A prefixação neológica no vocabulário da propaganda contemporânea. **Alfa**, São Paulo, 28. pp. 127-134, 1984. (Suplemento)
- RIO-TORTO, G. Caminhos de renovação lexical: fronteiras do possível. In: ALVES, I. M.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande, (MS): EdUFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. v. 3, pp. 23-39.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Calouste, Gulbenkian, 1964.

RELAÇÃO ENTRE PRINCÍPIOS DE REDAÇÃO DAS DEFINIÇÕES E METALINGUAGEM LEXICOGRÁFICA. UMA ANÁLISE CRÍTICA

RELATIONSHIP BETWEEN THE PRINCIPLES OF DEFINITION AND LEXICOGRAPHIC METALANGUAGE. A CRITICAL ANALYSIS

Virginia Sita Farias¹

RESUMO: Este artigo aborda o problema da formulação de padrões sintáticos para as paráfrases definidoras. Para tanto, deve-se considerar dois aspectos fundamentais: os princípios básicos de redação e a metalinguagem da definição. Os objetivos deste estudo são: (1) analisar a relação existente entre os princípios de redação e a metalinguagem da paráfrase definidora e (2) avaliar as consequências de uma compreensão clara dessa relação na prática lexicográfica.

Palavras-chave: Lexicografia; Metalexicografia; Definição; Metalinguagem.

ABSTRACT: This paper discusses the issue of development of syntactic patterns for explanatory paráfrases. To this end, it is necessary to consider two fundamental aspects: the principles of definition and the lexicographic metalanguage. The aims of this study are to (1) analyse the relationship between the principles of definition and lexicographic metalanguage, and (2) value the consequences of a clear understanding of this relationship in the lexicographic practice.

Keywords: Lexicography; Metalexicography; Definition; Metalanguage.

INTRODUÇÃO

A definição – não sem razão um dos temas mais debatidos² no âmbito (meta)lexicográfico³ – é um objeto complexo, cuja apreensão global pressupõe uma análise que seja capaz de integrar distintos pontos de vista. Nesse sentido, Bugueño Miranda (2009) postula que uma teoria da definição deve ancorar-se em três parâmetros: (a) uma taxonomia de paráfrases definidoras, (b) um padrão sintático e (c) uma teoria semântica. A taxonomia de paráfrases permite oferecer uma imagem de conjunto da variada gama de possibilidades de reescrita que o lado direito da equação lexicográfica comporta.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Entre os trabalhos clássicos sobre o tema, mencionamos: Casares (1992), Rey-Debove (1966; 1971), Pottier (1977), Werner (1982), Bosque (1982), Wiegand (1989c; 1999a; 1999b; 1999c) e Lara (1996).

³ Estabelece-se aqui uma distinção no emprego das expressões *metalexicografia* [ou *metalexicográfico(a)*] e *(meta)lexicografia* [ou *(meta)lexicográfico(a)*]. No primeiro caso, referimo-nos especificamente à teoria lexicográfica; no segundo caso, referimo-nos à lexicografia tanto em seu viés prático (*lexicografia*) como em seu viés teórico (*metalexicografia*). A expressão *(meta)lexicografia*, portanto, equivale a “lexicografia e metalexicografia”.

A geração de padrões sintáticos, por sua vez, possibilita obter modelos distintos de redação para cada tipo específico de signo-lema. Por fim, a teoria semântica constitui um instrumento heurístico que atua tanto na delimitação do conteúdo proposicional da paráfrase como na determinação do seu potencial explicativo⁴.

O presente estudo restringe-se ao problema da formulação de padrões sintáticos para as paráfrases definidoras – levando em "conta" também, evidentemente, as relações que se podem estabelecer com os demais parâmetros definidos em Bugueño Miranda (2009). Na formulação de padrões sintáticos, há dois aspectos que devem ser considerados: os princípios básicos de redação e a metalinguagem da paráfrase definidora. Embora a literatura especializada costume tratá-los como variáveis independentes⁵, ambos os aspectos estão intimamente relacionados. Os objetivos deste estudo são, portanto, (a) do ponto de vista da teoria metalexigráfica, analisar a relação existente entre os princípios de redação e a metalinguagem da paráfrase definidora e (b) do ponto de vista da prática lexicográfica, avaliar as consequências de uma compreensão clara dessa relação no fazer dicionarístico.

A fim de cumprir o primeiro objetivo proposto, far-se-á uma breve apresentação e apreciação crítica dos princípios básicos de redação debatidos na literatura especializada. Na sequência, serão discutidos os problemas – e limites – evidenciados no momento em que se tenta estabelecer uma relação entre os princípios redacionais e os diferentes tipos de metalinguagem da definição. Para dar "conta" do segundo objetivo, analisar-se-ão dicionários semasiológicos – ou seja, dicionários cuja principal função, independentemente de serem poli- ou monofuncionais,⁶ é apresentar o significado das palavras, caracterizando-se, portanto, pela presença de paráfrases definidoras (cf. HAUSMANN, 1989) – de algumas das principais tradições lexicográficas ocidentais.

⁴ Sobre a taxonomia de paráfrases e o padrão sintático, cf.: f. Bugueño Miranda (2009), Farias (2009a, p. 164-214; 2013, p. 197-219) e Bugueño Miranda & Farias (2011a); sobre a relação entre teoria semântica e definição lexicográfica, cf.: f. Farias (2012; 2014; 2015; 2016; 2017) e Bugueño Miranda & Farias (2011b; 2013a; 2013b).

⁵ Citamos, para ilustrar, Rey-Debove (1971; 1989), Seco (2003) e Martínez de Souza (1995, s.v. **definición lingüística**; 2009). Deve-se esclarecer, aqui, que é sobretudo no âmbito da lexicografia francesa e hispânica que o tema da metalinguagem da definição cobra relevância. No âmbito da lexicografia germânica, por exemplo, a dicotomia metalinguagem de signo / metalinguagem de conteúdo é (re) interpretada em termos de comentário de forma/comentário semântico (Cf.: f., por exemplo, WIEGAND, 1989a; 1989b; BUGUEÑO MIRANDA, 2004).

⁶ Kühn (1989) estabelece uma oposição básica na classificação dos dicionários semasiológicos fundamentada em critérios funcionais – ou seja, o uso efetivo do dicionário. Dessa forma, de um lado estão os dicionários gerais (polifuncionais) e, do outro, os dicionários especiais (monofuncionais). Os dicionários polifuncionais contêm um número determinado de informações "básicas", que podem interessar a um grupo bem amplo de usuários, em diferentes situações de consulta. São dicionários polifuncionais os dicionários gerais monolíngues, também conhecidos no meio acadêmico brasileiro como "dicionário padrão". Os dicionários monofuncionais, por sua vez, destinam-se à resolução de problemas linguísticos específicos de um grupo restrito de usuários. De acordo com essa concepção, seriam dicionários monofuncionais, por exemplo, os dicionários escolares, bem como os dicionários monolíngues para aprendizes de línguas estrangeiras – internacionalmente conhecidos como **learner's dictionaries**. Destaca-se, contudo, que as diferenças entre dicionários poli e monofuncionais relacionam-se, principalmente, à seleção da nomenclatura, no nível macroestrutural, e à delimitação do tipo e número de segmentos informativos apresentados no interior de cada verbete, no nível microestrutural. Em relação à redação das paráfrases definidoras, sem embargo, não se verificam tantas diferenças, principalmente tendo em vista o padrão sintático e o emprego de distintas metalinguagens, que são os aspectos que aqui nos interessam.

REVISÃO CRÍTICA DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DE REDAÇÃO DAS PARÁFRASES DEFINIDORAS

Os manuais de lexicografia – referimo-nos especificamente a Landau (2001), Jackson (2002), Porto Dapena (2002), Atkins & Rundell (2008), Svensén (2009), Schlaefer (2009) e Martínez de Souza (2009) – costumam dividir sua atenção entre a exposição dos princípios redacionais das paráfrases e a apresentação de tipologias – com uma vantagem ínfima para o primeiro aspecto.⁷

A análise das obras supramencionadas permitiu-nos chegar a uma síntese crítica dos princípios de redação das paráfrases.⁸

PRINCÍPIO DA SINONÍMIA

A lei da sinonímia [*ley de la sinonimia*] – o mais básico dos princípios redacionais – remonta à noção de “equação” entre *definiendum* e *definiens* (cf.: FREGE, 1962), bem como sua (re)interpretação (meta)lexicográfica em termos de “equação sêmica” (cf.: REY-DEBOVE, 1966), ou “sinonímia lexicográfica” (cf.: DUBOIS; DUBOIS, 1971). Esse princípio postula que “a definição é sinônima da unidade léxica definida”⁹ (MARTÍNEZ DE SOUZA, 2009, p. 153). Para que se possa comprovar a sinonímia, é preciso submeter a definição à “prova da substituição” [*sustituibilidad; substitubility*] ou “comutação” [*conmutabilidad*], segundo a qual, o *definiens* deve poder substituir o *definiendum* em um enunciado, sem que se altere seu sentido.

Uma paráfrase como *enloquecer* “Volverse loco” (DUEE, 2001, s.v., ac.1.1) deixa-se aplicar sem problemas à prova da substituição:

- (1) Don Quijote *enloqueció* con tanta lectura.
Don Quijote *se volvió loco* con tanta lectura.

A importância atribuída a esse princípio definitório é tamanha que Seco (2003, p. 32) chega ao ponto de afirmar que “a substituição é o banco de provas da definição”,¹⁰

⁷ Elude-se, portanto, frequentemente, uma discussão explícita acerca dos modelos semânticos que subsidiam / poderiam subsidiar a redação das paráfrases. Exceções seriam, por exemplo, Atkins & Rundell (2008, pp. 414-431), que abordam o problema da definição atrelando-o a um modelo semântico, e Svensén (2009, pp. 217-221; 224-226), que opõe o esquema tradicional de definição ao que ele denomina “definição prototípica”, com base no modelo semântico que fundamenta a formulação das paráfrases. Não obstante, embora seja frequente a ausência de uma referência ao(s) modelo(s) semântico(s) que sustentam / poderiam sustentar a redação das definições, esse aspecto, evidentemente, aparece, ainda que implícita e indiretamente, nos manuais de lexicografia. Isso pode ser demonstrado através da própria concepção de definição que assumem, à qual geralmente subjaz o modelo **genus proximum et differentia(e) specifica(e)**. Landau (2001) evidencia isso, ao iniciar seu capítulo sobre a definição remetendo-se à clássica distinção entre “definição lógica” [**logical definition**] e “definição lexical” [**lexical definition**].

⁸ Ressalta-se que os princípios básicos expostos nos próximos parágrafos são amplamente aceitos pela (meta)lexicografia. À esse respeito, cf.: cf.: f. também Seco (2003), Medina Guerra (2003) e Thumb (2004).

⁹ [la definición es sinónima de la unidad léxica definida]

¹⁰ [la sustituibilidad es el banco de pruebas de la definición]

asserção que, por sua vez, é corroborada por Canellada (1988, p. 130).¹¹ A aplicação da prova da substituição, entretanto, pressupõe o cumprimento de uma série de condições – que podem ser consideradas como princípios definitórios subordinados ao primeiro:

(SUB)PRINCÍPIO DE IDENTIDADE CATEGORIAL (OU FUNCIONAL)

Para que a paráfrase possa substituir o signo-lemma em um enunciado, faz-se necessária a manutenção do isomorfismo de categoria morfológica. Em definições por *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*, o termo genérico sempre deverá pertencer à mesma categoria morfológica da unidade léxica definida. Em consequência disso, os manuais de lexicografia costumam dedicar-se a estipular regras específicas para cada uma das classes gramaticais (cf.: LANDAU, 2001, pp. 138-144; PORTO DAPENA, 2002, pp. 298-307; ATKINS; RUNDELL, 2008, pp. 445-448; SVENSÉN, 2009, pp. 228-233; MARTÍNEZ DE SOUZA, 2009, pp. 153-157).¹²

Apresenta-se, a seguir, a título de ilustração, alguns exemplos de paráfrases que respeitam rigorosamente o princípio de identidade categorial:

(2) Substantivos:

donna “Essere umano adulto di sesso femminile” (PCDIt, 2009, s.v.)

Frau “erwachsene Person weiblichen Geschlechts” (DGW, 1999, s.v., ac.1)

(3) Verbos:

fotocopiar “Hacer una fotocopia de algo” (DUEe, 2001, s.v.)

ver “conhecer (os objetos externos) por meio do sentido da visão” (MiE, 1999, s.v., ac.1)¹³

(4) Adjetivos:

canalla “[persona] que es despreciable por su comportamiento vil” (DUEAe, 2003, s.v., ac.1)¹⁴

rechtmäßig “gemäß Recht und Gesetz richtig” (PGWDaF, 2011, s.v.)

¹¹ Weinreich (1967, p. 39), não obstante, já expressava uma opinião fundamentalmente contrária, argumentando que os dicionários estão limitados pelo fato de que “a definição deve ser um sintagma endocêntrico, sujeito aos papéis sintáticos correntes da língua-objeto, um sintagma funcionalmente equivalente aos termos definidos. [...] Essa convenção, embora favoreça a elegância, parece convir à demanda de intermutabilidade entre o termo e sua definição, o que é irrisório em se tratando de línguas naturais” [the definition must be an endocentric phrase, subject to the rules of ordinary object-language syntax, a phrase functionally equivalent to the defined terms. [...] This convention, though conducive to elegance, seems due to a claim of interchangeability between the term and its definition, which is preposterous for natural languages].

¹² Além disso, não são incomuns estudos que tratam especificamente de uma determinada classe gramatical, como, por exemplo: Canellada (1988) e Seco (2003, pp. 47-58), sobre os verbos; Beneduzi (2004) e Beneduzi, Bugueño Miranda & Farias (2005), sobre os substantivos e verbos; Lang (1989), Fornari (2009) e Farias (2015; 2016), sobre as conjunções; Wiegand (1982) e Wolski (1989), sobre advérbios e elementos modalizadores.

¹³ Em ambos os casos, o objeto direto – correspondente ao contorno da definição (Cf.: f. SECO, 2003, p. 47-58; MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; 2009, p. 157-159) – está formalmente separado do seu conteúdo por meio do emprego de símbolos gráficos. Isso indica que tais elementos devem ser desconsiderados no momento da aplicação da prova da substituição.

¹⁴ De modo similar ao que acontece com a definição dos verbos, a restrição de atribuição do adjetivo está formalmente separada do conteúdo da definição por meio do emprego de símbolos gráficos.

(5) Advérbios:

beforehand “earlier (than a particular time); in advance” (CDAE, 2006, s.v.)

frecuentemente “De manera frecuente” (DUEe, 2001, s.v.)

(SUB)PRINCÍPIOS DE CONCISÃO, ABRANGÊNCIA E CIRCULARIDADE

Esses princípios são introduzidos por Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*)¹⁵. Segundo o critério da concisão [*concisión*], a definição deve conter tão somente os caracteres essenciais da unidade léxica definida, apresentados em um único período. O critério da abrangência [*compleción*], por sua vez, preconiza que a definição, embora concisa, deve ser suficiente, a ponto de corresponder rigorosamente à unidade léxica que se define¹⁶. Por fim, de acordo com o critério da circularidade [*circularidad*]¹⁷, deve-se estabelecer uma relação tal entre *definiendum* e *definiens*, que o primeiro possa converter-se em definição do segundo, e ambos sejam intercambiáveis em situações normais de comunicação sem que se produzam alterações no sentido dos enunciados.

PRINCÍPIO DE AUTOSSUFICIÊNCIA

Esse princípio equivale a um dos critérios já mencionados em Zgusta (1971), de acordo com o qual a definição deveria conter apenas palavras definidas no próprio dicionário. Porto Dapena (2002, p. 275) afirma que o cumprimento desse critério permite evitar as chamadas “pistas perdidas” no dicionário – ou seja, a remissão (nesse caso, indireta) a uma entrada inexistente. Esse princípio, entretanto, pode – e, efetivamente, deve – ser cumprido apenas em dicionários gerais. Em dicionários cuja nomenclatura constitui-se de unidades léxicas marcadas diassistemicamente (por exemplo, dicionários de regionalismos, neologismos, tecnicismos etc.) não será possível obedecer a esse princípio, já que essas obras – devido à sua própria natureza – não poderão apresentar, evidentemente, definições para todas as unidades léxicas usadas na redação da paráfrase definidora.

PRINCÍPIO DE TRANSPARÊNCIA

Esse princípio, de forma análoga ao anterior, também remete a Zgusta (1971). Trata-se, neste caso, de que a definição contenha somente palavras mais compreensíveis (mais correntes ou conhecidas) que o signo-lemma. Deve-se advertir, no entanto, que esse princípio “é mais difícil de aplicar, a menos que se trate de definições referentes a um léxico especial, pertencente, por exemplo, a uma determinada

¹⁵ Cf.: também Martínez de Souza (2009, p.152-154).

¹⁶ Os critérios de concisão e abrangência remetem à asserção de Rey-Debove (1966), segundo a qual, a definição deve corresponder a *todo* o conteúdo e *nada mais que* o conteúdo da unidade léxica definida. A esse respeito, cf.: também Seco (2003, p. 20) e Martínez de Souza (2009, p. 153).

¹⁷ A respeito da ambiguidade do termo *circularidade*, cf.: tópico 2.4.

terminologia”¹⁸ (PORTO DAPENA, 2002, p. 276), além do que será um grande problema “decidir que palavras são mais compreensíveis ou simples para o usuário”¹⁹ (PORTO DAPENA, 2002, p. 277). Nesse sentido, Weinreich (1967, p. 37), por exemplo, propunha que a definição deveria conter apenas palavras de frequência mais alta que a da unidade léxica que se define. No entanto, se se leva essa afirmação às últimas consequências, as palavras mais frequentes seriam indefiníveis (cf. SECO, 2003, p. 33-34, nota 6).

PRINCÍPIO DE EVASÃO DA CIRCULARIDADE

Circularidade [circularidad; circularity] é um termo ambíguo; com ele se designa (a) o critério de intercambiabilidade entre *definiendum* e *definiens* e (b) uma condição intrínseca a toda obra lexicográfica, uma vez que as palavras são, ao mesmo tempo, objeto e ferramenta de trabalho do lexicógrafo. Além disso, segundo Porto Dapena (2002), a circularidade, tomada em seu segundo sentido, pode ser vista (i) como uma característica essencial do dicionário, na medida em que as definições, conectadas entre si, formam uma cadeia fechada, ou (ii) como um vício de definição. É justamente a esse segundo aspecto que nos referimos aqui.

O princípio de evasão da circularidade – que remonta novamente a Zgusta (1971) – postula que *definiendum* e *definiens* não devem remeter-se reciprocamente, o que implica que (a) no caso de paráfrases por meio de uma proposição, o enunciado definitório não pode conter unidades léxicas pertencentes à mesma família da unidade que se define, e (b) no caso de definições por meio de sinônimos, estes devem constar como signo-lema na nomenclatura do dicionário e estar definidos mediante uma paráfrase proposicional (Cf.: MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; 2009, p. 179-180; LANDAU, 2001, p. 124-129; SVENSÉN, 2009, p. 226-227). A desatenção a essas especificações pode originar dois tipos de círculos viciosos:

- (6) Círculo vicioso no interior da própria definição:
noiositá “Caratteristica di chi (o di cio che) è noioso” (ZVLI, 2011, s.v.)
noioso “Che procura noia” (ZVLI, 2011, s.v.)
- (7) Círculo vicioso no interior de um sistema de definições:
castigo “Pena, punição” (MiMe, 2000, s.v., ac.2)
pena “Castigo, punição” (MiMe, 2000, s.v. *pena*², ac.1)
punição “Pena, castigo” (MiMe, 2000, s.v.)

PRINCÍPIO DE ANÁLISE

Porto Dapena (2002) propõe, explicitamente, como um dos princípios da definição, que ela corresponda a uma “análise componencial” do significado do signo-lema:

¹⁸ [es más difícil de aplicar, a menos que se trate de definiciones referentes a un léxico especial perteneciente, por ejemplo, a una determinada terminología]

¹⁹ [decidir qué palabras resultan más comprensibles o sencillas al usuario]

[...] com a diferença de que a definição lexicográfica deverá cumprir uma série de condicionamentos formais, como ter de estar representada por uma frase ou enunciado submetido às regras sintáticas da língua e, ao mesmo tempo, constituído por palavras pertencentes ao léxico comum, ao contrário das análises realizadas pelos semanticistas, consistentes, mais bem, em puras fórmulas realizadas por meio de uma linguagem formalizada especial.²⁰ (PORTO DAPENA, 2002, p. 276)

Os demais manuais, ainda que se abstenham de apresentar a análise componencial como um princípio definitório análogo aos demais anteriormente expostos, consideram-no um pressuposto do processo de definir, na medida em que assumem que a definição – conforme os postulados da lógica – consiste em um “*sintagma endocêntrico*” [*endocentric phrase*], ou uma “*definição sintagmática completamente analítica*” [*completaly analytical one-phrase definition*] (Cf.: JACKSON, 2002, p. 94). Pontos de vista similares são defendidos em Landau (2001) e Martínez de Souza (2009).

RESTRIÇÕES AOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DE REDAÇÃO E O PROBLEMA DA METALINGUAGEM DA DEFINIÇÃO

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a aplicação dos princípios redacionais descritos – bem como a desobediência a eles – não pode garantir por si só a formulação de “*definições elucidativas*” – ou, ao contrário, “*não elucidativas*”.²¹ Mais importante, no entanto, é assinalar a existência de dois problemas fundamentais – com frequência apresentados apenas em segundo plano nos manuais de lexicografia – que restringem o poder de aplicação dos princípios redacionais descritos anteriormente à formulação das paráfrases definidoras:

- a) a ausência de um consenso a respeito do que se deve entender por “*significado*” – ou “*conteúdo semântico*” – de uma unidade léxica;
- b) a existência de uma variada gama de possibilidades de reescrita do conteúdo semânticos das unidades léxicas.

O primeiro problema está estreitamente relacionado à variável modelo semântico no âmbito de uma teoria da definição lexicográfica – fato que ressalta a importância de uma visão integradora acerca do objeto de estudo em questão. A principal dificuldade aqui estriba justamente em reconhecer que unidades léxicas pertencentes a categorias morfológicas distintas apresentam significados de “*natureza distinta*” – que, via de regra, são dificilmente apreensíveis. Um modelo semântico pode lançar luzes sobre a maneira como devemos “*olhar*” para o significado em cada caso, embora, até o momento, nem os modelos formal e estrutural, por um lado, nem os modelos orientados cognitivamente, por outro, apresentaram resultados completamente satisfatórios (Cf.: BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2013a; 2013b; FARIAS, 2012; 2014; 2015; 2016; 2017).

²⁰ [con la diferencia de que la definición lexicográfica habrá de cumplir una serie de condicionamientos formales, como el tener que estar representada por una frase o enunciado sometido a las reglas sintáticas de la lengua y, a la vez, constituido por palabras pertenecientes al léxico común, frente a los análisis realizados por los semanticistas, consistentes más bien en puras fórmulas realizadas con un lenguaje formalizado especial]

²¹ Sobre a noção de “*definição elucidativa*” e seus desdobramentos, cf.: Farias (2013, p. 120-126; 131-132).

Em relação ao segundo problema identificado, deve-se observar que os princípios redacionais descritos – mormente os princípios de sinonímia e de análise – referem-se, exclusivamente, a um tipo específico de paráfrase definidora: a definição por *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*. Isso se explica pelo fato de que a (meta) lexicografia fundamentou-se – se não de forma exclusiva, mas seguramente em sua parte mais substancial – nos postulados da lógica, reinterpretados em termos de um modelo semântico estrutural (Cf.: WIEGAND, 1989c).²² Desconsidera-se, entretanto, a existência de uma imensa variedade de tipos de paráfrases. O emprego de um tipo específico de paráfrase, muitas vezes, é determinado pelo tipo de unidade léxica que se define (Cf.: por exemplo, a proposta de FARIAS, 2013, pp. 197-219); em alguns casos, a aplicação do modelo *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* está completamente vetada (por exemplo, no caso das conjunções; Cf.: FORNARI, 2009; FARIAS, 2015; 2016). Daí a necessidade de se pensar a questão da formulação de padrões sintáticos e, conseqüentemente, também a questão dos princípios redacionais, atreladas a uma taxonomia de paráfrases definidoras.

A questão da metalinguagem lexicográfica está intimamente ligada aos dois problemas fundamentais delimitados. J. Rey-Debove é a responsável por introduzir o conceito de metalinguagem no âmbito da lexicografia (Cf.: por exemplo, REY-DEBOVE, 1971); esse conceito seria, posteriormente, adotado pela (meta)lexicografia hispânica e amplamente difundido, sobretudo a partir de Seco (2003). De acordo com Seco (2003), o *definiens* constituir-se-ia de duas partes: a primeira pertenceria à metalinguagem de signo [*metalingua de signo*] – correspondendo ao primeiro enunciado [*primer enunciado*] –, e a segunda pertenceria à metalinguagem de conteúdo [*metalingua de contenido*] – correspondendo, então, ao segundo enunciado [*segundo enunciado*].²³ Designa-se metalinguagem de conteúdo às indicações relativas ao significado do signo-lema – em geral, restritas à paráfrase definidora – e metalinguagem de signo às demais indicações – que, nesse caso, podem aparecer fora ou dentro da paráfrase definidora.²⁴ Dessa forma, é possível presumir que há paráfrases definidoras redigidas tanto em metalinguagem de conteúdo – que seria, em princípio, a metalinguagem própria da definição – como em metalinguagem de signo.

²² Para uma análise exaustiva dos reflexos da teoria tradicional da definição engendrada no âmbito da lógica na prática lexicográfica, cf.: Farias (2013, pp. 59-116).

²³ Segundo nossa concepção, o *definiens* restringir-se-ia à paráfrase definidora (Cf.: Farias, 2013). Essa concepção, portanto, conflita com a proposta de Seco (2003), que faz corresponder ao *definiens* o bloco completo de informações sobre o signo-lema, independentemente da sua natureza. Considerando, no entanto, que sobre o signo-lema, é possível fazer afirmações de cunho tanto semântico, como fonético/fonológico e gramatical, alinhamo-nos à tradição lexicográfica germânica (compartilhada, pelo menos em parte, com a anglo-saxã), e preferimos sobrepor à dicotomia metalinguagem de signo/metalinguagem de conteúdo a dicotomia comentário de forma/comentário semântico. A segmentação dos comentários sobre o signo-lema visa, justamente, a uma separação formal entre, por um lado, segmentos dedicados à apresentação de informações fonéticas/fonológicas e gramaticais e, por outro lado, segmentos dedicados à apresentação de informações semânticas – entre as quais encontra-se a paráfrase definidora (Cf.: WIEGAND, 1989a; 1989b; HARTMANN, 2001; BUGUEÑO MIRANDA, 2004). A preferência pela dicotomia proposta no âmbito germânico, no entanto, não invalida, nem tampouco diminui o valor da oposição metalinguagem de signo/metalinguagem de conteúdo para a lexicografia; preferimos encarar essa dicotomia como complementar à outra.

²⁴ Porto Dapena (2000) apresenta uma análise crítica dos conceitos de metalinguagem de signo e de conteúdo propostos por J. Rey-Debove e M. Seco.

A questão da metalinguagem da definição relaciona-se com o problema da natureza do “significado” – ou “conteúdo semântico” – das unidades léxicas, na medida em que, dependendo da natureza do significado, uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo – que responderia à expectativa inicial – pode tornar-se inviável. No que concerne ao problema da variedade de tipos de paráfrases definidoras, por sua vez, a questão da metalinguagem pode converter-se em um aspecto secundário em relação a alguns tipos específicos de paráfrases definidoras.²⁵

Procurar-se-á relacionar cada um dos problemas fundamentais concernentes à redação das paráfrases detectados acima à questão da metalinguagem da definição.

OS DIFERENTES TIPOS DE CONTEÚDO SEMÂNTICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA REDAÇÃO DAS PARÁFRASES DEFINIDORAS: A METALINGUAGEM E A VARIÁVEL “TEORIA SEMÂNTICA”

Coseriu (1978), ao propor os fundamentos de sua teoria lexicológica, distingue cinco tipos de significado. Para a lexicologia e a semântica lexical, os dois tipos de significados mais importantes são o lexical e o categorial (cf.: também LUTZEIER, 1985; ASCHENBERG, 2003). A partir dessa distinção fundamental entre significado lexical e significado categorial, propõe-se, no âmbito das teorias lexicológicas tradicionais, uma oposição entre “palavras lexicais” e “palavras gramaticais”²⁶. Embora seja, na prática, inviável uma definição concomitantemente taxonômica e opositiva tanto de palavra lexical como – e conseqüentemente – de palavra gramatical (cf.: por exemplo, BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011a; FARIAS, 2014; 2015; 2016), é inegável que o “conteúdo semântico” de um substantivo, de uma preposição ou conjunção e de um artigo ou pronome – para limitar-nos a apenas alguns exemplos – não será o mesmo.²⁷

Diante da inexorabilidade do fato de que o “conteúdo semântico” das unidades léxicas é diverso, não podendo, portanto, ser descrito da mesma forma, a (meta)lexicografia estabeleceu uma relação entre palavras lexicais e definições em metalinguagem de conteúdo, por um lado, e palavras gramaticais e definições em metalinguagem de signo, por outro (cf.: REY-DEBOVE, 1971, p. 171-172; 247-252; SECO, 2003, pp. 33-34).

As definições em metalinguagem de conteúdo são consideradas “definições próprias”, enquanto as definições em metalinguagem de signo são consideradas “definições impróprias” (cf. SECO, 2003, pp. 33-34). As definições próprias correspondem à definição *stricto sensu*, ou seja, informam o consulente sobre o “conteúdo semântico”

²⁵ A esse respeito, cf.: 3.2.

²⁶ Adotaram-se aqui as designações *palavras lexicais* e *palavras gramaticais*, fazendo-as corresponder, respectivamente, às designações *expressões que significam* e *expressões que não significam*, mais polêmicas que as primeiras, empregadas em trabalhos anteriores (Cf.: BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011a; FARIAS, 2014). Entre as designações mais recorrentes na literatura especializada, pode-se mencionar, ainda: *palavras lexicológicas*, *content / full / lexical words*, *Autosemantika*, *Kategorema*, *kategorematische Ausdrücke*, no primeiro caso, e *palavras categorémicas*, *form / function / grammatical words*, *Synsemantika*, *Synkategorema*, *synkategorematische Ausdrücke*, no segundo caso (Cf.: LUTZEIER, 1985; HAUSMANN, 1995; MATTHEWS, 1997, s.v. *form word*; s.v. *function word*; s.v. *grammatical word*; s.v. *content word*; s.v. *lexical word*; BUSSMANN, 2008, s.v. *Autosemantikum*; s.v. *Synsemantikum*; GLÜCK, 2010, s.v. *Autosemantikum*; s.v. *Synsemantikon*).

²⁷ Para uma discussão exaustiva da relação entre os diferentes tipos de “conteúdo semântico” e a redação das paráfrases definidoras, cf.: Farias (2014).

da unidade léxica; as definições impróprias – também chamadas explicações –, ao contrário, não informariam o consulente sobre o “conteúdo semântico” da unidade léxica, mas explicariam *o que é, como se emprega e para que se emprega* o signo-lema (cf. SECO, 2003, pp. 33). Compare-se, a título de ilustração, as paráfrases transcritas abaixo. O grupo de paráfrases (8) corresponde a definições em metalinguagem de conteúdo de unidades léxicas tradicionalmente classificadas como palavras lexicais; já o grupo de paráfrases (9) corresponde a definições em metalinguagem de signo de unidades léxicas tradicionalmente classificadas como palavras gramaticais:

- (8) *silla* “Asiento con patas y respaldo, para una sola persona” (DUEe, 2001, s.v., ac. 1)
escudar “Proteger a alguien contra una amenaza o peligro” (DUEAe, 2003, s.v., ac. 1)²⁸
misandre “Qui a de la haine ou du mépris pour les hommes (II)” (PRobE, 2001, s.v.)
misérablement “De façon très malheureuse”; “Dans la pauvreté”; “Mesquinement” (PRobE, 2001, s.v., ac. 1, 2, 3)
- (9) *mas* “Exprime oposição ou restrição, ou causa de uma ação, etc.” (MiAu, 2008, s.v. *mas*¹, ac. 1)
hasta “Expresa el lugar en que termina un movimiento” (DUEe, 2001, s.v., ac. 1)
je “Pronom personnel de la première personne du singulier, sans distinction de genre, en fonction de sujet” (PRobE, 2001, s.v., ac. 1)
o “Determina substantivo masculino singular” (MiE, 1999, s.v. *o*²)

O quadro a seguir sintetiza a concepção tradicional da (meta)lexicografia em relação à metalinguagem da definição:

	Definição própria	Definição imprópria
Metalinguagem	Metalinguagem de conteúdo	Metalinguagem de signo
Âmbito de aplicação	“Palavras lexicais”: Substantivos, adjetivos, verbos, advérbios ²⁹	“Palavras gramaticais”: Conjunções, preposições, pronomes, artigos, interjeições
Exemplo de definição	<i>envelhecer</i> “tornar-se velho” (MiE, 1999, s.v., ac. 2)	<i>mas</i> “liga orações ou períodos com as mesmas propriedades sintáticas, introduzindo frase que denota basicamente oposição ou restrição ao que foi dito” (HouE, 2009, s.v., ac. 1)
Aplicação à prova da substituição	Estêvão <i>envelheceu</i> sem perder o charme. Estêvão <i>tornou-se velho</i> sem perder o charme.	Joana estudou pouco, <i>mas</i> foi aprovada no concurso. *Joana estudou pouco, <i>liga orações ou períodos com as mesmas propriedades sintáticas, introduzindo frase que denota basicamente oposição ou restrição ao que foi dito</i> foi aprovada no concurso.

Retornando à questão dos princípios redacionais e sua relação com a metalinguagem lexicográfica, a análise do quadro acima deixa evidente que a geração de definições em metalinguagem de signo – em princípio, a única possibilidade no caso das palavras gramaticais – derruba a suposta universalidade da *lei da sinonímia* – justamente um dos princípios basilares da redação das paráfrases definidoras – e junto com esse, também os (sub)princípios de identidade categorial e de concisão, abrangência e

²⁸ Nesse caso, o objeto direto explicitado na paráfrase definidora não forma parte do conteúdo semântico da definição, mas constitui seu contorno.

²⁹ Ainda que os advérbios sejam incluídos entre as “palavras lexicais”, a viabilidade de se oferecer definições em metalinguagem de conteúdo para essa classe de palavras em todos os casos é questionável (Cf., por exemplo, MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; SECO, 2003, p. 34).

circularidade caem por terra. Ademais, o princípio de análise se vê igualmente afetado, dada a impossibilidade de se realizar uma análise semântica no caso das palavras gramaticais – razão pela qual a semântica coseriana exclui do seu escopo de atuação as palavras que não apresentam significado lexical (cf. COSERIU, 1978)³⁰.

Não obstante, se, por um lado, o quadro apresentado acima põe em xeque a validade universal de alguns dos princípios redacionais basilares amplamente aceitos no âmbito (meta)lexicográfico, por outro lado, é preciso reconhecer que ele tampouco oferece uma visão “real” do problema.

Em primeiro lugar, sabe-se já que não é possível sustentar uma distinção *stricto sensu* entre o que chamamos “expressões com significado” e “expressões sem significado” – que aqui fazemos corresponder, respectivamente, aos de conceitos de palavra lexical e gramatical (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011a; FARIAS, 2014, 2015; 2016). Em relação à tarefa de elaborar as definições, por sua vez, a insustentabilidade da distinção proposta no âmbito das teorias lexicológicas tradicionais reflete-se em que nem sempre as palavras consideradas “lexicais” se deixam definir por metalinguagem de conteúdo, e, por outro lado, as palavras consideradas “gramaticais” podem, em muitos casos, definir-se mediante uma paráfrase em metalinguagem de conteúdo. Assim, pois, o âmbito de aplicação de cada uma das metalinguagens não será tão estrito. Os exemplos apresentados em (10) e (11) ilustram o problema:

(10) *Arschloch* “verwendet al.s Schimpfwort für j-n, den man nicht mag” (LaGWDaF, 2008, s.v., ac.2)

(11) *gegen* “in Richtung auf j-n / etw. hin”; “in die Richtung, aus der j-d / etw. kommt”; “+ Zeitangabe; ungefähr zu dem genannten Zeitpunkt” (LaGWDaF, 2008, s.v., ac. 1, 2, 3)

Em segundo lugar, deve-se levar em “conta”, por um lado, que existem palavras lexicais que se definem com mais propriedade mediante metalinguagem de signo e *vice-versa*. Comparemos, a título de ilustração, a definição de *Arschloch* em (10) com a definição apresentada abaixo em (12):

(12) *Arschloch* “Person, auf die jemand wütend ist (oft als Schimpfwort)” (DUWe, 2015, s.v., ac. 2)

A esse respeito, Rey-Debove (1971, p. 172) já argumentava:

A metalinguagem de conteúdo é um enunciado que restitui o conteúdo do signo, SEM FALAR DO SIGNO. A metalinguagem de signo é um enunciado que fala do signo informando sobre o conteúdo do signo. [...] a metalinguagem de signo pode substituir a metalinguagem de conteúdo, mas não o contrário.³¹

Dessa forma, *todas as palavras* poderiam ser definidas por meio de metalinguagem de signo. Rey-Debove (1971), no entanto, corroborando as palavras de Weinreich (1967), adverte:

³⁰ Os princípios de autossuficiência, transparência e evasão da circularidade não se relacionam diretamente com o problema da metalinguagem lexicográfica. Tais princípios foram apresentados junto com os demais para oferecer um panorama completo do estado da arte na teoria / prática lexicográfica; as possíveis críticas a tais princípios já foram apresentadas oportunamente.

³¹ [La métalangue de contenu est un énoncé qui restitue le contenu du signe sans parler du signe. La métalangue de signe est un énoncé qui parle du signe, éventuellement en informant sur le contenu du signe. [...] la métalangue de signe peut relayer la métalangue de contenu, mais non l'inverse]

Trata-se, pois, de avaliar a necessidade da metalinguagem de signo, de observar se será sempre facultativa, e se não, em quais casos é obrigatória.

Começar-se-á por afirmar que é sempre possível, posto que a metalinguagem de signo está destinada especialmente ao discurso sobre os signos. Nada impede de definir *esquilo* como “Nome de um animal pequeno...”, ou “Palavra de frequência *n* que significa...” etc., afastando-se tanto quanto se deseje da análise do conteúdo: em última instância, tem-se uma definição de palavra como a caracterizamos [...]. Nenhuma das definições em metalinguagem de signo constitui uma análise semântica estrita; ela sempre contém outra coisa. Essencialmente uma informação sobre o emprego do signo (diz-se de, serve para, assinala etc.) e sobre a classe do signo (palavra, nome, onomatopeia etc.) [...].

A comparação das definições de *DFC* e *PL* demonstra-nos, por outro lado, que ela não é indispensável – isso já se sabe –, na maioria dos casos. (REY-DEBOVE, 1971, p. 249-250)³²

Em uma definição como a de *Arschloch* em (10), o emprego da metalinguagem de signo não é, portanto, um indício da “indefinibilidade” da palavra – nos termos que propõe Seco (2003) – tampouco um equívoco metodológico, como o mesmo autor defende. A metalinguagem de signo não somente é aceitável nesse caso, como se justifica plenamente, tendo em “conta” a dupla função que cumpre: informa sobre o “significado”, ou “conteúdo semântico”, do signo-lemma, ao mesmo tempo em que indica como se emprega. Proporciona-se, assim, ao usuário, além de uma informação estritamente semântica, também informações pragmáticas. Por meio da paráfrase transcrita em (10), indica-se ao usuário: (a) a qual “extensão” – no sentido de Frege (2008) – aplica-se a “intensão” que se descreve; e (b) em que contexto se emprega a palavra / expressão definida. A metalinguagem de conteúdo, por outro lado, como a análise da definição transcrita em (12) evidencia, não permitiria fazê-lo com tanta propriedade; além disso, deve-se considerar que a informação apresentada entre parênteses não corresponde à metalinguagem de conteúdo. Trata-se, portanto, de uma adequação da metalinguagem da definição ao tipo (ou aos tipos) de informação que se quer (ou se deve) oferecer ao usuário.

OS DIFERENTES TIPOS DE DEFINIÇÕES E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA PRÁTICA LEXICOGRÁFICA: A METALINGUAGEM E A VARIÁVEL “TAXONOMIA DE PARÁFRASES DEFINIDORAS”

O esquema clássico de definição, não obstante historicamente sempre tenha recebido maior atenção no âmbito (meta)lexicográfico, dista muito de ser o único modelo passível de emprego nos dicionários de língua. Casares (1992), por exemplo,

³² [Il s’agit donc d’estimer la nécessité de la métalangue de signe, de voir si elle est toujours facultative, et si non, dans quels cas elle est obligatoire.

On commencera par affirmer qu’elle est toujours possible, puisque la métalangue de signe est spécialement destinée au discours sur les signes. Rien n’empêche de définir *Écureuil* par «Nom d’un petit animal...», ou «Mot de fréquence *n* qui signifie...» etc., en s’éloignant autant qu’on le veut de l’analyse du contenu: à la limite, on a une «définition de mot» telle que nous l’avons caractérisée [...]. Aucune des définitions en métalangue de signe ne constitue une stricte analyse sémantique; elle contient toujours autre chose. Essentiellement une information sur l’emploi du signe (se dit, sert à, marque etc.) et sur la classe du signe (Mot, nom, onomatopée etc.) [...]

La comparaison des définitions de *DFC* et *PL* nous montre, d’autre part, qu’elle n’est pas indispensable – ce qu’on savait déjà –, dans la majorité des cas]

não somente apresentava as definições genéticas, teleológicas e descritivas como alternativa para a definição por *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*, como também propunha sua primazia sobre o modelo clássico em determinadas circunstâncias. Além disso, não se pode deixar de mencionar as inúmeras propostas de classificação das paráfrases definidoras, a exemplo de Bosque (1982), Ilson (1987) e Schlaefer (2009, pp. 94-97), sem esquecer o modelo taxonômico desenhado por Bugueño Miranda (2009) – posteriormente revisado e adaptado em Bugueño Miranda & Farias (2011b) e Farias (2013) – baseado em duas variáveis, sendo uma delas, justamente, a metalinguagem.

Não obstante as inúmeras possibilidades de reescritura que o lado direito da equação sêmica comporta, limitamo-nos, aqui, a contrapor o esquema clássico de definição a outros dois únicos padrões: a definição por meio de sinônimos e a chamada *whole-sentence definition*. As diferenças entre a aplicação de cada um dos modelos à definição de substantivos, por exemplo, podem ser apreciadas a seguir:

- (13) *stewardship* “the responsibilities connected with something” (LDEL, 2006, s.v.)
- (14) *stewardship* “care or management” (CDAE, 2006, s.v.)
- (15) *stewardship* “**Stewardship** is the responsibility of looking after property. (FORMAL)” (CCLDe, 2003, s.v.)

A análise subsequente da definição por sinônimos e da *whole-sentence definition* permitirá, por um lado, questionar a validade incondicional de dois dos princípios redacionais mais importantes – quais sejam, a lei da sinonímia e a análise componencial subjacente à paráfrase –, e, por outro lado, afastam o problema da metalinguagem do centro da discussão sobre a definição.

A DEFINIÇÃO POR SINÔNIMOS

A definição por sinônimos está presente na imensa maioria das obras lexicográficas – e aqui evitamos uma generalização simplesmente por não conhecer *todos* os dicionários do mundo –, além de, muito frequentemente, aparecer nas discussões (meta) lexicográficas como uma alternativa legítima à definição parafrástica. Correspondem às paráfrases que expressam o conteúdo semântico de uma unidade léxica por meio de um ou mais sinônimos (cf.: MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición por sinónimos*).

Uma paráfrase sinonímica pode ser considerada intensional – ou seja, formulada em metalinguagem de conteúdo –, na medida em que se entende por paráfrase uma “reescrita do significado de uma expressão linguística por meio de outra expressão ou por meio de várias outras expressões de uma mesma língua”³³ (ULRICH, 2002, s.v. *Paraphrase*). Ademais, poder-se-ia argumentar que à explanação do significado por meio de um ou mais sinônimos, de modo similar ao que ocorre com a explanação por meio de uma proposição, subjaz uma análise componencial do significado (cf., por exemplo, ZGUSTA, 1971, p. 261).

Não existe, contudo, um consenso entre os estudiosos sobre essa questão. Assim, pois, também seria legítimo considerar a paráfrase sinonímica como uma espécie de relação onomasiológica, na medida em que o conceito atua como um *tertium*

³³ [Wiedergabe der Bedeutung eines sprachl. [sc. sprachlichen] Ausdrucks durch einen anderen Ausdruck oder durch mehrere andere Ausdrücke derselben Sprache]

comparationis entre o signo-lema e o sinônimo (cf., por exemplo, CASAS GÓMEZ, 1995; HARTMANN; JAMES 2001, s.v. *onomasiological dictionary*). Por essa razão, para Bugueño Miranda (2009), a definição por sinônimos figuraria também entre as definições extensionais – e corresponderia, portanto, a uma formulação em metalinguagem de signo.

Ressalta-se, ainda, que a definição por meio de sinônimos é considerada um vício por alguns autores, na medida em que propicia a geração de “círculos viciosos” (cf., por exemplo, MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definición lingüística*; LANDAU, 2001, p. 157-160). Seu emprego, é, no entanto, legítimo, nos casos em que o sinônimo é mais esclarecedor que uma paráfrase (cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011c). A título de ilustração, compare-se o comentário semântico nos verbetes transcritos em (16) e (17):

(16) *alcunha* “apelido, nome diferente” (MiLP, 1998, s.v.)

(17) *alcunha* “Cognome geralmente depreciativo que se põe a alguém, e pelo qual fica sendo conhecido, tirado de alguma particularidade física ou moral; apelido, apodo” (AuE, 2009, s.v., ac.1)

A funcionalidade da explanação do significado por meio de um sinônimo é evidenciada em LaGWDaF (2008). Nessa obra, a explanação do significado por meio de sinônimos atende explícita e sistematicamente – como se observa no seu prefácio – ao princípio de facilitar a compreensão do significado da unidade definida:

(18) *abgefeimt* “Adj; nicht adv, pej ▣ raffiniert, durchtrieben <ein Gauner, ein Schurke, ein Lügner>” (LaGWDaF, 2008, s.v.)

(19) *verzwick* “Adj; nicht adv, gespr ▣ kompliziert <e-e Angelegenheit, e-e Situation>” (LaGWDaF 2008: s.v.)

A paráfrase por sinônimos é um recurso reservado à explanação do significado de algumas (poucas) unidades léxicas marcadas estilisticamente em LaGWDaF (2008). Nesses casos, o sinônimo empregado como recurso explanatório deve ter uma frequência de uso bem mais alta que a do signo-lema³⁴ – fator de suma importância, especialmente tendo em vista que a obra se destina a aprendizes de alemão como língua estrangeira.

A WHOLE-SENTENCE DEFINITION³⁵

Ao modelo de *whole-sentence definition* subjaz uma concepção que é incompatível com o modelo *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* – tanto que o emprego de uma das fórmulas no dicionário exclui, normalmente, o emprego da outra.³⁶ Nesse sentido, as definições que seguem o estilo de *whole-sentence definitions* são a marca

³⁴ Em consultas realizadas por meio da ferramenta de busca Google (em 20.03.2016), encontramos 8.670 registros de *abgefeimt*, frente a 928.000 registros de *raffiniert* e 49.700 registros de *durchtrieben*, por um lado, e 75.500 registros de *verzwick*, frente a 3.150.000 registros de *kompliziert*, por outro lado.

³⁵ Em razão da ausência de um consenso em relação à designação desse tipo de definição no âmbito internacional, bem como da carência de um termo consagrado na (meta)lexicografia brasileira (Cf.: nota 36), optamos, neste trabalho, pelo uso da expressão *whole-sentence definition*, bem difundida e conhecida tanto internacional como nacionalmente.

³⁶ Uma das raras exceções é CDAE (2006), que mistura o estilo de definição tradicional com o estilo de *whole-sentence definition*.

registrada dos dicionários da linha *Collins COBUILD* – os responsáveis, aliás, por sua introdução (cf.: SVENSÉN, 2009, p. 235).³⁷

Svensén (2009) salienta que as *whole-sentence definitions* compõem-se de duas partes: uma “parte contextualizadora” [*contextualizing part*] e uma “parte explanatória” [*explanatory part*].³⁸ A presença dessa primeira parte dita “contextualizadora” – que, aliás, inviabiliza a aplicação da prova da substituição – é, justamente, o grande diferencial desse modelo em relação ao esquema tradicional de definição. As informações contextuais podem ser de vários tipos:

1. Informações sintáticas: A *whole-sentence definition* normalmente explicita, na parte contextualizadora de definições de verbos, as valências:³⁹

(20) *look* “If you **look** in a particular direction, you direct your eyes in that direction, especially so that you can see what is there or see what something is like”; “If you **look at** a book, newspaper, or magazine, you read it fairly quickly or read part of it”; “If someone, especially an expert, **looks at** something, they examine it, and then deal with it or say how it should be dealt with” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1, 2, 3)

2. Informações de padrões colocacionais: A indicação das colocações, além de servir basicamente para a produção linguística, revela-se uma informação efetivamente funcional em dicionários voltados para falantes não nativos – sejam eles bilíngues ou monolíngues⁴⁰. Daí a relevância da apresentação dessa informação nos dicionários da linha *Collins COBUILD*, como no exemplo a seguir:

(21) *mistake* “If you make a **mistake**, you do something which you did not intend to do, or which produces a result that you not want” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1)⁴¹

³⁷ Por essa razão, Svensén (2009) também chama esse modelo de definição de “*COBUILD definition*” – sendo *COBUILD* uma abreviatura para “*Collins Birmingham University International Language Database*”. Outras designações que recebe esta técnica definitória são “*full-sentence definition*” (Cf.: RUNDELL, 2008; SVENSÉN, 2009), “*definição sentencial*” [*sentential definition*] (Cf.: Geeraerts, 2003, p. 91), “*definição contextual*” [*contextual definition*] (Cf.: Lew; Dziemianko, 2006a; 2006b), ou ainda, no Brasil, *definição oracional* (Cf.: CARVALHO, 2011).

³⁸ A esse respeito, cf.: também Landau (2001, p. 64), Hanks (2003) e Lew & Dziemianko (2006a).

³⁹ Deve-se ressaltar, no entanto, que esse tipo de informação também costuma ser apresentada em definições redigidas segundo a fórmula *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*. Nesse caso, a definição normalmente apresenta as indicações da valência do verbo – pertinente, como vimos, à metalinguagem de signo – formalmente separada do conteúdo da definição – via de regra apresentado em metalinguagem de conteúdo – por meio de convenções gráficas, como parênteses, colchetes etc. (Cf.: SECO, 2003, p. 47-58). Svensén (2009, p. 237), não obstante, observa que esse tipo de indicação gráfica na paráfrase “não é muito amigável para o consulente” [(it) is not very use-friendly]. De fato, em Farias (2009a, p. 149-150), ao tratar-se do problema da apresentação das indicações de ordem sintática em dicionários de tipo escolar, advertíamos que a incorporação da indicação de valência nas paráfrases exige que se aprenda a equilibrar a exaustividade descritiva do fenômeno da complementação verbal em cada caso e a capacidade de compreensão do usuário – e não somente o escolar –, tanto em relação ao fato sintático em si como em relação à habilidade de consulta a uma obra de referência; é mister, pois, apresentar a indicação da valência da forma mais simples possível e restringir ao mínimo o uso de elementos semióticos que possam vir a perturbar a leitura.

⁴⁰ Para uma visão geral acerca do problema da identificação e do tratamento lexicográfico das colocações, cf.: f. Beneduzi (2008).

⁴¹ Ao contrário do que ocorre no caso anterior, este tipo de informação dificilmente poderia ser disponibilizado através de uma definição tradicional – ou mesmo através de uma definição por sinônimos –, de tal forma que seria necessário lançar mão de outros segmentos informativos no interior do verbete. Para ressaltar a diferença entre os resultados obtidos por meio da aplicação de ambos os tipos de definição, propõe-se comparar a paráfrase transcrita em (21) com a seguinte: *mistake* “an action or decision that is wrong or produces a result that is not correct or not intended: We all make mistakes. It was a mistake to come to this restaurant without a reservation. [+ to infinitive]” (CDAE, 2006, s.v., ac.1). Nesse caso, o dicionário lança mão de exemplos para explicitar o padrão colocacional aos usuários.

3. Informações pragmáticas: Landau (2001, p. 179) afirma que “[E]ssa técnica definatória [i.e., a *whole sentence definition*] tem a virtude de expressar imediatamente o uso em um contexto social como uma interação entre pessoas, enquanto uma técnica definatória tradicional é mais abstrata e menos satisfatória”⁴². Isso é válido, por exemplo, para definições como as transcritas a seguir:

- (22) *cute* “If you describe someone as **cute**, you think they are sexually attractive (mainly AM INFORMAL)” (CCLDe, 2003, s.v., ac.2)
- (23) *polite* “You can refer to people who consider themselves to be socially superior and to set standards of behaviour for everyone else as **polite society** or **polite company**.” (CCLDe, 2003, s.v., ac.2)

Em ambos os casos, não apenas se define o signo-lema, mas se explicita para o consultante o efeito de sentido que o emprego do lexema definido provoca⁴³.

Ainda sobre a parte contextualizadora da *whole-sentence definition*, Svensén (2009) acrescenta que ela pode estar formulada de diversas maneiras: (a) como um sintagma nominal, conectado à parte explanatória da definição por meio de um operador como *ser*: *building* “A **building** is a structure with a roof and walls” (CCLDe, 2004, s.v.); (b) como uma oração temporal ou condicional, introduzida por um operador como *quando* ou *se*: *eat* “When you **eat** something, you put it into your mouth, chew it, and swallow it” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1).⁴⁴

Em relação à parte explanatória da *whole-sentence definition*, Svensén (2009, p. 238) admite que “ela, em muitos sentidos, se parece a uma definição de tipo tradicional”⁴⁵. A título de ilustração, propomos a comparação entre *whole-sentence definitions* e paráfrases segundo o modelo clássico:

- (24) *man* “A **man** is an adult male human being” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1)
man “an adult male human” (OALD, 2005, s.v., ac.1)
- (25) *walk* “When you **walk**, you move forward by putting one foot in front of the other in a regular way” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1)
walk “to move along by putting one foot in front of the other, or to move (a distance) in this way” (CDAE, 2006, s.v., ac.1)

Svensén (2009), levando em “conta” apenas a parte explanatória da *whole-sentence definition*, admite que a diferença entre este tipo de definição e a paráfrase tradicional estriba basicamente em: (a) a *whole-sentence definition*, por corresponder a

⁴² [This style of defining [i.e., a *whole-sentence definition*] has the virtue of immediately putting the usage in a social context as an interaction between people, whereas a traditional defining style is more abstract and less satisfactory]

⁴³ A título de ilustração, compare-se as definições apresentadas acima com as definições tradicionais *cute* “(informal, especially NAmE) sexually attractive.” (OALD, 2005, s.v., ac.2) e *polite* “[only before noun] from a class of society that believes it is better than others.” (OALD, 2005, s.v., ac.3).

⁴⁴ A respeito dessa fórmula definatória em particular, Svensén (2009, p. 237-238) chama a atenção para o fato de que determinados verbos com significado negativo não admitem o pronome *you*, uma vez que seu emprego poderia sugerir a realização da ação expressa pelo usuário. Em tais situações, emprega-se um pronome indefinido: *burp* “When someone **burps**, they make a noise because air from their stomach has been forced up through their throat” (CCLDe, 2003, s.v., ac.1); *murder* “To **murder** someone means to commit the crime of killing them deliberately” (CCLDe, 2003, s.v., ac.2).

⁴⁵ [it in many ways resembles a definition of the traditional type]

uma sentença completa, apresenta, em muitos casos, um pronome anafórico na parte explanatória, que remete, evidentemente, à parte contextualizadora;⁴⁶ (b) a *whole-sentence definition*, na medida em que se concentra sobre o significado do signo-lemma no contexto explicitado na primeira parte da sentença, oferece informações sobre os traços mais típicos – ou seja, os traços necessários, mas não suficientes.

Em relação ao primeiro aspecto, pode-se argumentar que, no caso das definições de substantivos, por exemplo, praticamente não há diferença entre o resultado obtido por meio de uma *whole-sentence definition* ou de uma definição tradicional, já que a primeira parte da definição, que deveria contextualizar o signo-lemma, muitas vezes, perde sua funcionalidade. Nesse sentido, Landau (2001, p. 180) já advertia que as *whole-sentence definitions* não seriam uma boa ferramenta para a definição de alguns substantivos, servindo de forma mais eficiente à definição de verbos e de muitos adjetivos e advérbios. Svensén (2009, p. 240), por seu turno, mesmo pontuando que as “*full-sentence definitions* são, frequentemente, mais efetivas do que as definições de tipo tradicional”⁴⁷ – opinião, aliás, da qual não compartilhamos (cf.: *ad infra*) –, admite que “elas não representam o estilo mais apropriado de definir em todas as situações”.⁴⁸

Em relação ao segundo aspecto, deve-se ressaltar que o conteúdo da parte definitória das *whole-sentence definitions* tampouco difere muito do conteúdo das definições tradicionais. Em Farias (2009b), por exemplo, procuramos atrelar a formulação das definições dos dicionários da linha *Collins COBUILD* a um modelo semântico cognitivo em contraste com as definições tradicionais – historicamente ligadas a um modelo semântico estrutural. Os resultados obtidos nesse estudo – e posteriormente corroborados em Farias (2009a) e Bugueño Miranda & Farias (2011b; 2013a; 2013b) – demonstram que tal relação é equívoca, na medida em que se verificou não haver uma diferença pronunciada em relação à capacidade explanatória de ambas as técnicas definitórias. Nesse sentido, Nesi (1998, p. 163) – embora o foco de sua pesquisa não tenha sido a comparação entre os diferentes estilos definitórios – advertia que “[A]lgumas das palavra-entradas [...] pareciam ser muito mais problemáticas do que outras, não obstante o estilo definitório empregado”.⁴⁹ Isso nos leva a crer, portanto, que a capacidade explanatória de uma paráfrase não está diretamente relacionada ao estilo de definir empregado. O cotejo entre ambas as técnicas definitórias revela, ainda, que, se por um lado, as *whole-sentence definitions* nem sempre contemplam a apresentação de elementos prototípicos na sua redação, por outro lado, este tipo de informação vem ganhando cada vez mais espaço nas paráfrases por *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* (cf. também SVENSÉN, 2009, p. 224-226). Isso significa que, pelo menos no que diz respeito à definição dos substantivos, salvo pelo fato de que as *whole-sentence definitions* apresentam-se formalmente como uma sentença completa, não há uma diferença significativa entre o resultado final alcançado com o emprego de uma ou de outra técnica.

⁴⁶ Por exemplo: *love* “When two people **make love**, they have sex” (CCLDe, 2003, s.v., ac.19) e *want* “If you **want for** something, you lack it” (CDAE, 2006, s.v.).

⁴⁷ [Full-sentence definitions are often more effective than definitions of the traditional type]

⁴⁸ [they do not represent the most appropriate defining style in all situations]

⁴⁹ [Some of the headwords [...] seemed to be much more problematic than others whatever the defining style employed]

Por fim, a técnica de *whole-sentence definition*, ao introduzir uma parte contextualizadora na definição, alija completamente a discussão sobre a metalinguagem definidora – o que, conseqüentemente, inviabiliza sua classificação, por exemplo, no marco de um modelo taxonômico como o proposto por Bugueño Miranda (2009), que tem como um de seus parâmetros fundamentais a metalinguagem.

No que concerne aos princípios redacionais básicos, é evidente a impossibilidade de adequação ao princípio de sinonímia. Não obstante, se recordamos a crítica de Farias (2009b), reconhecemos que não necessariamente se inviabiliza a aplicação do princípio de análise, uma vez que também às *whole-sentence definitions* pode subjazer – e, de fato, na maior parte das vezes, é o que acontece – um modelo semântico formal ou estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição tecida ao longo deste estudo atende aos dois objetivos iniciais propostos. Primeiramente, a partir da perspectiva de uma teoria metalexigráfica, analisou-se a relação que se estabelece entre os princípios básicos de redação das paráfrases definidoras e a metalinguagem. A avaliação dos princípios redacionais permitiu identificar uma série de problemas que limitam sua aplicabilidade no âmbito da prática lexicográfica. A análise ressaltou que os princípios redacionais de um modo geral – e ainda que um olhar mais acurado evidencie uma estreita relação com a questão da metalinguagem lexicográfica – não levam em "conta" esse aspecto: parece ser que os princípios redacionais básicos têm sido (re)formulados e (re)discutidos ao longo dos anos de maneira independente e completamente alheia ao problema da metalinguagem.

Por sua vez, no âmbito da prática lexicográfica, a questão da metalinguagem afeta a formulação da paráfrase definidora tanto do ponto de vista formal (tipo de paráfrase) como do ponto de vista do seu conteúdo proposicional (seleção das informações apresentadas, com base em um determinado modelo semântico). Com relação ao primeiro aspecto, deve-se considerar que é possível formular distintos tipos de paráfrases definidoras, em metalinguagem de conteúdo ou de signo, e que, em cada caso, operarão princípios redacionais próprios – nem sempre coincidentes com os princípios redacionais básicos descritos na primeira parte do artigo. Ademais, na formulação de alguns tipos de paráfrases – como a definição por sinônimos e a *whole-sentence definition* – a metalinguagem não assumirá um papel primordial. Já com relação ao segundo aspecto, recordam-se aqui os diversos estudos realizados anteriormente (cf.: BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011a; FARIAS, 2014; 2015; 2016), que demonstraram que não há uma relação tão estrita entre o tipo de metalinguagem e a categoria morfológica / o conteúdo semântico do signo-lema.

Por fim, não obstante o estudo questione e ressalte as limitações tanto dos princípios redacionais básicos como da metalinguagem da definição, deve ficar claro que não se nega, em nenhum momento, seu valor (meta)lexicográfico. Muito pelo contrário, o que se deseja ressaltar é a necessidade de se repensar a maneira como esses aspectos são apresentados no âmbito de uma teoria da definição lexicográfica, evitando-se generalizações que não correspondem à realidade e, ao mesmo tempo, tratando de identificar suas restrições de aplicação.

REFERÊNCIAS

ASCHENBERG, H. Teoría de la gramática. La concepción de Eugenio Coseriu. **Odisea**, n. 3, pp. 55-68, 2003. Disponível em: <http://www.ual.es/odisea/Odisea03_Aschenberg.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

ATKINS, B. T. S.; RUNDELL, M. **The Oxford Guide to Practical Lexicography**. Oxford: OUP, 2008.

AuE. FERREIRA, A.B. de H. (Coord.). **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

BENEDUZI, R. Análise das definições em quatro dicionários semasiológicos da língua portuguesa e propostas de emendas. **Ao Pé da Letra**, v. 6, n. 2, pp. 187-195, 2004. Disponível em: <http://www.revistaaopedaletra.net/volumes/vol%206.2/Renata_Beneduzi-Analise_das_definicoes_em_quatro_dicionarios_semasiologicos_da_lingua_portuguesa_e_propostas_de_emendas.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Colocações substantivo + adjetivo**: propostas para sua identificação e tratamento lexicográfico em dicionários ativos português-espanhol. 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado em Lexicografia e Terminologia) – Mestrado em Letras: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BENEDUZI, R.; BUGUEÑO MIRANDA, F. V.; FARIAS, V. Avanços na redação de um dicionário de falsos amigos espanhol-português. **Lusorama**, n. 61-62, pp. 195-219, 2005.

BOSQUE, I. Sobre la teoría de la definición lexicográfica. **Verba**, v. 9, pp. 105-123, 1982.

BUGUEÑO MIRANDA, F.f. V. v. Notícia sobre o comentário de forma e o comentário semântico em um dicionário de falsos amigos espanhol-português. **Expressão**, v. 8, n. 1, pp. 89-93, 2004.

_____. Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias. **Alfa**, v. 53, n. 1, pp. 243-260, 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1686/1367>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

BUGUEÑO MIRANDA, F. V.; FARIAS, S. Princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica. _____, v. 55, n. 1, pp. 31-61, 2011a. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4167/3765>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Sobre las palabras y su clasificación según su contenido. Los problemas para el lexicógrafo. **Revista de Filología de la Universidad de La Laguna**, n. 29, pp. 9-19, 2011b.

_____. Da microestrutura em dicionários semasiológicos do português e seus problemas. **Estudos da Língua(gem)**, v. 9, pp. 36-69, 2011c.

_____. Los subsidios de tres teorías semánticas para la generación de definiciones lexicográficas. **Revista de Filología de la Universidad de La Laguna**, n. 31, pp. 19-34, 2013a.

_____. Teorías semánticas y definición lexicográfica. Análisis de las paráfrasis explicativas de los diccionarios generales de lengua española. **Cadernos de Tradução**, n. 32, v. 2, pp. 183-225, 2013b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/30315/25500>>. Acesso em: 30 set. 2015.

BUßMANN, H. **Lexikon der Sprachwissenschaft**. 4. Aufl. Stuttgart: Alfred Kröner, 2008.

- CANELLADA, M. J. Problemas de los diccionarios. **NRFH**, v. 36, n. 1, pp. 123-130, 1988.
- CARVALHO, O. L. de S. Dicionários escolares: definição oracional e texto lexicográfico. In: ____.; BAGNO, M. (Orgs.). **Dicionários escolares: políticas, formas e usos**. São Paulo: Parábola, 2011. pp. 87-104
- CASARES, J. **Introducción a la lexicografía moderna**. 3. ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.
- CASAS GÓMEZ, M. Implicaciones léxicas de los niveles del significar. In: HOINKES, U. (Hrsg.). **Panorama der lexikalischen Semantik**. Tübingen: Narr Verlag, 1995. pp. 101-112
- CcLD. **Collins Cobuild Compact English Learner's Dictionary**. Glasgow; São Paulo: HarperCollins; Disal, 2004.
- CCLDe. SINCLAIR, J. (Ed.). **Collins COBUILD Advanced Learner's Dictionary**. Glasgow: HarperCollins, 2003.
- CDAE. LANDAU, S. (Ed.). **Cambridge Dictionary of American English**. 7.^a ed. Cambridge: CUP, 2006.
- COSERIU, E. El estudio funcional del vocabulario (compendio de lexemática). In: _____. **Gramática, semántica, universales**. Estudios de lingüística funcional. Madrid: Gredos, 1978. pp. 206-239
- DGW. DUDEN. **Das große Wörterbuch der deutschen Sprache: in zehn Bänden**. 3. Aufl. Berlin: Duden Verlag, 1999.
- DUBOIS, J.; DUBOIS, C. **Introduction à la lexicographie: le dictionnaire**. Paris: Librairie Larousse, 1971.
- DUEAe. VOX. **Diccionario de uso del español de América y España**. Barcelona: SPES, 2003.
- DUEe. MOLINER, M. **Diccionario de uso del español**. Madrid: Gredos, 2001.
- DUWe. DUDEN. **Duden online**. Berlin: Dudenverlag, 2015. Disponível em: <www.duden.de>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- FARIAS, V. S. **Desenho de um dicionário escolar de língua portuguesa**. 2009. 286 f. Dissertação (Mestrado em Lexicografia e Terminologia) – Mestrado em Letras: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009a.
- _____. *Whole-sentence definition versus definição por genus proximum + differentiae specificae: Um contraste entre duas técnicas definitórias*. **Estudos da Linguagem**, v. 17, n. 1, pp. 73-100, 2009b.
- _____. Aplicação da semântica das condições de verdade à redação das definições nos dicionários semasiológicos. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 12, n. 1, pp. 181-204, 2012.
- _____. **Sobre a definição lexicográfica e seus problemas. Fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios em dicionários semasiológicos**. 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Lexicografia e Terminologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. O legado das teorias lexicológicas tradicionais para a práxis lexicográfica: uma discussão sobre a metalinguagem da definição (com ênfase nos dicionários de língua espanhola). **Caligrama**: revista de estudos românicos, v. 19, n. 2, pp. 151-177, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/6192>>. Acesso em: 07 set. 2015

_____. A descrição de palavras gramaticais em dicionários semasiológicos: O estado da arte na prática lexicográfica e projeções para o futuro. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 19, 2015, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF**, v. XIX, n. 2. – Lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015. pp. 54-76. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/02/004.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. Desafios na descrição de palavras gramaticais do ponto de vista da semântica lexical e da (meta)lexicografia. **Revista Travessias**, v. 10, n. 2, pp. 231-261, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/issue/view/816/showToc>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

_____. ¿Cómo definir sustantivos que designan sentimientos/emociones? Análisis de paráfrasis y apreciación de propuestas para su perfeccionamiento. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 25, n. 1, pp. 179-216, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10945/9653>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

FORNARI, M. K. O tratamento lexicográfico das palavras gramaticais: discussão teórica e análise de verbetes. **Revista Travessias**, v. 3, n. 3, pp. 167-199, 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3463/2757>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

FREGE, G. **Grundgesetze der Arithmetik**. Band 1. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1962.

_____. Über Sinn und Bedeutung. In: PATZIG, G. (Hrsg.). *Funktion, Begriff, Bedeutung*. Fünf logische Studien. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008. pp. 23-46

GEERAERTS, D. Meaning and definition. In: STERKENBURG, P. (Ed.). **A practical guide to Lexicography**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. pp. 83-93

GLÜCK, H. (Hrsg.). **Metzler Lexikon Sprache**. 4.Aufl. Stuttgart: Metzler, 2010.

HANKS, p. Definitions and Explanations. In: HARTMANN, R. R. K. (Ed.). **Lexicography. Critical concepts**. . Lexicography, Metalexigraphy and Reference Science. London; New York: Routledge, 2003. v. 3, pp. 191-206

HARTMANN, R. R. K. **Teaching and Researching Lexicography**. London: Longman, 2001.

_____; JAMES, G. **Dictionary of lexicography**. London; New York: Routledge, 2001.

HAUSMANN, F. J. Wörterbuchtypologie. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. pp. 968-988.

_____. Von der Unmöglichkeit der kontrastiven Lexikologie. In: KROMANN, H. P.; KJÆR, A. L. (Hrsg.). **Von der Allgegenwart der Lexikologie: kontrastive Lexikologie als Vorstufe zur zweisprachigen Lexikographie**; Akten des internationalen Werkstattgesprächs zur kontrastiven Lexikologie, 29.-30.10.1994 in Kopenhagen. Tübingen: Max Niemeyer, 1995. pp. 19-23.

- HouE. HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ILSON, R. F. Towards a taxonomy of dictionary definitions. In: _____. (Ed.). **A spectrum of lexicography**. Amsterdam: John Benjamins, 1987. pp. 61-73
- JACKSON, H. **Lexicography**. An introduction. London; New York: Routledge, 2002.
- KÜHN, P. Typologie der Wörterbücher nach Benutzungsmöglichkeiten. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. pp. 111-127.
- LaGWDaF. GÖTZ, D.; HAENSCH, G.; WELLMANN, H. **Langenscheidt Growörterbuch Deutsch als Fremdsprache**. Berlin; München: Langenscheidt, 2008.
- LANDAU, S. **Dictionaries. The art and craft of lexicography**. 2. ed. Cambridge: CUP, 2001.
- LANG, E. Probleme der Beschreibung von Konjunktionen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsg.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p. 862-868
- LARA, L. F. **Teoría del diccionario monolingüe**. México, (D.F.): El Colegio de México; Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996.
- LDEL. LONGMAN. **Dictionary of English Language and Culture**. 3. ed. Essex: Pearson; Longman, 2006.
- LEW, R.; DZIEMIANKO, A. Non-standard dictionary definitions: what they cannot tell native speakers of polish. **Cadernos de Tradução**, n. 18, pp. 275-294, 2006a.
- _____. A new type of folk-inspired definition in English monolingual learner's dictionaries and its usefulness for conveying syntactic information. **International Journal of Lexicography**, v. 19, n. 3, pp. 225-242, 2006b.
- LUTZEIER, P. R. **Linguistische Semantik**. Stuttgart: Metzler, 1985.
- MARTÍNEZ DE SOUZA, J. **Diccionario de lexicografía práctica**. Barcelona: Bibliograf, 1995.
- _____. **Manual básico de lexicografía**. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2009.
- MATTHEWS, P. **The Concise Oxford Dictionary of Linguistics**. Oxford; New York: OUP, 1997.
- MEDINA GUERRA, A. M. La microestructura del diccionario: la definición. In: _____. (Coord.). **Lexicografía española**. Barcelona: Ariel, 2003. pp. 127-150
- MiAu. FERREIRA, A.B. de H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.
- MiE. MICHAELIS. **Modern dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1999.
- MiLP. SCOTTINI, A. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. Blumenau: Edições TodoLivro, 1998.
- MiMe. MELHORAMENTOS. **Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

- NESI, H. Defining a Shoehorn: the Success of Learners' Dictionary Entries for Concrete Nouns. In: ATKINS, B. T. S. (Ed.). **Using Dictionaries**. Studies of Dictionary Use by Language Learners and Translators. Tübingen: Max Niemeyer, 1998. pp. 159-178
- OALD. HORNBY, A. S. **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 7. ed. Oxford: OUP, 2005.
- PCDIIt. MARTINS FONTES. **Parola chiave: dizionario di italiano per brasiliani**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PGWDaF. WOLSKI, W. **Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache**. Stuttgart: Pons, 2011.
- PORTO DAPENA, J. A. Metalenguaje y lexicografía. **Revista de Lexicografía**, n. 6, pp.127-151, 2000.
- _____. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.
- POTTIER, B. A definição semântica nos dicionários. Tradução: Maria Angela Botelho Pereira. In: LOBATO, L. M. P. (Ed.). **A semântica na lingüística moderna: o léxico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. pp. 21-31
- PROB. LE ROBERT. **Le Nouveau Petit Robert: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française**. Paris: Le Robert, 2001.
- REY-DEBOVE, J. La définition lexicographique: recherches sur l'équation sémique. **Cahiers de Lexicologie**, v. 8, n. 1, pp. 71-94, 1966.
- _____. **Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains**. The Hague; Paris: Mouton, 1971.
- _____. La métalangue lexicographique: formes et fonctions en lexicographie monolingue. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). **Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. pp. 305-312.
- RUNDELL, M. More than one way to skin a cat: Why full-sentence definitions have not been universally adopted. In: FONTENELLE, Th. (Ed.). **Practical lexicography: a reader**. Oxford: OUP, 2008. pp. 197-209
- SCHLAEFER, M. **Lexikologie und Lexikographie**. Eine Einführung am Beispiel deutscher Wörterbücher. 2.Aufl. Berlin: Erich Schmidt, 2009.
- SECO, M. **Estudios de Lexicografía Española**. 2. ed. Madrid: Gredos, 2003.
- SVENSÉN, B. **A Handbook of Lexicography**. The Theory and Practice of Dictionary-Making. Cambridge: CUP, 2009.
- THUMB, J. **Dictionary look-up strategies and the bilingualised learner's dictionary**. Tübingen: Max Niemeyer, 2004.
- ULRICH, W. **Wörterbuch linguistischer Begriffe**. 5. Aufl. Berlin; Stuttgart: Gebrüder Borntraeger, 2002.
- WEINREICH, U. Lexicographic definition in descriptive semantics. In: HOUSEHOLDER, F. W.; SAPORTA, S. **Problems in Lexicography**. Bloomington: Indiana University; Mouton & Co., 1967. pp. 25-44.

- WERNER, R. La definición lexicográfica. In: HAENSCH, G. et al. **La lexicografía**. De la lexicografía práctica a la lexicografía teórica. Madrid: Gredos, 1982. pp. 259-328
- WIEGAND, H. E. Zur Bedeutungserläuterung von Satzadverbien in einsprachigen Wörterbüchern. Ein Beitrag zur praktischen Lexikologie. In: MENTRUP, W. (Hrsg.). **Konzepte zur Lexikographie**. Studien zur Bedeutungserklärung in einsprachigen Wörterbüchern. Tübingen: Max Niemeyer, 1982. pp. 103-132
- _____. Der Begriff der Mikrostruktur: Geschichte, Probleme, Perspektiven. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). **Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989a. pp. 409-462
- _____. Arten von Mikrostrukturen im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: _____. (Hrsgn.). **Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989b. pp. 462-501
- _____. Die lexikographische Definition im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: _____. (Hrsgn.). **Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989c. pp. 530-573
- _____. Synonymy and its Role in Monolingual Lexicography. In: IMMKEN, A.; WOLSKI, W. (Ed.). **Semantics and Lexicography**. Selected Studies (1976-1996). Tübingen: Max Niemeyer, 1999a. pp. 11-53
- _____. A New Theory of the So-called Lexicographic Definition. In: _____. **Semantics and Lexicography**. Selected Studies (1976-1996). Tübingen: Max Niemeyer, 1999b. pp. 153-201
- _____. Elements of a Theory towards a So-called Lexicographic Definition. In: _____. **Semantics and Lexicography**. Selected Studies (1976-1996). Tübingen: Max Niemeyer, 1999c. pp. 203-281
- WOLSKI, W. Die Beschreibung von Modalpartikeln im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsg.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. pp. 805-814
- ZGUSTA, L. **Manual of Lexicography**. Prague; Paris: Academia; Mouton, 1971.
- ZVLI. ZINGARELLI, N. **Vocabolario della lingua italiana**. Bologna: Zanichelli, 2011.

A EMERGÊNCIA DAS CONSTRUÇÕES VERBAIS PARATÁTICAS EM PORTUGUÊS: DISCUTINDO EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS DE GRAMATICALIZAÇÃO A PARTIR DA COORDENAÇÃO

THE EMERGENCE OF VERBAL PARATACTIC CONSTRUCTIONS IN PORTUGUESE: DISCUSSING HISTORIC EVIDENCES OF GRAMMATICALIZATION FROM COORDINATION

Angelica Rodrigues¹

Rafael Colucc²

RESUMO: Em trabalhos anteriores (RODRIGUES, 2006; 2009; LONGHIN-THOMAZI; RODRIGUES, 2011; RODRIGUES; COELHO, 2012), está proposta uma relação entre as construções verbais paratáticas (CVPs) e construções coordenadas, tendo em vista que essas construções compartilham propriedades sintáticas e pragmáticas. Considerando o compartilhamento de propriedades como indício de um processo de gramaticalização, partimos de dados do português de diferentes sincronias para analisar, além de casos de construções coordenadas e CVPs, construções ambíguas, intermediárias entre coordenação e CVPs, com o objetivo de discutir evidências históricas da emergência das CVPs a partir da coordenação.

Palavras-chave: mudança linguística; gramaticalização; coordenação.

ABSTRACT: Previous works (RODRIGUES, 2006; 2009; LONGHIN-THOMAZI; RODRIGUES, 2011; RODRIGUES; COELHO, 2012) point to the relation between verbal paratactic constructions (VPC) and coordinate constructions because both constructions share syntactic and pragmatic properties. Considering that the share of properties could indicate a grammaticalization process, we use Portuguese diachronic evidence to analyze, besides coordinate constructions and VPC, ambiguous constructions, intermediate constructions between coordination and VPC in order to discuss historical evidence of the emergence of VPC from coordination.

Keywords: linguistic change; grammaticalization; coordination.

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP).

² Pós-graduando, Universidade Estadual Paulista (UNESP).

INTRODUÇÃO

Rodrigues (2006, 2011) define que as construções verbais paratáticas (CVPs, daqui em diante) em uso no português (europeu e brasileiro) se formam a partir de uma sequência mínima de dois verbos, V1 e V2, em que V1 e V2 partilham sujeito e flexões modo-temporais e número-pessoais. V1 e V2 podem estar ligados pela conjunção **e** (tipo 1) ou apenas justapostos (tipo 2). O V1 é quase sempre um dos verbos **ir**, **pegar**, **agarrar**, **chegar**, **virar** e **vir**. O V2, por sua vez, representa uma classe relativamente aberta. Apresentamos, a seguir, algumas ocorrências representativas dos casos de CVPs com **ir** (1) e **pegar** (2) do Português Brasileiro (PB) e com **ir** (3) e **agarrar** (4) do Português Europeu (PE), extraídos da Amostra Censo (Projeto PEUL- UFRJ) e do Corpus do Português, respectivamente:

- (1) Ele atravessou na frente do carro, não é? **O carro foi jogou ele para o alto**, caiu na calçada. (Inf. 23 – Amostra 80)
- (2) [...] depois eu também eu arrumei um rapaz que ele não queria nada, sabe? só queria me explorar, me explorar, explorar eu e minha mãe, sabe? aí, eu... [(inint)]
E- [Aí o que que] você fez?
F- Aí, **eu peguei e falei com ele** que não dava mais. (Inf. 04 – Amostra 80)
- (3) Eu nessa altura até nem tava a chefiar o posto e de maneira que, távamos no cinema, isto começou a pouco e pouco a, a água aqui a parecer e, e, dirigi-me ali ao cinema e **fui e disse à malta**: «vocês têm que sair que isto ta aqui a entrar água». (CRPC Pf0965)
- (4) INF2 E havia outra, que está lá em baixo agora a mãe - até coitada não está muito bem -, chamam-lhe Ana. E aquela [...] mandava-me assim duma certa maneira; e eu começava logo a mandar vir com ela e não ia. Mas um dia fui então. E a minha mãe falecida preparou-me as tais calças. Mas o raio das calças, aquilo picava-me como tudo!
INF1 [...]
INF2 E **eu agarrei e vim** de lá.. E que é que eu fiz? Dei-lhe umas facadas às calças; e atirei com elas trás do arcaz, como se dizia naquele tempo. Agora é uma caixa, mas era o arcaz. (Título: Cordial: CTL06. Texto oral: PE)

Estudos prévios (COSERIU, 1977; ARNAIZ; CAMACHO, 1999; STEFANOWITSCH, 1999; HOPPER, 2002; RODRIGUES, 2009; RODRIGUES; COELHO, 2012; COELHO, 2013; BOMTORIN, 2015) dão "conta" da ampla distribuição desse tipo de construção entre as línguas indo-europeias, como português, espanhol, italiano, norueguês e inglês. Contudo, questões relacionadas à sua origem diacrônica ainda precisam ser exploradas mais profundamente.

Na literatura disponível, essas construções são reiteradamente associadas às construções com verbos seriais (CVSs) devido, principalmente, à sua configuração sintática, que é definida pela sequência de dois verbos flexionados, ligados, ou não, pela conjunção **e**, ainda que sua interpretação semântica seja de uma construção monopredicativa.

Aikhenvald (2005, p. 1) descreve as CVSs como uma sequência de verbos que funciona como um predicado simples, sem nenhuma marca de coordenação, subordinação ou de qualquer dependência sintática. A autora esclarece que: (a) as CVSs descrevem o que tem sido conceptualizado como um evento único; (b) suas propriedades entonacionais são semelhantes às de cláusulas monoverbais; (c) apresentam apenas um valor de tempo, aspecto e polaridade; e (d) compartilham argumentos internos e outros

argumentos. A autora destaca, ainda, que cada verbo de uma CVS pode ocorrer independentemente, como verbo pleno, em outras construções, sinalizando que os verbos que integram as CVSs podem ter passado por um processo de gramaticalização, assim como nas construções com verbos auxiliares.

As CVSs representam uma técnica gramatical que encobre uma variedade de significados e funções, e seus componentes podem ser contíguos ou intercalados por outros constituintes (AIKHENVALD, 2005, pp. 2-3). Ainda segundo Aikhenvald (2005, p. 8), a negação nas CVSs só pode ser marcada uma vez. A negação pode ter escopo sobre toda construção ou apenas parte dela.

A aproximação das CVPs com as CVSs, segundo a descrição apresentada por Aikhenvald (2005), relaciona-se às propriedades relativas à contiguidade de dois ou mais verbos com alto grau de vinculação sintática e semântica. Cumpre destacar que as CVPs se aproximam das CVSs também devido a aspectos pragmáticos. A autora (AIKHENVALD, 2005, p. 46) aponta que a escolha entre um predicado monoverbal e uma CVS pode ser pragmaticamente motivada. Em Kana,³ por exemplo, um predicado monoverbal é usado se o falante deseja enfatizar o fato de que um livro roubado ou perdido foi recuperado (5):

- (5) bàrilè è-núa lō kpá
 Barile pf.pre-bring:inst spec:sg book
 “Barile has brought the book” (Barile trouxe o livro)
 Kana (IKORO, 1995, p. 316 apud AIKHENVALD, 2005, p. 47)

Contudo, se toda a ação de recuperação do livro é enfatizada, uma CVS é preferida:

- (6) bàrilè è-sú-a lō kpá núa
 Barile pf.pre-take-per spec:sg book bring:inst
 “Barile has brought the book”
 Kana (IKORO, 1995, p. 316 apud AIKHENVALD, 2005, p. 47)

Rodrigues (2006) observou que, de fato, as CVPs, em português, compartilham algumas propriedades com as CVSs, sobretudo no que diz respeito aos padrões de flexão e de negação e às funções pragmáticas de ênfase. Todavia, a autora mostrou, também, que as CVPs compartilham propriedades com outro grupo de construções, a saber, as construções coordenadas. A autora conclui que esse intrincado padrão de semelhanças e diferenças entre as CVPs, as CVSs e as construções coordenadas poderia ser explicado tendo em vista um **continuum** de predicação complexa que se verifica translinguisticamente e que deveria ser atestado diacronicamente.

A análise dos casos de CVPs em uso no português brasileiro fundamentou a hipótese, proposta em Rodrigues (2006) e desenvolvida em trabalhos posteriores (RODRIGUES, 2009; LONGHIN-THOMAZI; RODRIGUES, 2011; RODRIGUES, COELHO, 2012), de que essas construções representam um tipo de construção de foco que se gramaticalizou a partir das construções coordenadas.

³ É interessante observar, ainda, que o verbo **pegar** também é usado nessa língua. Não há espaço neste artigo para recuperar outros trabalhos sobre verbos seriais, mas os trabalhos realizados sobre essas construções em línguas africanas e oceânicas documentam a utilização dos verbos **ir** e **pegar** em quase todas elas (LANE, 1991; PAWLEY; LANE, 1998; DURIE, 1997).

Embora seja possível propor hipóteses para os estágios de avanço de gramaticalização apenas a partir de evidências sincrônicas (HEINE, 2002), a tendência mais forte nos estudos de gramaticalização é relacionar aumento de grau de gramaticalização a sucessivos estágios diacrônicos. Nesse sentido, as análises apresentadas neste artigo visam a oferecer evidências que possam fortalecer a hipótese da gramaticalização das CVPs a partir da coordenação através de um estudo sobre usos do verbo **pegar** em sincronias distintas.

Neste artigo, restringiremos nossas análises aos casos de CVPs com o verbo **pegar**. Essa decisão é motivada pelo fato de que a interpretação de CVPs com esse verbo na posição V1 e um verbo transitivo na posição V2 dá espaço para a ambiguidade semântica e estrutural no sentido de que nem sempre é possível atestar se o objeto direto adjacente a V2 é compartilhado por V1, como em (7):

(7) Eu peguei e trouxe o livro.

Uma vez que a propriedade apresentada para comprovar o processo de gramaticalização envolvido nas CVPs é a gramaticalização dos verbos em V1, que têm suas propriedades sintáticas e semânticas alteradas, a análise em particular dos casos de CVPs com **pegar**, em que esse verbo deixa de significar "trazer para si" e adquire um valor gramatical de focalização e também deixa de subcategorizar objeto, oferece evidências importantes desse processo. O verbo **pegar** é classificado, na sua acepção mais básica, ou seja, aquela que consta como a primeira entrada dos dicionários, como um verbo transitivo direto, acompanhado, portanto, de um objeto direto. Nas CVPs, todavia, esse verbo tem sua transitividade alterada e deixa de subcategorizar complemento. Em sentenças como (7), não está claro se o objeto direto "o livro" é complemento apenas do verbo **trazer** ou se é compartilhado pelos dois verbos. Os casos em que há o compartilhamento do objeto são classificados como processos de coordenação, mas o que se observa mais amplamente nos dados é uma ambiguidade que não ocorre, por exemplo, em casos em que o segundo verbo é um verbo intransitivo, como em (8):

(8) Eu peguei e dancei.

Casos como em (8) não deixam dúvida de que o verbo **pegar** não está sendo mais usado como um verbo transitivo e que, semanticamente, não constitui um estado de coisas separado de V2, exercendo uma função gramatical.

Desse modo, uma vez que a alteração das propriedades sintáticas representa uma forte evidência de gramaticalização, observar os contextos que favoreceram a decategorização de **pegar**, que nas CVPs deixa de subcategorizar complemento interno (objeto direto), constitui tarefa fundamental para apreender os processos de mudança que levaram à emergência dessa construção em português.

COORDENAÇÃO E CVPS

É importante, considerando nosso objetivo neste artigo, retomar as noções de coordenação, procurando elencar os parâmetros que definem esse processo sintático e sua relação com as CVPs. Como já defendido por Bally (1965) e Hopper (2002), a

coordenação, analisada como uma construção de estrutura bipartida, carrega consigo uma relação de foco, que recai sempre no segundo membro (oração) da estrutura, ainda que as orações envolvidas nesse processo sejam consideradas sintaticamente autônomas.

Como veremos adiante, as CVPs, por sua vez, também podem ser analisadas como uma construção de foco, em que V1 introduz a informação focal que é veiculada em V2. Desse modo, buscamos evidências de uma relação entre a função focal das CVPs e sua gramaticalização a partir da coordenação. A relação entre foco e coordenação é apresentada por Bally (1965, p. 56) quando o autor distingue três mecanismos de combinação de orações, a saber, coordenação, segmentação e soldadura. Assumindo que todo enunciado se articula em tema e propósito, o autor considera que duas orações são coordenadas (fórmula C1 C2) quando: (a) C1 constitui um ato de enunciação completo e (b) quando C1 se articula como o propósito (**propos**) de C2.

A aplicação dos critérios propostos por Bally corrobora a hipótese de Rodrigues (2006; 2009), de que as CVPs se gramaticalizam a partir da coordenação, uma vez que ajuda a mostrar, por um lado, por que as CVPs não podem ser analisadas como um caso de coordenação e, por outro, que essas duas construções estão interligadas por um processo de mudança. Sendo assim, tal como propõe Bally (1965) para as construções coordenadas, podemos dividir as CVPs, do ponto de vista da sua estrutura, em dois conjuntos, em que C1 é formado por sujeito + V1 e C2 é formado por V2 + complementos (quando aplicável). Considerando essa divisão, se os critérios (a) e (b) de Bally (1965) se apresentam como propriedades necessárias e suficientes para definir a coordenação, podemos concluir que as CVPs não constituem um caso de construção coordenada, pois C1 não constitui um enunciado independente de C2, como previsto no primeiro critério. Todavia, em relação ao segundo critério, podemos dizer que C2, ou V2, constitui o rema de C1, ou V1, já que o V1, seguido ou não pela conjunção **e**, introduz V2, que pode ser interpretado como informação remática, mais saliente. A nosso ver, portanto, a estruturação e a função das CVPs podem estar fundamentadas na estrutura informacional.

Na ocorrência (9), por exemplo, podemos dividir a CVP “fui troquei por outra maior” em dois conjuntos: C1 compreende o esquema [sujeito (anafórico) + V1 (fui)] e C2, o esquema [V2 (troquei) + complemento (por outra maior)]. A informação apresentada em C2 constitui uma informação focal. Ao ser indagado a respeito da origem de sua bicicleta, o falante faz um pequeno relato para introduzir a informação requerida pelo entrevistador, qual seja, a origem da bicicleta (informação nova/remática).

- (9) E - E, você me falou que gosta muito de passear de bicicleta também, não é? Isso você faz sempre.
 E - Você passeia aonde?
 F - Passeio por aqui mesmo, Curicica, vou até Tanque de bicicleta.
 E - Quem te deu essa bicicleta?
 F - Essa bicicleta foi meu pai que tinha me dado uma. Faz tempo, não é? Desde pequeno. Aí, eu fui conservando ela até agora, aí, **fui troquei por outra maior** e está aí a bicicleta. Não é muito boa não, sabe? Não é boa não, mas está dando para mim passear. (Inf. 02-Amostra 80)

Existem outras propriedades que distinguem as CVPs da coordenação, como os padrões de flexão e negação. Em relação à flexão verbal, as orações coordenadas não compartilham necessariamente a mesma flexão. Nas CVPs, por outro lado, V1 e V2 sempre compartilham flexão. No que diz respeito à negação, em casos de coordenação, os verbos da primeira e segunda oração podem ser negados separadamente ou não, o que não acontece nas CVPs, nas quais o advérbio **não** sempre precede V2, ou seja, V1 e V2 não podem ser negados separadamente:

- (10) Porque meu marido tem um <tempe-> ele é [um ótimo]- um (hes) ótimo pai, mas ele é como um Português daquele autoritário, que foi educado assim. Ele é um homem de instrução, também. ("Ele") chegou a fazer exame para marinha portuguesa e foi e não passou. Mas ainda conserva aquele espírito que o Português é: o pai é (hes) autoridade! (Inf. 48 – Amostra 80)

É interessante observar que, embora haja contraste entre as propriedades das construções abordadas, a hipótese da relação diacrônica é sustentada, não só pelo compartilhamento de algumas propriedades, como também por ocorrências observadas sincronicamente que apontam para uma ambiguidade estrutural entre coordenação e CVPs. Essas construções ambíguas fomentam nossa hipótese sobre a relação de herança, uma vez que marcam a possibilidade de as CVPs terem se originado a partir de alterações graduais das propriedades sintáticas e pragmáticas, o que daria margem para a emergência dessas construções intermediárias e ambíguas. Assim, partindo da premissa de que as mudanças linguísticas ocorrem a partir de construções, Rodrigues (2009) afirma que as CVPs têm seu desenvolvimento vinculado às construções coordenadas, propondo, a partir de construções com os verbos "ir" e "pegar", um **cline** de gramaticalidade que representaria a relação de herança entre as construções coordenadas e CVPs:

Figura 1: *Continuum* de gramaticalização

Construção 1 >	Construção 2 >	Construção 3
Construções coordenadas	Construções intermediárias	CVPs

Fonte: adaptado de Rodrigues (2009)

Segundo a autora, na Construção 1, **pegar** é usado como verbo lexical pleno em construções coordenadas prototípicas, em sentenças como (11):

- (11) E- Você já esteve lá?
 F- Na favela do Aço?
 E- É.
 F- Já estive. Minha tia mora lá. E lá - lá, antigamente, a barra estava pesada. Teve uma vez que- meu tio morava lá, sabe? Aí, eles pegaram meu tio lá [e]- e bateram a beça no meu tio, aí meu tio- ficou de cama um tempão. Eles chutaram meu tio, que ele estava na cama não podia nem se virar que ele sentia dores. (Inf. 01 – Amostra 80)

Na Construção 2, **pegar** ainda preserva seus complementos, mas o valor referencial tanto do verbo quanto do complemento é opaco, o que atribui a essas construções

um caráter ambíguo. Em (12), o SN “o resto do dinheiro” está topicalizado e pode ser analisado como complemento dos verbos **pegar** e **botar**, o que configuraria um caso de coordenação, ou como complemento apenas de **botar**, o que habilitaria uma interpretação do enunciado como um caso de CVP.

(12) E- É, isso é uma boa! E o que mais? Mas era muito dinheiro. Que mais que você ia fazer com o resto?

F- O resto do dinheiro eu pegava e botava na caderneta de poupança. (Inf. 01 – Amostra 80)

Na Construção 3, o verbo sofre alterações sintáticas e semânticas significativas se cotejado a seus empregos com valor lexical. Como verbo pleno, **pegar** é sintaticamente classificado como transitivo direto e seu significado básico é “agarrar”, “tomar posse”. Nas CVPs, no entanto, **pegar**, além da noção semântica, também perde transitividade, deixando de subcategorizar objeto direto, como em (13):

(13) [...] depois eu também eu arrumei um rapaz que ele não queria nada, sabe? só queria me explorar, me explorar, explorar eu e minha mãe, sabe? aí, eu... [(inint)]

E- [Aí o que que] você] fez?

F- Aí, **eu peguei e falei com ele** que não dava mais. (Inf. 04 – Amostra 80)

É com base nesse **continuum** e na relação que se estabelece entre construções semelhantes que discutimos a emergência das CVPs no português como um caso de gramaticalização.

A GRAMATICALIZAÇÃO DAS CVPS

O verbo **pegar** nas CVPs, se comparado com seu uso como verbo pleno, sofre mudanças compatíveis com gramaticalização (HOPPER; TRAUOGOTT [1993] 2003; HEINE, 2003), quais sejam:

- uso em novo contexto;
- dessemantização: alteração no significado: nova função discursivo-pragmática;
- decategorização: alteração na transitividade (no sentido tradicional do termo: não subcategoriza complemento e negação);
- desenvolvimento de uma função gramatical.

Heine (2003) propõe, para descrever o processo contínuo de gramaticalização, o uso da expressão “cadeia de gramaticalização” (**grammaticalization chain**), que pode ser caracterizada da seguinte maneira: (a) pode ser alternativamente interpretada como uma estrutura sincrônica ou diacrônica; (b) forma uma estrutura linear em que uma extremidade da cadeia pode ser considerada mais antiga e menos gramaticalizada, enquanto a outra é mais nova e mais gramaticalizada; (c) pode ser descrita como uma categoria de semelhança de família linearmente estruturada. O autor prefere o uso do termo “cadeia” pois defende que mudanças gramaticais pressupõem a existência de estruturas sobrepostas, que podem ser mais bem compreendidas tendo em vista o modelo de sobreposição (**overlap model**), esquematizado em (14). Nesse modelo,

o desenvolvimento de formas gramaticais não ocorre a partir de uma forma-fonte (A) direto para a forma-alvo (B), mas invariavelmente envolve um estágio intermediário em que A e B coexistem, criando uma situação de ambiguidade:

(14) $A \succ A, B \succ B$

Esse esquema pressupõe que (HEINE, 2003, pp. 589-591):

- i. Há uma expressão linguística A que é recrutada para gramaticalização.
- ii. Essa expressão adquire um segundo uso padrão, B, de modo de que há ambiguidade entre A e B.
- iii. Finalmente, A se perde, isto é, há agora somente B.

O autor esclarece que nem todos os exemplos de gramaticalização avançam, de fato, até o estágio (iii). Muitas vezes, apenas o estágio (ii) é atingido. Contudo, uma vez que (iii) é atingido, B tende a se convencionalizar, isto é, B torna-se uma nova categoria gramatical. Há também que se considerar que A pode não se perder, uma vez que a gramaticalização não é inevitável.

Essa situação pode ser exemplificada, dentre tantos outros casos, pela gramaticalização do verbo de volição **-taka** do Swahili para um marcador de aspecto aproximativo (“estar prestes a”, “na iminência de”) (KUTEVA 1998; ROMAINE 1999 apud HEINE 2003, p. 590). Em (15a), observamos a ocorrência da forma-fonte (A) como um verbo lexical. Em (15b), temos a situação de ambiguidade em que tanto a interpretação lexical (A) quanto aspectual (B) é possível. Já (15c) representa um exemplo claro de (B), em que um referente [- animado] é usado. No estágio A, **-taka** apenas podia ter referentes [+ animados].

(15) Swahili (Bantu, Niger-Congo)

a. A- na- taka ku- ni- ita

C1- PRES- want INF- me- call

“He wants to call me” (Ele quer me chamar)

b. A- na- taka ku- fa

C1- PRES- want/PROX INF- die

“He wants to die” (Ele quer morrer)

“He is about to die” (Ele está prestes a morrer)

c. M- ti u- na- taka ku- anguka

C3- tree C3- PRES- PROX INF- fall

“The tree is about to fall” (A árvore está prestes a cair)

Em Português, (16a-c) também representam diferentes estágios de gramaticalização de **ir**, partindo de um verbo lexical para um verbo auxiliar de futuro:

(16) a. João vai a São Paulo.

b. José vai lá comprar pão.

c. A árvore vai cair.

Em (16a), **ir** é um verbo pleno que indica deslocamento. Em (16b), à noção de deslocamento (ir a algum lugar comprar pão) sobrepõe-se uma ideia de futuro. Já em (16c), a forma **ir** + infinitivo estabelece-se como uma perífrase de futuro e passa, inclusive, a aceitar sujeitos [- animados].

Considerando os diferentes tipos de construções, em que **pegar**, à medida que avança no **continuum** acima (Figura 1), tem gradativamente suas propriedades sintáticas e semânticas alteradas, concluímos que cada uma dessas construções representa um estágio diferente de gramaticalização desses verbos. É possível, portanto, sugerir que esses verbos iniciam sua trajetória de gramaticalização como verbos lexicais plenos usados em construções coordenadas para, nos estágios seguintes, perderem gradualmente suas propriedades sintáticas de verbo, deixando, inclusive, de subcategorizar argumento.

Observamos, a partir da análise das mudanças sofridas pelo verbo **pegar** nas construções em foco neste artigo, que as mudanças se instanciam na língua gradualmente e envolvem um contexto específico, ou seja, a construção, que permite a reanálise de itens linguísticos.

METODOLOGIA

Os dados analisados foram coletados do **Corpus do Português** (CP), desenvolvido por Mark Davies e Dr. Michael J. Ferreira (2006)⁴ Para a construção desse **corpus**, os pesquisadores utilizaram diversas fontes, gerando um acúmulo de material com mais de quarenta e cinco milhões de palavras de quase cinquenta e sete mil textos, sendo os textos em português encontrados entre os séculos XIV e XX. A busca foi realizada em todo o **corpus**, uma vez que nosso objetivo é apresentar o uso do verbo **pegar** em construções específicas em diferentes sincronias do Português. O critério de análise foi a ocorrência de **pegar** em construções em que esse verbo é seguido por um segundo verbo, numa relação de coordenação prototípica ou não.

Nossa análise é qualitativa e utilizou como parâmetro as propriedades propostas em Bally (1965) e Rodrigues (2009) para a descrição das construções coordenadas e das CVPs, respectivamente.

A coleta de dados foi feita tendo em vista quatro tipos de construções. Além dos três tipos indicados na Figura 1, que correspondem às Construções 1, 2 e 4 (CPV), um quarto tipo, a Construção 3, não prevista nos estudos anteriores, denominada aqui **coordenação focalizadora**, também foi identificado no **corpus**. Portanto, nossa análise circunscreveu-se a esses quatro tipos de construção com o verbo **pegar**, e a ordem de apresentação dessas construções pressupõe um **continuum** de gramaticalização, na medida em que as Construções de 1 a 3, ainda que não constituam um grupo homogêneo, correspondem a casos de coordenação. A Construção 4, por sua vez, apresenta, em relação às demais construções, propriedades compatíveis com gramaticalização, como a dessemantização e decategorização de V1:

1. Construção 1: construção em que uma oração com o verbo "pegar" se coordena com outra oração com verbo transitivo e há explicitude do objeto nos dois

⁴ Disponível em: <corpusdoportugues.org>.

verbos, sendo o primeiro objeto expresso na forma de um SN ou SPrep⁵ e o segundo, na forma de clítico. Uma vez que o nosso objetivo é provar a relação de herança das CVPs com a coordenação, selecionamos os casos de uso de "pegar" em contexto de coordenação para observar seu comportamento sintático em contexto que poderia viabilizar alterações na transitividade de V1.

2. Construção 2: construção em que uma oração com o verbo "pegar" se coordena com outra oração com verbo transitivo e há explicitude do objeto apenas no verbo da segunda oração. Essas construções estariam mais próximas das construções ambíguas registradas em Rodrigues (2009), uma vez que o uso do verbo "pegar" em algumas construções habilita tanto uma leitura de coordenação quanto de CVP.
3. Construção 3: identificada como "coordenação focalizadora", é uma construção coordenada em que a primeira oração é sempre formada por **pegar** + objeto direto. Estruturalmente, não se distingue das coordenadas prototípicas, mas, de um ponto de vista pragmático, a primeira oração apresenta menor peso informacional em relação à segunda oração, como em "Pegou na pena e escreveu a carta". Entendemos que "pegou na pena" seria um subevento associado ao evento maior que é "escrever a carta". A função pragmática de introdução de informação remática seria ainda mais evidente nesses casos em que há um desequilíbrio entre o conteúdo informacional da primeira e da segunda oração.
4. Construção 4: identificada como CVPs, essa construção é formada por dois verbos, V1 e V2, que podem estar contíguos ou ligados pela conjunção **e**. Partimos das propriedades discutidas por Rodrigues (2006) para identificar estágios diacrônicos das CVPs no **corpus**, assim como atestar seu uso em sincronias pretéritas do português.

Nosso **corpus** de análise "conta" com quarenta e oito dados, divididos em: dezesseis casos de C1; oito casos de C2; quatorze casos de C3 (coordenação focalizadora) e dez casos de C4, CVPs. A busca foi realizada em todo o **corpus** e tomou por base as ocorrências do verbo **pegar** em sentenças em que foi possível observar sua relação, marcada sintaticamente pela conjunção **e** ou não (justaposição) a outros verbos.

ANÁLISE DOS DADOS

Apresentamos, a seguir, os resultados da nossa análise, iniciando com a discussão sobre os tipos construcionais encontrados no **corpus**, para, em seguida, apontar as evidências da relação de herança entre coordenação e CVPs.

Construção 1

O compartilhamento de objeto direto entre verbos transitivos em orações coordenadas tem como efeito a possibilidade de o objeto vir expresso como SN na primeira oração e como clítico (anáfora pronominal) na segunda. É o que acontece em (17):

⁵ Ao analisar construções semelhantes com o verbo **agarrar**, Coelho (2013) discute a natureza dos complementos preposicionados desse verbo **agarrar** como em "agarrou no chapéu". Para a autora, o complemento preposicionado corresponderia a um complemento oblíquo com valor semântico de locativo. Ela salienta, entretanto, que as diferenças semânticas decorrentes do uso da preposição para introduzir complementos do verbo **agarrar** (**agarrou o chapéu vs. agarrou no chapéu**) não parecem ser claras. Os casos observados com o verbo **pegar** sinalizam que estudos mais específicos sobre a natureza semântica e sintática desses complementos preposicionados com os verbos **agarrar** e **pegar** são necessários e devem ser empreendidos futuramente

- (17) "corpo parecia reger-se por leis próprias - senão de correria e sob o empurrão de alguma grande urgência. Talívio imaginou que a filha se lhe tinha tornado descuidada devido à influência da criança que, isso o sabia ele bem, sem querer, desnorreava, fazendo uma pessoa andar à roda, desencontrada dos seus próprios pensamentos. E, livre como agora se sentia, tanto do anseio em que o pusera Natalina quanto de obrigações nos laços de família, #60 já que a mulher e Berta, de conluio, o haviam começado a tratar como um estranho, **pôde pegar no assunto e comentá-lo**, como se a insensatez da rapariga só muito vagamente lhe dissesse respeito. #61 XIII Falou Talívio à mesa do Café, mais por fazer conversa, tomando-se a si mesmo como interlocutor, do que por precisão de entrar em confidências. Assim, disse ele, entre dois goles: « A rapariga vai estragar tudo em casa dos Amores». E os parceiros, que muito modorravam, brevemente espertaram para o que lhes parecia um começo de intriga. « Que rapariga?», perguntaram com os" (CP. Correia, Hélia. *Insânia*. 1996.)

Construção 2

Nesse tipo de construção, como em (18), diferentemente de (17) acima, embora o objeto direto do verbo da primeira e da segunda oração sejam correferenciais, é expresso como SN apenas na segunda oração, estando elíptico (anáfora zero) na primeira.

O apagamento do objeto na primeira oração está relacionado ao fenômeno do "objeto nulo", muito produtivo no português brasileiro, principalmente. Embora não seja possível estabelecer por ora uma relação entre esse fenômeno e a emergência das CVPs, encontramos, nesse tipo de construção, um contexto sintático favorável para a alteração das propriedades sintáticas de **pegar**. Isso porque, se, nas CVPs, esses verbos deixam de subcategorizar complemento, é possível supor que essa mudança se deu em contexto anterior, em que o apagamento do complemento fosse possível. Evidentemente, estamos pensando a partir dos pressupostos, de fundamentos empíricos, relacionados às mudanças por gramaticalização. De qualquer modo, para os objetivos deste artigo, interessa-nos mostrar que **pegar** deixa de ser acompanhado por seu complemento em construções coordenadas específicas.

- (18) algum jogo de prendas, tudo familiar. João Viegas é escrivão de uma vara cível da Corte. - Vamos. Quem começa agora? disse ele. Há de ser D. Felismina. Vamos ver se alguém lhe ama em segredo. D. Felismina sorriu amarelo. Era uma boa quarentona, sem prendas nem rendas, que vivia espiando um marido por baixo das pálpebras devotas. Em verdade, o gracejo era duro, mas natural. D. Felismina era o modelo acabado daquelas criaturas indulgentes e mansas, que parecem ter nascido para divertir os outros. **Pegou e lançou os dados** com um ar de complacência incrédula. Número dez, bradaram duas vozes. Rangel desceu os olhos ao baixo da página, viu a quadra correspondente ao número, e leu-a: dizia que sim, que havia uma pessoa, que ela devia procurar domingo, na igreja, quando fosse à missa. Toda a mesa deu parabéns a D. Felismina, que sorriu com desdém, mas interiormente esperançada. Outros pegaram nos dados, e Rangel continuou a ler a sorte de cada um. (CP. Assis, Machado de. *O Diplomático*.)

Como se nota, não é possível afirmar categoricamente que não há a elipse de "os dados" no que poderia ser a primeira oração de uma coordenação. Contudo, é igualmente difícil descartar a possibilidade de que o verbo **pegar** esteja sendo usado em (18) como uma estratégia de focalização do estado de coisas expresso pelo verbo que o segue.

Em (19), por sua vez, é possível analisar que poderia ter havido apenas a elipse do objeto direto "aquilo", e que não se trataria de uma CVP. Se isolarmos o trecho "Pegar e cuspir aquilo de volta, devorar e transformar em outra coisa.", percebemos que os verbos **pegar**, **cuspir** e **devorar** poderiam tomar "aquilo" como objeto: **devorar aquilo, transformar aquilo e cuspir aquilo**. Além disso, o paralelismo existente entre os trechos "pegar e cuspir aquilo de volta" e "devorar e transformar em outra coisa", com dois verbos representando uma ação anterior e uma posterior realizada com "aquilo" para que haja a transformação em "outra coisa", também pode induzir à afirmação de que o objeto é anafórico em "Pegar e cuspir aquilo". Porém, ainda não é possível desconsiderar a opção de **pegar** ter sido usado com seu sentido esvaziado, formando a estrutura de uma CVP com **cuspir**, uma vez que (19) não necessariamente bloqueia a leitura de que poderia se tratar de um caso de CVPs.

- (19) "... Nego Moçambique: Você vai na Argentina e vê bandas que misturam letras em inglês e espanhol. Parece que lá é mais mundo do que aqui. As pessoas não estão se importando muito se os caras estão cantando em espanhol, em inglês, se tem uma exigência de que seja tango para ser música argentina. Isso parece ser uma coisa bem do Brasil. De tentar valorizar o que é local com um comportamento ufanista. E a grande onda do Brasil sempre foi a antropofagia, né? Bitsmag: Antropofagia em que sentido? Nego Moçambique: **Pegar e cuspir aquilo de volta**, devorar e transformar em outra coisa. O que é o afro beat na África, a música do Fela Kuti? É a música negra africana que vai pro Estados Unidos, vira funk e soul e depois retorna pra África. Ela é regurgitada uma terceira vez. Os africanos devolvem a mesma música que eles geraram num terceiro formato que os americanos nunca iam conseguir fazer. Mais antropofágico que isso é impossível. A onda do Brasil se parece mais com isso. Eu quando"(CP. **Nego Moçambique**.)

A ambiguidade gerada em sentenças como essa se deve ao fato de que **pegar** está coordenado a outro verbo transitivo. Certamente, esse contexto sintático favorece o apagamento do objeto de **pegar**, gerando, desse modo, uma construção semântica e sintaticamente ambígua.

Construção 3: Coordenação Focalizadora

A construção que corresponde ao que identificamos como coordenação focalizadora (CF) está presente em nosso **corpus** entre os séculos XVII e XX.

Estruturalmente, a CF configura-se como um caso de coordenação. Os dados coletados apresentam estruturas com dois verbos, sendo que V1 e V2 possuem seus respectivos complementos, o que a diferencia da possível ambiguidade observada em C2. Porém, observamos que nesse tipo de construção há um desbalanceamento entre o conteúdo informacional da primeira e da segunda oração. Estamos entendendo como desbalanceamento o fato de que o estado de coisas descrito na primeira oração representa um subevento do evento principal descrito na segunda oração, que parece ser mais relevante.

Em (20), o estado de coisas expresso na primeira oração "pegar na pena" tem menor peso informacional do que aquele expresso na segunda oração "escrever a Vossa Mercê estas breves regras". Sendo esse dado de 1665, é natural que escrevessem

todos com penas, o que torna a exposição do ato de "pegar na pena" uma informação inferível, um pressuposto, uma vez que o ato de escrever já pressupunha o ato de pegar uma pena. Visto isoladamente, pode-se pensar em motivações estilísticas do autor, que optou por expressar o evento da escrita em dois subeventos. Esse desdobramento de um evento em subeventos, como nas CVPs, já foi discutido em Rodrigues (2006) como um efeito de dramatização ou ênfase que se daria pelo acréscimo de mais material linguístico. Hopper (2002) cogita a possibilidade de o uso de hendíade, construções como **go and get** do inglês, muito próximas das CVPs, estar associado, entre outras coisas, à intenção do falante de compensar, através do aumento do "volume" de itens linguísticos, os enunciados pequenos, mas importantes. Desse modo, nossa interpretação é a de que a divisão de um evento principal em dois subeventos, o que implica, por sua vez, o aumento de material linguístico, está associada a um efeito pragmático de ênfase.

Consideramos, portanto, que em (20) há uma divisão de um único evento completo ("escrever", genericamente) em dois subeventos ("pegar em algo" e "escrever"). Vista desse modo, a exposição de um ato anterior ao ato de maior importância pode ter a função de chamar a atenção do leitor para a introdução de outro evento, que fica assim focalizado.

- (20) "Estando para **pegar na pena e escrever a Vossa Mercê** estas breves regras, chega o correio."(CP. Chagas, Antônio d. *Cartas Espirituais*. 1665)

Haveria, nesse tipo de construção, uma assimetria associada ao estado de coisas veiculado em cada oração, o que impediria, por exemplo, a alteração da ordem das sentenças. Segundo Pezatti e Longhin-Thomazi (2008, p. 889), a irreversibilidade é uma propriedade das coordenadas assimétricas, e essa assimetria é característica da maioria dos casos de coordenação aditiva analisados pelas autoras. A irreversibilidade das orações coordenadas justapostas ou interligadas por "e" está relacionada tanto à ordem icônica em que os eventos são apresentados, quanto a relações semântico-pragmáticas, que podem ser de diferentes tipos, travadas entre as sentenças coordenadas, o que reforça a ideia de que na coordenação "aditiva", como a classificam as Gramáticas Tradicionais, não há apenas "adição" de eventos em uma sequência. Ou seja, na coordenação, estão em jogo valores pragmáticos relativos à organização da informação.

Consideramos a recorrência, ainda que pequena diante da robustez do **corpus** de 54 milhões de palavras, desse tipo de estrutura em nosso **corpus** como uma evidência importante de sua regularidade. A título de ilustração, apresentamos abaixo (21-24) alguns outros exemplos envolvendo os seguintes complementos encontrados no **corpus**: "armas", "livro", "pincel" e "agulha":

- (21) "espantosa multidão dos Galos sem disciplina; quem lhes daria forças contra os agigantados corpos dos Germanos; quem os aconselharia a desprezar o poder e arrogância dos Hispanos; quem os levaria a contrastar os estratagemas e a riqueza da África; quem finalmente lhes infundiria animo para vencer a arte e prudência dos Gregos, senão a boa disciplina, alcançada pelo contínuo exercício, pelo incansável estudo da arte da guerra e pela religiosa observância do juramento? Tão honrado era o nome de soldado e tão santas as obrigações militares nos bem-aventurados dias daquela famosa gente, que era quase sacrilégio **pegar nas armas e servir na guerra** quem antes, com solene juramento não houvesse sido instalado na ordem da milícia! De Catão se "conta"

que, licenciando Pompílio uma legião na qual militava o filho daquele grande patrício, e querendo o generoso mancebo ficar no exército, o velho e sisudo pai, zeloso dos antigos costumes das leis militares e da severidade da disciplina, foi o primeiro que protestou pela observância, escrevendo a Pompílio, que não consentisse seu filho na tropa sem tomar-lhe segundo juramento, pois sem esta" (CP. Garção, Correia. *Obras Completas*. 1756)

- (22) "até Viana todos pareciam preocupados e tristes. O médico olhava para a filha do Coronel, sem reparar que os olhos de Lívia seguiam os seus e como que buscavam ler por eles os sentimentos do coração. Raquel esquivava-se às atenções do médico. Em certa ocasião, porém, - achando-se Félix mais afastado, - aproximou-se dele com um livro. - Já leu este romance? perguntou ela. - Deixe ver disse Félix, convidando-a com um gesto a sentar-se. Raquel não se sentou; estendeu-lhe o livro, e olhou com insistência para o médico. Félix **pegou no livro e consultou a primeira página**; ia voltar distraidamente a segunda, quando lhe caiu nos joelhos um papelinho dobrado. Raquel voltou assustada a cabeça para lado de Lívia, que de pé, junto do piano, tirava notas soltas do teclado, sem olhar para o grupo. Raquel fez ao médico um sinal de silêncio e afastou-se dele. Félix guardou o papel no bolso. " Quase uma criança " ia ele pensando quando se retirava para casa depois do chá. Quando ali chegou não se deu" (CP. Assis, Machado de. *Ressurreição*.)
- (23) "Ai!* que são horas* Teresa* vamos para casa, que teu pai, assim que dá meio-dia* quer ver o jantar na mesa. E, circunvagando a vista pelas paredes do quarto, exclamou: – O que aqui vai de painéis! Deixa-me ver isto, que é tão bonito! Enquanto ela se abeirava dos quadros e fazia as suas reflexões mais ou menos tolas* Teresa* que não a seguira, olhava a fito para Guilherme* que a contemplava com a penetrante fixidez não sei se da arte se do coração. O que sei é que ele, de repente, **pegou do pincel e retocou no retrato as sombras** que orlavam as pálpebras* alternando olhares avarentos entre o original e a cópia. Teresa de Jesus, neste lance* como não pudesse voltar o rosto* coloriu-se de um vivíssimo escarlate* como se os olhos do seu retratista lhe levassem à í' ace o ardor dos primeiros beijos. #136 A mae* voltando a cabeça para convidar a filha a ir ver uma coisa, deu tento daquele colóquio mudo e achou a filha íao vermelha que, se o pintor não estivesse desviado e ocupado no retoque" (CP. Castelo Branco, Camilo. *A viúva do enforcado*.)
- (24) "Bem! Não val" zangar-se. (Colocando duas cadeiras de cada lado da poltrona) Senta-te aqui Ramiro. (Fá-lo sentar-se na primeira cadeira a começar da esquerda) Rosinha, tu aqui. (Na segunda) O Senhor Moreira ali. (Na quarta) e eu aqui. (Na terceira. – Estão Todos sentados na seguinte ordem, a começar da esquerda: Ramiro, Rosinha, Dona Perpétua, Lopes, Moreira) Gonçalo (De pé) – E eu? Dona Perpétua: – Fica onde quiseres. Enquanto deliberamos, vai lá dentro, **pega numa agulha e cose**. (Gonçalo procura com a vista uma cadeira, e, não a encontrando, vai debruçar-se na sacada ao fundo, ficando de frente para a cena) Dona Perpétua: – Está aberto o conselho de família. Ramiro (Erguendo-se): – Tomo a palavra. Reuni-os para comunicar-lhes uma ideia grandiosa que há duas horas me anda dançando no cérebro. Lopes (A uma cara de Dona Perpétua): – Não se assuste com essa coreografia, mana. Ramiro: – Nós possuímos um escravo."(CP. Azevedo, Arthur. *O Liberato*.)

As ocorrências relativas aos casos da Construção 3 foram encontradas em nosso **corpus** nos séculos dezessete (uma ocorrência), dezoito (duas ocorrências), dezenove (dez ocorrências) e vinte (uma ocorrência). Salientamos que essas construções são mais frequentes em textos literários do século dezenove representativos tanto da

literatura portuguesa quanto brasileira. Não foram registrados casos em textos correspondentes à modalidade falada no século vinte.

CVPs

Como já dito, em nossa coleta foram encontrados dez casos de CVPs propriamente ditas, dos quais cinco se configuram como sendo do Tipo 1, com a presença do conectivo, e cinco apresentam-se sem conectivo, pertencendo ao Tipo 2. Uma vez que já apresentamos as propriedades das CVPs, nosso objetivo é mostrar que essas construções têm longa história na Língua Portuguesa, com registro, inclusive, no **Dicionário Brasileiro Contemporâneo** de F. Fernandes, publicado em 1953. Em (25), apresentamos o primeiro dado de CVP com **pegar** encontrado no **corpus** referente ao século XIX:

- (25) Mas então era a Clara? – Nada, não era; era a irmã, a mestra. Eu bem a vi. E vai ao depois, o Sr. Reitor não sei que disse e tal, sim senhores, e **pega e vai** ao Pedro e manda-o embora e volta-se para o povo, que por ali estava, e manda-o também embora, dizendo que não dessem à língua; e com razão, porque a rapariga é bem afamada e, se se principiasse agora por aí a falar. (CP: Dinis, Júlio. *As Pupilas do Senhor Reitor*, 1867)

Em (26-27), apresentamos, também, dados de CVP do tipo 2, sem conjunção, do século XIX:

- (26) "falta o rabo. Machadinho – À ideia? Arruda – ao foguete. Machadinho – Comprometo-me pela construção do aparelho! Arruda: – O foguete há de assubir do morro mais arto que houvé no Rio de Janeiro! Machadinho: – Certamente. Arruda: – Duma feita em qu'o céu tivé bem limpo, e não chuvá nem trovoadá tão cedo. Silva – Isso é que há de ser difícil! Arruda: – Difíce? Tenho aqui o tira-teima, home! (Tirando um folheto do bolso) O Armaque do Ayer! Isto é aquela certeza. Se **ele pega diz** que não chové, é porque não chove memo. Augusto (À parte) – Em que dará tudo isto? Arruda: – Vamo passá o entrudo na Lua: ao menos o terceiro dia há de ser muito adivertido! Luís - Mas, papai, a empresa é muito dispendiosa. Arruda - Sou pobre de rico, louvado seja Deus Nosso Senhor Jesus Cristo! Pra cobri de glória a minha terra, não olho sacrafício. Luís – Mas... Machadinho (À parte, a Luís) –" (CP. Azevedo, Arthur. *Nova Viagem à Lua*. Publicação 1877)
- (27) **Eu peguei, deixei** o dito Seminário e entonces vim pra fazenda, prometendo nunca mais vortá à corte. –" (CP. Azevedo, Arthur. *Nova Viagem à Lua*. Publicação 1877)

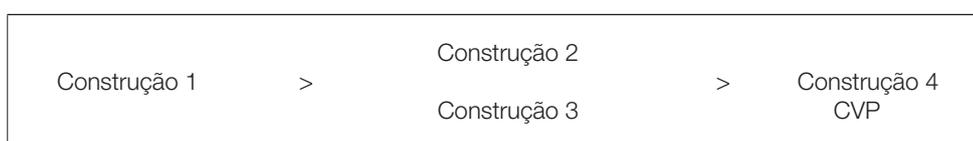
É interessante ressaltar que esses dois últimos casos aparecem como "fala" de um indivíduo pouco escolarizado, como se pode observar a partir de expressões do tipo "vortá", "vamo" e "difíce", de onde se conclui que esse tipo de construção estaria de alguma forma associada às variedades não padrão. Esse estatuto de estigmatização permanece até hoje em relação às CVPs, sendo essas construções consideradas um **desvio**.

Ocorrências de CVP em nosso **corpus** datam do século dezenove (três ocorrências), vinte (duas ocorrências) e vinte e um (quatro ocorrências) que correspondem a dados da variedade falada do português europeu e brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, defendemos uma relação de herança entre orações coordenadas e as construções verbais paratáticas (CVPs) a partir de evidências associadas ao compartilhamento de propriedades entre esses dois tipos de construções. Para sustentar nossa hipótese, analisamos dados de sincronias distintas do português, o que nos permitiu observar a ocorrência tanto de CVPs ao longo da história do português quanto a existência de construções intermediárias e focalizadoras, cujas propriedades oferecem pistas acerca da emergência das CVPs. Evidências históricas acerca dessa relação apontam para um processo de gramaticalização da coordenação para CVP, como pode ser visualizado no **continuum** abaixo (Figura 2):

Figura 2: *Continuum* de gramaticalização da CVP



Fonte: própria

Esse **continuum** deve ser entendido como uma arquitetura em que é possível observar a distribuição das construções analisadas tendo em vista seu grau de gramaticalização, sendo as CVPs interpretadas como construções mais gramaticalizadas. Embora tenhamos partido de evidências empíricas colhidas em textos de sincronias distintas do português, esse **continuum** não foi elaborado para representar a cronologia da emergência dessas construções, já que elas coocorrem em diversos textos de diferentes séculos com frequência muito variável. Desse modo, o que nossa pesquisa permite concluir e que, por sua vez, apresentamos neste artigo é que é possível depreender, a partir dos dados analisados, que as Construções 2 e 3 constituem um contexto sintático e pragmático que parece ter favorecido a emergência das CVPs.

Considerando a baixa quantidade de dados, nossas conclusões devem ser tomadas com cautela. Todavia, assim como todo trabalho de Linguística Histórica, procuramos, do modo como sugere Labov (1972), fazer um bom uso dos dados coletados e apresentar hipóteses interpretativas do surgimento das CVPs. Nesse sentido, salientamos o imbricado padrão de propriedades das construções em foco neste artigo, com referências às propriedades tanto das construções com verbos seriais e construções coordenadas, para oferecer uma interpretação do processo de gramaticalização das CVPs. A impossibilidade de identificar estágios discretizados de mudança nesse processo evidencia a heterogeneidade da gramática que se estrutura a partir das pressões do uso.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. Serial verb constructions in typological perspective. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (Eds.). **Serial verb constructions: a cross-linguistic typology**. Oxford: Oxford University Press, 2005. v. 2.
- ARNAIZ, A.; CAMACHO, J. A topic auxiliary in Spanish. In: GUTIÉRREZ-REXACH, J.; MARTÍNEZ-Gil, F. (Eds.). **Advances in Hispanic Linguistics**. Boston: Cascadilla Press, 1999.
- BALLY, C. **Linguistique générale et linguistique historique**. Berne: Francke, 1965.
- BOMTORIN, P. **As construções verbais paratáticas: gramaticalização em italiano**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Unesp: Araraquara, 2015.
- COELHO, C. M. **Construções com o verbo agarrar em Português Brasileiro Europeu**. 2013. 128f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2013.
- COSERIU, Eugene. Tomo y me voy. Um problema de sintaxis comparada europeia. In: _____. **Estudios de Linguística Românica**. Madrid: Gredos, 1977, pp. 79-151.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s**. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: ESPECIFICAR DIA E MÊS, 2006.
- DURIE, Mark. Grammatical structures in verb serialization. In: ALSINA, A.; BRESNAN, J.; SELLS, P. (Orgs.).(Orgs.). **Complex predicates**. Stanford: SCLI, 1997. pp. 289-354.
- HEINE, Bernd. On the role of context in grammaticalization. In: WISCHER, I.; DIEWALD, G. (Eds.). **New Reflections on Grammaticalization**. International Symposium, Potsdam, 17-19 jun. Amsterdam: Benjamins, 2002.
- _____. Grammaticalization. In: BRIAN, J.; JANDA, R. D. (Eds.) **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwells, 2003.
- HOPPER, p. J. Hendiadys and Auxiliation in English. In: BYBEE, J.; NOONAN, M. (Eds.) **Complex sentences in grammar and discourse: essays in honor of Sandra A. Thompson**. Philadelphia: John Benjamins, 2002. pp. 145-173.
- _____; TRAUOGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, [1993] 2003.
- KUTEVA, Tania. 1998. On Identifying an Evasive Gram: Action Narrowly Averted. In: **Studies in Language**, 22. pp. 113-160.
- LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LANE, J. **Kalam serial verb constructions**. 1991. 211 f. Dissertation (Master of Arts in Linguistics) – University of Auckland: Auckland, 1991.

- LONGHIN-THOMAZI, S. R.; RODRIGUES, A. Coordenação em foco: relações pragmáticas de foco em construções complexas. **Suplementos de Lusorama** (Germany), v. 85-86, pp. 107-136, 2011.
- PAWLEY, A.; LANE, J. From event sequence to grammar: serial verb constructions in Kalam. In: SIEWIERSKA, A.; SONG, J. J. (Orgs.). **Case, typology and grammar**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998. pp. 201-227.
- PEZATTI, E.; LONGHIN-THOMAZI, S. R. **As construções coordenadas**: Gramática do português culto falado. Campinas: EdUnicamp, 2008. v. 2.
- RODRIGUES, A. T. C. **"Eu fui e fiz esta tese"**: as construções do tipo foi fez no Português do Brasil. Tese. (Doutorado), Unicamp, Campinas, 2006.
- _____. Ir e pegar nas construções do tipo foi fez: gramática de construções de contexto de gramaticalização. In: CASTILHO, Ataliba (Org.). **História do Português Paulista**. Campinas (SP), Setor de Publicações do IEL/UNICAMP, 2009. Série Estudos, v. 1, parte 3.
- _____. Sobre a emergência de construções evidências translinguísticas. **Letras & Letras** (UFU. Impresso), v. 27, pp. 111-125, 2011.
- _____; COELHO, C. M. As construções verbais paratáticas: gramaticalização em Português Europeu. **Revista Portuguesa de Humanidades**, v. 16-1, pp. 149-169, 2012.
- ROMAINE, Suzanne. 1999. The grammaticalization of the proximative in Tok Pisin. **Language** 75, 2:322-46.
- STEFANOWITSCH, A. The Go-and-Verb Construction in a cross-linguistic perspective: image-Schema Blending and the Construal of Events. In: NORDQUIST, D.; BERKENFIELD, C. **Proceedings of the second annual high desert linguistics society conference**. Albuquerque: High Desert Linguistics Society, 1999.

O ESQUEMA CAUSAL NA CONDICIONAL “SE NÃO ME ENGANO”

THE CAUSAL MEANING IN “SE NÃO ME ENGANO” CONDITIONALS

MunIQUE Pedro Pereira Pinto¹

Táisa Peres de Oliveira²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a construção “se eu não me engano” no português, tendo como parâmetro principal de análise a verificação da relação de causalidade nesse tipo de condicional. Como resultado principal, defende-se que, devido a seu funcionamento como modalizador epistêmico, essa condicional não mais serve para construir a noção de causalidade característica das condicionais prototípicas. Esta análise está assentada em pressupostos funcional-cognitivistas tal como se encontram em Sweetser (1990) e Dancygier (1998). Toma-se, para tanto, as condicionais coletadas no português contemporâneo.

Palavras-chave: oração condicional; causalidade; modalidade epistêmica.

ABSTRACT: This paper aims to investigate whether the conditional clause “se eu não me engano” have a causal ground as part of its meaning. As a main result the analysis reveals this type of construction does not function as prototypical if-clauses since it indicates the speaker’s commitment to the proposition embedded within the main clause, as a modal construction. The assumptions made here are mainly based on the work of Sweetser (1990) and Dancygier (1998).

Keywords: conditional clause, causality, epistemic modality.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, coloca-se sob exame as orações condicionais do tipo “se não me engano”, tomando como critério fundamental de análise a verificação do esquema causa-consequência para a construção do significado expresso por esse tipo oracional. Discute-se, aqui, como resultado principal, que a leitura da relação de causalidade característica das orações condicionais, que em última instância pode ser compreendida a partir de quatro domínios cognitivos, parece não dar “conta” da relação que se estabelece entre a oração subordinada e a oração núcleo. De fato, a leitura instaurada aí parece estar muito mais próxima do núcleo de significação dos modalizadores epistêmicos, uma vez que essa condicional serve como um tipo de estratégia de modalização, por meio do qual o enunciador marca seu comprometimento com relação à verdade do conteúdo por ele enunciado.

¹ UFMS, Três Lagoas, Pós-Graduação, munique_pereira@hotmail.com

² UFMS, Três Lagoas, Professora Adjunto, taisapoliveira@gmail.com

Diante de tais considerações, o objetivo principal deste trabalho é analisar a oração condicional “se não me engano” no português brasileiro a fim de demonstrar como seu significado, convencionalizado entre os falantes como uma espécie de modalizador epistêmico, se distancia da noção de condicionalidade prototípica no que diz respeito ao estabelecimento de uma relação lógico-semântica entre a oração condicional e a oração núcleo.

Este artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, discutem-se algumas questões teóricas essenciais ao desenvolvimento do trabalho, tais como a conceitualização da condicionalidade e o esquema causa-consequência na oração condicional. Em seguida, parte-se para a análise da condicional “se não me engano” conforme os padrões de relação comumente estabelecidos pelas orações condicionais. Enfim, as considerações finais trazem as conclusões principais a que se chegou.

O FUNCIONALISMO EM LINGUAGEM

As bases teóricas deste trabalho estão assentadas na articulação de pressupostos funcionalistas à princípios cognitivistas nos termos de Bybee (2010), Dancygier (1998) e Sweetser (1990). Nesta direção, assume-se, como fundamento principal, que a gramática é concebida como uma estrutura flexível, relativamente instável e multifacetada, que emerge da padronização de usos regularizados na dimensão social e cultural, negociada e partilhada entre os indivíduos. Ao mesmo tempo, reconhece-se, que a gramática tem uma base cognitiva, já que sua estrutura também está determinada por partir de princípios cognitivos gerais como “[...] categorização, automatização, habituação, descontextualização, categorização, inferenciação pragmática [...]” (Cunha et al., 2013 p. 16).

O que sustenta esta concepção de gramática é o entendimento de que as estruturas linguísticas refletem outras capacidades cognitivas. Do mesmo modo como classificamos objetos do mundo externo a partir de nossas experiências, as construções linguísticas são concebidas como esquemas cognitivos, aprendidos e armazenados a partir da experiência comunicativa no exercício efetivo da linguagem. Fica evidente, portanto, uma relação de determinação entre discurso e gramática, uma vez que “[...] o discurso conforma a gramática, mas principalmente porque ele não é encontrável despidido da gramática” (NEVES, 2012)

Assim, o que se põe em prática é um modelo de análise em que “[...] se evita a ideia de toda uma gramática formal desprovida de significado e, ao contrário, foca-se no modo como construções gramaticais baseadas no significado emergem de usos individuais da língua”³ (TOMASELLO, 2009, p. 69). Facilmente se postula, portanto, que o estudo das línguas não deve partir de estruturas prontas, ao contrário, o foco principal deve ser explicar os processos gerais que subjazem a emergência da estrutura e significado a partir dos usos linguísticos.

Como consequência, assume-se que estrutura e o significado são armazenados como parte de uma rede de construções. Neste direcionamento, a gramática não pode

³ “[...] to combat the idea of a wholly formal grammar devoid of meaning and instead focus on how meaning-based grammatical constructions emerge from individual acts of language use”.

conter módulos de sintaxe e semântica separadamente: uma vez que construções são resultados de generalizações e convencionalizações do uso linguístico, o pareamento entre os exemplares é direto. Bybee (2010) afirma que as bases da gramática são as categorias, resultantes da relação de similaridade ou identidade pareada que ocorre quando palavras ou sintagmas e suas partes componenciais são reconhecidas e mapeadas com representações armazenadas.

Considerada a natureza dinâmica e construcional da gramática, a língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma vez que emergente da aplicação contínua de processos cognitivos de domínios gerais. Como afirmam Cunha et al. (2013, p. 20),

Língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que estão em permanente emergência, mercê de necessidades cognitivas e/ou intercomunicativa.

Fica assumida a natureza da língua como emergente e adaptável às pressões advindas do uso linguístico, que somente existe na troca efetivada entre falantes, em contextos sociais e psicológicos de uso.

A partir daí o objetivo que se coloca é explicar as motivações semântico-pragmáticas e cognitivo-perceptivas que levam à emergência das estruturas linguísticas e os padrões de regularização de novos significados, observando ainda de que modo a gramática das línguas acomodam essas novas construções. Toma-se como objeto, portanto, o uso linguístico como o complexo instanciador e motivador dos padrões funcionais que ativam e modificam as bases das estruturas gramaticais. Desse modo, a tarefa principal é

identificar e avaliar fatores de natureza cognitiva e pragmático-discursiva que regulam as tendências de manifestação do fenômeno investigado, atentos para as restrições de natureza formal que estimulam ou bloqueiam tendências de regularização desse fenômeno. (CUNHA et al., 2013, p. 21)

Essas considerações selecionam como objeto de descrição esquemas gramaticais que unem forma e função, como resultado da convencionalização da relação entre estrutura linguística e sua interpretação semântico-pragmática, também chamados construções gramaticais.

Partindo desses princípios, Dancygier (1998) propõe descrever as orações condicionais como um tipo de construção sintática, resultante do mapeamento convencional de suas propriedades lexicais e estruturais em aspectos de sua interpretação semântico-pragmática. Para a autora, (1998) é possível identificar uma função comum para a estrutura condicional, no geral representada pela expressão *se p, q*. A partir daí considera-se o modo em que as interpretações do significado de condicionais reais são construídas em termos dessa função comum em combinação com os significados atribuídos pelos demais elementos formais presentes na estrutura condicional.

Mediante estas considerações é que neste artigo coloca-se como objetivo avaliar o esquema causal na condicional “se não me engano”, aqui concebida como resultado da convencionalização da inferência da incerteza epistêmica.

A ORAÇÃO CONDICIONAL NO PORTUGUÊS

São denominadas construções condicionais os enunciados que assumem a forma *se p q*, entendida como a moldura mais ampla a partir da qual é possível interpretar todas as instâncias desse tipo oracional. Assim, orações condicionais são introduzidas por uma conjunção condicional e que se caracterizam, principalmente, por apresentarem a situação condicionante que leva à realização da situação descrita na oração principal. É o que se nota no exemplo:

- (1) Se eu faço isso, estou faltando com a minha promessa. (NEVES, 2000, p. 830)

Nota-se, aí, o anúncio de uma causa hipotética, veiculada na oração introduzida por *se*, eventualmente denominada prótase, que serve como contingente para a validação da consequência enunciada na oração principal, também chamada apódose. A leitura que emerge dessa relação é comumente descrita nos termos de “considerada a realidade descrita no enunciado condicionante, segue a realidade descrita no enunciado principal”. Desse modo, no exemplo a situação condicionante “Se eu faço isso” deve ser preenchida para a validação da situação “estou faltando com a minha promessa”, enunciada na apódose.

Orações condicionais têm sido descritas sob vários enfoques que revelam sua natureza forma e funcional. São tratados aí questões como funções pragmáticas, tipo de conector usado na construção condicional, ordem, processo de junção que codifica a relação, tempos e modos verbais, como atesta a vasta literatura sobre o tema (DUCROT, 1972; HAIMAN, 1978; COMRIE, 1986; DANCYGIER, 1998; SCHWENTER, 1999; DECLERCK & REED, 2001, entre outros). No geral, os estudos privilegiam a condicional a estrutura condicional prototípica, introduzida pela conjunção *se*, como se observa nos estudos de Neves & Braga (1998); Neves (1999, 2000); Hirata (1999); Souza (2003); Oliveira (2004, 2005); e Ferrari (1999, 2000, 2001).

Neste contexto, a construção “se não me engano” tem sido descrita como um tipo ordinário de oração condicional, como se encontra, por exemplo, nos tratados de Hirata (1999), Neves (2000) e Oliveira (2002, 2005). Para Hirata (1999), esse tipo de condicional serve como um ato de fala que atualiza as condições para a validade de uma premissa hipotética. É o que a atura ilustra com o exemplo:

- (2) Há poucos dias, *se não me engano* no domingo, no programa dos Trapalhões, um deles pediu o favorecimento de uma autoridade e descobriu que aquele amigo dele de muita influência tinha conseguido casa no BNH. (Hirata, 1999)

Em Neves (2000), a construção “se não me engano” também aparece descrita como uma instanciação da moldura *se p q*. Ao descrever o esquema modo-temporal nas orações condicionais, a autora trata a condicional “se não me engano” como um tipo de condicional eventual, na qual o grau de hipoteticidade é codificado por tempos que estabelecem uma relação de futuro potencial. A autora ilustra essa eventualidade da condicional com o exemplo:

- (3) Também ouvi, *se não me engano*.

Nota-se, nesses trabalhos, que a estrutura “se não me engano” tem sido descrita por meio do esquema condicional prototípico, sem nenhuma consideração mais pormenorizada sobre sua relação com significados ligados ao campo das modalidades.

Numa postura um pouco diferenciada, Oliveira (2004, 2005) estuda esse tipo de condicional a partir dos efeitos pragmáticos que ela produz. A condicional é descrita como um tipo de estratégia de polidez, já que a implicatura da incerteza que dela emerge serve como mecanismo de preservação da face, ao permitir ao falante revelar seu (des)comprometimento com a verdade do enunciado. Essa autora afirma:

Nesses contextos, o falante usa a condicional para introduzir a oração núcleo em termos hipotéticos, colocando essa proposição sob o domínio da incerteza, descomprometendo-se com a verdade dessa proposição. (OLIVEIRA, 2005, p. 127)

Juntamente com a condicional “se não me engano”, a autora também analisa condicionais do tipo “se (eu) to lembrado”, “se não me falha a memória”, “se minha premissa é correta”, como ilustram os exemplos:

- (4) o que é o regime sindical nos estados unidos é no, *se não me falha a memória*, terceiro conto, quarto conto, uma coisa assim. (Oliveira, 2005, p. 127)
- (5) é um livro: em que o éri veríssim/ o érico veríssimo... *relata uns episódios acho que da aguerria civil espanhola se eu... se tô bem lembrado...* e aí no: na manhã seguinte então:... voltei ao... à casa de saúde. (Oliveira, 2005, p. 127)
- (6) uma dificuldade de se dizer este humano, de dizer o humano desta forma então vejam *se essa minha premissa é correta, se essa minha premissa é correta*, e esse dizer humano vai se colocar em diversos níveis, a nível do social, nível político, nível econômico, enfim a nível de toda a atividade humana. (Oliveira, 2005, p. 128)

É em Oliveira (2008) que se começa notar o comportamento diferenciado desse tipo de construção. A autora postula que esse tipo de condicional tem seu significado próximo ao dos modalizadores epistêmicos e a trata como uma construção de contexto específico. Oliveira (2008, p. 180) afirma que

[...] no caso das condicionais *Se não me engano*, o valor de incerteza que figura nessas orações não parece ser decorrente apenas do sentido atualizado pela conjunção condicional. A expressão da modalização epistêmica que se verifica nesse tipo de construção emerge da relação estabelecida entre os vários elementos que compõem essa condicional.

Ora, o que se nota, então, é uma variedade de tratamentos que nem sempre chegam a um consenso sobre a natureza da condicional “se não me engano”. É com este objetivo que se propõe este trabalho. Para esta tarefa, partimos da análise da relação de causalidade estabelecida entre as duas proposições, entendido como característica básica do significado condicional. A partir daí espera-se mostrar que o significado das condicionais “se não me engano” já não mais se mescla ao esquema causal como nas condicionais prototípicas, mas está muito mais próximo da zona de significação dos modalizadores epistêmicos. É o que se discute em seguida.

O ESQUEMA CAUSAL-CONDICIONAL

A oração condicional tem seu significado assentado sobre uma base causal hipotética. Desse modo, sua função principal é comunicar uma relação de causalidade não preenchida que entrelaça dois enunciados, e que, em última instância, se manifesta em nuances semântico-pragmáticas diversas, assumindo diferentes formas. É o que discutem autores diversos como Haiman, 1978; Traugott, 1985; Traugott et al., 1986; Sweetser, 1990; Dancygier, 1998; Schwenter, 1999; Dancygier, Sweetser, 2005.

Considerando essa multiplicidade de sentidos e a variedade estrutural das orações condicionais, Sweetser (1990) e Dancygier (1998) propõem interpretar o significado condicional em quatro domínios cognitivos. Neste direcionamento, entende-se que há uma zona causal base da qual os significados vão se distanciando à medida que se tornam mais (inter)subjetivos. São distinguidas, assim, as condicionais (i) de conteúdo, (ii) as epistêmicas; (iii) as dos atos de fala e (iv) as metatextuais.

As *condicionais de conteúdo* são o tipo mais básico de condicional. Nelas estão presentes traços da causalidade que se marcam especialmente pelo modo como os eventos estão dispostos, implicando uma determinada sequencialidade. A leitura que emerge nessas construções é a seguinte: considerada a realidade do evento condicionante, segue a realidade do evento principal. Veja-se o exemplo:

(7) Se não tiver um conteúdo para simular o olho, essa parte afunila. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (7), descreve-se o evento “não tiver um conteúdo para simular o olho” como a causa, ainda não realizada, para a realização do evento “essa parte afunila”. Ou seja, o evento codificado na oração condicional é enunciado como o causador do evento descrito pela oração núcleo. Vê-se, nesse tipo de condicional, que os eventos estão dispostos numa determinada sucessão temporal, relevante para o tipo de relação aí estabelecida.

Esse tipo de condicional é menos subjetivo, uma vez que o falante descreve um evento ou sucessão de eventos observado(s) numa situação externa. Em outras palavras, condicionais desse domínio tem seu significado assentado sobre uma situação concreta percebida. Seu significado está mais próximos da zona da causalidade.

Nas *condicionais epistêmicas* o significado tende a se tornar mais embasado nas crenças e atitudes do falante com relação a seu enunciado. A relação que se estabelece aí é de inferência epistêmica, ou seja, o conhecimento que se tem acerca de um fato leva o falante a concluir outro fato. Observe-se o exemplo:

(8) Se a secretaria tem falta de um assistente social, ela pode, ela contrata um. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (8), o conhecimento que o falante tem sobre o fato “a secretaria tem falta de um assistente social” o leva a concluir como consequência provável o fato “ela pode, ela contrata um”. Esse significado está fundamentado na avaliação que o falante faz de uma situação interna ou cognitiva e, por isso, é mais subjetivo. Esse significado é resultado de uma suposição ou conjectura do falante, que hipotetiza acerca da relação entre os dois fatos descritos na oração condicional e na oração núcleo. A leitura que se tem aí é a seguinte: considerada a verdade do fato condicionante, eu concluo o fato principal.

As *condicionais de atos de fala* constroem uma moldura em que seja relevante enunciar um ato. O significado veiculado nesse tipo de condicional está assentado sobre as atitudes do falante com relação ao contexto de fala e ao ouvinte. Como resultado, nesse tipo de condicional a noção de causalidade encontra-se já bastante diluída e o grau intersubjetividade é ainda maior. Veja-se:

(9) Se a criança quer fazer judô, tem que ter um horário pela manhã. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (9) a condicional “a criança quer fazer judô” cria uma moldura em que é comunicativamente relevante enunciar o ato “tem que ter um horário pela manhã”. Nesse tipo de condicional, o falante demonstra ater-se a todas as normas pragmáticas e

convenções sociais, ao evitar enunciar um ato que, por alguma razão, possa ser questionado no contexto da fala. Nesse tipo de condicional, a leitura que emerge é a que segue: considerada a situação condicionante, enuncia-se esse ato.

Nas *condicionais metatextuais*, o falante também constrói um contexto alternativo em que um ato de fala é pragmaticamente relevante. No entanto, ao fazê-lo, o falante faz uma referência explícita à qualquer elemento da situação de interação, ou seja, por meio dessa condicional o faz uma referência ao próprio domínio textual. É o que se vê no seguinte exemplo:

- (10) Teresa respondeu, chorando, que entraria num convento, se essa era a vontade de seu pai. (18:Castelo:Amor)

Em (10) a condicional “se essa era a vontade de seu pai.” cria uma situação hipotética em que é relevante enunciar o ato descrito na oração núcleo. Além disso, o falante faz referência a uma porção de informação do enunciado principal. Desse modo, parece adequado considerar que o significado desse tipo de condicional está baseado na situação textual e metalinguística e, à medida que se torna altamente embasado na avaliação do falante em relação à interação, o significado condicional se torna cada vez mais intersubjetivo. A leitura que se faz nesse tipo de condicional é: considerado determinado elemento do discurso, enuncia-se esse ato.

Um aproveitamento que se tira dessa proposição é a verificação do modo como diferentes traços da condicional são mapeados nos diferentes domínios cognitivos. A partir daí, a condicional é considerada em suas múltiplas possibilidades, evidenciando as determinações semântico-pragmáticas e cognitivas de seu significado. A noção de causa, que está na base desse significado vai se diluindo à medida que o significado condicional se torna mais (inter)subjetivo e, conseqüentemente, mais abstrato. Proporcionalmente, quanto mais se desenvolve mais nuances o significado apresenta. No entanto, Dancygier (1998) afirma que, em maior ou menor grau, todos os tipos de condicional apresentam, de certa forma, traços da causalidade, que se configuram na forma de uma hipótese a ser verificada.

O que se nota, então, nos diferentes tipos de condicional é que o complexo causa-conseqüência serve como referência para a construção do significado que a condicional manifesta. Indistintamente, a condicional começa pelo assentamento de uma situação condicionante – que pode ou não ser preenchida – e a partir daí enuncia-se um conteúdo dependente do preenchimento dessa condição. Seguindo por outra direção, a condicional “se não me engano” parece afastar-se do campo da condicionalidade. Seu funcionamento como mecanismo de comprometimento com a verdade da proposição enunciada a aproxima fortemente da zona da modalização e parece bloquear o esquema causa-conseqüência. É o que se discute nas seções a seguir.

OESQUEMACAUSA–CONSEQÜENCIANASCONDICIONAIS“SENÃO ME ENGANO”

Os dados para a análise foram coletados no Corpus do Português,⁴ organizado por Davies & Ferreira (2006). Trata-se de um banco de dados formado por mais de quarenta

⁴ Disponível em: <www.corpusdoportuguês.org>

e cinco milhões de palavras, coletadas em registros orais e escritos que contemplam as variedades do português brasileiro e europeu, num período que vai dos séculos do XIV ao XX. Os textos que compõem o *corpus* estão divididos entre os tipos acadêmico, notícias, ficção e oral.

Para composição da amostragem analisada neste trabalho, considerou-se dados do português brasileiro, dos séculos XIX e XX, em toda variedade de tipologia textual que o *corpus* conforma. Foram coletadas um total de noventa ocorrências da estrutura “se (eu) não me engano”, que assim se dividem:

Quadro 1: Ocorrências

se eu não me engano	16 ocorrências
se não me engano	74 ocorrências

Fonte: Elaboração própria

Uma vez que se trata de um padrão funcional emergente, com significação bastante específica, a baixa frequência já era esperada. Além disso, esse tipo de construção é mais típico em textos orais, já está ligada a valores altamente intersubjetivos. Uma vez que consideramos um único critério de análise, não há necessidade de quantificação, já que esta resultaria numa relação *default*.

O exame da condicional “se não me engano” e seus efeitos no enunciado facilmente mostram que o domínio de conteúdo não poderia mesmo abrigar esse tipo de construção. Uma vez que nesse tipo de oração lidam-se com valores epistêmicos, a relação nela construída não pode ser interpretada a partir de uma correspondência com a causalidade explicitada entre dois eventos, característica fundamental de orações desse domínio.

Uma análise componencial do seu significado a levaria às pertences do domínio epistêmico. Nela, pela negação do verbo “enganar”, nega-se o desconhecimento de uma proposição. O efeito obtido aí é exatamente o contrário e, então, declara-se o conhecimento dessa situação. Ao servir como mecanismo de manifestação do conhecimento do falante, poder-se-ia dizer, então, que a condicional estaria mais próxima desse nível.

No entanto, claramente se verifica que os efeitos aí construídos não podem ser considerados resultados da relação condicional. Na condicional epistêmica, o falante constrói um enunciado num formato tal que uma proposição serve como condição para a conclusão que se apresenta por meio de outra proposição. Em outras palavras, o conhecimento que se tem de fato é condição suficiente para se concluir outro fato, enunciado na segunda proposição. As orações se enlaçam, assim, numa relação de inferência epistêmica. Nada disso ocorre na condicional “se não me engano”. Observem-se os exemplos:

(11) Desde criança ouvi falar na escrava de minha família que resolveu deixar o Piau e voltar para a África. *Se não me engano*, Mariana era neta dessa escrava. – Então a avó de minha avó foi escrava de sua família? – Foi o que ouvi contar (19:Fic:Br:Olinto:Trono)

(12) Inventei que estava doente para faltar à aula. (*Se não me engano*, tive mesmo uma diarreia nervosa), mas papai não admitiu nenhuma desculpa; levou-me em pessoa até a porta da escola (19:Fic:Br:Verissimo:Tempo)

Tome-se, primeiramente, o exemplo (11): nele o falante enuncia que para a proposição “Mariana era neta dessa escrava” ser verdadeira, tem que ser verdadeira também a condição que é o falante não estar enganado. Vê-se que a relação instaurada aí não é de inferência epistêmica, típica das relações desse domínio. Em outras palavras, em (11) não se pode afirmar que a proposição “Mariana era neta dessa escrava” é concebida como sendo a conclusão a que se chega se considerada a verdade da proposição enunciada pela oração condicional. O mesmo ocorre no exemplo (12): a oração “se não me engano” não apresenta a situação condicionante a partir da qual é possível inferir a conclusão “tive mesmo uma diarreia nervosa”. Logo, a relação entre os dois segmentos não pode ser de condição.

O que se nota nessas construções é que, embora exista de fato uma relação de modificação entre a oração condicional e a oração núcleo, essa relação é de modalização epistêmica, e não de condição. Não existe, nelas, uma condição suficiente para se chegar a uma conclusão, traço que seria característico das condicionais do domínio epistêmico.

Tampouco se poderia considerar a condicional “se não me engano” no domínio dos atos de fala ou no metatextual. Esses dois tipos assemelham-se uma vez que a relação construída aí é de relevo pragmático, e, por isso mesmo, se apresentam com traços da relação lógico-semântica bastante frouxos, uma vez que a relação de causalidade está bem diluída.

Por um lado, a condicional “se não me engano” constrói-se por meio de um elo relativamente fraco, como nas condicionais de atos de fala e nas metatextuais. No entanto, por outro lado nela não existe o assentamento de um contexto alternativo para a adequação comunicativa de um ato de fala, como é o caso das condicionais dos atos de fala. Veja-se a seguinte ocorrência:

- (13) “Tinha saído com o meu filho para uma visita a um rapaz que está mal, no hospital. É um cantor, *se não me engano*. (19:Fic:Br:Holanda:Burro)

Há, nesse exemplo, uma relação extremamente frouxa entre a oração condicional e seu núcleo, uma vez que a relação de causalidade encontra-se enfraquecida. Essa relação, entretanto, não pode pertencer ao domínio dos atos de fala, já que lhe falta uma condição suficiente que funcione como mecanismo de introdução de um espaço alternativo no qual seja adequado ou relevante enunciar o ato de fala veiculado pela oração nuclear.

Considere-se que a leitura que emerge no domínio dos atos de fala é a seguinte: “no contexto em que a situação condicionante é verdadeira, eu posso enunciar ato de fala da oração núcleo”. Essa não pode ser a leitura que surge da relação entre a condicional e a oração nuclear numa construção como a que se verifica no exemplo em (13). Nesse caso, o ponto principal da construção é comunicar o conhecimento de um fato e não adequar um ato às normas e convenções pragmáticas.

É inegável que existe aí um enlace entre os dois segmentos. No entanto, essa relação não é de condição suficiente para adequação de um ato, mas verifica-se nela uma modificação semântica que se liga claramente à manifestação do conhecimento do falante, o que coloca esse tipo de construção no campo das modalidades. Como consequência, não se pode considerar a oração “se não me engano” como o espaço alternativo em que

seja pragmaticamente relevante enunciar um ato, já que a relação construída aí serve como mecanismo para se comunicar o conhecimento do fato em si.

Ao se considerar o domínio metatextual, fica evidente que a condicional “se não me engano” não pode enquadrar-se como exemplar desse domínio, uma vez que nelas não existe nenhuma referência explícita ao contexto de interação que sirva como condição para a adequação do ato enunciado em seguida, o que seria a principal característica de condicionais desse domínio. Veja-se o exemplo:

- (14) Olhe, *se não me engano*, é ele que ali passa ao largo. Teresa - É ele...
é. (18:Azevedo:Princesa)

No exemplo, notam-se marcas de primeira pessoa que claramente vão além do sujeito sintático e fazem referência explícita ao sujeito enunciador. Entretanto, a referência que aí se faz não diz respeito ao papel do falante no contexto de interação, mas ao conhecimento que ele possui para relacionar dois fatos. Esse tipo de condicional não pode, portanto, pertencer ao domínio metatextual, no qual relações são construídas tomando como condição uma referência clara ao contexto discursivo que sirva como mecanismo para dar relevo pragmático a um ato enunciado.

As diferenças que se notam entre os exemplos de (7)-(10), que ilustram o funcionamento do esquema causa-consequência em condicionais mais prototípicas, e os de (11)-(14), que trazem casos de condicional “se não me engano”, resumem-se no seguinte quadro:

Quadro 2: Comparando os tipos de condicionais

condição	consequência
Se não tiver um conteúdo para simular o olho	essa parte afunila
Se a secretaria tem falta de um assistente social	ela pode, ela contrata um
Se a criança quer fazer judô	tem que ter um horário pela manhã
Se me permite dizer	Deus e a medicina moderna têm necessidades e soluções muito diferentes das nossas
*Se não me engano	Mariana era neta dessa escrava
*Se não me engano	tive mesmo uma diarreia nervosa
*Se não me engano	É um cantor
*Se não me engano	é ele que ali passa ao largo

Fonte: Elaboração própria

Por este caminho fica revelado que as condicionais exemplificadas nos casos de (7)-(10) podem equacionar-se por apresentarem, de um modo ou outro, uma condição para a realização de uma oração núcleo, mas nada de semelhante ocorre nas condicionais exemplificadas nos casos em (11)-(14), que não trazem em si uma condição. Assumindo um comportamento funcional bastante diferenciado, construções como essas falham em apresentar uma hipótese a ser verificada, traço principal de uma oração condicional.

Fica evidente, então, que a condicional “se não me engano” não apresenta um comportamento prototípico de condicionalidade. A leitura instaurada nelas parece estar muito mais próxima do núcleo de significação dos modalizadores epistêmicos e do campo da evidencialidade. Na relação construída por essas orações, facilmente se verifica que a condicional “se não me engano” serve para indicar o comprometimento do

falante com seu enunciado, revelando explicitamente seu grau de certeza com relação verdade de seu conteúdo enunciado e, ainda, marcando-se como fonte dessa verdade enunciada.

A inferência da incerteza, como se sabe, é parte do significado de qualquer condicional, que codifica a situação nela descrita como não real ou não assertiva (DANCYGIER, 1998; SCHWENTER, 1999). No entanto, no caso específico da condicional “se não me engano” os valores expressos vão além da indicação da irrealidade da situação condicionante, mas passam pela qualificação epistêmica do enunciado.

O que se nota nesse tipo de construção é que o sentido da oração condicional nela expresso vai da indicação de uma situação hipotética à indicação da atitude do falante, em relação à verdade da proposição por ela expressa. Os significados que na condicional ordinária são baseados na situação cognitiva interna, na condicional “se não me engano” estão assentados na atitude do falante. Desse modo, facilmente se postula que a atitude epistêmica do falante constitui o sentido de maior proeminência nessas construções.

Chega-se, assim, à consideração principal de que a condicional “se não me engano” configura um tipo de construção sintática, esquematizada com um significado específico. Nela cada um de seus componentes se relacionam de forma convencional para construir um significado novo, que se mescla com o esquema da modalização.

Tomando a noção de modalidade epistêmica “como os meios linguísticos pelos quais o falante revela seu comprometimento em relação à verdade da proposição” (DALL'AGLIO-HATTNER et al., 2001, p. 109), pode-se afirmar que essa condicional pertence à categoria dos modalizadores epistêmicos. Seu comportamento funcional se assemelha a exemplares dessa categoria, já que, como eles, essa condicional tem servido para marcar o comprometimento do falante àquilo que ele enuncia, evidenciando seu grau de (in)certeza com relação aos fatos enunciados. Observe-se a seguinte comparação:

Quadro 3: Os modalizadores epistêmicos

Se não me engano	Mariana era neta dessa escrava
Eu acho que	
Acredito que	
Creio que	
Parece que	

Fonte: Elaboração própria

Note-se aí a paridade funcional desses segmentos. Assim como fazem os demais modalizadores, por meio da condicional “se não me engano” o falante deixa claro seu grau de incerteza com relação a seu enunciado. Pode-se dizer, então, que nesse tipo de construção, o significado construído pela oração condicional deixa de indicar uma situação hipotética para indicar a atitude do falante em relação à verdade de seu enunciado.

Como consequência, a proposição nuclear não depende da condicional nos mesmo termos em que acontece nas condicionais prototípicas, em que há a combinação de uma proposição condicionante a uma proposição resultado. Isso se mostra no alto índice de

condicionais “se não me engano” intercaladas e pospostas. Uma vez que a relação instaurada aí não é de causa-consequência, a oração “se não me engano” fere o princípio da iconicidade, que prevê que causa seja anunciada antes de sua consequência e que dá sustento para a posição favorita da condicional prototípica, a anteposição.

Evidencia-se, assim, que as condicionais “se não me engano” não tem sua zona de significação assentada no esquema causa-consequência, que sustenta o significado condicional prototípico. Essas construções expressam um valor modal não contido na condicionalidade e claramente se afastam dessa categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo era analisar a condicional “se não me engano” no português do Brasil. Como especificação desse objetivo, pretendeu-se verificar as correspondências entre a relação construída por esse tipo de construção e a noção de causalidade, que está na base do significado condicional.

As análises aqui construídas estão assentadas em premissas funcional-cognitivistas e tomam como assunção principal o entendimento da condicionalidade como uma categoria conceitual. A partir daí a relação de causalidade que participa do enlace entre a condicional e a oração nuclear é concebida como um critério definidor de pertença à categoria. Para o tratamento que se fez aqui, considerou-se a multiplicidade de nuances que o significado condicional pode assumir, tendo como referencial teórico principal a classificação elaborada por Sweetser (1990) e Dancygier (1998), que interpretam o significado condicional em quatro domínios cognitivos.

Partiu-se da hipótese principal de que a condicional “se não me engano” não apresenta o esquema causa-consequência como base de seu significado e, portanto, não mais estabelece uma relação de causalidade, característica principal das orações condicionais. Devido sua carga semântica e suas relações no enunciado, procurou-se confirmar a proximidade dessa condicional com a zona conceitual dos modalizadores epistêmicos.

Considerou-se, então, como parâmetro principal de análise a relação de causalidade estabelecida entre a oração condicional e a núcleo em todas as suas possibilidades. Assim, a condicional “se não me engano” foi analisada conforme os padrões de significação e de funcionalidade que se notam nas condicionais de conteúdo, nas epistêmicas, nas dos atos de fala e nas metatextuais.

A partir daí, ficou evidente que a condicional “se não me engano” se distancia da condicionalidade prototípica, uma vez que seu significado não se assenta sobre o esquema causa-consequência. Desse modo, notou-se que nessas condicionais não existe uma hipótese a ser verificada, traço principal da relação estabelecida entre os dois segmentos de uma construção condicional.

Tomando outra direção, a relação que a condicional “se não me engano” estabelece serve como mecanismo para indicar o comprometimento do falante com relação a seu enunciado e também para marcar seu grau de certeza com relação à verdade de sua proposição. Ou seja, funcionalmente, a condicional não estabelece uma condição, mas atua como modalizador epistêmico da oração principal com a qual se liga.

A paridade funcional observada entre esse tipo de condicional e outros modais evidenciou o funcionamento dessa construção como modalizador epistêmico. Confirmou-se, portanto, que a leitura instaurada na relação entre a condicional “se não me engano” e sua oração núcleo pertence, de fato, ao núcleo de significação dos modalizadores epistêmicos.

Como resultado principal, chega-se, então, ao entendimento de que o significado da condicional “se não me engano” não pode ser obtido por uma análise componencial, ou seja, das partes que compõe a estrutura da condicional. Ao contrário, o significado manifestado por essa condicional parece ser resultado de um processo de convencionalização que, regularizado na dimensão social e cultural, é compartilhado entre os falantes.

REFERÊNCIAS

- BYBEE, J. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.). **On Conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 77-99.
- CUNHA, M. A. F. et al. A Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CUNHA, M. A. f. & CEZARIO, M. M. **Linguística Centrada no Uso**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, pp. 13-39.
- DANCYGIER, B. **Conditionals and predication** (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- _____.; SWEETSER, E. **Mental Spaces in Grammar: conditional Constructions**. Cambridge Studies in Linguistics 108. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s**. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>, 2006.
- DECLERCK, R. & REED, S. **Conditionals. A comprehensive empirical analysis**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2001.
- DUCROT, O. **Dire et ne pas dire**. Paris: Hermann, 1972.
- FERRARI, L. Construções gramaticais e as construções condicionais. **Scripta**, v. 5, n. 9, pp. 143-150, 2001.
- _____. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. **Veredas**, v. 3, n. 1, pp. 115 a 128, 2000.
- _____. Postura epistêmica, ponto de vista e mesclagem em construções condicionais na interação conversacional. **Veredas**, v. 3, n. 1, pp. 115 a 128, 1999.
- HAIMAN, J. Conditionals are topics. **Language**, n. 54, 1978, pp. 564-589.
- HIRATA, F. B. M. **A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil**. Araraquara, 1999, 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista.
- NEVES, M. H. M. **A gramática passada a limpo**. São Paulo: Parábola, 2012.
- _____. As construções condicionais. In: _____. (Org.). **Gramática do português falado. Novos Estudos**. Campinas: EdUNICAMP/FAPESP, 1999. v. 7.
- _____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.
- _____.; BRAGA, M. L. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e condição. **D.E.L.T.A.**, v. 14, , 1998, pp. 191-208. (número especial)
- OLIVEIRA, T. P. Condicionais, polidez e atenuação. **Alfa**, v. 49, n. 1, p p. 123-137, 2005.
- _____. Se não me engano está se gramaticalizando? _____. v. 52, n. 1, pp.179-193, 2008.
- TOMASELLO, M. The usage-based theory of language acquisition. In: BAVIN, E. **Cambridge Handbooks in Language and Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. pp. 69-87.

TRAUGOTT, E. C. Conditional Markers. In: HAIMAN, J. **Iconicity in Syntax**. New York/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1985, pp. 289-307.

_____. et al. (Eds.). **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCHWENTER, S. A. **Pragmatics of conditional marking: implicature**, scalarity, and exclusivity. New York: Routledge, 1999.

SOUSA, G. C. **Se tempo fosse condição**: um estudo das estruturas de tempo e de condição no português oral brasileiro. São José do Rio Preto, 2003, 194 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

SWEETSER, E. E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (Cambridge Studies in Linguistics, 54).

O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CAUSAL [POR + CONTA + DE] SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO: UM ESTUDO DIACRÔNICO

THE GRAMMATICALIZATION PROCESS OF THE CAUSAL CONSTRUCTION [POR + CONTA + DE] UNDER THE PERSPECTIVE OF USAGE-BASED FUNCTIONAL LINGUISTICS: A DIACHRONIC STUDY

Cleide da Silva Farias Santiago¹

RESUMO: Estudos baseados no uso da língua têm constatado que as escolhas de determinados recursos em situação real de fala decorrem de motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos mais diversos contextos de interação. Este artigo objetiva fazer um levantamento de dados para fins de identificação do processo de gramaticalização do vocábulo "conta" à condição de construção com aceitação de causa do "por conta de" entre os séculos XIV até o século XIX. A pesquisa "conta" com o embasamento teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), nos termos caracterizados por Furtado da Cunha et al. (2013). O banco de dados utilizado foi o do *Corpus do Português*, que apresenta amostras de fala e escrita. A pesquisa apresenta uma abordagem de viés quantitativo e também um caráter e descritivo.

Palavras-chave: Construção Causal; Linguística Funcional Centrada no Uso; Gramaticalização.

ABSTRACT: Studies based on the use of language have found that the choices of certain real situation in resource talks stem from semantic-cognitive and discursive-pragmatic motivations in various contexts of interaction. This article aims to make a data collection for the purpose of identification of the word of the grammaticalization process account the construction condition with partiality because of because from the fourteenth to the nineteenth century. The research has the theoretical basis of Linguística Funcional Centrada no (LFCU) pursuant characterized by Furtado da Cunha et al. (2013). The database used was the *Corpus do Português*, who has speech and writing samples. The research presents a quantitative bias approach and also a character and descriptive.

Keywords: Causal Construction; Functional Linguistics Centred in Use; Grammaticalization.

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem - PPGEL/UFRN.

INTRODUÇÃO

O uso da língua (agem) é uma prática necessária a todas as pessoas que vivem em sociedade. Assim, podemos associar a língua (agem) como uma prática social do homem. Por isso estudar a língua em situação de uso vem se mostrando um campo vasto nos estudos da linguagem. Esses estudos vêm crescendo, tendo em vista o universo de possibilidades de que o ser humano pode lançar mão.

As escolhas de determinados recursos no uso da língua feitas pelos falantes não ocorrem de maneira aleatória. Estudos baseados no uso real da língua têm constatado que essas escolhas decorrem de motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas nos mais diversos contextos de interação. A exemplo, os trabalhos de Braga e Paiva (2001; 2006) e Amorim (2011; 2012). Em seu trabalho, as autoras investigam a emergência da locução conjuntiva "por causa (de) que" no português do Brasil, baseando-se em um corpus constituído por dados coletados em sessenta e quatro horas de entrevistas com falantes cariocas (oitenta amostras), focalizam o estudo das Conjunções lexicais e gramaticais: o caso de *por causa de*. Nesse trabalho, elas comparam as orações complexas formadas pela vinculação de uma oração efeito a uma oração de causa introduzida por *porque*, conectivo prototípico de causa, às orações que apresentam o SPrep *por causa de* com relação às seguintes variáveis: posição, transitividade e tempo do predicado verbal, tipo de informação introduzida pelo segmento de causa. Além do mais, afirmam que as orações encabeçadas por *por causa (de) que* compartilham das mesmas propriedades presentes nas orações prototípicas de causa.

Amorim (2011; 2012), por sua vez, trata das Construções causais com *por causa*: um caso de gramaticalização", esse trabalho trata da análise de amostras do português falado em duas regiões brasileiras, Bahia e Minas Gerais. Referentes ao estado da Bahia, têm-se os *corpora* organizados na *Coleção Amostras da Língua Falada no Semi-Árido Baiano* e no âmbito do *Projeto Vertentes*. As amostras de Minas Gerais estão no *corpus* do *Projeto Mineirês*. De acordo com suas pesquisas, esse conector origina-se da forma, já gramaticalizada, *por causa de*. Sua investigação evidenciou que, em muitos aspectos, essa locução aproxima-se do conector *porque*, prototípico das orações causais.

Assumindo essa perspectiva, este estudo propõe a investigação de uma estrutura de valor causal constituída da preposição "por", seguida do nome "conta" com valor semântico relacionado à ideia de causa, razão, motivo (*conta*), seguida da preposição "de", formando uma construção que poderia ser representada como [POR + CONTA + DE].

O aporte teórico em que fundamentei o estudo foi o da Linguística Funcional Centrada no Uso, tal como caracterizada por Furtado da Cunha et. al (2013). Assumo o postulado básico de que fatores de natureza comunicativa/interacional e cognitiva desempenham papel relevante na organização estrutural das diferentes construções linguísticas (BISPO, 2014).

O banco de dados do qual retirei as ocorrências foi o do *Corpus do Português*. Esse é um corpus linguístico de textos da língua portuguesa, compreende quarenta e cinco milhões de palavras, extraídas de quase cinquenta e sete mil textos em português dos séculos XIV ao XX. A interface permite que se pesquise por palavras exatas ou frases, caracteres-curinga, lemas e trechos de frases.

Pode-se também procurar por associações de palavras dentro de uma distância de até 10 palavras. O *corpus* também permite que se compare a frequência e a distribuição de palavras, frases e construções gramaticais entre textos, de três formas diferentes:

- **Por registro:** comparações entre texto coloquial, ficcional, jornalístico e acadêmico.
- **Por dialeto:** comparação entre o Português europeu e o brasileiro
- **Por período histórico:** comparação entre diferentes séculos (do século XIV ao XX).

Ainda, pode-se também realizar pesquisas de natureza semântica no *corpus*, e foi nessa perspectiva semântica que este trabalho foi idealizado, tratar do item léxico "conta" que estende seu sentido de origem relativo à importância de uma despesa como apresentado in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa ("conta", 4. Importância de uma despesa) passando ao uso de "conta" com a acepção de causa, motivo. Este estudo trata da verificação do momento em que esse termo ganhou essa acepção causal.

Sendo assim, concentrei os estudos por período histórico observando entre os séculos XIV ao XIX o processo de gramaticalização do item conta.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O CONCEITO DE GRAMATICALIZAÇÃO

O fenômeno denominado Gramaticalização refere-se a um processo de mudança linguística unidirecional no qual itens lexicais e construções sintáticas vêm a desempenhar funções gramaticais ou um item gramatical vem a assumir funções mais gramaticais ainda em determinados contextos. Essa mudança linguística é fundamentada em estratégias cognitivo-pragmáticas utilizadas pelos falantes.

Seguindo esse processo, o elemento deixa de atuar no nível representacional, característico dos elementos que fazem referência a dados mais objetivos associados ao nosso mundo biossocial, para atuar no nível interpessoal, ou seja, aquele cujas funções estão relacionadas aos processos através dos quais o falante elabora seu enunciado para um determinado ouvinte em um determinado contexto específico de uso. (MARTELOTA, 2011).

Para Givón (1995), o processo de gramaticalização pode ser visto tanto diacronicamente quanto sincronicamente. Para ele, uma construção linguística pode desenvolver-se gradualmente no tempo, passando por estágios diversos até chegar a uma gramaticalização plena, resultando em um processo diacrônico. Foi o que ocorreu com o item "conta", que foi migrando do seu sentido original de dívida para uma extensão de causa, motivo, passando a formar uma construção causal, sendo ainda possível observar um conjunto de polissemias coexistindo no mesmo vocábulo **conta**.

O Conceito da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU)

O estudo "conta" com o embasamento teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), nos termos caracterizados por Furtado da Cunha et al. (2013). O termo Linguística Funcional Centrada no Uso correspondente, em linhas gerais, a *Usage-Based Linguistics*, na literatura norte-americana, identifica uma tendência funcionalista de estudo das línguas, também denominada Linguística Cognitivo-Funcional, conforme Tomasello (1998). Essa perspectiva reúne contribuições da Linguística Funcional norte-americana, tal como defendida por Givón (1979, 1995, 2001), Thompson e

Couper-Kuhlen (2005), Hopper (1987), Traugott (2011), Bybee (2010, 2011), Haiman (1985), Du Bois (2003), para citar alguns, e da Linguística Cognitiva, representada por Lakoff (1987), Lakoff e Johnson (2002), Langacker (1987), e psicolinguistas, a exemplo de Taylor (1995) e Tomasello (1998), entre outros.

Segundo a perspectiva desses estudiosos, os fenômenos linguísticos decorrem da interação comunicativa, e desse contexto de uso emanam as motivações para o surgimento de diferentes estruturas linguísticas. O uso é fundamental para que se compreendam esses fenômenos.

De acordo com Bybee (2010), a *língua* é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluída, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que estão em permanente emergência em função de necessidades cognitivas e/ou intercomunicativas. A *gramática*, nessa linha de compreensão, é vista como uma estrutura maleável e dinâmica, adaptável às necessidades cognitivas e sociointerativas dos falantes da língua e, portanto, passível de mudança (FURTADO DA CUNHA et al., 2013).

Para a LFCU, a construção é um esquema que une forma e função, constituindo-se parte do nosso conhecimento sobre a língua. Assim, quando falamos, selecionamos itens lexicais e construções armazenados no léxico (FURTADO DA CUNHA et al., op. cit.).

Dos princípios, processos e categorias analíticas da LFCU, fiz uso da categorização e prototipicidade, *chunking*, e projeções metafóricas.

A categorização, segundo Bybee (2010), é um processo cognitivo de domínio geral. No domínio linguístico, a categorização diz respeito à semelhança ou identidade que ocorre quando palavras e sintagmas e suas partes componentes são reconhecidas e associadas a representações armazenadas (FURTADO DA CUNHA et al., 2013).

Lakoff e Johnson (1999) afirmam que nosso sistema conceitual é alicerçado e estruturado por um vasto conjunto de padrões recorrentes de interações. As estruturas dessas interações formulam a compreensão de domínios mais abstratos.

Já a prototipicidade tem sua origem na teoria da categorização, associada à psicologia cognitiva. Ela é, segundo Rosch (1973), possivelmente uma consequência de propriedades inerentes da percepção humana, como a saliência cognitiva. O representante prototípico de uma categoria reúne os traços recorrentes de que se compõe essa categoria. Dessa forma, a classificação dá-se por meio do elemento que exemplifica o protótipo, enquanto os outros elementos são classificados considerando as características mais próximas e as mais distantes em relação ao exemplar prototípico.

Essa perspectiva não linear/categórica e não discreta permite o tratamento escalar e contínuo de aspectos gramaticais.

Categorização e prototipicidade serão utilizados nesta pesquisa quando da análise das propriedades formais e funcionais da construção em estudo.

Também para dar "conta" dessa questão, recorri aos processos metafóricos que podem licenciar o uso de elementos de um dado conceito num determinado contexto assumindo outra função gramatical.

Para a LFCU, a *metáfora* é tratada como um caso de operações entre domínios cognitivo-conceituais, imprescindível no processamento mental e no intercâmbio de significação comunicativa (FURTADO DA CUNHA et al., 2013).

Por fim, *chunking* é um processo cognitivo de domínio geral envolvido na configuração linguística (BYBEE, 2010). O *chunking* é responsável pela formação de estruturas mais complexas a partir de sequências de elementos que frequentemente coocorrem. Ou seja, sequências repetidas são embaladas juntas em termos cognitivos, de modo que a sequência pode ser tomada como uma só unidade. A repetição é o que aciona o *chunking*, quanto mais os elementos forem acionados juntos, mais fluente se tornarão facilitando a compreensão. Linguisticamente falando, o *chunking* corresponde a construções e expressões formulaicas ou pré-fabricadas, tais como *água mole em pedra dura tanto bate até que fura, marcar consulta, bom senso, efeito colateral, pré-fabricado* (BYBEE, 2010). Expressões como estas quando produzidas e repetidas se fixam na memória dos falantes como blocos cognitivos e acessadas como uma unidade, devido à frequência de uso. O mesmo processo ocorreu com a configuração "**por conta de**" seus elementos constituintes concorrem de forma sequenciada com determinada frequência formando verdadeiros *chunks* passando a ser vista como uma só unidade semântico-sintática.

DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS METODOLÓGICOS ADOTADOS: CARACTERIZAÇÃO DOS CORPORA

Para a realização desta pesquisa, adotei uma metodologia que privilegiou textos entre os séculos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX. Foram selecionados textos de vários contextos do *Corpus do Português* que apresentavam o uso do item "conta". Assim sendo, a seleção desse corpus se mostrou de suma importância para o acompanhamento e verificação do processo de gramaticalização do item "conta", bem como para apontar em que momento histórico o "conta" passou à acepção de causa ou motivo mediante o uso dos falantes. O corpus ainda permite quantificar as ocorrências por cada século, apontar em qual século a construção se cristalizou passando a apresentar frequência de uso sem deixar de coexistir com outras polissemias.

O corpus como um todo apresenta um quantitativo de ocorrências do item "conta" de 10744 distribuídas por séculos. O corpus do século XIV é constituído de 366 ocorrências, o século XV apresenta 522 ocorrências, o século XVI 1.320 ocorrências, o século XVII 1.252 ocorrências, o século XVIII 372 ocorrências, o século XIX 1.718 ocorrências e o século XX com 5.194 ocorrências. Ressalta-se que esta pesquisa trata apenas das ocorrências que vão dos séculos XIV ao XIX, uma vez que, as ocorrências do século XX passavam de cinco mil podendo assim estender por demais o trabalho tendo em vista que a natureza do mesmo não trata de uma dimensão tão extensa.

Para melhor visualização do corpus selecionado, apresento o quadro abaixo:

Quadro 1: Caracterização do Corpus

Contexto	Todos	Séc. XIV (1300)	Séc. XV (1400)	Séc. XVI (1500)	Séc. XVII (1600)	Séc. XVIII (1700)	Séc. XIX (1800)	Séc. XX (1900)
Conta	10.744	366	3522	1.320	1.252	372	1.718	5.194

Fonte: Elaboração própria

Das 322 ocorrências registradas no século XIV do item "conta" não foi encontrada nenhuma ocorrência de "conta" com acepção de causa. Foi registrada com muita

frequência com ideia do ato de contar um fato, uma narrativa ou de prestação de contas como mencionado com significado inicial para "conta", como podemos observar no excerto abaixo:

- (1) Como o Cide guysou como se fosse da terra del rey dom Afonso "conta" a estorya que, depois que o Cide se partio del rey, que evyos per suas cartas chamar seus parêtes e amygos e vassallos e fezlhe queixume del rei dom Afonso... (Corpus do português, 1300-1400, Título: Crônica Geral de Espanha de 1344, 157-13:CIPM:CGEsp, p. 2).
- (2) Regno pera fazer seruiço a deus E que el entende aauer de uos ajuda pera seu estudo dos beens dese Conçelho se a nos dello prouguese e mandassemos Reçeber em "conta" aquilo que lhe dessedes em aJuda ... (Corpus do português, 1300-1400, Título: Chartularium Universitatis Portugalensis v. 1 (1300), 363 - ChartUPort2, p.4).

No século XV, a ocorrência de "conta" aumenta a frequência de uso, passando a 522 utilizações, e ainda mantendo a ideia de "conta" como narrativa e prestação de contas, importância de uma despesa, porém uma nova construção começa a surgir com o acréscimo da preposição **por**, mas, ainda mantendo o sentido de número, contagem. Veja:

- (3) Poys cõtando os ãnos, quẽ os contar quiser, de estes padres dante que fizesses seus fillos cõmo os nos avemos ditos, achara em esta yda de segunda por "conta" çerta de Noe quinêtos ãnos, começãdose esta ydade ãno ãno enque el nasçeo; (Corpus do português, 1400-1500, Título: General Estoria, 370-14: GenEstoria, p. 4).

Mais tarde no século XVI, já se registrava um número de 1.320 as ocorrências do vocábulo "conta", e somente a partir de meados do ano de 1500 é que surgem as primeiras ocorrências desse vocábulo com uma extensão da ideia de causa, motivo. Vale salientar que foram registradas apenas duas ocorrências com o caráter semântico de causa e dessa vez acompanhadas da preposição **por** mais "conta" mais a preposição **de** como se formasse um bloco para que essa aceção de causa fosse possível, a esse processo Bybee denomina-o por *chunking*. *Chunking* é um processo cognitivo de domínio geral envolvido na configuração linguística (BYBEE, 2010). Ele é responsável pela formação de estruturas mais complexas a partir de sequências de elementos que frequentemente coocorrem. É o que se dá, por exemplo, em **por** "conta" **de**, que veicula uma relação semântica de causa. Observem-se os excertos que seguem:

- (4) e a estes costumes chamavam na sua língua, Bullubulião, que se foram também arrecadando "por conta" d'ElRei, pagando-lhes as fazendas em outras, que os Governadores da India mandavam todos os anos... (Corpus do português, 1500-1600, Título: Quinta década livros 8-10, v. 1, Décadas. Autor Diogo Couto- 1584. 669 - 15:Couto:Decada5, p. 7).
- (5) e os escrivães d'ante os corregidores do crime da corte e do regedor do crime do Porto serão obrigados acuzar os feitos que não tem partes sob as mesmas pennas postas ao solicitador da justiça da corte. E porque nas cauzas dos prezos pobres, que se livrão "por conta da" Mizericordia, quando as suas culpas são graves... (Corpus do português, 1500-1600, Título: Pai dos Cristãos., 825 - 15:Pai Cristão, p. 9).

No século XVII já registramos um crescimento maior no número de ocorrências, mais precisamente, oito ocorrências de "conta" com valor causal, ainda é um valor pequeno comparado ao quantitativo de ocorrências registradas de 1.252 com os demais sentidos.

- (6) Vós tende animo, que não há de faltar-vos nada quando for tempo; porque as cousas que vos são necessárias correm "por conta de" Deus: como quis que fôsseis sua esposa e é Senhor do Céu e da terra, tudo quanto nela há porá a vossos pés, se for necessário. (Corpus do português, 1600-1700, Título: Carta Espirituais, Antônio da Chagas, 1665. 333- 16: Chagas: Cartas, p. 4).

O século XVIII apresentou uma queda no uso do vocábulo "conta", passando a apenas 372 ocorrências, este por sua vez amplia ainda mais o sentido, passando a um caráter de responsabilidade.

- (7) desejo que o diligencieis pessoalmente, porque me dou por seguro do bom sucesso se correr "por vossa conta" a superintendência. (Corpus do português, 1700-1800. Título: Academia Universal, Autor Manoel Consciência, 1732. 22-17: Consciência:Academia, p. 1).

O uso com valor de causa registra apenas quatro ocorrências.

- (8) Meu Senhor: Já me parece que vejo a Vossa Senhoria metido nessa nova guerra, pois começa o coração de Vossa Senhoria V. S.a a vestir-se de durezas e a desprezar os pobres ausentes, que vivem em Paris, *por conta dos* favores que Vossa Senhoria V. S.a lhes faz em Lisboa. (Corpus do português, 1700-1800. Título: Cartas, Autor J. Cunha Brochado, 1707. 109 - 17: Brochado: Cartas2, p. 2).

Chegamos ao século XIX registrando um total de 1.718 ocorrências do vocábulo em estudo. Nesse período podemos verificar que o vocábulo "conta" quando acrescido da preposição "por" dá forma e significado a uma nova construção, a construção causal [por + conta + de]. Foram encontradas cerca de 45 ocorrências com aceção de causa.

- (9) Lá saberão que há capelães que vêm à noitinha com embrulhos nas algibeiras anais da sobrecasaca, negociar objectos de culto, rolos de telas com pinturas, pequeninas estatuetas e vasos preciosos, "por conta das" freiras que liquidam, e de conventos fechados onde o govêrno ainda não mandou fazer arrolamentos. (Corpus do português, 1800-1900. Título: Almeida: Gatos1. Autor Fialho de Almeida, 103-18: Almeida: Gatos1, p. 2).

Para melhor visualização do estudo realizado, apresento, a seguir, o detalhamento e a descrição das ocorrências de uso da construção causal [por + conta + de].

Quadro 2: Detalhamento das ocorrências de uso da construção causal [por + conta + de]

Contexto	Todos	Séc. XIV (1300)	Séc. XV (1400)	Séc. XVI (1500)	Séc. XVII (1600)	Séc. XVIII (1700)	Séc. XIX (1800)
Conta	59	Ø	Ø	2	8	4	5

Fonte: Elaboração própria

DISCUSSÃO DOS DADOS: ANÁLISE DA OCORRÊNCIA E FREQUÊNCIA DA CONSTRUÇÃO CAUSAL [POR + CONTA + DE]

Das categorias analíticas mencionadas para este estudo fiz uso da categorização e prototipicidade, *chunking*, e projeções metafóricas.

No que concerne à categorização, ela é um processo de domínio cognitivo geral no sentido de que categorias perceptuais de vários tipos são criadas a partir da experiência humana. Partindo da construção em análise [POR + CONTA + DE] os falantes de cada século foram experienciando o uso do vocábulo "conta" sob várias perspectivas chegando à ideia de causa em um dado momento da história, mais especificamente, a partir do século XVI. Essas experiências foram armazenadas e quando o falante se via em situação de comunicação em contextos semelhantes elas eram reconhecidas e associadas às representações armazenadas. Assim, essas construções foram se rotinizando e usadas com mais frequência como pudemos constatar na análise do corpus e nos excertos apresentados ao longo do trabalho a cada século apresentado.

Quanto à prototipicidade, ela está ligada à categorização, uma vez que, um representante prototípico reúne traços recorrentes para sua composição. No caso da construção em estudo [POR + CONTA + DE] ela é tida como um protótipo devido à recorrência do termo em situações que envolvem causa, motivo passando a servir de modelo para construções de mesmo valor semântico como "por causa de, por motivo de, pelo fato de", entre outras.

O fato da construção [POR + CONTA + DE] ser vista como constituintes de uma só unidade, um bloco, Bybee denomina como um *chunking*. O *chunking* é responsável pela formação de estruturas mais complexas a partir de sequências de elementos que frequentemente coocorrem. A exemplo de, "por de, por causa de, por motivo de, pelo fato de".

Como vimos, nos séculos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX a maioria dos usos do vocábulo "conta" apresentavam várias polissemias, de importância de uma despesa, de narração, de contagem numérica, de responsabilidade e outras mais, porém quando acrescido da preposição "por" mais o vocábulo "conta" mais a preposição "de" dá origem a uma nova construção com forma e sentido diferentes dos citados anteriormente. Essa nova construção reflete uma extensão metafórica do sentido mais concreto que é o ato de contar, de prestar "conta" de uma dívida, para a ideia mais abstrata, de valor de causa, motivo.

Essa extensão metafórica de acordo com uma abordagem baseada no uso desempenha papel importante na gramaticalização, no sentido de licenciar, mediante o processo de inferenciação, o uso de um dado conceito de base concreta, num contexto de significação mais abstrata, o qual passa a assumir certa função gramatical (SWEETSER, 1990; HEINE et al., 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 2003). Ao analisar o corpus selecionado podemos visualizar exatamente em que momento histórico o uso do vocábulo "conta" assume outra função gramatical passando à aceção de causa. Isso ocorre a partir do século XVI com uma frequência de uso bem baixa, passando a um crescimento nos séculos posteriores e chegando a uma rotinização e cristalização no século XIX, com uma frequência maior de uso da construção.

O movimento de rotinização gramatical é denominado gramaticalização, caracterizado como o processo de regularização gradual pelo qual estratégias retóricas envolvendo itens lexicais e/ou itens gramaticais, inicialmente criativas e expressivas, tornam-se habituais por terem sido utilizadas recorrentemente em determinado tipo de contexto comunicativo (Cf.: HOPPER, 1987; 1998; 2011). Esse processo envolve um conjunto de mudanças pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas correlacionadas (Cf.: TRAUGOTT, 2010; 2011), todas induzidas pelos contextos de uso das formas relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, o objetivo era o levantamento de dados para identificação do processo de gramaticalização do vocábulo "conta" à condição de construção com acepção de causa "por conta de" entre os séculos XIV e XIX. A análise dos recortes de textos de cada século permitiu-nos identificar o momento em que o vocábulo "conta" passou a figurar acepção causal e quais transformações foram necessárias para que essa acepção fosse possível. Tendo em vista, o item "conta" não apresentar semântica relacionada à ideia de causa, referir-se à quantia devida, porém é associado às noções de causa, motivo, em função de um processo de extensão semântica, passando a assumir esse valor ao figurar na construção em estudo (ênfatizando, aqui, a ideia de que a construção tem sentido, independentemente de suas partes constituintes, conforme defendem Goldberg, 2006, e Hilpert, 2013), concorrendo para isso à relação de causa que há entre as ideias relacionadas por meio da construção.

O processo de gramaticalização do termo se dá da inserção da preposição "por" antes de "conta" e da preposição "de" logo em seguida. Observamos que esta construção com ideia de causa passou a ser utilizada em contextos de uso somente a partir do século XVI com uma gradualidade ao longo dos séculos e uma frequência maior no século XIX. O que se pode observar, portanto, foi um aumento da produtividade do item "conta" contribuindo para o aparecimento de uma nova construção, desta vez com ideia de causa.

A pesquisa foi realizada com textos na modalidade escrita, mas como preveem os processos de gramaticalização que partem da fala, dos contextos interacionais em situações de comunicação para depois se tornarem recorrentes, rotinizados, cristalizados e consolidados na língua através da escrita. Por se tratarem de recortes de textos escritos pode-se evidenciar que o processo de gramaticalização do item "conta" à acepção de causa, tenha se rotinizado na fala mesmo antes do século XVI.

Ao propor a investigação do vocábulo "conta" à condição de construção causal [POR + CONTA+ DE] em perspectiva funcional pretendo contribuir com os estudos linguísticos nesse viés, consolidando ainda mais a teoria.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, F. S. **Construções causais com por causa**: um caso de gramaticalização. Dissertação (Mestrado em Letras), Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2012.
- _____. Alguns indícios sincrônicos da gramaticalização do conector por causa (de) que. **Revista Domínios de lingu@gem**, Uberlândia, v. 5, n. 1, pp. 361-380, 2011.
- BISPO, E. B. Orações relativas em perspectiva histórica: interface uso e cognição. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas**, v. 18, n. 1, pp. 222-235, jan.-jul., Juiz de Fora – MG, 2014.
- BYBEE, J. Usage-based theory and grammaticalization. In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2011. pp. 69-78.
- DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. **Corpus do Português**: 45 million words, 1300s-1900s. Disponível em: <www.corpusdoportugues.org> Acesso em: 08 jul. 2015.
- DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <www.priberam.pt/DLPO>. Acesso em: 08 jul. 2015.
- DU BOIS, J. W. Discourse and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). **The new psychology of language**: cognitive and functional approaches to language structure. v. 2. Mahwah, NJ: LEA, 2003, pp. 47-87.
- FURTADO DA CUNHA, Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 157-176.
- _____. et al. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística centrada no uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2013, v. 1, pp. 13-39.
- GIVÓN, T. **Syntax**: an introduction. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- _____. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- HEINE, B. & REH, M. **Grammaticalization and reanalysis in African languages**. Hamburg: H Buske, 1984.
- _____. et al. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: UCP, 1991.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. **Berkeley Linguistics Society**. v. 13, 1987. pp. 139-157.
- HAIMAN, J. **Natural syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: UCP, 1987.
- _____.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar**. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança Linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção introdutórias em linguagem).

PAIVA, Maria da Conceição. Gramaticalização de conectores no português do Brasil. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 2001. pp.35-46.

_____. Conjunções lexicais e gramaticais: o caso de por causa de. **Gragoatá** (UFF), v. 21, p. 73-86, 2006.

ROSCH, E. Natural categories. **Cognitive Psychology**, v. 4. 1973, pp. 328-350.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1990.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.

THOMPSON, S. A.; COUPER-KUHLEN, E. The clause as a locus of grammar and interaction. **Discourse Studies**, v. 7, pp. 481-506, 2005.

TOMASELLO, M. (Ed.). **The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure** New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization and mechanisms of change. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Eds.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. New York: OUP, 2011, pp. 19-30.

MULTIMODALIDADE E METAFUNÇÃO COMPOSICIONAL EM E-MAILS PROMOCIONAIS

MULTIMODALITY AND COMPOSITIONAL METAFUNCTION IN PROMOTIONAL E-MAILS

Marcel Pereira Pordeus¹

Maria Margarete Fernandes de Sousa²

Ana Cátia S. Lemos Colares³

RESUMO: De acordo com os desafios enfrentados pela Linguística Textual, podemos postular que a presença de elementos não verbais se firma na agenda dos novos desafios teóricos a serem enfrentados atualmente; conforme: (BENTES; ALVES FILHO; RAMOS, 2010). Com o propósito de aceitar tais desafios e desvendar novas formas de análise, é que este artigo foi desenvolvido. Este tema faz parte do projeto: **O gênero anúncio correio eletrônico promocional: processos de caracterização e de construção dos sentidos do texto; (Fase I)**, que tem como foco a análise dos processos referenciais e multimodais no anúncio publicitário do correio eletrônico promocional. Para atingir o objetivo proposto foram selecionados três anúncios do anunciante *Hoje Eu Vou*, que salienta os traços multimodais do correio eletrônico promocional. Para a análise dos dados/textos nos respaldamos nas concepções teóricas de Marcuschi (2003), Wysocki (2004), Bakhtin (1978), Maingueneau (2000), Kress; van Leeuwen (1996) e Lopes-Rossi, (2002), autores/pesquisadores fundamentais para o alcance dos objetivos desta pesquisa. Após a análise, constatamos a relevância do uso de recursos multimodais para a construção dos sentidos dos textos, bem como sua função argumentativa, donde concluímos que não se concebe mais desconsiderar a importante participação dos recursos visuais na composição dos textos. Ainda, não podemos desconsiderar a inter-relação entre a linguagem verbal e visual.

Palavras-chave: correio eletrônico promocional; Multimodalidade; Gêneros textuais.

ABSTRACT: According to the challenges faced by Linguistics Textual, we can postulate that the presence of non-verbal elements are firm on the agenda of new theoretical challenges to be faced today; as: (BENTES; ALVES FILHO; RAMOS, 2010). With the

¹ Professor de Português. Formado em Letras - Português/Literaturas pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Foi Bolsista CNPq/PIBIC - 2012-2014.

² Professora Associada I do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da referida universidade. Coordenadora do Grupo de Estudos Gêneros Textuais: Perspectivas Teóricas e Metodológicas/ GETEME, vinculado ao Grupo de Pesquisa Estudos do Texto e do Discurso – PROTEXTO/UFC.

³ Mestra em linguística pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Foi Bolsista CNPq/PIBIC - 2011-2013.

purpose to accept these challenges and uncover new forms of analysis, it is that this paper was developed. This topic is part of the project: **The promotional genre ad email: description of processes and framing of the senses of the text; (Phase I)**, which focuses on the analysis of reference and multimodal processes in the advertisement of the promotional email. To achieve this purpose, three ads were selected advertiser Hoje Eu Vou, which stresses the multimodal features of the promotional email. For the analysis of data/texts in we support the theoretical concepts of Marcuschi (2003), Wysocki (2004), Bakhtin (1978), Maingueneau (2000), Kress; van Leeuwen (1996) and Lopes-Rossi (2002), authors/ researchers fundamental to achieving the objectives of this research. After the analysis, we see the importance of using multimodal resources for the construction of meanings of the texts, as well as its argumentative function, where we concluded that it is inconceivable disregard the most important part of the visuals in the composition of texts. Still, we cannot disregard the interrelationship between verbal and visual language.

Keywords: Promotional e-mail; Multimodality; Textual genres.

MULTIMODALIDADE E METAFUNÇÃO COMPOSICIONAL EM E-MAILS PROMOCIONAIS

Esta pesquisa investiga alguns aspectos inerentes ao correio eletrônico promocional, que podem defini-lo como um gênero discursivo. Defendemos a ideia de que o referido correio eletrônico pode ser categorizado como um novo gênero publicitário do domínio discursivo promocional, como se posiciona Wysocki (2004, pp. 123-126): “Todos os textos com base numa tela de computador e numa página são visuais e seus elementos visuais e arranjos podem ser analisados”. Segundo a autora, a apresentação visual na tela de um computador remete o leitor ao tipo de gênero ali assentado.

Para a análise do objeto desta pesquisa, selecionamos, como categoria de análise, os recursos multimodais abrigados sob a atualização da metafunção composicional, a referenciação dêitica, a intertextualidade e a hipertextualidade com o intuito de caracterizar e identificar os elementos linguísticos pertinentes ao gênero. Neste artigo, contudo, abordaremos somente o primeiro, os recursos multimodais. Para a coleta do material de análise, visitamos o site de compras pela internet: HOJE EU VOUE⁴, do qual selecionamos quarenta correios eletrônicos promocionais, com o propósito de definir um escopo para esta pesquisa. A escolha por este site deve-se, de certo modo, por conveniência dos pesquisadores. Os anúncios deste site já foram analisados em pesquisa anterior, logo, já temos familiaridade com a forma de seleção e coleta de textos. Em geral, fazemos um “print” da *imagem* da tela dos anúncios que são enviados para nosso correio eletrônico pessoal. Armazenamos os textos e selecionamos aqueles que serão analisados na pesquisa. Desse contingente, selecionamos três anúncios, analisamos os recursos multimodais abrigados na

⁴ O sítio virtual compreende uma página da Grande Rede direcionada para compras de produtos de forma coletiva, esse tipo de endereço eletrônico é, comumente, conhecido como site de compras coletivas. Disponível em: <<http://www.hojeeuvoou.com.br/>> Acesso em: 03 fev. 2014.

metafunção composicional, que postula a organização textual sob três aspectos: o valor de informação, saliência e *framing*.

Mediante o contexto, desde os primórdios, as *imagens* acompanham a civilização humana, com seus rabiscos, linhas, cores borradas, até escrita cuneiforme. Nessa conjuntura, faz-se relevante analisar as mensagens que delas são transmitidas. Existe uma interação que faz com que o evento comunicativo conceba um gênero visualmente informativo. Dessa forma, as estruturas visuais não devem ser encaradas de maneira displicente, como se elas significassem apenas elementos alegóricos ou ilustrativos. Elas devem ser analisadas racionalmente de forma a considerar sua dimensão social e ideológica. De acordo com Kress e van Leeuwen (2006, p. 20): “Numa cultura alfabetizada os meios visuais da comunicação são expressões racionais de significados culturais propícios a julgamentos e análises racionais”. A multimodalidade amplia ainda mais essa noção, principalmente porque pode tornar mais explícita a relação entre os diferentes modos de representação.

Todo o arranjo visual disposto em determinado gênero textual (cores, imagens, tipos e tamanhos de fontes, formatação etc), e mesmo o comportamento de uma pessoa (gestos, entonações, expressões faciais) durante uma conversa, por exemplo, podem ser compreendidos como expressão da multimodalidade. A publicidade utiliza vários elementos multimodais para captar um público específico. A persuasão visual funciona como manipulador dos desejos intrínsecos do ser humano. “As imagens desempenham funções ilustrativas, decorativas e informativas (desenhos, fotos, pinturas) e técnico-científicas (mapas, diagramas, gráficos), segundo a área de interesse a que se prestam (humanístico ou tecnológico)” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Este fenômeno é decisivo para que a multimodalidade seja o escopo para a definição da funcionalidade das imagens e dos demais recursos midiáticos utilizados pelos e-mails promocionais, para lhes conferir sentido e obter a adesão dos leitores/consumidores.

Há fortes indícios de que os e-mails promocionais foram criados para responder a uma necessidade urgente, anseios do visitante ou cliente (usuário) sequioso por novidades digitais, o que está diretamente relacionado às práticas sociais nas quais estamos inseridos. A ação provocada pelo correio eletrônico promocional é imediata (compras, download, assinaturas etc) talvez devido aos e-mails promocionais serem mais ousados no uso de cores, fontes diferenciadas e grafismos chamativos. O caráter dinâmico, maleável e fluido nos ajuda a entender a quantidade incalculável de gêneros que surgiram e continuam surgindo ao longo dos anos, para assim atenderem às novas necessidades comunicativas que aparecem com a evolução das relações sociais e, hoje, evoluções tecnológicas também. Beaugrande (1997) afirma que tais eventos convergem em ações linguísticas, sociais e cognitivas. Marcuschi (2005) também argumenta que os gêneros são eventos comunicativos em que atuam tais ações linguísticas, cognitivas e sociais. O autor assevera:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

Diante do exposto, reforçamos: é relevante e necessária uma discussão que envolva o uso dos recursos multimodais nesse contexto digital, com gêneros pouco investigados, como o correio eletrônico promocional.

O E-MAIL PROMOCIONAL: STATUS GENÉRICO

Com o intuito de situar o leitor quanto à concepção que defendemos referente ao correio eletrônico promocional, apresentaremos alguns pontos de vista, já conhecidos, a esse respeito. Tais pontos de vista nortearão a seleção e a análise do material desta pesquisa.

Consoante Bhatia (1993), os gêneros são utilizados em contextos comunicativos convencionados que dão origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para determinados grupos. Ponto de vista com que concordamos e que é importante para o que concebemos por correio eletrônico promocional, com respeito à sua posição genérica.

Delfa (2005) considera o correio eletrônico como interação linguística, mediada por computador, que instancia intercâmbios tanto de forma individual, como coletivamente e que se dá mediante textos digitalizados com forma, função e estilos peculiares. Bhatia (1993, p. 87), na obra sobre análise de gêneros, defende que “os critérios definitivos para a atribuição de valores discursivos aos vários movimentos são mais funcionais do que formais” É preciso ter bem claro, todavia, que, para explorar todos os recursos desse gênero, além da competência comunicativa, o usuário deve deter conhecimentos técnicos relativos ao *software* que lhe garanta competência informacional.

A partir de Delfa (2005), podemos inferir que o referido correio eletrônico está inserido no grupo a que denominou de e-mails comerciais e publicitários. Para a autora, esses e-mails têm a finalidade de enviar informações sobre serviços e/ou produtos com objetivo de persuadir o cliente ao consumo, pois vemos o caráter promocional da proposta. Em sentido estrito, a autora diferencia e-mails publicitários e comerciais, afirmando que os primeiros preocupam-se apenas em divulgar as características do produto ou serviço oferecido, ao passo que os outros se destinam à consecução da transação comercial. Assim, concebemos por correio eletrônico promocional os anúncios que são veiculados pela internet, que têm o propósito comunicativo de divulgar e vender seus produtos e serviços, aliado a função social de divulgar e vender, mas também “facilitar a vida” do consumidor por seu caráter dinâmico, prático e, de certa forma, “personalizado”.

Em seguida, discorreremos sobre a multimodalidade, com foco na metafunção composicional, de maior interesse deste artigo.

MULTIMODALIDADE NO E-MAIL PROMOCIONAL: TEORIA E ANÁLISE

Neste artigo, discutiremos um dos aspectos da teoria multimodal, a metafunção composicional, para evidenciar o uso dos recursos multimodais como estratégia de construção de sentidos do correio eletrônico promocional. Entendemos que os e-mails promocionais, assim como os demais gêneros, se constroem pela conjunção da linguagem verbal com a não verbal. De acordo com Cavalcante:

A produção de linguagem verbal e não verbal constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal. (CAVALCANTE, 2010, p. 9).

A concepção da autora quanto a essa questão encontra respaldo em Marcuschi (2008), que postula que os eventos comunicativos decorrentes das práticas sociais nos remetem a definições que nos trazem algumas implicações, dentre elas a de que o conceito de evento comunicativo permitiria ler que se trata de um sistema de conexões entre distintos elementos, de modo que o texto seria construído “numa orientação de multissistemas, ou seja, envolve tanto aspectos linguísticos como não linguísticos no seu processamento (imagem, música) e o texto se torna em geral multimodal” (MARCUSCHI 2008, p. 80).

Na multimodalidade, podemos perceber vários eventos comunicativos verbais e não verbais que se coligam a um texto, se utilizando do sincretismo linguístico para expandir o evento comunicativo. Defendemos que o correio eletrônico promocional apresenta muitos traços multimodais, que, aliados a outros traços, como a intertextualidade, o propósito comunicativo e a hipermodalidade⁵, podem caracterizá-lo como gênero textual do domínio da publicidade.

Segundo Marcuschi (2005, p. 16), “os gêneros textuais são formas sociais de organização e expressão típicas da vida social”. Dessa forma, os gêneros estão sempre se adequando à sociedade que os usa. Com a utilização da internet, cada vez mais rápida, e com recursos mais diversificados, os gêneros, que dela emergem, passam a incluir mais possibilidades extratexto, tais como: imagens, vídeos, sons etc. Nesta pesquisa, nos ocuparemos dos traços imagéticos, pois estes podem ter, ainda, uma função técnica, como a de comprovar, classificar ou orientar das características utilizadas pelo correio eletrônico promocional.

Esta afirmação encontra abrigo na constatação de Kress; van Leeuwen (1996, p. 3), que defendem: “O letramento visual começará a ser uma questão de sobrevivência, especialmente no ambiente de trabalho.” Essa condição pode ser facilmente transferida para o ambiente virtual. Nunca se falou tanto em letramento como no meio visual/digital.

A multimodalidade tem se revelado um recurso rico e importante na construção de sentidos dos textos de modo geral, razão pela qual tem despertado o interesse investigativo de muitos linguistas. Kress (2010) demonstra como, atualmente, a linguagem ultrapassa as barreiras do texto e ganha novos aspectos importantes para a compreensão do contexto:

A ideia de limitações em relação à linguagem, no entanto, é nova. Mas essa pergunta agora está firmemente na agenda de uma abordagem multimodal para a comunicação. “Língua”, que havia sido visto como um meio cheio de expressão, como o fundamento da racionalidade; suficiente para tudo o que poderia ser falado e escrito, pensamento, sentido e sonhado (ECO, 1979), agora é vista como um meio parcial de fazer essas ações. (2010, p. 84)⁶

⁵ A hipermodalidade dentro das redes hipertextuais de livres e flexíveis conexões contribui para que sejam produzidos materiais e textos mais didáticos, já que uma mesma informação poderá ser renovada de diversas formas dentro da estrutura hipermodal (Cf.: BRAGA, 2004, p.150).

⁶ The Idea of limitations in relation to language, however, is new. But that question is now firmly on the agenda in a multimodal approach to communication. ‘Language’, which had been a full means of expression; as the foundation of rationality; sufficient for all that could be spoken and written, thought, felt and dreamt (ECO, 1979), is now seen as a partial means of doing these (2010, p. 84).

Ao mostrar uma gramática como um instrumento para representação dos padrões de experiência, Halliday (1985, p. 101 apud KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 2) situa e integra a linguagem em uma perspectiva social, cultural e humana que transcende o caráter prescritivo da gramática normativa. Em sua reivindicação por uma Gramática Visual, os teóricos Kress e van Leeuwen (2006) defendem, ao lado da gramática normativa, a coexistência de uma gramática que leve em "conta" práticas sociais culturalmente especificadas ao combinar seus elementos sintáticos, suas partes, em todos significativos. Neste sentido, os autores adotam a visão de Halliday no que diz respeito à concepção de gramática: Para os seus idealizadores, o texto visual é uma mensagem organizada que se estrutura em si mesma, "conectada ao texto verbal, mas de forma alguma dependente dele" (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 18).

A metafunção composicional combina estruturas visuais de significados representacionais e interativos, resultando no todo significativo. Por isso, será tão importante analisarmos a variação expressiva do texto, bem como, a sua diversidade de sistemas repletos de significação. A teoria de Kress; van Leeuwen (1996) comporta três sistemas inter-relacionados importantes para a análise de um texto em todos os seus modos textuais, os quais integram os sistemas propostos de Kress; van Leeuwen, que segundo Pereira Jr (2002), ancoram-se na metafunção textual de Halliday, como categorias funcionais, dos tipos:

- a) Valor de informação;
- b) Saliência;
- c) *Framing*.

Esses valores ou tipos de categorias funcionais inserem-se na metafunção composicional, como designam Kress; van Leeuwen (2010).

Considerando que o sentido de um texto não pode ser compreendido sem o significado de sua "organização textual típica", analisaremos como os elementos multimodais do âmbito da metafunção composicional compõem o texto do correio eletrônico promocional e colaboram para a compreensão desse gênero, em função do uso desses recursos como estratégia de construção dos sentidos do texto. Essas categorias serão mais detidamente discutidas no item seguinte. Todavia, faremos, aqui, uma breve explanação como forma de introdução.

Segundo Kress; van Leeuwen (1996), o valor informativo está relacionado com um senso de complementaridade, que ocorre em movimentos da esquerda para a direita. Dessa forma, o valor da informação mais à direita é um valor desconhecido do leitor, ou seja, a informação à direita é uma informação Nova e a informação à esquerda, uma informação já partilhada pelo leitor, portanto, Dada.

Em geral, esse ponto de vista tem se confirmado, razão pela qual concordamos com os autores; essa prática ainda se mantém, pelo menos é o que observamos nos anúncios publicitários impressos, já analisados (DUARTE, 2011; LOPES, 2013).

A definição de saliência também está ancorada em valores Hallidayianos, pois, segundo Kress; van Leeuwen (1996), a saliência é uma maneira de chamar a atenção do leitor para um segmento do texto em detrimento de outras passagens. Logo, a saliência cria uma hierarquia de importância entre os elementos do texto, selecionando alguns

trechos como mais importantes e, portanto, merecedores de maior atenção. A saliência é o recurso utilizado para dar mais visibilidade a uma estrutura visual. Kress e van Leeuwen (2006, p. 202) a definem como o “peso” de um elemento no contexto visual: quanto maior seu peso, maior a saliência.

Nessa metafunção, os elementos que se apresentam em uma parte superior da página são considerados Ideais e, portanto, mais salientes; por outro lado, os elementos que estão dispostos na parte inferior da página são considerados Reais e, dessa forma, menos salientes. Os autores consideram estas informações mais “Pé no Chão” por conterem detalhes e especificações do texto. Além disso, os textos apresentam marcas que compreendem vestígios da saliência, bem como: nomes em negrito, em caixa alta, em fontes diferentes.

O terceiro elemento multimodal é o *framing*, que promove conexão na composição de um texto. Este recurso assinala unidades distintas do texto conectando trechos, músicas, imagens etc. Kress; van Leeuwen (2006) afirmam, ainda, que o *framing* também é uma questão de gradação, pois os elementos podem estar mais ou menos ligados.

Nos recursos de conexão de elementos, visualiza-se a presença de vetores, a continuidade de cores, a repetição de formas e elementos contextuais ou outros que causem no leitor o sentido de fluxo, ao interligá-los como se fossem “rimas” visuais (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 204). Na desconexão de elementos percebemos linhas demarcatórias, contraste de cores, espaço em branco existente entre eles, bem como na descontinuidade de elementos contextuais.

É importante ressaltar que, seguindo a teoria abordada, precisamos compreender o texto como um todo integrado, para tanto, imagens, fonte, bem como outros recursos midiáticos devem ser compreendidos como elementos do texto, sendo assim, fundamentais para sua compreensão. É com essa concepção que os dados da pesquisa serão analisados. Esses elementos também colaboram para a compreensão de outros recursos encontrados nos textos dos e-mails promocionais, tais como aspectos relacionados à intertextualidade, ao propósito comunicativo e à referência.

Passemos a seguir, à consideração de cada um desses itens nos testes dos e-mails promocionais selecionados para demonstração da análise.

VALOR INFORMATIVO

O valor de informação faz referência aos valores que certos elementos apresentam em relação a outros elementos de uma imagem. Kress e van Leeuwen (2000) propõem que se observe a posição desses elementos na composição da imagem, como, por exemplo, se estão do lado direito ou esquerdo, na parte de cima ou de baixo, centralizados ou próximos das margens, para que se perceba, então, como se dá a integração entre eles e que valores esses elementos acabam por internalizar nas posições que ocupam nos testes.

O peso de um elemento em detrimento de outros pode ser atribuído a diferentes aspectos igualmente relevantes, como o tamanho (pequeno/grande), a definição (baixa/alta), tons do contraste (preto/branco), cores (fortes/suaves), perspectiva (primeiro plano/plano de fundo).

O conceito de *novo* e *dado* considera que numa sociedade ocidental, cuja direção da leitura e escrita de um texto é feita da esquerda para a direita, valores são agregados à posição que os elementos assumem na oração. Quando se trata de uma imagem, o posicionamento de elementos acima ou abaixo também leva consigo valores relacionados à posição que ocupam.

Os pesquisadores postulam que, numa sociedade ocidental que possui valores intrínsecos, os elementos posicionados do lado esquerdo contêm informações já fornecidas e compartilhadas, portanto, são dados já familiares dos participantes, denominados de elemento *Dado*. Os elementos posicionados do lado direito, no entanto, apresentam alguma informação nova, que pode não ser conhecida ou completamente aceita pelo leitor ou observador da imagem, ou apresentar algum dado ao qual se deve prestar atenção. Kress e van Leeuwen (2000) chamam esse elemento colocado do lado direito de elemento *Novo*.

No entanto, outros elementos podem ser encontrados posicionados no centro ou nas margens de uma imagem. Kress e van Leeuwen (2000, p. 206) chamam de *elemento Central* ou, *elemento Marginal*. O elemento agrega o valor da posição que ocupa: se estiver no centro, será o núcleo da informação (elemento Central), se nas margens, compondo os elementos que rodeiam a informação (elementos Marginais), apresentarão valores subservientes e, de alguma forma, dependentes do elemento Central.

No exemplo a seguir, há uma oferta no centro da página, em destaque. Esse fator demonstra o valor informativo desse texto, pois é possível observar uma hierarquia de importância entre os elementos da página. O valor de informação do correio eletrônico promocional *HOJE EU VOU*,⁷ ressalta os contrapontos descritos em uma possibilidade de definir o participante a ser salientado.

Lembramos que, de acordo com Kress; Van Leeuwen (1996), o valor informativo é caracterizado pela disposição dos elementos no texto, pois a localização de cada um poderá lhe conferir um valor de maior significância ao leitor, o que constatamos no anúncio em questão. Para eles, os elementos que estão dispostos à direita da página, no caso, à direita da tela do computador, são os elementos que contêm uma informação-chave, uma mensagem na qual o leitor tende a dispensar mais atenção no decorrer de sua leitura, no entanto, as informações do lado esquerdo são caracterizadas por resultarem em informações já conhecidas dos leitores. Por isso, o leitor dispensará menos atenção, uma vez que já são do seu conhecimento, tais como demonstrados abaixo, no TEXTO DA OFERTA.

⁷ Esta página virtual oferece uma oferta, seja ela de produtos ou serviços, que permanece no Home Page do anunciante por tempo limitado. Qualquer pessoa que esteja cadastrada no site pode realizar a compra e, na maioria das vezes, imprimir um cupom, que tem data de validade e exigências para o uso. Esse cupom dá direito a descontos, mas é necessário que seja apresentado em algum estabelecimento. <www.hojeuevou.com.br> Acesso em: 06 fev. 2014.

EXEMPLO:

As melhores ofertas de **Fortaleza**

Receba as melhores ofertas por email: Digite aqui seu email:

Hoje **EU Vou**

Outras cidades Faça seu login Cadastre-se

Ofertas do dia Ofertas recentes Como funciona Minha conta

Tratamento Silhueta Fina: 5 Drenagem Ortomolecular + 5 Drenomodeladora + 5 Eletrolipoforese + 5 Bandagens Crioterápicas no Instituto Budokai com 92% OFF de R\$ 900,00 por R\$ 69,90 ou 4x R\$ 18,58

R\$ 69,90

07h 15m 61s

COMPRAR

1.1 Presente com um dos amigos de

valor original 900,00 economize 830,00

Compartilhe:

Sobre a oferta

Você precisa ficar em plena forma, com o corpo definido, livre de gorduras localizadas, flacidez e celulites?

Então, se você deseja uma bela silhueta, fique atenta e excelente oferta que o Hoje Eu Vou e o Instituto Budokai prepararam para você:

92% OFF em Tratamento Silhueta Fina: 5 Drenagem Ortomolecular + 5 Drenomodeladora + 5 Eletrolipoforese + 5 Bandagens Crioterápicas no Instituto Budokai (De R\$ 900,00 / Por R\$ 69,90)

O Tratamento Silhueta Fina é composto por Drenagem Ortomolecular que auxilia na eliminação da retenção de líquidos, gordura localizada e celulite, promovendo nutrição, bom funcionamento das células e desintoxicação do organismo, através de estímulos com massagens e produtos ortomoleculares, que após algumas horas de uso removem os radicais livres e ativam o metabolismo.

Massagem Drenomodeladora, a qual ajuda na perda de medidas, estimulando as trocas nutritivas e agindo no sistema circulatório de todo o organismo, Eletrolipoforese, que atua diretamente nos líquidos acumulados e no nível de adipócitos, ajudando a eliminar as adposidades localizadas, celulites e melhorando o metabolismo celular local, e Bandagens Crioterápicas, que é um procedimento altamente eficaz na redução de medidas. Além disso, ajuda na tonificação dos músculos e modela e amacina.

O Instituto Budokai é bem localizado e dispõe de um ambiente aconchegante e agradável. Conta com profissionais qualificados, tornando assim cada tratamento personalizado. Busca oferecer aos seus clientes o que há de melhor e mais moderno em tratamentos estéticos.

Além disso, oferece serviços de odontologia, pilates e música, dentre outros. E você poderá saber mais sobre o Instituto Budokai acessando: www.budokai.com.br

Vamos lá! Aproveite esta oportunidade de realizar um excelente tratamento e ficar ainda mais bela.

Hoje Eu Vou modelar meu corpo no Instituto Budokai. E você? Vai?!

TEXTO DA OFERTA

Tratamento silhueta Fina: 5 Drenagem ortomolecular + 5 Dermomodeladora + 5 Eletrolipoforese + 5 Bandagens Crioterápicas no instituto Budokai com 92% OFF de R\$ 900,00 por R\$ 69,90 ou 4X R\$ 18,50

SOBRE A OFERTA

Você precisa ficar em plena forma, com o corpo definido, livre de gorduras localizadas, flacidez e celulites?

Então, se você deseja uma bela silhueta fique atenta a excelente oferta que o Hoje Eu Vou e o instituto Budokai prepararam para você:

92%OFF em Tratamento Silhueta Fina: 5 Drenagem ortomolecular + 5 Dermomodeladora + 5 Eletrolipoforese + 5 Bandagens Crioterápicas no instituto Budokai com 92% OFF de R\$ 900,00 por R\$ 69,90 ou 4X R\$ 18,50.

O Tratamento Silhueta Fina é composto por Drenagem Ortomolecular que auxilia na eliminação da retenção de líquidos, gordura localizada e celulite, promovendo nutrição, bom funcionamento das células e desintoxicação do organismo, através de estímulos com massagens e produtos ortomoleculares, que após algumas horas de uso removem os radicais livres e ativam o metabolismo.

Massagem Drenomodeladora, a qual ajuda na perda de medidas, estimulando as trocas nutritivas e agindo no sistema circulatório de todo organismo, Eletrolipoforese que atua diretamente nos líquidos acumulados e no nível de adipócitos, ajudando a eliminar as adposidades localizadas, celulites e melhorando o metabolismo celular local, Bandagens Crioterápicas que é um procedimento altamente eficaz na redução de medidas.

O Instituto Budokai é bem localizado e dispõe de um ambiente aconchegante e agradável.

Vamos lá, aproveite a oportunidade de realizar um excelente tratamento e ficar ainda mais bela.

Hoje eu Vou modelar meu corpo no Instituto Budokai, e você? Vai?

A disposição das informações nos textos atualizou a proposta do uso do valor informativo, pois as informações alinharam-se da direita para esquerda, ou seja, as informações conhecidas (Dadas) estão dispostas na parte esquerda do texto (SOBRE A OFERTA: Você precisa ficar em plena forma, com o corpo definido, livre de gorduras localizadas, flacidez e celulites?). Já as informações mais importantes (Novas), estão expostas no lado direito do texto (Menu que faz anúncio de "Ofertas especiais"). A imagem do centro reflete uma regularidade encontrada nesse gênero, em qual,

coloca-se a foto de uma oferta em foco juntamente com um breve resumo do que está sendo oferecido. Este uso foi observado no corpus da pesquisa, como demonstramos. Nestes anúncios, aparecem sempre uma oferta em destaque, no centro da tela, e outras desconhecidas do leitor à direita da tela, citadas como ofertas especiais à disposição da necessidade do leitor, o que confirma a orientação teórica defendida por Kress; van Leeuwen e confirmada por outros autores, como Santos (2010), Peterman (2006), Pereira (2002), Lopes (2013), de que ainda há uma forte tendência quanto a essa forma de organização textual.

Os elementos centrais, os títulos das ofertas, ficam em destaque, enquanto que as informações novas⁸, como a localização, o conteúdo da oferta, estão à disposição do leitor no campo direito da página. Embora constatemos que há uma forte tendência a essa disposição nos anúncios analisados. Reconhecemos que, nem sempre os textos se organizam rigorosamente com esta disposição, fato já observado, dentre outros, por Belini (2010), ao estudar as homepages institucionais. O Valor Informativo é reforçado pela saliência e *framing*, analisados a seguir.

SALIÊNCIA

De acordo com Kress; van Leeuwen (1996), a saliência diz respeito a aspectos que se prestam a atrair a atenção do leitor “em diferentes graus”. A saliência, como princípio, assume a função de hierarquizar e ordenar os elementos. “A função do peso visual é criar uma hierarquia de importância entre os elementos de textos espacialmente integrados, é fazer com que a atenção seja captada mais facilmente por alguns elementos e não por outros” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 202).

Nos anúncios analisados, observamos que o texto da oferta aparece em *caixa alta* e com *cor diferente*, mais chamativa em relação ao restante do texto, como consta abaixo na caixa: **TEXTO DA OFERTA**. O tipo e tamanho da fonte é também recurso de saliência nesse texto. Em geral, o anunciante – ou publicitário – usa negrito e cores mais fortes, em alguns trechos, para conferir destaque, saliência, tais como a determinadas informações do texto.

Vale salientar que os recursos que conferem saliência aos textos variam conforme o gênero. Ou seja, esses recursos não são usados aleatoriamente. Para que certos traços tornem-se salientes em um texto é necessário que se harmonizem com seu todo: conteúdo; estilo; suporte, leitor potencial etc. Decidir-se pela “medida” certa é um dos grandes desafios do autor. No gênero publicitário correio eletrônico promocional, o qual analisamos, percebemos significativo uso de recursos que lhe conferem saliência.

O botão “Comprar” (à direita da imagem no anúncio abaixo) que, no site, aparece piscando em cores chamativas no layout da página, evidencia uma saliência “extra” para chamar a atenção do leitor/consumidor desse anúncio, usada como uma ferramenta de persuasão. O uso dessa estratégia confere saliência a parte mais importante do texto: a oferta do bem anunciado. Assim como, a “chamada” para a “oferta”, propriamente dita,

⁸ Lembramos que esses anúncios são recebidos via correio eletrônico correio eletrônico que têm um assunto, geralmente, referente a uma oferta, consideramos o assunto do correio eletrônico correio eletrônico uma informação dada. As informações novas são encontradas já no corpo do anúncio, após, portanto a leitura do e-mail.

no início do texto, em que o anunciante “convida” o seu cliente a aproveitar a oferta, dando relevo aos preços e descontos.

Vejamos que no exemplo a seguir, observamos as marcas de saliência, a que nos referimos. A disposição do preço da oferta ganha destaque ao ser apresentado de maneira “demarcada”, inserida em uma figura geométrica retangular.

EXEMPLO:



TEXTO DA OFERTA:

Cauterização Com Nano Tecnologia + Escova Modeladora + Intensificado De Brilho + Bloqueador De Odores, No Clinic Hair Com 81% OFF de R\$ 159,90 por R\$ 29,90.

Sobre a Oferta:

Cabelos bonitos, bem tratados e saudáveis realçam a beleza de qualquer pessoa e nunca saem de moda! Então, que tal livrar-se dos fios danificados, quebradiços ressecados e sem brilho?

Pensando nisso e para proporcionar aos seus fios capilares um tratamento perfeito e de qualidade o Hoje eu Vou e a Clinic Hair prepararam uma oferta exclusiva para você:

81%OFF em Cauterização Com Nano Tecnologia+ Escova Modeladora + Intensificado De Brilho + Bloqueador De Odores (De:R\$ 159,90 porR\$ 29,90).

A Cauterização Com Nano Tecnologia da Phytorat é ideal para todos os tipos de cabelos. Foi especialmente desenvolvida com substâncias altamente nutritivas, tais como aminoácidos e nanoqueratina, as quais atuam no processo intenso de reparação dos fios secos, danificados e rebeldes. Recupera a queratina perdida e a elasticidade.

O resultado de tudo isso é um cabelo totalmente verticalizado, macio, hidratado e com mais brilho. Além disso, diminui as pontas duplas e o frizz.

A saliência, como defendem Kress; van Leeuwan (1996), também cria uma hierarquia de importância entre os elementos, por determinar algo, como mais saliente e algo como menos saliente. No material analisado, os trechos do anúncio (SOBRE A OFERTA:

Cabelos bonitos, bem tratados e saudáveis realçam a beleza de qualquer pessoa e nunca saem de moda! Então, que tal livrar-se dos fios danificados, quebradiços, ressecados e sem brilho?), em caixa alta, negrito e em cor alaranjada se encontram destacados no texto (layout do site *HOJE EU VOU*),⁹ são mais salientes do que estes trechos do supracitado texto. Com isso, os autores destacam a informação Nova e, portanto, merecedora de mais atenção por parte do leitor, provável consumidor.

Reforçamos esse ponto de vista com Almeida (2006), que defende que no quadro da metafunção composicional, podemos tracejar características que demarcam e delimitam os elementos no discurso, o que observamos no correio eletrônico promocional. Tais elementos mencionados nos referidos exemplos denotam relação com o tamanho ou dimensão, graus de modalidade, contrastes tonais, cores, elementos culturais e perspectiva (primeiro plano ou plano de fundo) de determinado correio eletrônico promocional, ressaltando, desta forma, sua saliência.

FRAMING

A estratégia de *framing*, também chamada de moldura ou enquadramento, conecta ou desconecta elementos de um texto, evidenciando certa gradação entre os elementos da composição textual, demonstrando seu enquadramento em relação ao conjunto de elementos que o compõe. Uma característica muito importante do *framing* é o fato de que quanto mais elementos da composição espacial estão ligados, mais eles são apresentados como uma unidade de informação do texto.

A integração entre esses elementos pode ser realizada e percebida através da presença de vetores que ligam olhares, por exemplo, de um elemento a outro na imagem; de cores e formas que se mantêm e se repetem no todo da composição (SOBRE A OFERTA, OFERTAS ESPECIAIS, COMPRAR) evidenciada no referido site de compras, *HOJE EU VOU*.

Esse efeito de enquadramento, que coloca esses elementos como se conectados é dado pelo “pano de fundo” de cor *branca*, compartilhado por eles, e pelo contraste que esse fundo dá à página (Home page) em geral, que é todo nível, com detalhes de cor amarelo, preto e laranja no topo. As imagens que, à primeira vista parece ser somente várias fotos de pratos culinários e tratamentos de beleza, soltas no site, adquirem outro efeito ao serem colocadas numa mesma moldura, ou enquadre, conectando-as e fazendo com que estejam interligadas para atingir o propósito comunicativo.

No exemplo a seguir, vemos que as ofertas destacadas com setas demonstram essa marcação, como em “quadrinhos”, chama a atenção do leitor e, assim, ajuda a compor o sentido veiculado na página de bens ofertados. Essas informações compõem a página, pois, o leitor ao deparar-se com essas ofertas, poderá ficar tentado comprá-las também, embora não seja a oferta principal.

É importante destacar que o *framing* compõe o texto conjuntamente com o valor de informação e a saliência. Podemos notar que esses recursos se integram, se harmonizam no texto para lhes conferir sentido e, conseqüentemente, conseguir a adesão

⁹ <<http://www.hojeeuvoou.com.br/>> Acesso em: 24/03/2014.

do provável consumidor. Note-se que as imagens; as cores; os formatos da fonte etc – como exemplo abaixo – conjugam a informação “enquadramento” no texto do anúncio.

EXEMPLO:



TEXTO DA OFERTA:

PRATO EXECUTIVO:Arroz+Feijão+Farofa+Vinagrete+Carne com opções: Bife ou Filé de frango ou Suíno ou Fígado, no Mix Restaurante com 68% OFF de R\$16,00 por R\$ 4,99.

Sobre a Oferta:

O almoço é considerado a principal alimentação do dia e momento ideal para repor as energias! Não é mesmo? Então, que tal degustar de uma deliciosa refeição com uma super economia?

68% OFF em prato executivo: Arroz+Feijão+Farofa+Vinagrete+Carne com opções: Bife ou Filé de frango ou Suíno ou Fígado, de R\$16,00 por R\$ 4,99.

O Prato Executivo oferece um cardápio saboroso e nutritivo composto por: arroz, feijão, farofa, vinagrete e carne, e qual você poderá escolher entre bife ou filé de frango ou suíno ou fígado. É uma refeição completa e saudável com ingredientes selecionados e tradicionais na mesa dos brasileiros.

O Mix Café Restaurante possui uma ótima localização e atua no mercado gastronômico oferecendo um ambiente agradável, cardápios diversificados e atendimento especial.

Hoje eu Vou saborear o prato executivo no Mix Café Restaurante. E você?Vai?

No *framing*, quanto mais agrupados estiverem os elementos em um espaço composicional, mais forte é o sentido de conexão entre eles como membros pertencentes a uma mesma unidade de informação.

Ressaltamos, contudo, que os sentidos dos textos dos e-mails promocionais se constroem pela junção das estratégias multimodais: *framing*, valor informativo e saliência, bem como de outras do âmbito da linguagem verbal, tais como: processos referenciais e intertextualidade e importantes estratégias para a construção dos sentidos dos textos. Esta constatação encontra respaldo em Kress; van Leuween (1996), que inspiraram

outros autores¹⁰ que também verificaram tais propriedades em suas pesquisas. O correio eletrônico promocional utiliza vários recursos multimodais em sua mensagem (correio eletrônico promocional) com o intuito de sublevar as vendas e fidelizar seus clientes. A identificação e reconhecimento dos aspectos analisados foram essenciais para reforçar a assertiva de que o correio eletrônico promocional pode ser um gênero textual do domínio publicitário, pois apresenta marcas linguísticas e função social que lhe são peculiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente analisamos o Valor Informativo no primeiro anúncio, uma oferta de tratamento de beleza; em seguida analisamos a Saliência em um correio eletrônico que oferece um tratamento capilar e, finalmente, analisamos como a estratégia do *framing* aparece em um anúncio de alimentação.

A maneira como as informações são colocadas no texto nos leva a concordar com os pontos de vista dos autores abordados ao longo deste artigo, quanto ao posicionamento das informações, a saliência e o enquadramento, que nos leva a atestar que esta disposição não é aleatória e o seu uso é fundamentalmente importante para a construção de sentido do texto.

Ressaltamos que os três anúncios, tomados como parâmetro de análise, condensam o resultado do que foi observado nos quarenta e-mails analisados, o que revela a importância e pertinência do uso dos recursos multimodais para a caracterização do correio eletrônico promocional, haja vista sua relevância na construção dos sentidos do texto. Entretanto, outras investigações se fazem necessárias para um maior conhecimento e aprofundamento dessas estratégias como construtoras de sentido dos textos. Diante das evidências/constatações, recomendamos que as metafunções ideacional e interpessoal sejam investigadas para evidenciar a maneira como elas são apresentadas pelo anunciante nos e-mails promocionais, no sentido de ressaltar, assim, como elas contribuem para a construção dos sentidos do texto. Os arranjos multimodais e metafuncionais, que evidenciamos nos textos analisados, apontam para a categorização do correio eletrônico promocional como um novo gênero do domínio discursivo publicitário.

¹⁰ Brito (2010); Bezerra (2002); Cavalcante (2003); Figueiredo (2005); Lopes (2013); Lopes-Rossei (2002); Machado (2002); Marcuschi (2008); Wysocki (2004).

REFERÊNCIAS

- BRITO, B. P. **Intertextualidade na publicidade**: O já dito, dito de uma maneira criativa. Teresina, 2010. Dissertação (Mestrado em Letras). Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade Federal do Piauí.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. 1981. **Introduction to text linguistics**. London, Longman, 270 p.
- BHATIA, K. A análise de gêneros hoje. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. **Revista de Letras**, v. 23, n. 1/2. 2001.
- CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CAVALCANTE, M. et al. (Orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: referenciação e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 2.
- CAVALCANTE, M. A dêixis discursiva. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 22, pp. 47-55, Jan./Dez. 2000.
- DELFA, C.V. **El correo electrónico**: el nacimiento de un nuevo género. Facultad de Filología Departamento de Lengua Española y Teoría de la Literatura y Literatura Comparada. Madrid, 2005.
- FIGUEIREDO, C. **Redação publicitária**: sedução pela palavra. São Paulo: Cengage Learning, 2005.
- HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1994.
- KRESS, G. R.; LEEUWEN, T. van. **Multimodal Discourse**: the modes and media of contemporary communication. London: Arnold, 2001.
- ____; _____. **Reading Images**: the grammar of visual design. Tradução: Leonardo Mozdzenski. London/ New York: Routledge, 1996.
- KRESS, G. **Multimodality**: a social semiotic approach to contemporary communication. New York: Routledge, 2010.
- LOPES, A. K. C. **A Natureza Multimodal de uma Constelação de Gêneros Cartas**. 2013. 165 f. Tese. (Programa de Pós-graduação em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- LOPES-ROSSI, M.A (2002) O desenvolvimento de habilidades de leitura e de produção de textos a partir de gêneros discursivos. In: LOPES-ROSSI, M.A. (Org.). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Cabral. pp. 19-40.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. pp. 19-36.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PEREIRA J. **A constituição multimodal de textos digitais**: a superposição e a integração de modos diversos de linguagem na construção hipertextual. 2004. 19 f. Pesquisa orientada por Denise Bértoli Braga.

PETERMAN, J. **A publicidade Bom Bril**: O segredo do Sucesso. 2006. 131 f. Dissertação. (programa de Pós-graduação em Letras) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

WYSOCKI, A. F. (2004). The multiple media of texts: how onscreen and paper texts incorporate words, images, and other media. In: BAZERMAN, Charles; PRIOR, Paul (Org.). **What writing does and how it does it – an introducing to analysing texts and practices**. Mahwah: Lawrence Erlbaum. Inc. Publishers.

A QUALIDADE MASSA/CONTÁVEL DOS NOMES DEVERBAIS

THE MASS/COUNT QUALITY OF DEVERBAL NOUNS

Maurício Resende¹

RESUMO: este artigo investiga a qualidade massa/contável dos nomes deverbais, mais especificamente aqueles formados sem a presença de um sufixo com conteúdo fonológico. Para tanto, parte-se do paralelismo, encontrado na literatura, entre a qualidade massa/contável dos nomes deverbais e a acionalidade dos verbos dos quais esses nomes derivam. Este estudo conclui que predicções atélicas derivam nomes de massa e, por outro lado, predicados télicos originam nomes contáveis. Além disso, este trabalho defende que os dois tipos de nome estão sujeitos à coerção, empacotamento e moagem, e cada uma dessas operações está ligada com o tipo de interpretação que se dá ao predicado expresso pelo nome.

Palavras-chave: Qualidade massa/contável; Nomes deverbais; Acionalidade.

ABSTRACT: this paper investigates the mass/count quality of deverbial nouns, more specifically those formed without an overt phonological suffix. Thus, this work starts from the parallelism, found in the literature, between the mass/count quality of deverbial nouns and the Aktionsart of the verbs, which these nouns derive from. This study concludes that atelic predications derive mass nouns and, on the other hand, telic predicates form count nouns. Moreover, this paper argues that both types of nouns undergo the coercion, packing and grinding, and each one of these operations is bound to the type of the interpretation, which one gives to the predicate expressed by the noun.

Keywords: Mass/count quality; Deverbial nouns; Aktionsart.

INTRODUÇÃO

A qualidade massa/contável dos nomes tem sido tópico de grande debate entre os linguistas que visam explicar o comportamento, sobretudo, sintático-semântico dos nomes que aparecem em (1), principalmente no que concerne ao que, de fato, esses nomes denotam: se fazem referência a um único indivíduo, a uma espécie ou a um indivíduo massivo, por exemplo.

- (1) a) Uma jaca é pouco para dez pessoas.
 b) Jaca é uma fruta gosmenta.
 c) Tinha jaca pra tudo quanto é lado depois que todo mundo comeu.

¹ Doutorando em Linguística, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP). Correio eletrônico: mauricio_resende@hotmail.com.

Ao observar as sentenças em (1), é possível perceber o comportamento distinto de *jaca* no que toca à sua qualidade massa/contável a depender do expediente sintático em que aparece: nome contável em (a), espécie em (b) e nome de massa em (c). Muito tem se discutido na literatura sobre o português brasileiro (doravante PB) a esse respeito, sobretudo, para nomes como *jaca*, *cachorro*, *menino* etc., isto é, nomes concretos. Entretanto, no que tange à qualidade massa/contável dos nomes abstratos, tais como *coragem*, *cor*, *honestidade*, e mais especificamente dos nomes (abstratos) deverbais, como *desejo*, *compra*, *conversa*, esse é um fenômeno que precisa ser melhor explorado.

No que toca a uma distinção entre nomes concretos e abstratos sob o prisma da qualidade massa/contável, Pelletier (2009) divide-os em quatro grupos², conforme (2).

- (2) a) água, massa, cerveja, ouro (nome de massa concreto).
 b) confiança, ajuda, inteligência, conhecimento (nome de massa abstrato).
 c) cachorro, árvore, pai, biscoito (nome contável concreto).
 d) crença, falha, proposta, problema (nome contável abstrato).

Partindo de (2), o objetivo deste artigo é discutir a qualidade massa/contável dos nomes abstratos, mais especificamente dos deverbais, ou seja, daqueles derivados de verbos. A respeito da denotação desse tipo de nome, Rocha (1999) distribui-os em duas classes, a saber, a nominalização *lato sensu*, que denota um instrumento (*cortador*), um lugar (*fumódromo*) ou um agente (*viajante*) de uma base verbal V, e a nominalização *stricto sensu*, que refere um ato (*o pulo*), um efeito (*o corte*), um processo (*o envio*), um estado (*o desejo*) ou um evento (*o grito*) de uma base verbal V.

Partindo dessa subdivisão, é possível perceber que nominalizações *lato sensu* se referem normalmente, por definição, a nomes concretos contáveis, por essa razão, este trabalho se dedica somente à categorização massa/contável das nominalizações *stricto sensu*, isto é, aquelas que fazem referência ao evento denotado pelo verbo (ou à parte dele).

Para a distinção massa/contável, Pelletier dispõe de alguns critérios já bastante recorrentes na literatura, quais sejam, do ponto de vista da sintaxe, sabe-se que nomes contáveis admitem numerais e quantificadores que pressupõem um método de contagem e, diferentemente dos nomes de massa, nomes contáveis, podem ser pluralizados. Exemplos desses critérios sintáticos são vistos em (3).

- (3) a) três cachorros, várias falhas.
 b) *três águas,³ *várias ajudas.

Adicionalmente, Pelletier (2009) lança mão de critérios semânticos para a distinção entre nomes de massa e nomes contáveis; para o autor, nomes contáveis são verdadeiros objetos – isto é, entidades que são distintas umas das outras e, portanto,

² Cf.: Camacho & Pezatti (1996) para uma classificação alternativa à de Pelletier (2009).

³ Não está sendo considerada para essa situação a operação semântica de empacotamento em que esse tipo de sintagma se tornaria gramatical, dada a existência de um contenedor socialmente convencionalizado como, por exemplo, *garrafa* para *água*, interpretando-se *três águas* como *três garrafas d'água*.

podem ser distinguidas e contadas – ao passo que nomes de massa são verdadeiras “substâncias” (*stuff*) – ou seja, são indivisíveis em sua referência; portanto, são entidades homogêneas.

Na literatura sobre os nomes de massa, entende-se que eles constituem entidades homogêneas por satisfazerem, conforme a nomenclatura de Pelletier (2009), a *Condição de Homogeneidade na Referência* (doravante CHR). Essa condição diz respeito à junção de duas propriedades: a de cumulação e a de divisão. A primeira tem relação com a característica dos nomes de massa que, ao serem (sub)divididos, mantêm a mesma referência no mundo; por exemplo, *terra* dividido em porções ainda é *terra*, assim como *conhecimento* dividido em porções ainda é *conhecimento*.

Por seu turno, “cumulação” se refere à propriedade inversa: quando uma porção de terra é adicionada a outra porção de terra o resultado é uma terceira porção de terra; igualmente, *conhecimento* somado a *conhecimento* continua sendo *conhecimento*. Nota-se que essa não é uma propriedade presente nos nomes contáveis, pois uma cadeira dividida em duas partes deixa de ser uma cadeira (perde sua referência), do mesmo modo que a soma de duas cadeiras tem referência distinta da de uma única cadeira, o que se aplica também a nomes contáveis abstratos como *proposta*.

Em síntese, pode-se entender que a CHR provoca restrições sintáticas quanto ao uso de determinantes e/ou à pluralização; contudo, existem mais propriedades em jogo no que toca à delimitação do ambiente sintático que nomes de massa e/ou nomes contáveis podem/devem aparecer. A literatura reconhece⁴ dois tipos de operação semântica que ocorrem com os nomes, de maneira a manipular sua qualidade massa/contável, são elas as operações de empacotamento (*packing*) e de moagem (*grinding*).

No domínio nominal, a operação de empacotamento diz respeito à transformação de um nome de massa em um nome contável – seja pela sua delimitação em porções como em (4a), seja pela leitura que envolve um contenedor socialmente convencionalizado, possível em (4b) – e a operação de moagem toca à transformação de um nome contável em um nome de massa – quer pela sua indelimitação como em (5a), quer pela sua leitura de “substância que constitui x”, o que se vê em (5b).

(4) a) Vi duas nuvens bem escuras no céu.

b) Pedro tomou três cervejas ontem na festa.

(5) a) É muito carro pra pouca garagem.

b) Carlinhos jantou e deixou pizza pra tudo quanto é lado.

Os exemplos vistos em (4) e (5) tratam de nomes concretos; todavia, as nominalizações *stricto sensu*, de interesse deste artigo, são, como já afirmado, nomes abstratos. Por essa razão, é possível que haja alguma diferença na aplicação mesma dessas operações nesse caso, já que, por exemplo, é menos transparente a ideia de delimitação ou de contenedor para esse tipo de nome.

⁴ Cf.: Brinton (1995), Camacho & Pezatti (1996), Pelletier (2009), Resende (2016), entre outros.

A RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE MASSA/CONTÁVEL E ACIONALIDADE

Partindo da dificuldade da delimitação da referência para nomes deverbiais abstratos, como comenta Brinton (1995), a literatura linguística reconhece que existe uma certa relação entre telicidade (no domínio verbal) e qualidade massa/contável (no domínio nominal), principalmente no que toca às propriedades anteriormente explicitadas, tais como a CHR.

Com relação à telicidade, sabe-se que essa propriedade está intimamente ligada à noção de acionalidade⁵ das predicções verbais. Essa propriedade diz respeito à classificação dos eventos (expressos por predicados verbais) de acordo com suas propriedades temporais intrínsecas. Vendler (1967) entende que ela se refere ao modo como um predicado verbal esquematiza a noção do tempo; a partir disso, o autor distribui as predicções verbais em quatro classes acionais, a saber, estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*.

Não há ainda um consenso entre os linguistas a respeito de quais são as propriedades temporais intrínsecas aos predicados verbais que caracterizam cada classe acional e que as distinguem entre si. De todo modo, dado que é necessário fazer uma escolha, este trabalho assume, seguindo Bertucci (2011), que as classes de Vendler (1967) se distinguem através das propriedades [+estágios] e [+télico]. As sentenças em (6) são exemplos desses predicados: estados (-estágios, -télico), atividades (+estágios, -télico), *accomplishments* (+estágios, +télico) e *achievements* (-estágios, +télico).

- (6) a) Maria gosta de sua profissão.
 b) A professora conversou com os alunos.
 c) O professor calculou a raiz quadrada de 144.
 d) O motoqueiro entregou a pizza para o cliente.

Com relação à interpretação das sentenças em (6), segundo essas propriedades, entende-se que predicções de estado, como em (6a), se definem por terem referência homogênea, com estágios iguais, [-estágios], já que qualquer parte de *gostar de sua profissão* é igual a *gostar de sua profissão*; além disso, predicados estativos não têm um fim inerente, um *telos*, [-télico], isto é, não há nada intrínseco a *gostar de sua profissão* que lhe garanta um fim, um ponto de culminação.

Em (6b), há um predicado de atividade, e esse predicado pressupõe estágios, [+estágios]; por exemplo, uma conversa é feita de, pelo menos, duas pessoas falando; nesse caso, então, a fala de uma pessoa seria uma fase da predicação verbal e a fala da outra pessoa, uma fase distinta. Com relação ao *telos*, é uma predicação atélica, pois não há nada inerente a *conversar* que lhe atribua um fim, ou seja, não há nada estritamente linguístico no predicado *conversar com os alunos* que garanta uma culminação para essa atividade.

Com (6c), está-se diante de um predicado de *accomplishment* que pressupõe estágios e para o qual se prevê um ponto de culminação, isto é, *calcular a raiz quadrada de 144* pressupõe um *telos*, qual seja, o de terminar o cálculo; a predicação verbal tem um objetivo, um fim intrínseco. Finalmente (6d) apresenta uma predicação de *achievement*

⁵ Este artigo está empregando este termo como sinônimo do termo alemão *Aktionsart* e também como equivalente a "aspecto lexical".

que não contém estágios, pois é um evento que se dá em um único momento – instantâneo e pontual; além disso, é um evento télico, porque pressupõe um fim, no caso de (6d), a entrega da pizza. Para esse tipo de predicação, entende-se que o início e o término do evento recaem sobre a mesma instância temporal.

Partindo dessas asserções, no que tange à CHR, *gostar* e *conversar*, por exemplo, comportam-se como *terra*, pois a soma de diferentes porções de tempo de *gostar* continua sendo *gostar* (o que vale também para *conversar*), assim como duas porções (de tempo) de *gostar* não desencadeia mudanças no predicado de *gostar* (fato que se observa também para *conversar*). Nesse sentido, nomes de massa se assemelham a predicções atélicas (estados e atividades).

Por outro lado, nomes como *cadeira* são semelhantes a eventos como *calcular a raiz quadrada* ou *entregar a pizza*, quanto a CHR, já que diferentes porções de tempo de *calcular a raiz quadrada* não são equivalentes à totalidade do evento, da mesma maneira que diferentes instâncias temporais de *entregar a pizza* não têm a mesma referência que o evento inteiro. Nesse sentido, predicções télicas (*accomplishments* e *achievements*) comportam-se como nomes contáveis.

No que toca à natureza morfológica das nominalizações analisadas, Brinton (1995) mostrou que, em inglês, a presença do sufixo no nome pode impor restrições ao tipo da classe acional com que se combina e, conseqüentemente, com a sua qualidade massa/contável; por essa razão, este trabalho se debruça somente sobre as nominalizações *stricto sensu* que não apresentam sufixo com conteúdo fonológico, ou seja, a dos tradicionais derivados regressivos, tais como *fala*, *ataque* e *grito*.

Resende (2016) mostrou que esse tipo de nominalização preserva a acionalidade do verbo do qual deriva, isto é, um verbo estativo como *respeito* deriva um verbo estativo, como *respeitar*, da mesma maneira que um predicado verbal *accomplishment* como *analisar os dados* vai gerar um deverbal também de *accomplishment*, como *análise (dos dados)*. Dessa forma, torna-se mais visível a relação entre a qualidade massa/contável dos nomes sobre o prisma da sua acionalidade.

A QUALIDADE MASSA/CONTÁVEL DOS NOMES DEVERBAIS

Brinton (1995) defende que, seguindo o paralelismo entre a qualidade massa/contável dos nomes e a acionalidade dos verbos, predicados atélicos (estados e atividades) formam nomes de massa ao passo que predicções télicas (*accomplishments* e *achievements*) derivam nomes contáveis. Assim, partindo de Carlson (1977), Brinton (1995) e Pelletier (2009), a verificação da qualidade massa/contável dos nomes refere-se basicamente à manipulação da pluralização e da quantificação. Então, seguindo o paralelismo, espera-se que nomes estativos e de atividade rejeitem a pluralização e a quantificação e, por seu turno, nominalizações *accomplishment* e *achievement* revelem incompatibilidade com o quantificador *muito* (compatível somente com nomes massivos, conforme os autores).

Assim, para nomes de estado, considera-se (7).

- (7) a) *um desprezo, *um respeito, *um gosto, um desejo.
 b) *desprezos, *respeitos, *gostos, desejos.
 c) muito desprezo, muito respeito, muito gosto, muito desejo.

A partir de (7), é possível observar que, a rigor, nomes estativos não são compatíveis com *um/uma* nem tampouco com plural, afirmação que leva a concluir que eles são, de fato, nomes de massa (o que é verificado também pela boa formação com *muito*). Entretanto, *desejo* é um nome que responde contrariamente aos testes de quantificação e pluralização: ele está se comportando como um nome contável; para esse caso, então, houve coerção de sua qualidade massa/contável por meio da operação de empacotamento.

Resende (2016), no que respeita à coerção de um nome deverbal massivo em contável, advoga em favor da interpretação de limites indeterminados, operação esta que insere na referência limites arbitrários temporais ou espaciais de modo que *um desejo* diga respeito a, por exemplo, o ato de desejar alguma coisa por algum tempo ou ainda, como propõe Pires de Oliveira (2014), à personificação desse desejo.

No que concerne aos nomes de atividade,⁶ observam-se os exemplos em (8).

- (8) a) **um apoio*, **um conforto*, *uma conversa*, *uma briga*.
 b) **apoios*, **confortos*, *conversas*, *brigas*.
 c) *muito apoio*, *muito conforto*, *muita conversa*, *muita briga*.

Os sintagmas em (8) apresentam comportamento notavelmente não uniforme: *apoio* e *conforto* são incompatíveis com morfologia de plural e com quantificação⁷, logo, são verdadeiros nomes de massa (o que é atestado também pela compatibilidade com *muito/muita*). Com relação a *uma conversa*, por outro lado, está-se diante da mesma situação de coerção, com a inserção de limites indeterminados, como mostrado para os estativos, em que há uma vaga limitação (temporal ou espacial) do predicado verbal.

Com relação aos nomes deverbais *accomplishment*, vê-se (9).

- (9) a) *uma análise*, *um cálculo*, *uma pergunta*, *uma pesquisa*.
 b) *análises*, *cálculos*, *perguntas*, *pesquisas*.
 c) *muita análise*, *muito cálculo*, *muita pergunta*, *muita pesquisa*.

Os exemplos em (9a-b) atestam o comportamento de nome contável que os nomes de *accomplishment* apresentam, o que já era esperado, uma vez que derivam de predicados télicos. No que concerne a (9c), porém, em que há o comportamento típico de um nome de massa, ele é explicado pela operação de moagem (*grinding*). Todavia, no caso de nomes deverbais, "moer" um nome télico significa tirar os seus limites claros, tornando-o um nome de massa e, logo, um predicado atélico. Isso explica porque nominais nus e sem morfologia de plural transformam qualquer predicado em um predicado atélico⁸.

Finalmente, no que toca a nomes deverbais *achievement*, consideram-se os exemplos em (10).

⁶ Não se está levando em "conta" nomes derivados de predicados de atividade semelfactivos, tais como *chutar* (*chute*), *pular* (*pulo*), *saltar* (*salto*) etc. Nesses casos, sem dúvida, os nomes derivados são contáveis. Cf.: cf.: f.: Resende (2016) para uma discussão desses casos.

⁷ Não estão sendo consideradas sentenças com prosódia distinta sobre o quantificador, tais como em *João me deu um apoio, que olha...!*

⁸ Cf.: Bertucci (2011) e Resende (2016) para uma discussão desse fenômeno.

- (10)a) *uma venda, uma compra, uma troca, uma entrega, uma quebra.*
 b) *vendas, compras, trocas, entregas, quebras.*
 c) *muita venda, muita compra, muita troca, muita entrega, *muita quebra.*

Os dados em (10) mostram que *venda, compra, troca* etc. dizem respeito a nomes contáveis, já que são compatíveis com pluralização e com quantificação. Nas situações em (10c), em que estes aparecem com *muito*, comportamento tipicamente atribuído aos nomes de massa, assim como para os *accomplishments*, entende-se que eles estão passando por um processo de moagem (ainda que nem todos eles se submetam à coerção, como é o caso de *quebra*).

EMPACOTAMENTO E MOAGEM DOS NOMES DEVERBAIS

Anteriormente foi mostrado que predicados atélicos derivam nomes de massa e predicções télicas formam nomes contáveis, ainda que esses dois tipos de nome estejam sujeitos à coerção. Camacho e Pezatti (1996) defendem que a distinção entre nomes massivos e contáveis é lexical e que tal categorização corresponde a um expediente sintático característico (nomes de massa não são compatíveis com pluralização etc.); entretanto, quando não há correspondência entre o nível lexical e o morfossintático (no caso de um nome de massa aparecer no plural, por exemplo), há a ocorrência de uma forma marcada do nome (em oposição à não marcada, que é quando a correspondência ocorre).

Assim, entende-se que nomes que descrevem predicados télicos são nomes contáveis e, por outro lado, nomes que denotam predicções atélicas são massivos. Contudo, tais asserções ainda não explicam por que existem certos nomes que pertencem à mesma classe acional e têm a mesma qualidade massa/contável, mas se comportam diferentemente quanto à coerção, como é o caso de alguns nomes de atividades, como indica (11).⁹

- (11)a) Joãozinho deu uma surra no Pedro no final da aula.
 b) *Joãozinho deu surra no Pedro no final da aula
 c) *Ana deu um apoio para a amiga terminar o casamento.
 d) Marta deu conforto para a amiga depois do fim do casamento.

É verdade que nomes de massa não se combinam bem com quantificação, o que explica a agramaticalidade de (11c), mas isso não fornece explicação de por que (11b) é agramatical já que se trata também de um nome de massa de atividade, nem tampouco de por que (11a) é compatível com a operação de indeterminação de limites ao passo que (11c) não é.

Carlson (1977), com vistas a explicar o comportamento dos nomes abstratos, diferentemente de Pelletier (2009), não lança mão da qualidade massa/contável, mas

⁹ Nesses casos, estão sendo considerados dialetos em que o uso do artigo é bastante produtivo e corrente. Essas sentenças podem, no entanto, apresentarem discrepâncias quanto aos juízos de aceitabilidade/gramaticalidade para falantes de dialetos em que o uso do artigo é mais enxuto, tais como o baiano, por exemplo.

prefere tratar da distinção entre nomes contáveis e não contáveis. Partindo disso, o autor assume que os nomes abstratos se dividem em três subclasses, a saber, (i) nomes abstratos contáveis, tais como *cor*, *ciência* e *virtude*; (ii) nomes abstratos não contáveis: *vagueza*, *significância* e *precisão*; (iii) nomes próprios abstratos, como *três* e *setembro*, igualmente não contáveis.

Para o autor, o fato de existirem nomes abstratos que podem ser contados deve-se a uma relação de continência – hiperonímia – em que um nome abstrato contém (ou representa) um conjunto de outros nomes abstratos relacionados à ideia de “tipos de” – interpretação que Brinton (1995) atribui à operação de empacotamento. Assim, por exemplo, *virtude* é um nome abstrato, mas pode-se falar em *virtudes*, no plural, dada a existência de tipos de virtude, tais como *gratidão*, *honestidade*, *sabedoria* etc. Tal interpretação igualmente vale para *cor* e *ciência*.

Essa é uma evidência para classificá-los como nomes contáveis ou, conforme propõe o autor, como nomes que apresentam uma contraparte contável. Diferentemente, nomes como *coragem* são nomes abstratos que não contêm em si a noção de “tipos de”, logo, não faz sentido falar em “*coragens*” com essa interpretação. Para o autor, nomes das subclasses (ii) e (iii) são sempre nomes não contáveis.

Carlson (1977) defende que isso se dá não porque não há tipos de coragem, mas porque existem certos nomes abstratos – por exemplo, os da classe (iii) apresentada anteriormente – que não são constituídos semanticamente por propriedades que podem apresentar uma contraparte contável – tais como *cor* > *azul*, *amarelo*, *vermelho* etc. De todo modo, Carlson mostra que existem certos nomes abstratos que, via de regra, não apresentam uma contraparte contável, mas que, quando empregados com certos modificadores, disparam uma leitura de “tipo de”, isto é, são nomes que não mantêm uma relação de hiperonímia com outros nomes (assim como *ciências* > *tipos de ciência*), mas que aceitam, por exemplo, determinante, como mostram os exemplos em (12).

(12)a Aquele guerreiro demonstrou coragem.

b) *Aquele guerreiro demonstrou uma coragem.¹⁰

c) Aquele guerreiro demonstrou uma coragem jamais vista antes.

Nas sentenças anteriores, é possível perceber que *coragem* não é um nome contável, pois não se combina bem com determinantes, como atesta (12b); no entanto, (12c) revela que se *coragem* estiver sendo qualificado com a acepção de *um tipo de coragem* (no caso, *uma jamais vista antes*) a presença do determinante fica justificada e seu uso licenciado. Para aqueles que advogam em favor da existência de uma qualidade massa/contável, está-se diante de uma operação de coerção de um nome de massa que dispara essa interpretação.

Porém, a operação de empacotamento provoca diferentes efeitos semânticos dependendo do nome abstrato, uma afirmação que encontra convergência em Brinton (1995) quando a autora sustenta que a coerção para nomes contáveis tem muito mais

¹⁰ Novamente, não está se levando em consideração a interpretação exclamativa – com prosódia diferente sobre *uma* – que tornaria essa sentença aceitável em alguns contextos, como em “Aquele guerreiro demonstrou uma coragem!”.

irregularidades do que a operação inversa: a de moagem. Assim, para alguns nomes, como já mostrado, ocorre a inserção de limites indeterminados que licencia o emprego de determinantes, como para algumas predicções atéticas de atividade exemplificadas por *uma surra*, *uma conversa* etc.

No tange à interpretação de limites indeterminados nos nomes de massa (de atividades), entende-se que eles coincidem com algum dos estágios do predicado; por exemplo, em *conversar*, a fala de cada pessoa corresponde a um estágio; em *xingar*, cada “ofensa” corresponde a um estágio; em *brigar*, cada “agressão” corresponde a um estágio, e assim sucessivamente. O caso é que há certos nomes como *ajuda*, por exemplo, em que nem sempre é fácil o reconhecimento dos estágios para que se imponham “esses limites”, como atesta (13a); entretanto, se cada estágio de *ajudar* for entendido como *fazer alguma coisa*, isso se torna possível, como em (13b).

- (13)a) *Maria deu ajuda no mutirão de limpeza da igreja.
b) Dá uma ajuda aqui, Maria!

Por outro lado, para outros nomes abstratos, a coerção em nome contável desencadeia a interpretação de “tipos de”, de modo que seja possível qualificar essas predicções e, por consequência, contá-las, o que licencia o emprego do determinante. Isso pode ser visto no contraste de gramaticalidade entre (14) e (15),¹¹ com estruturas sintáticas que sejam compatíveis com *um/uma*.

- (14)a) *Ana deu um apoio para a amiga terminar o casamento.
b) *Maria deu uma ajuda no mutirão de limpeza da igreja.
(15)a) Ana deu um grande apoio para amiga terminar o casamento.
b) Maria deu uma ajuda enorme no mutirão de limpeza da igreja.

Como foi possível perceber, todas as sentenças se tornaram gramaticais devido ao acréscimo do adjetivo, que garantiu a leitura de *tipos*, licenciando o uso do determinante. Isso ocorre porque, como observa Lyons (1999), determinadas interpretações de (in)definitude requerem, às vezes, expedientes sintáticos específicos. Essa é uma propriedade que se aplica, inclusive, a nomes de massa estativos, como se vê em (16) em contraste com (17).

- (16) a) *João tem um respeito pelo professor.
b) *Marta tem um desprezo pela ex-namorada de Pedro.
(17) a) João tem um respeito grande pelo professor.
b) Marta tem um desprezo enorme pela ex-namorada de Pedro.

Pela gramaticalidade das sentenças em (17), observa-se que um determinante pode aparecer com nomes massivos desde que com o expediente sintático adequado (ainda que provocando a operação de empacotamento).

¹¹ Novamente, é preciso estar sensível às diferenças dialetais com relação ao emprego do artigo.

CONCLUSÃO

Como foi possível observar, existe uma relação entre a qualidade massa/contável dos nomes deverbais (pelo menos, daqueles sem sufixo com conteúdo fonológico) e a acionalidade dos verbos dos quais esses nomes derivam: predicções atélicas formam nomes de massa e predicados télicos formam nomes contáveis; esses casos constituem ocorrências lexicalmente não marcadas dos nomes quanto a essa propriedade.

Não obstante, tanto nomes deverbais massivos quanto contáveis estão sujeitos à coerção, ou seja, à ocorrência marcada, em que não há correspondência entre os níveis lexical e morfossintático. A possibilidade de coerção está intimamente ligada com a semântica da predicação verbal no que diz respeito à interpretação que se dá a ela de modo a licenciar o empacotamento ou a moagem.

A operação de moagem acarreta a perda do *telos*, de maneira que um nome que antes denotava um predicado télico passa a descrever uma predicação atélica (e tal operação está disponível, a rigor, para qualquer nome deverbal contável). Por seu turno, a coerção por empacotamento pode provocar dois tipos de interpretação: a de limites indeterminados e a de *tipos de*.

A interpretação de limites indeterminados está disponível, via de regra, para qualquer predicação atélica cujos estágios estejam suficientemente visíveis a fim de que seja possível cindir a predicação arbitrariamente (no tempo, no espaço ou por personificação) de modo a obter uma unidade delimitada de uma predicação atélica. Adicionalmente, a leitura de tipos independe da visibilidade dos estágios, mas está contingenciada à ocorrência de um expediente sintático específico, assim fica licenciado o uso de, por exemplo, determinantes tanto para nomes estativos como de atividades.

REFERÊNCIAS

- BERTUCCI, Roberlei Alves. **Uma análise semântica para verbos aspectuais no português brasileiro**. 2011. 202f. Tese (Doutorado em Linguística) –Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRINTON, Laurel J. The Aktionsart of deverbal nouns in English. In: BERTINETTO, Pier Marco; BIANCHI, Valentina; HIGGINBOTHAM, James; SQUARTINI, Mario (Eds.). **Temporal reference, aspect and acionality**. Tormo: Rosenberg & Sellier. pp. 27-45. 1995.
- CAMACHO, Roberto Gomes; PEZATTI, Erotilde Goreti. Nomes contáveis e não contáveis. **Alfa**. São Paulo. v. 40. pp. 59-74. 1996.
- CARLSON, Gregory Norman. **Reference to kinds in English**. 1977. 507 f. Tese (Ph.D. em Linguística) – Universidade de Massachusetts, Massachusetts.
- LYONS, Christopher. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University, 1999.
- PELLETIER, Francis Jeffrey. Mass terms: a philosophical introduction. In: ____ (Ed.). **Kinds, things, and stuff: mass, terms and generics**. Oxford: Oxford University. pp. 123-131. 2009.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. **Dobras e redobras do singular nu: costurando a semântica através das línguas**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2014.
- RESENDE, Maurício Sartori. **Derivação regressiva e construções com verbos leves: um estudo sobre aspecto lexical**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- ROCHA, Luiz Carlos Assis. A nominalização no português do Brasil. **Estudos linguísticos**. Belo Horizonte. v. 8. n. 1. pp. 5-51. jan./jul. 1999.
- VENDLER, Zeno. Verbs and times. In: _____. **Linguistics in philosophy**. Ithaca: Cornell University, pp. 97-121. 1967.

SEMÂNTICA CULTURAL: UM ESTUDO ACERCA DA ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS ÀS PALAVRAS E EXPRESSÕES DA LÍNGUA

CULTURAL SEMANTICS: A STUDY ABOUT THE ASSIGNMENT OF SENSES TO WORDS AND LANGUAGE EXPRESSIONS

Núbia Régia de Almeida¹
Dieysa Kanyela Fossile²

RESUMO: Neste artigo, pretendemos demonstrar que os aspectos culturais de uma comunidade linguística influenciam na atribuição de sentidos às palavras e às expressões de uma língua. Para isso, adotamos estudos que remetem à Semântica Cultural. Desse modo, utilizamos como aporte teórico estudos de Eagleton (2005), Chauí (1995), Ferrarezi (2013, 2008), Fossile (2013), Oliveira (2009), Garcia (2001), entre outros. Este estudo é de ordem bibliográfica e a abordagem é de caráter qualitativo, tendo em vista que promovemos um diálogo entre diversas informações teóricas ancoradas à Semântica Cultural e a exemplos elucidativos. Partimos da premissa de que o par cultura vs. língua estabelece uma relação concomitante e são elementos indissociáveis na constituição dos sentidos que são submetidos às palavras e às expressões da língua. No que tange à Educação Básica, concluímos que a Semântica Cultural contribui para o ensino da língua materna, valorizando, principalmente, os aspectos linguístico-culturais que o discente traz consigo.

Palavras-chave: Semântica Cultural; Atribuição de sentidos; Ensino.

ABSTRACT: In this article, we intend to demonstrate that the cultural aspects of a language community, which influence the assignment of meaning to words and expressions of a language. For this, we have adopted studies that refer to Cultural Semantics. Thus, we use as the theoretical contribution studies of Eagleton (2005), Chau (1995), Ferrarezi (2013, 2008), Fossile (2013), Oliveira (2009), Garcia (2001), among others. This study is a bibliographic order and the approach is qualitative, in order to promote a dialogue between different theoretical information anchored to the Cultural Semantics and clear examples. We start from the premise that the pair, culture vs. language establishes a concomitant relationship and are inseparable elements in the constitution of the senses that are subjected to words and to language expressions. With regard to the basic education, we conclude that the Cultural Semantics contributes to mother-tongue teaching, mainly valuing linguistic and cultural aspects that the student brings with itself.

Keywords: Cultural Semantics; Assigning meanings; Teaching.

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT)

² Universidade Federal do Tocantins (UFT)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Através desta pesquisa, com o auxílio de exemplos elucidativos, objetivamos analisar, discutir e, principalmente, demonstrar como aspectos culturais de uma comunidade linguística podem interferir na constituição e na compreensão de sentidos de palavras e de expressões da língua. Também procuramos, por meio deste estudo, averiguar o que pode levar uma mesma palavra de uma mesma língua a ter significados dissemelhantes ou variados. A partir daí, objetivamos discutir de que forma um professor da Educação Básica poderá abordar, em sala de aula, este assunto, que diz respeito a questões acerca dos aspectos linguísticos e culturais, visando contribuir com a formação acadêmica dos discentes.

Como aporte teórico-metodológico de análise, mobilizamos autores como Eagleton (2005), Chauí (1995), Willians (2007) que desenvolvem estudos relacionados ao conceito de *cultura*. Também utilizamos as pesquisas de Bakhtin (2006) e Ferrarezi Jr. (2013) para discutirmos sobre *língua*. Para compreendermos a questão do *sentido* adotamos os estudos de Ferrarezi Jr. (2008) e Fossile (2013). Já a Semântica Cultural (doravante SC) foi discutida a partir dos trabalhos desenvolvidos por Ferrarezi Jr. (2013, 2008) e Garcia (2001).

Além das considerações iniciais e das considerações finais, este estudo está dividido em mais três partes. Na primeira seção, fazemos uma abordagem sobre os conceitos de cultura e de língua, considerando-os como interdependentes, isto é, a cultura alimenta a língua, que, por sua vez, é o canal de transmissão da cultura de um povo (FERRAREZI JR., 2013, p. 74). Na segunda, discutimos o conceito de SC. Na última seção, demonstramos, por meio de exemplos reais, que a SC desempenha um papel fundamental para entendermos como os sentidos são atribuídos às palavras e às expressões da língua. Também objetivamos demonstrar que a SC pode trazer contribuições para as aulas de Língua Portuguesa da Educação Básica, principalmente, quando discussões acerca dos sentidos das palavras e das expressões da língua forem realizadas.

DISCUTINDO CONCEITOS: CULTURA, LÍNGUA E SENTIDO

Com base nos estudos de Willians (2007, p. 117) e Eagleton (2005, p. 10), *cultura* é uma de palavra de origem latina, deriva da base semântica *colore*, que apresenta variados significados tais como cultivar, habitar, proteger, adorar. A princípio, conforme Eagleton (2005, pp. 9-10), o significado de cultura estava ligado a questões materiais; mais tarde, o termo foi transferido, metaforicamente, às questões do espírito, ou seja, passou a cultivar (i) a divindade e a transcendência, que eram exibidas pelos hábitos religiosos; (ii) as verdades sagradas e a arte sublime de um povo, as quais deveriam ser protegidas e respeitadas. Essa mudança semântica do termo *cultura* deve-se a fatores históricos relacionados à própria mudança da humanidade que transitou de um meio rural para um meio urbano.

Ainda de acordo com Eagleton (2005, p. 54), *cultura* pode ser compreendida como um conjunto de valores, costumes, crenças e práticas que constitui a maneira de viver de um grupo específico, de uma determinada sociedade. Esse conjunto é o responsável por gerar o conhecimento implícito que permite aos indivíduos negociar e renegociar modos apropriados de agir em contextos específicos. Eagleton (2005, p. 184) acrescenta

ainda que a “cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual [...]”. Nesse sentido, devemos tomar a *cultura* como sendo acumulativa, pois, ao longo da vida, esses conhecimentos são adquiridos, negociados, renegociados e partilhados com outros indivíduos da comunidade, gerando novos conhecimentos, sentimentos e experiências que formarão a cultura de um indivíduo, de um grupo, de um povo.

Portanto, tomamos o conceito de *cultura* como invenção coletiva de valores, ideias, sentimentos e comportamentos compartilhados pelos sujeitos de um grupo social (CHAUÍ, 1995, p. 81). Ao mesmo tempo em que a língua constitui a cultura, essa é difundida pela língua. Por isso, cultura e língua são conceitos interdependentes. Nesse sentido, Ferrarezi Jr. (2013, p. 74) explicita que “a língua precisa ser entendida como um sistema aberto, que se alimenta e retroalimenta da própria relação do homem com esses mundos”. Para o autor (2013, p. 74, grifos do autor), “[...] cultura [...] é muito mais do que a *erudição* e os *clássicos*: é, antes, toda a construção emanada da mente humana, seja materializada na forma de objetos ou ações, seja apenas na forma de pensamento [...]”.

A *língua* não é simplesmente transmitida ao homem, mas é formada a partir de um processo evolutivo contínuo. Nesse processo, os indivíduos precisam penetrar na corrente da comunicação verbal e adquirir o conhecimento da língua para poder operá-la ou usá-la (BAKHTIN, 2006, p. 109). Desse modo, entende-se que a língua não está pronta e acabada, uma vez que é adquirida pelos indivíduos de uma comunidade social por meio de um processo contínuo de construção, que se dá através do seu uso. A língua possibilita a interação socialmente e com isso possibilita também o compartilhamento de culturas, crenças, ideologias e pensamentos.

“[...] *uma língua natural é um sistema de representação do mundo e de seus eventos*” (FERRAREZI JR., 2008, p. 23, grifos do autor). É por meio de seu uso dentro de um contexto social e cultural que ela adquire sentido. Ferrarezi Jr. (2008), na obra *Semântica para a Educação Básica*, apresenta a concepção da Semântica de Contextos e Cenários voltada aos estudos da SC. Essa concepção orienta que “a semântica é a ciência que estuda as manifestações linguísticas do significado” (FERRAREZI JR., 2008, p. 21). Fossile (2013, p. 399), ao realizar um estudo sobre as concepções de significado e de sentido,² afirma com base em estudiosos como Oliveira (2003, p. 17) que não existe “[...] consenso entre os semanticistas sobre o que se entende por significado”. Essa falta de entendimento entre os teóricos sobre o que é significado contribuiu para o surgimento de várias vertentes da Semântica. Como o objetivo deste estudo não é chegar a uma conformidade sobre as concepções de significado e de sentido, optamos por considerar, neste texto, sobre esse assunto, os estudos de Ferrarezi Jr. (2008). Portanto, de acordo com o autor, o *significado*:

[...] é visto como aquilo que é cognitivamente ativado pela linguagem no nível neurológico. [...] os sentidos [...] são as manifestações linguísticas do significado [...] são sempre construídos em função do conjunto de informações culturais do falante e de sua comunidade [...] (FERRAREZI, 2008, p. 22).

² Fossile (2013) apresenta concepções sobre o assunto com base em estudiosos como Tamba (2006); Lerat (1983); Lyons (1978); Oliveira (2003), Ferrarezi Jr. (2008).

Dessa maneira, os sentidos podem ser compreendidos como,

[...] pontes que fazem a ligação entre os sinais mais próprios da língua (sons na forma de palavras e de melodias entonacionais), os sinais de natureza estritamente gramatical (morfologia e ordem) e os outros sinais adotados como pertinentes no processo de comunicação (como o aparato gestual entre outros elementos significativos do processo de enunciação) e os elementos e eventos dos mundos que são representados pela língua. Na verdade, cada sentido é composto por um conjunto de traços de significado culturalmente construídos, atribuídos e relevantes para uma comunidade, que esta mesma comunidade utiliza para fazer representar, por meio de sinais, os elementos e eventos de um mundo qualquer (FERRAREZI JR., 2008, p. 22).

Conforme as palavras de Ferrarezi, a construção de sentidos por meio das manifestações linguísticas dos falantes acontece mediante informações culturais, que são construídas e compartilhadas por esses falantes para representar o mundo. Normalmente, a palavra é o sinal mais utilizado para fazer essa representação. Bakhtin explicita que “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto” (BAKHTIN, 2006, p. 107). Parece-nos que isso representa um desafio para os estudos da SC, pois algumas vezes o pesquisador deve ou precisa conhecer a cultura de uma comunidade linguística para compreender os sentidos das palavras utilizadas por essa comunidade em um contexto específico. Na próxima seção, faremos uma explanação acerca da SC.

SEMÂNTICA CULTURAL (SC)

No âmbito da Linguística, estudos que envolvem aspectos culturais vêm sendo desenvolvidos desde o século XX. Como exemplo, podemos citar os estudos do círculo de Bakhtin, que defendiam a influência da cultura na constituição e no uso das línguas naturais (FERRAREZI JR., 2013, p. 71). Embora esses estudos já existissem, não havia metodologias linguísticas específicas e esclarecedoras para mostrar a influência da cultura na língua, e vice-versa. Desse modo, Ferrarezi Jr. (2013, p. 72) explicita que havia

[...] uma mistura de Linguística com Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, História (e todas as demais ciências que pudessem contribuir com a compreensão da construção linguística e sua relação com a própria construção da cultura e com o comportamento da comunidade de falantes).

Recentemente, uma vertente da Semântica denominada SC tem se empenhado em realizar estudos que visam mostrar a importância e a interferência dos aspectos culturais na constituição dos sentidos das palavras e expressões da língua de um grupo de falantes. É importante salientar, conforme estudos de Ferrarezi (2013, pp. 72-73), que aspectos culturais de um grupo linguístico não influenciam apenas na atribuição de sentidos a uma palavra da língua, mas também podem interferir na estrutura gramatical da língua. Ferrarezi Jr. (2010, p. 81) defende que “[...] se alguma relação há entre palavras e sentidos, essa relação é cultural, atribuída pelo habitus linguístico, por costumes e não por propriedades das palavras ou dos sentidos”. Para ilustrar essa posição de Ferrarezi Jr., apresentamos, a seguir, com base nos estudos do autor (2008, 2010, 2013), dois exemplos.

Exemplo (1)

Ao ouvirmos alguém dizer, *Pedro perdeu o dado...*,³ imediatamente, imaginamos que Pedro perdeu aquele objeto cúbico usado, por exemplo, em jogos de dominó. Isso ocorre porque, costumeiramente, ao ouvirmos a palavra dado, remetemos o nosso pensamento a esse objeto. Mas, ao ouvirmos a sentença completa, Pedro perdeu um dado metafórico de sua pesquisa em linguística, verificamos que não se trata do mesmo dado. Nesse caso, trata-se de um sentido especializado. A palavra dado, no contexto do enunciado, refere-se aos achados obtidos pelo pesquisador, na realização da sua pesquisa. Concordamos que em uma comunidade científica, em um espaço acadêmico, esse sentido é resgatado facilmente, por fazer parte do *habitus linguístico* dessa comunidade de falantes.

Os fraseologismos conhecidos também como expressões idiomáticas, clichês, frases feitas, ditos/ditados populares são bons exemplos para mostrar que a relação que existe entre palavras e sentidos está ligada a questões culturais.

Uma expressão idiomática se constrói quando uma dada composição de palavras utilizada em uma comunidade de fala se cristaliza e adquire um sentido coeso e diverso daquele costumeiramente atribuído às mesmas palavras, mesmo que combinadas de uma mesma forma, mas em outro contexto [...] (FERRAREZI JR., 2008, p. 193).

Por isso, as expressões idiomáticas, por lidarem com os contextos culturais específicos de determinadas comunidades linguísticas, constituem-se em grandes desafios para a tradução (FERRAREZI JR., 2008, p. 193-194; OLIVEIRA, 2009, p. 41). No que se refere ao uso de fraseologismos, imaginemos a seguinte situação:

Exemplo (2)

Um empresário estrangeiro, bem sucedido, chega ao estado do Tocantins com o objetivo de conhecer o Jalapão.⁴ Na hora de acertar o preço do passeio com o funcionário de uma empresa de turismo local, o empresário estrangeiro, querendo economizar, reclama do valor. Então, o funcionário da agência de turismo diz: - *O que é isso? O senhor está chorando de barriga cheia!*

Diante da situação apresentada, será que esse empresário, ou melhor, esse turista estrangeiro, conseguiria compreender o sentido do fraseologismo *chorando de barriga cheia*? Provavelmente, essa expressão causaria estranheza ao estrangeiro, impedindo que ele alcançasse o verdadeiro sentido da expressão em questão. Conforme nossa cultura, sabemos que o funcionário, ao utilizar esse fraseologismo, quis dizer que (i) o estrangeiro está reclamando sem motivos; (ii) o preço do passeio estava acessível e de acordo com o valor de mercado; (iii) o empresário possuía dinheiro e não deveria reclamar por pouca coisa. Para o vendedor, essa expressão, por possuir um sentido

³ Os exemplos: "Pedro perdeu o dado..." e "Pedro perdeu um dado metafórico de sua pesquisa em linguística" foram inspirados em exemplos que estão nas obras de Ferrarezi Jr. (2010, p. 81; 2008, pp. 27-28).

⁴ O Jalapão é um lugar muito procurado pelas pessoas que gostam de praticar o ecoturismo e o turismo de aventura. Essa região fica localizada no estado do Tocantins, em plena mata de transição entre o cerrado e a caatinga, predominando uma vegetação rasteira semelhante às savanas. O local também é contemplado por cachoeiras, rios de águas cristalinas, grandes chapadas e formações rochosas de cores e formas diversificadas. Neste lugar, destacam-se dunas de areias douradas, com aproximadamente 30/40 metros de altura. Disponível em: <<http://portal.to.gov.br/turismo-no-tocantins/jalapao/>>. Acesso em: 18/ago/2015.

cristalizado na cultura brasileira, tinha um sentido claro; já para o estrangeiro, a expressão poderia não ser tão clara (cf. OLIVEIRA, 2009, p. 43).

Os brasileiros utilizam com frequência a expressão idiomática *chorar de barriga cheia*. Será que sabem de onde vem essa expressão? De acordo com a pesquisa realizada,⁵ a mesma surgiu quando foi negado a D. Pedro I, filho de D. João VI, o pedido de ter um bezerro no palácio imperial. O menino de aproximadamente nove anos estava acostumado a ter todos os seus desejos realizados, ao ver que não ganharia o bezerro; reclamou, pirraçou, chorou, e seu conselheiro, irritado com sua atitude, revidou: - *Pare de chorar de barriga cheia*. A partir desse episódio, essa expressão passou a ser utilizada, e continua sendo adotada pelos falantes até os dias de hoje, para chamar a atenção de alguém que está reclamando sem motivos. O sentido dessa expressão idiomática já se cristalizou na cultura do povo brasileiro. Expressões desse tipo podem ser entendidas como “[...] metáforas que surgem disfarçadas, já desgastadas pelo uso [...]” (MOURA, 2012, p. 12). Portanto, o uso dessa expressão entre os falantes da língua portuguesa, que moram no Brasil, é frequente e conhecido. Entretanto, falantes de outra(s) língua(s), que não conhecem bem essa expressão, podem não compreendê-la ou até mesmo utilizá-la de forma equivocada.

Através desse exemplo, verificamos que:

um dos estudos semânticos mais fascinantes em uma teoria que dá relevância aos aspectos culturais envolvidos em uma língua natural [...] é o estudo das expressões idiomáticas e das frases feitas [...]. Nessas expressões há significativo registro do desenvolvimento cultural da comunidade que as usa. [...] justamente pelo fato de que, além de um sentido costumeiro que lhes é associado, elas possuem uma história de construção, que provoca nos falantes nativos sensações, nuances de sentido [...] (FERRAREZI JR., 2008, p. 193).

Na SC, os estudos são realizados em uma perspectiva que visa compreender “a relação entre os sentidos atribuídos às palavras ou demais expressões de uma língua e a cultura em que essa mesma língua está inserida” (FERRAREZI JR., 2013, p. 71, grifos do autor). A SC se preocupa em compreender o como, o porquê e o grau de interferência dos aspectos culturais na construção e na compreensão dos enunciados das línguas naturais.

Até o momento, verificamos que a SC tem muito a contribuir com a Educação Básica. Por exemplo:

o estudo das expressões idiomáticas e das frases feitas de uma comunidade é um profundo mergulho em sua cultura e na evolução de suas expressões linguísticas. Tal estudo revela muito sobre a visão de mundo daquela comunidade e é capaz de despertar nos alunos um profundo prazer e um grande interesse sobre essas questões de natureza identitária. Além disso, se bem conduzido, esse tema de estudo desperta nos alunos a convicção de que seu modo de falar não é fortuito, nem tolo, nem feio, mas o resultado de um complexo trabalho de construção histórico-cultural que deve ser compreendido, valorizado e resguardado (FERRAREZI, 2008, pp. 194-195).

Por meio da SC, o docente terá a possibilidade de levar o aluno a perceber a relação que existe entre a sua cultura e a sua língua. Isso, possivelmente, aproximará os alunos das aulas de Língua Portuguesa (cf. FERRAREZI Jr. 2013, p. 75).

⁵ Disponível no site: <http://www.culturamania.com.br/?page_id=3999>. Acesso em 15/ago/2015.

SEMÂNTICA CULTURAL, EXEMPLOS ELUCIDATIVOS E ENSINO

Conforme apresentado na introdução deste artigo, nesta seção, pretendemos demonstrar, com o auxílio da SC e a partir de exemplos reais e usuais da língua, que aspectos culturais podem interferir e influenciar na constituição dos sentidos que são atribuídos às palavras e às expressões da língua. Além disso, pretendemos demonstrar que a SC pode trazer contribuições para as aulas de Língua Portuguesa da Educação Básica.

Para tanto, selecionamos quatro exemplos que visam demonstrar a importância do conhecimento cultural e/ou histórico-cultural para a compreensão dos sentidos, que são submetidos às palavras e/ou às expressões da língua, em determinados contextos.

Exemplo (3)

A palavra *operculina*, culturalmente, é conhecida como *batata-de-purga*. *Operculina* é uma planta utilizada como um medicamento natural. Essa planta produz em sua raiz tubérculos em forma de batatas, que são utilizados como laxantes; por isso, culturalmente, tem o valor semântico de *purgante*. Devido a esse benefício medicinal purgativo, as populações de regiões interioranas do Brasil, principalmente as que vivem no sertão, recorrem, quando necessitam, a esse medicamento natural, pois essas pessoas não têm acesso fácil a médicos e às farmácias. Dessa maneira, concluímos que essas comunidades vivenciaram, experimentaram os efeitos purgativos da *operculina*, e a partir daí, atribuíram a essa planta o sentido de purgante, laxante. Isso significa que os aspectos culturais, as crenças, as experiências vivenciadas por essas comunidades linguísticas contribuíram na formação e influenciaram na seleção do(s) sentido(s) submetido(s) à palavra *operculina*.

Exemplo (4)

Ferrarezi Jr. (2012, p. 73) apresenta uma abordagem bem interessante a respeito da palavra *goiabeira*.⁶ Com base nas informações apresentadas pelo autor, *goiabeira* também é conhecida pela expressão *trava-ventre*. Você deve estar curioso e deve estar se perguntando, por que a goiabeira é também chamada de trava-ventre, não é? Tal como no exemplo anterior, essa expressão deriva da experiência de vida das comunidades interioranas do Brasil, que viviam (ou ainda vivem) distante dos centros comerciais, e não tinham (tem) acesso fácil a médicos e farmácias; logo, para combater uma diarreia recorriam (recorrem) ao fruto e às folhas da goiabeira. Desse modo, observamos que goiabeira passou a ter, culturalmente, o valor semântico de *trava-ventre*.

Diante da abordagem realizada acerca dos exemplos (3) e (4), concluímos que questões culturais, crenças e experiências vivenciadas pelas pessoas, que fazem parte de uma comunidade linguística ou de uma região, interferem na atribuição de sentidos às palavras da língua.

Outro fenômeno interessante, que é discutido pela SC, diz respeito aos estudos que visam compreender como uma mesma palavra de uma mesma língua funciona com um sentido “x” em um grupo de falantes e com um sentido “y” em outro(s) grupo(s)

⁶ Árvore que produz o fruto conhecido como goiaba

de falantes. Diante disso, no quadro abaixo, apresentamos os significados da palavra *rapariga*, que são usados em algumas regiões do Brasil.

Exemplo (5)

Quadro 01: Sentidos atribuídos à palavra *rapariga*

Rapariga		
Dicionário Aurélio (1988)	Dicionário Houaiss (2004)	Significados atuais retirados da internet (2015) ⁶
1. Brasil: mulher nova; moça.	1. Mulher adolescente; moça.	1. Na Amazônia: menina virgem, donzela.
2. Portugal: moça do campo.	2. Prostituta.	2. Na região sul: moça jovem de boa família.
		3. Região norte e nordeste: concubina geralmente sustentada por um homem casado.
		4. Região norte, nordeste e centro-oeste: prostituta.

Fonte: Elaboração própria

Notamos que no período de, aproximadamente, uma década e meia, houve uma alteração significativa nos sentidos atribuídos à palavra *rapariga*. Essas alterações de sentidos podem ser percebidas quando comparamos os dados localizados no dicionário Aurélio de 1988 e no dicionário Houaiss de 2004 (cf. quadro 01 deste texto). Dessa maneira, verificamos que em 1988 os sentidos da palavra *rapariga* estavam ligados à pureza de uma donzela; já em 2004, os sentidos sofreram alterações expressivas, passando a ter um teor pejorativo, que desqualifica as virtudes de uma moça. O dicionário de 2004, que foi analisado neste estudo, não indica as regiões brasileiras que utilizam o sentido pejorativo da palavra em questão; mas, de acordo com o registro encontrado na *internet*,⁸ em algumas regiões e em alguns estados brasileiros, como a região sul e a Amazônia, a palavra continua expressando o sentido de pureza de uma menina moça. Conforme pesquisa realizada, para os gancheiros⁹ (especialmente do município de Governador Celso Ramos, do estado de Santa Catarina) e para os luso-ajorianos de outras regiões do litoral do estado de Santa Catarina, *rapariga* continua significando apenas o feminino de rapaz, sem nenhuma maldade.¹⁰ Entretanto, em outras regiões como o norte, o nordeste e o centro-oeste, o sentido apresentado é o oposto, conforme podemos observar no quadro 01.

Diante disso, questionamos, quais são os motivos que levam essa mesma palavra a ter sentidos tão diferentes? Não é fácil apresentar uma resposta conclusiva a essa indagação, mas também não é impossível lançar uma explicação a esse questionamento. Nesse caso, depreendemos que os valores culturais adquiridos pelos falantes de dadas

⁷ Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/rapariga/>>; <<http://www.dicionarioinformal.com.br/rapariga/>> e <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=rapariga>>. Acesso em: nov/2015.

⁸ Consultar a nota de rodapé n. 6, deste texto.

⁹ Gancheiro é um canoieiro que movimenta a embarcação através de um gancho, o qual vai prendendo às margens do rio (em árvores, galhos, pedras, etc.). Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=o%20que%20C3%A9%20gancheiro%3F>>. Acesso em: 3 / fev/2016).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/rapariga/>>. Acesso em 3 / fev/2016.

comunidades influenciam na atribuição dos sentidos às palavras. Isto é,

a palavra *rapariga* tinha (e, em Portugal, ainda tem) o sentido de moça, mulher jovem; como muitos homens abastados de outrora tinham *raparigas* como concubinas, o português do Brasil passa a diferenciar moça (necessariamente virgem) de *rapariga* (que podia ou não ser virgem), ficando o termo *rapariga*, principalmente no Nordeste, quase como sinônimo de prostituta (GARCIA, 2001, p. 71).

Conforme Garcia (2001, p. 71), o termo *rapariga* era usado com o sentido de prostituta nas comunidades de falantes da região nordeste. Atualmente, esse sentido tem sido utilizado também na região norte e centro-oeste. Dessa forma, concluímos que a (i) mídia televisiva e a radiofusão; (ii) a internet e as redes sociais; (iii) as obras de artes divulgadas por meio da literatura; (iv) as letras de músicas; (v) as viagens que os brasileiros têm realizado em todo o país trocando experiências culturais; entre outros colaboradores, contribuíram e ainda continuam contribuindo para provocar mudanças nos sentidos das palavras da língua. Diante desses fatores, acreditamos que à medida que o tempo passa, o sentido pejorativo da palavra *rapariga* poderá se espalhar em todas as regiões do Brasil.

Por exemplo, na letra da música “Trenzinho da sacanagem”,¹¹ conforme pesquisa realizada, verificamos que a palavra *rapariga* apresenta o seguinte sentido, mulher que quer namorar, a procura de satisfazer os seus desejos sexuais e também disposta a satisfazer os desejos dos homens.

Quadro 02: Música que apresenta as palavras *rapariga*, *raparigueiro* e *raparigar*.

*Trenzinho da sacanagem*¹²

*Quer ir mais eu, vamos eu tô saindo agora.
E no trenzinho da sacanagem que eu já vou embora.
Eu sou cabra raparigueiro, nasci pra raparigar.
Raparigar é minha vida, eu nasci pra raparigar.
A cachaça fica boa quando chega a rapariga e no forró da rapariga
todo mundo vai dançar.
Quer ir mais eu, vamos eu tô saindo agora.
E no trenzinho da sacanagem que eu já vou embora.
E quando a festa fica boa os homens vivem bebendo.
Tem rapariga doidona, tem rapariga bebendo.
Tem rapariga doidona, tem rapariga querendo.
Tem rapariga doidinha pra se agarrar.
Tem rapariga chorando, tem rapariga assanhada.
E no forró da rapariga todo mundo vai dançar.*

Fonte: Elaboração própria

¹¹ Pesquisas apontam que essa música foi tocada pelas bandas Saia Rodada, Garota Safada e Grafith em muitos festivais de verão, em 2014.

¹² Disponível em: <https://www.letras.mus.br/saia-rodada/740494/>. Acesso em: 8/fev/2016.

A presença das palavras, *raparigueiro* e *raparigar*, na letra da música apresentada no quadro acima, despertou o nosso interesse pela composição musical. Observamos que as palavras *raparigueiro*¹³ e *raparigar* (verbo) derivam do substantivo *rapariga*. A partir dos estudos realizados até o momento, constatamos que os valores culturais em relação à figura da mulher contribuíram para que os sentidos da palavra *rapariga* sofressem alterações, e certamente, esses valores também contribuíram para a criação das palavras *raparigueiro* e *raparigar*. Portanto,

[...] a língua tem que dar conta de representar tudo o que a cultura contempla, pois tudo o que pensamos e fazemos deve, de alguma forma, poder ser representado pela língua que falamos. Se é assim, a língua é formatada pela cultura na medida em que a cultura exige da língua formas de expressões adequadas" (FERRAREZI JR., 2013, p. 74 – grifos do autor).

Podemos constatar o registro dessas palavras, *raparigueiro* e *raparigar*, no dicionário informal *online*,¹⁴ conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 03: Sentidos das palavras *raparigar* e *raparigueiro*.

Raparigar	Raparigueiro
1- Ir às festas, sair, se divertir, tomar umas <i>smirnoffes</i> .	1- Homem que não resiste a um rabo-de-saia.
2- Ato de sair em busca de <i>muié</i> ou pegar umas <i>raparigas</i> .	

Fonte: Elaboração própria

Na cultura contemporânea, em muitas regiões do Brasil, a mulher não é mais vista como nos anos de 1960. Com a revolução feminista, as mulheres começaram a lutar pelos seus direitos de igualdade (cf. SILVA, 2010). Até 1960, as mulheres viviam em um regime rígido, submissas aos seus maridos e aos seus pais, sendo o sexo um assunto para ser discutido e vivido depois do casamento. Em alguns casos, elas, ainda hoje, vivem em um regime, extremamente, rigoroso; submissas aos seus maridos e sem liberdade. Mas, conforme mencionado, na atualidade, temos acompanhado que as mulheres estão mais livres e menos dependentes (cf. SILVA, 2010). No entanto, a sociedade brasileira ainda insiste em manter viva a questão do machismo, sendo a desvalorização da mulher uma das maneiras de demonstrar a sua existência. Portanto, parece-nos que a mudança de sentido da palavra *rapariga* e a criação de novas palavras com sentidos pejorativos, a partir da palavra em questão; contribuíram e continuam contribuindo para manter viva essa concepção cultural machista em relação à figura feminina.

Acreditamos que a letra da música *Trenzinho da Sacanagem* pode auxiliar na divulgação dos sentidos depreciativos do termo *rapariga* e com isso fortalecer esses

¹³ No caso da letra da música "Trenzinho da sacanagem", observamos que a palavra *raparigueiro* pertence à categoria gramatical dos adjetivos.

¹⁴ Informações obtidas no dicionário informal de Língua Portuguesa; disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/raparigar/>>; e <<http://www.dicionarioinformal.com.br/raparigueiro/>>. Acesso: nov/2015.

sentidos vulgares e negativos. Isso se explica pelo poder que a mídia tem de divulgar a produção cultural que se faz em um país.

Levando em conta a discussão realizada a respeito da palavra *rapariga*, concluímos que em aulas de Língua Portuguesa da Educação Básica, a temática sobre a variação de sentidos de uma mesma palavra poderia ser alvo de discussão, com os alunos. Nesse caso, o professor poderia propor uma pesquisa aos estudantes. Ou seja, os discentes seriam levados a buscar por outros termos lexicais que também sofreram ou sofrem alterações de sentidos. Por meio dessa atividade, os alunos verificarão que fatores culturais ou histórico-culturais poderão influenciar nos sentidos que são atribuídos a determinadas palavras que são utilizadas por nós, falantes. Essa proposta de atividade/pesquisa, possivelmente, aproximará os alunos das aulas de Língua Portuguesa.

A partir dos estudos realizados, observamos que eventos de implicação ideológica também influenciam na elaboração de produções textuais (poemas, letras de músicas, histórias em quadrinhos, charges, etc). Por exemplo, no Brasil, no período do Regime Militar, muitos artistas fizeram uso de letras de músicas (canções) para expressar a concepção de mundo de um povo oprimido (cf. BAKTHIN, 2006, p. 18). Ou seja, no período do Regime Militar, alguns artistas e intelectuais brasileiros expressaram, por meio de composições musicais, seus pensamentos, seus sentimentos e suas opiniões a respeito do que acontecia, naquele momento, no contexto brasileiro. Essa ocasião ficou conhecida na história do Brasil por causa da execução de diversos atos institucionais, que contribuíam para realizar ou fortalecer a censura, a perseguição política, a extinção de direitos constitucionais, a falta de democracia e a punição àqueles que não eram a favor do regime militar. Desse modo, várias pessoas passaram a ser perseguidas e viviam sob vigilância constante, não podiam se expressar com liberdade sobre determinados assuntos que diziam respeito à sociedade em que viviam.

Com base no exposto, observamos que várias composições musicais antigas ainda hoje fazem sucesso em nosso país; mas, atualmente, muitos jovens, por exemplo, não compreendem os sentidos metafóricos que são expressos nessas composições. Você deve estar se perguntado, por que alguns jovens têm dificuldades de compreender essas canções, não é? Antes, vale ressaltar que, neste texto, não entendemos a metáfora como “uma transferência de sentido de uma coisa para outra” (FOSSILE, 2014, p. 159), mas sustentamos, com base em Leezenberg (2001), que a metáfora é um fenômeno que deriva de contextos mais amplos e do seu próprio conteúdo semântico e está associada a um uso e a um contexto específicos (FOSSILE, 2014, p. 161).

Como resposta ao questionamento apresentado, argumentamos com base no discurso de alguns profissionais da área da educação, que o conteúdo ideológico presente em alguns textos contribui para que alguns jovens (alunos) encontrem dificuldades para interpretá-los. Nesse caso, sugerimos que o aluno seja levado a identificar e a analisar as implicações ideológicas que influenciaram ou influenciam na produção de um texto, que pode ser uma canção, um romance, uma poesia ou qualquer outro escrito (sobre implicações ideológicas na elaboração de produções textuais e atribuição de sentidos cf. também FERRAREZI JR., 2013, pp. 77-78).

Levando em conta o exposto, apresentamos, no quadro a seguir, a letra da música *Alegria, Alegria*, de Caetano Veloso. Na sequência, propomos uma possível interpretação a alguns trechos ou versos da música em questão, para tanto levamos em conta

aspectos/conhecimentos históricos, sociais e culturais da época da Ditadura Militar e também da Guerrilha do Araguaia, pois essa música foi lançada em 1967; e no Brasil, a partir de 1964 a 1985 acontecia a Ditadura Militar; já, no final da década de 1960 e na primeira metade da década de 1970 ocorria a Guerrilha do Araguaia.¹⁵ Salientamos que há disponíveis, na web, várias versões¹⁶ analíticas dessa música; porém, conforme mencionamos, aqui, pretendemos apresentar a essa canção apenas uma possível interpretação, objetivando mostrar que conteúdos de implicações ideológicas (políticas, religiosas, éticas, morais, filosóficas, sociais) interferem e influenciam na atribuição de sentidos às palavras, às expressões e aos textos de uma língua.

Exemplo (6)

Quadro 04: Letra da música: Alegria, Alegria.

*Alegria, Alegria*¹⁷
(Caetano Veloso)

*Caminhando contra o vento
Sem lenço, sem documento
No sol de quase dezembro
Eu vou*

*O sol se reparte em crimes,
Espaçonaves, guerrilhas
Em cardinales bonitas
Eu vou*

*Em caras de presidentes
Em grandes beijos de amor
Em dentes, pernas, bandeiras
Bomba e brigitte bardot*

*O sol nas bancas de revista
Me enche de alegria e preguiça
Quem lê tanta notícia
Eu vou*

*Por entre fotos e nomes
Os olhos cheios de cores
O peito cheio de amores vãos
Eu vou
Por que não, por que não*

*Ela pensa em casamento
E eu nunca mais fui à escola
Sem lenço, sem documento,
Eu vou*

*Eu tomo uma coca-cola
Ela pensa em casamento
E uma canção me consola
Eu vou*

*Por entre fotos e nomes
Sem livros e sem fuzil
Sem fome sem telefone
No coração do brasil*

*Ela nem sabe até pensei
Em cantar na televisão
O sol é tão bonito
Eu vou*

*Sem lenço, sem documento
Nada no bolso ou nas mãos
Eu quero seguir vivendo, amor
Eu vou
Por que não, por que não..*

Fonte: Elaboração própria

¹⁵ A Guerrilha do Araguaia foi um episódio que aconteceu, no Brasil, durante a Ditadura Militar.

¹⁶ Versões formais e informais.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/caetano-veloso/alegria-alegria.html>> Acesso em: 08/fev/2016.

Essa canção foi lançada em 1967, período em que a Ditadura Militar estava em pleno vigor no Brasil, foram os chamados *anos de chumbo*. Muitos artistas, como o próprio Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Taiguara, Chico Buarque, Gilberto Gil foram obrigados a se exilarem para fugirem das perseguições dos militares. Nesse período, além desses artistas, vários outros cantores, compositores e escritores de literatura tiveram suas obras censuradas pelo órgão de repressão do governo militar, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (doravante DCDP).¹⁸

A letra da música, exposta no quadro 04, apresenta metáforas, as quais sugerem sutilmente o que acontecia no país no período da Ditadura Militar, e retratam o sentimento vivenciado por alguns artistas e intelectuais brasileiros daquela época. Como podemos acompanhar, a canção inicia com uma metáfora *Caminhando contra o vento/Sem lenço, sem documento*. Esses versos de sentido metafórico transmitem que pessoas caminhavam e lutavam contra o Regime Militar, isto é, contra as imposições do governo, a falta de liberdade de expressão, que na maioria das vezes obrigava aos cidadãos que discordavam do regime militar a viverem na clandestinidade.

Quando Caetano Veloso compôs a letra dessa canção, é possível sugerir que o compositor¹⁹ estivesse fazendo referência ao movimento organizado pelo Partido Comunista do Brasil (doravante PCdoB), da região central do país, das divisas dos estados do Pará, norte de Goiás (hoje, o estado do Tocantins) e Maranhão. Ou melhor,

a Guerrilha do Araguaia teve início com o ajuntamento de homens e mulheres, em sua maioria, jovens com menos de 30 anos de idade, em mata amazônica na região do Araguaia, na tríplice fronteira de norte de Goiás (atual Tocantins), Leste do Pará e Oeste do Maranhão (BRAUCKS, BARZOTTO, 2014, p. 148).

¹⁸ O órgão da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) era o responsável por censurar as produções culturais que contrariavam as doutrinas militares. Por exemplo, para aprovar a letra de uma música, de um programa de televisão era necessário enviar o(s) material(is) para o DCDP. Esse órgão examinava como os bons costumes e a crítica política contra o regime militar eram abordados nesse(s) material(is). O produto cultural só podia ser divulgado para o público brasileiro, depois que o DCDP aprovava o produto. Disponível em: < <http://governo-militar.info/ditadura-militar.html> >. Acesso em: 18/ago/2015.

¹⁹ Reforçamos que estamos propondo apenas uma possível interpretação a alguns versos da canção Alegria, Alegria. Além disso, sabemos que a música foi lançada em 1967 e a Guerrilha do Araguaia aconteceu no final da década de 60, sendo 1972 apontado como o ano de início do movimento. Porém, é certo concordamos que esses movimentos são sempre precedidos por prévia(s) organização(ões). Isso não significa que antes de 1972, os preparativos para a eclosão da Guerrilha do Araguaia não estivessem sendo organizados e sendo executados de forma tênue. Com o propósito de garantir que ações de luta desse movimento ocorreram antes de 1972, salientamos que em um texto recente - (publicado em 10 de outubro de 2015, sob o título: Guerrilha do Araguaia debanda para o palco, disponível no site: <<http://www.folhavoria.com.br/entretenimento/noticia/2015/10/guerrilha-do-araguaia-debanda-para-o-palco.html>>. Acesso em: 15 de fev. de 2016) - localizamos a informação de que em 1967, isto é, nos anos iniciais da Ditadura Militar no Brasil, a região entre os estados do Pará e do Tocantins foi palco de batalha, pois uniu 70 guerrilheiros contra cinco mil homens do Exército. Essa informação reforça que ações de luta da Guerrilha do Araguaia aconteceram antes de 1972.

ou nas mãos, pois com isso almejavam evitar a sua própria identificação; uma vez que estavam sendo perseguidos e procurados (por meio de fotos e nomes) pelo Regime Militar. Por isso, usavam documentos falsos e codinomes para habitar a região e para organizar os preparativos para o desfecho do movimento.

Esses homens e mulheres estavam *sem fome, sem telefone, no coração do Brasil*. Depreendemos que embora fossem obrigados a viverem escondidos, não passavam fome, porque se alimentavam das caças e de vegetais obtidos na floresta. Viviam sem telefone, pois ainda não existia na floresta amazônica esse meio de comunicação. Parece-nos que a metáfora expressa pelo verso, *No coração do Brasil*, indica exatamente a região em que o movimento esquerdista do PCdoB agia; mais especificamente, indica o norte de Goiás (atual Tocantins), leste do Pará e oeste do Maranhão; região localizada na parte central do Brasil, isto é, no coração do Brasil (cf. quadro 05, deste texto).

O compositor utiliza algumas metáforas para criticar o consumo de produtos importados. Isso é sugerido pelo verso *Eu tomo uma Coca-Cola*. À primeira vista, esse verso parece desconexo, mas o autor por meio dele faz uma crítica à importação de produtos norte-americanos, que financiavam as guerras e as campanhas para manter sua hegemonia.²⁰

Também notamos que por meio dos versos, *Em cardinales bonitas/Eu vou; Em dentes, pernas, bandeiras/Bomba e brigitte bardot*, o autor critica aos governos que procuravam alienar a população por meio dos programas televisivos, tal como, através de filmes importados da Europa. Enquanto a mídia conquistava o povo com os belos rostos e corpos das atrizes europeias, como Claudia Cardinale (italiana) e Brigitte Bardot (francesa), o Brasil estava vivendo em guerra. Entretanto, nada disso era divulgado pela mídia, a qual era controlada pelo órgão repressor DCDP, por isso apenas programas que não prejudicassem aos interesses do Regime Militar eram transmitidos.²¹

Conforme já salientamos, tentamos apresentar apenas uma possível interpretação a alguns versos da música em questão, pois nosso objetivo maior foi mostrar que conteúdos de implicações ideológicas (políticas, religiosas, éticas, morais, filosóficas, sociais) interferem e influenciam na atribuição de sentidos às palavras ou aos textos de uma língua. Logo, concluímos que conteúdos de implicações ideológicas contribuem para constituir os sentidos de determinadas passagens ou de dados versos da letra da música *Alegria, Alegria*. Ou melhor, depreendemos que a interpretação dessa canção dependerá do conhecimento de questões culturais, históricas e sociais do período do Regime Militar, tal como da Guerrilha do Araguaia; caso contrário, encontraremos dificuldades para realizar a interpretação dessa canção.

De acordo com a discussão realizada, a partir da letra da música, *Alegria, Alegria*, sugerimos que, em dadas situações, os professores da Educação Básica de variadas áreas de estudos como História, Filosofia, Sociologia, Religião e Artes poderão trabalhar em parceria. Isto é, os docentes poderão realizar em suas aulas, atividades com letras de músicas que apresentam conteúdos de implicações ideológicas (políticas, religiosas, éticas, morais, filosóficas), levando os alunos a perceberem que aspectos

²⁰ Algumas análises localizadas na *web* também tentam apresentar a esse(s) verso(s) uma interpretação semelhante a que é exposta neste texto.

²¹ Conferir nota de rodapé 19.

culturais, sociais, históricos interferem na construção dos sentidos, que são atribuídos às palavras e às expressões que constituem a letra de uma canção ou de qualquer outro texto. São muitas as perspectivas de trabalho com a SC, cabe ao professor selecionar material adequado e instigar os alunos a participarem das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, concluímos que a SC oferece oportunidades para desenvolvermos estudos a respeito da atribuição de sentidos às palavras e às expressões da língua. Em outras palavras, a SC contribui, especificamente, para que possamos entender que os aspectos culturais de uma dada comunidade linguística podem interferir e influenciar na constituição dos sentidos que são submetidos às palavras/expressões da língua.

[...] a língua [...] é uma construção humana e, por isso, faz parte da cultura. Só que, ao mesmo tempo que faz parte de uma cultura, a língua ajuda a construí-la. [...] a SC tem um enfoque muito marcante no uso real, vivo, verdadeiro de uma língua natural por seus falantes. É uma abordagem que valoriza a amplitude da relação entre a língua que falamos e a nossa vida, no sentido mais amplo desta palavra. Ela se interessa, por exemplo, pelas razões pelas quais um simples "Bom dia!" pode ser uma saudação para uma pessoa e uma ofensa para outra, estando ambas na mesma sala, no mesmo momento, sendo da mesma comunidade e falantes da mesma língua (FERRAREZI, 2013, pp. 74-75, grifos do autor).

Também observamos que na SC, os aspectos culturais de uma comunidade linguística são valorizados, e isso contribui, essencialmente, para que a cultura dessa comunidade se mantenha viva. No que diz respeito à Educação Básica, entendemos que a aplicação pedagógica da SC é relevante e significativa, pois auxilia no ensino da língua materna, reconhecendo e valorizando, principalmente, os aspectos linguísticos e culturais que o discente tem.

Por ser uma vertente em que os estudos são recentes e as propostas pedagógicas ainda limitadas, a SC apresenta inúmeras possibilidades de pesquisas com a perspectiva de auxiliar na compreensão do que é língua, cultura, constituição de sentidos, ou melhor, auxilia na compreensão de como surgem os sentidos que são atribuídos às palavras ou às expressões da língua.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 12. ed. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRAUCKS, Noraci Cristiane Michel; Barzotto, Leoné Astride. Uma narrativa contra o esquecimento: a história da guerrilha do Araguaia (1972-1975) em azul-corvo, de Adriana Lisboa. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 1, n. 2, pp. 142-156, jan./abr. 2014.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura, política e política cultural**. São Paulo: Estudos avançados, 1995.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- FERRAREZI Jr., Celso. **Semântica para a educação básica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. Metáfora e função de registro: a visão de mundo do falante e sua interferência nas línguas naturais. **Revista Linha d'Água**, v. 25, n. 1, pp. 67-86, 2012.
- _____. **Introdução a Semântica de Contextos e Cenários**: de la langue à la vie. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2010.
- _____. Semântica Cultural. In: FERRAREZI Jr., Celso; BASSO, Renato (orgs.) **Semântica, semânticas**: uma introdução. Contexto, pp. 71-87, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 1. ed., 4. impr. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A, 1988.
- FOSSILE, Dieysa Kanyela. Metáfora: alunos do ensino fundamental e professores em formação inicial encarando uma cilada que captura os significados. In: SILVA, Wagner Rodrigues; SANTOS, Janete Silva dos; MELO, Márcio Araújo de (orgs.). **Pesquisas em Língua(gem) e Demandas do Ensino Básico**. Campinas, SP: Pontes, pp. 157-183, 2014.
- _____. Parece que as coisas estão mudando: aos poucos a semântica começa a aparecer nos livros didáticos de língua portuguesa. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 16, n. 2, pp. 393-414, jul./dez. 2013.
- GARCIA, Afrânio. Semântica Histórica. **SOLETRAS**, Ano I, n. 02. São Gonçalo: UERJ, pp. 61-75, jul./dez. 2001.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- LEEZENBERG, M. **Contexts of metaphor**. Amsterdam, Elsevier, 2001.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração editorial, 2011.
- MOURA, Heronides. **Vamos pensar em metáforas?** São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2012.

OLIVEIRA, Helen I.B. de. **Aspectos socioculturais e semânticos na tradução dos fraseologismos em dicionários bilíngues**. 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 3. ed., v. 2. São Paulo: Cortez, pp. 17-46, 2003.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, v. 30, n. 3, setembro de 2010, pp. 556-571. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021784009> >. Acesso em: 09 de fev. de 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

CENA DO JOGO *SÓ PERGUNTAS EM É TUDO IMPROVISO*: ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DA RELEVÂNCIA¹

SCENE OF THE GAME *SÓ PERGUNTAS IN É TUDO IMPROVISO*: RELEVANCE-THEORETIC ANALYSIS

Fábio José Rauen²

Pedro Henrique Mattos³

RESUMO: Analisamos neste artigo uma cena do jogo *Só perguntas* do programa *É tudo improviso* com base na teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995). Neste jogo de improvisação, os atores devem desenvolver um tema com sucessivas perguntas, exigindo que os atores evitem fornecer respostas relevantes mediante aceitação/rejeição da forma lógica proposicional de *perguntas sim-não* do oponente ou complementação da forma lógica não proposicional de *perguntas-QU* do oponente. Na cena analisada, o tema “gravata” se desloca de PEÇA DO VESTUÁRIO para GOLPE DE LUTA, quando César Gouvêa propõe uma luta, e Marco Gonçalves questiona a capacidade de seu oponente lhe dar uma gravata. Sucede-se um duelo, onde Marco Gonçalves encontra uma estratégia vencedora. Ele lança sucessivas *perguntas-QU* até que César Gouvêa acabe por fornecer a resposta relevante.

Palavras-chave: Pragmática cognitiva. Teoria da relevância. Humor.

ABSTRACT: We offer in this article a relevance-theoretic analysis (Sperber & Wilson, 1986, 1995) of a scene of the game *Só perguntas* (Questions only) of the TV Show *É Tudo Improvado* (It's all Improvisation). In this theatre game, actors must develop a theme with successive questions, demanding the actors to avoid providing relevant answers by acceptance/rejection of the propositional logical form of the opponent's *yes-no question*, or by complementation of the non-propositional logical form of the opponent's *wh-question*. In this scene, the theme of the game – “tie” – moves from CLOTHING to FIGHT, when César Gouvêa proposes a fight and Marco Gonçalves questions the ability of his opponent. A duel follows, and Marco Gonçalves finds a winning strategy. He launches successive *wh-questions* until César Gouvêa ends up, providing the relevant answer.

Keywords: Cognitive Pragmatics. Relevance Theory. Humor.

¹ Agradecemos o apoio institucional do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (PPGCL/Unisul). Além disso, agradecemos às pertinentes observações dos revisores. Os erros remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

² Doutor em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com pós-doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (PPGCL/UNISUL). Correio eletrônico: fabio.rauen@unisul.br.

³ Licenciado em Letras pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Publicitário. Correio eletrônico: pedro@mattizdesign.com.br.

INTRODUÇÃO

O programa de auditório *É tudo improviso*, veiculado pela rede Bandeirantes de Televisão (Band) nas noites de segundas-feiras de 2011 a partir das 22 h e 45 min, consiste num conjunto de jogos teatrais de improvisação nos moldes do programa *Whose line is it anyway?* (Inglaterra; EUA) e nos espetáculos do *Jogando no Quintal* e, principalmente, do *Improvável*. No jogo *Só perguntas*, por exemplo, a plateia propõe aos atores situações onde as interações só podem ser mantidas através de sucessivas perguntas.

Como perguntas são formas econômicas de diálogo demandando respostas relevantemente compensadoras (COSTA, 2005), a tendência do ouvinte é a de responder a elas. Posto isto, responder a perguntas com outras perguntas, mantendo o tópico da conversação, exige substantivo dispêndio cognitivo. Segue que o jogo atinge rapidamente um limiar para além do qual um dos atores não consegue produzir uma nova pergunta.

Improvisar é parte do fazer teatral. Segundo Chacra (1991, p. 15) “a natureza momentânea do teatro já prefigura, por si só, um caráter improvisacional na obra acabada”. Mesmo em peças com roteiro fixo e cenas ensaiadas, cada espetáculo é um evento único. Cada sentença, como unidade mínima que compõe o roteiro de uma peça teatral, consiste numa enunciação diferente em cada edição do espetáculo, de modo que sempre há algo de novo, inusitado ou constitutivamente pragmático em cada encenação.

Se isto está correto no teatro convencional, é essencial no teatro de improvisação inspirado na *commedia dell'arte*⁴ e, mais modernamente, nos espetáculos denominados *theatresports*,⁵ que se organizam em torno de jogos. Este tipo de espetáculo fundamenta-se na habilidade de os atores atuarem, jogarem e formarem ambientes imaginários construídos por eles próprios. Conforme Pavis (1999, p. 205), o ator “interpreta algo imprevisto, não preparado antecipadamente e inventado no calor da ação”. Improvisar, portanto, exige “jogar um jogo, predispor-se a solucionar um problema sem preconceito quanto à maneira de solucioná-lo” (SPOLIN, 1998, p. 341).

Além de pressupor técnicas fundamentais de teatro como afinidade com o público, conhecimento de espaço de cena e dramaturgia, o jogo de improvisação exige dos atores duas habilidades essenciais. Se, de um lado, os atores precisam criar cenas com base em circunstâncias e tópicos, convertendo-os em dramaturgos, de outro, esta liberdade é vigiada pelas regras de cada jogo, convertendo-os em jogadores. Como em qualquer jogo, a improvisação teatral exige rapidez corporal e mental dos atores ao reagir espontaneamente a impulsos provocados em geral por situações sugeridas pela plateia ou por um mestre de cerimônias que conduz o espetáculo. E assim, em sucessão, estas reações provocam novas ações no desenvolvimento das cenas.

Todas estas características estão presentes no programa *É tudo improviso*, no qual os atores executam um conjunto de jogos teatrais guiados por um mestre de cerimônias.

⁴ Por *commedia dell'arte*, *commedia all'improvviso* ou *commedia a treepadhinha* define-se uma espécie de teatro popular itinerante e familiar realizado em ruas ou praças públicas que surge no século XV na Itália e é caracterizada por roteiro simplificado e liberdade de improvisação e de interação com o público.

⁵ Por *theatresports* define-se uma forma de teatro de improviso, desenvolvido pelo diretor Keith Johnstone em 1977 no Canadá, onde equipes adversárias realizam cenas teatrais com base em sugestões do público e são avaliadas por jurados ou pelo público.

Cabe ao mestre de cerimônias – o ator Márcio Ballas⁶ – explicar o funcionamento dos jogos, interagir com a plateia fazendo com que ela proponha os temas, supervisionar o desenvolvimento dos jogos e arbitrar seu encerramento através de uma campanha, quando outros jogadores entram em cena individualmente ou em grupo. Cabe aos jogadores – os atores Marco Gonçalves, Cristiane Wersom, Marianna Armellini, Guilherme Tomé e César Gouvêa⁷ – revezarem-se nos jogos.

No quadro *Só perguntas*, os atores somente podem fazer perguntas. O jogo parte de uma referência obtida da plateia pelo mestre de cerimônias e se interagir com encerra quando o mestre de cerimônias julga que um dos atores não formula uma pergunta, hesita ou foge do tema.

Admitindo-se que a participação dos atores é guiada pelos princípios cognitivo e comunicativo de relevância, analisamos, com base no aparato descritivo e explanatório da teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986; 1995), processos interacionais verbais e não verbais de trocas comunicativas que compõem uma cena do quadro *Só perguntas* onde os atores Marco Gonçalves e César Gouvêa desenvolvem o tema “gravata”.

Para dar “conta” deste objetivo, o texto foi dividido em mais três seções. Na segunda seção, apresentamos algumas notas sobre a teoria da relevância; na terceira, apresentamos a análise da cena; e, na quarta, apresentamos as considerações finais do estudo.

NOTAS SOBRE A TEORIA DA RELEVÂNCIA

A teoria da relevância, desenvolvida por Sperber e Wilson (1986, 1995) fundamenta-se em dois princípios. O primeiro princípio, chamado de cognitivo, assume que a mente humana maximiza a relevância dos estímulos que demandam processamento. O segundo princípio, chamado de comunicativo, assume que enunciados linguísticos, tomados como estímulos ostensivos do falante, geram expectativas de relevância suficientemente precisas para guiar a interpretação do ouvinte.

Princípio Cognitivo de Relevância

A cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância.

Princípio Comunicativo da Relevância

Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 260, tradução nossa).

Por relevância, define-se uma propriedade dos estímulos (enunciados, pensamentos, memórias ou percepções sensoriais) que são alvo de processos cognitivos. Assumindo o princípio cognitivo de relevância, um estímulo é relevante quando os efeitos cognitivos positivos de seu processamento superam o esforço cognitivo necessário para processá-lo. Isto pode ocorrer quando os estímulos fortalecem suposições anteriores, contradizem e enfraquecem suposições anteriores ou derivam implicações, tomadas como conclusões que são derivadas da combinação dos estímulos novos com o contexto cognitivo prévio do indivíduo, mas que não são derivadas dos estímulos ou do contexto isoladamente.

⁶ Do grupo *Jogando no Quintal*.

⁷ Marco Gonçalves e César Gouvêa pertencem ao grupo *Jogando no Quintal*. Cristiane Wersom e Marianna Armellini pertencem ao grupo *As Olívias*.

Sendo iguais as condições, segue do princípio cognitivo de relevância que a relevância é maior quando os efeitos cognitivos são maiores ou quando os esforços de processamento são menores. Segue do princípio comunicativo de relevância que existe uma expectativa de relevância ótima em toda oferta de informação. Um enunciado é otimamente relevante quando ele é relevante o suficiente para merecer ser processado e quando ele é o estímulo mais relevante que o falante se dispôs ou foi capaz de produzir.

Presunção de relevância ótima:

- a) O enunciado deve ser ao menos relevante o suficiente para merecer processamento; e,
- b) O enunciado deve ser o mais relevante compatível com as habilidades e as preferências do falante. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 270, tradução nossa).

O papel do ouvinte neste processo é o de gerar uma interpretação que satisfaça sua expectativa de relevância ótima. Para dar "conta" desta demanda seguindo uma rota de esforço mínimo, o ouvinte decodifica a formulação linguística dos enunciados; enriquece estes estímulos até obter um significado explícito, sempre que necessário; e completa este significado em nível implícito, sempre que pertinente. Este processo pode ser resumido pelo que se define por heurística ou procedimento de compreensão guiado pela relevância.

Procedimento de compreensão guiado pela relevância

Siga um caminho de esforço mínimo na computação de efeitos cognitivos:

- 2a. Considere interpretações em ordem de acessibilidade;
- 2b. Pare quando sua expectativa de relevância é satisfeita. (WILSON, 2004, lição 5, p. 1).

Na descrição deste processo, é necessário encaixar a forma linguística dos enunciados em uma forma lógica. Em seguida, esta forma lógica, em geral não proposicional ou semanticamente incompleta, é enriquecida por inferências para gerar uma explicatura caracterizada por ser uma forma lógica proposicional, ou seja, uma proposição semanticamente completa para a qual é possível atribuir um valor de verdade. Por vezes, esta explicatura torna-se uma premissa implicada que pode gerar dedutivamente conclusões implicadas ou implicaturas.

É justamente este percurso que utilizaremos na seção seguinte para analisar cada enunciado do jogo de improvisação em destaque neste estudo.

ANÁLISE DA INTERAÇÃO

Este artigo integra o *Grupo de Pesquisa em Pragmática Cognitiva* (GPPC) do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Como os demais trabalhos deste grupo, argumentamos que o aparato metodológico da teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995) permite uma descrição empírica e uma explicação adequada de processos ostensivo-inferenciais em interações comunicativas, dentre as quais cenas de improvisação teatral. Este estudo em particular inspira-se na dissertação de Oliveira (2012) sobre o quadro *Cenas Improváveis* da Companhia Barbixas de Humor,⁸ restringindo o olhar para o quadro *Só*

⁸ Análise de teatro de improvisação com ênfase no jogo *Cenas Improváveis* pode ser encontrada na dissertação de Oliveira (2012). Cf.: Rauen e Oliveira (2012).

perguntas do programa *É tudo improviso*, analisando uma das interações que foi ao ar em 7 de fevereiro de 2011.⁹

No início do jogo, Marcio Ballas está em pé no centro do palco, e os atores Marco Gonçalves, Cristiane Wersom, Marianna Armellini, Guilherme Tomé e César Gouvêa estão sentados à direita do telespectador. Marcio Ballas introduz os participantes fazendo uma série de brincadeiras na forma de sucessivas perguntas:

Vamos Senhoras e Senhores, *Ladies and Gentleman*. Quem é menos favorecido intelectualmente, o Tomé ou o César? Qual é a mais dada, a Cris ou a Mari? Quem é mais negão, o Marcão ou o Marcão? É o *Só perguntas!*

Em seguida, apresenta-se a vinheta do jogo (figura 1) enquanto a Banda Paraquedas,¹⁰ que fica à esquerda do telespectador, executa o respectivo *jingle*.

Você conhece esse jogo? Qual é a sua mermão? Qual é seu nome? Que dia é hoje? Que horas que são?

Figura 1: Vinheta do jogo *Só perguntas*



Fonte: Youtube.¹¹

Anunciado o jogo, Marcio Ballas apresenta as regras:

Nesse jogo, os jogadores só podem fazer perguntas. Vão improvisar. E quem afirmar, exclamar, vacilar, não perguntar, a campainha eu vou tocar.

Logo em seguida, Marcio Ballas dirige-se à frente do palco para interagir com a plateia. Nesta interação, ele pede para que a plateia sugira nomes de peças de roupa que as pessoas podem encontrar num guarda-roupa.

Quem me diz aqui uma peça qualquer de roupa do guarda-roupa de vocês?

⁹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7LooQImHfg4&feature=related>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

¹⁰ Banda Paraquedas: Chico Salem na guitarra e vocal de apoio, Daniel "Chuck" Ayres no teclado, baixo e vocal de apoio, Giba Alves na bateria, Guilherme Guizado Mendonça no trompete e Débora Reis no vocal.

¹¹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7LooQImHfg4&feature=related>> Acesso em: 7 fev. 2012.

A plateia sugere as seguintes peças: cueca, calcinha, sutiã, macacão e gravata. Dentre estas peças, Marcio Ballas define “gravata” como tema do quadro.

Gravata! Vamos na gravata, obrigado! O título do *Só perguntas* é gravata. E o improviso começa já.

A interação a ser analisada neste artigo, protagonizada pelos atores César Gouvêa e Marco Gonçalves, é a primeira que segue da definição do tema.¹² Vejamos a transcrição:

- (1) César Gouvêa: Tá preparado?
- (2) Marco Gonçalves: Você tá achando que vai conseguir me dar uma gravata? É isso?
- (3) César Gouvêa: Você sabe o que aconteceu com a última pessoa que beijou minha mulher?
- (4) Marco Gonçalves: O quê?
- (5) César Gouvêa: Você não viu que ele morreu?
- (6) Marco Gonçalves: Quando?
- (7) César Gouvêa: Você não viu que foi no mês passado?
- (8) Marco Gonçalves: Aonde?

Como César Gouveia hesita e não consegue manter a interação com perguntas em (9), ele perde o jogo e cumprimenta Marco Gonçalves em (10):

- (9) César Gouvêa: No bairro onde eu moro... ou onde você mora?
- (10) César Gouvêa: Cê foi muito bem, viu? Cê foi muito bem, muito bem!

Cada enunciado desta interação gerou quatro versões descritivas. Na versão (a), apresentamos os elementos linguísticos; na versão (b), descrevemos a forma lógica; na versão (c), apresentamos os preenchimentos das entradas lógicas para compor a explicatura; e, na versão (d), encaixamos a explicatura numa descrição que engloba o ato de fala¹³.

Além disto, por convenção, usamos aspas duplas para representar enunciados ou trechos de enunciados retomados (por exemplo, “Tá preparado?”); aspas simples para representar expressões linguísticas (por exemplo, “preparado”); versalete para representar entradas enciclopédicas (por exemplo, PREPARADO);¹⁴ e texto normal para representar referências no mundo quando pertinentes (por exemplo, preparado). O sinal \emptyset , por sua vez, representa entradas lexicais vazias.

Seguimos com a análise do primeiro enunciado:

¹² A cena vai de 1 min e 4 s a 1 min e 24 s (incluindo o cumprimento de César Gouvêa).

¹³ Apresentamos as quatro versões em linhas sucessivas por conveniência descritiva. Como antecipa o mecanismo de compreensão guiado pela relevância, o ouvinte segue **on-line** uma rota de menor esforço, interpretando os **inputs** contextuais em ordem de acessibilidade. Isso implica dizer que o ouvinte identifica atitudes proposicionais ou estruturas argumentais, por exemplo, tão logo quanto possível, parando o processo quando alguma hipótese sobre o significado do falante satisfaz sua expectativa de relevância ótima.

¹⁴ Em teoria da relevância, os conceitos cognitivos podem ser acessados por três entradas. Segundo Silveira e Feltes (1999, p. 32), as entradas lógicas são um conjunto finito, pequeno e constante de regras dedutivas de viés computacional, que se aplicam a formas lógicas das quais são constituintes. As entradas enciclopédicas são informações sobre a extensão ou a denotação de conceitos, objetos, eventos e/ou propriedades de viés representacional e variável individualmente e ao longo do tempo. Entradas lexicais são a contraparte em linguagem natural dos conceitos.

(1a) Tá preparado?

(1b) (estar preparado x, α finalidade).

(1c) \emptyset [VOCÊ/MARCO GONÇALVES] tá preparado [PARA UMA LUTA]?

(1d) CÉSAR GOUVÊA DESEJA SABER SE [É VERDADE QUE] MARCO GONÇALVES ESTÁ PREPARADO PARA UMA LUTA.

A descrição (1b) assume que o enunciado (1a) “Tá preparado?” possui uma forma lógica segundo a qual alguém x está preparado para alguma finalidade¹⁵. Uma vez que as posições lógicas do sujeito de estar preparado e da finalidade da preparação estão foneticamente vazias e a proposição compõe uma interrogação, podemos dizer que a formulação linguística constitui uma forma lógica não proposicional, de maneira que ainda não é possível atribuir ao enunciado um valor de verdade.

A descrição (1c) captura complementações necessárias para isso. Primeiramente, é necessário preencher a elipse de sujeito de estar preparado: alguém x. O candidato mais provável a preencher esta elipse é MARCO GONÇALVES, uma vez que ele é o interlocutor de César Gouvêa. Em seguida é necessário preencher a elipse da finalidade de se estar preparado. No caso, assumimos com base em pistas não verbais que a hipótese mais provável é a de que César Gouvêa deseja saber se Marco Gonçalves está preparado PARA UMA LUTA. Na figura 2, a seguir, observamos que o ator César Gouvêa está com as mãos *em guarda*, e suas pernas estão semidobradas em *posição de base*.

Figura 2 — Pistas não verbais de César Gouvêa no primeiro enunciado



Fonte: Youtube.¹⁶

Neste ponto da descrição, conforme Sperber e Wilson (1986, 1995), entra em cena o módulo ou mecanismo dedutivo de interpretação de enunciados, que toma determinado conjunto de suposições como *input* e deduz deste conjunto todas as conclusões possíveis por regras dedutivas de eliminação do tipo *eliminação-e*, *modus ponens* e *modus*

¹⁵ Conforme Rauen (2005, 2008), destacamos com letras gregas as diversas circunstâncias que, embora não caibam numa descrição proposicional *stricto sensu*, revelam-se relevantes na interação.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7LooQImHfg4&feature=related>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

*tollens*¹⁷. Este mecanismo on-line não opera com regras triviais da lógica formal, mas de forma não trivial (sensível à força das suposições) e não demonstrativa (passível de ser confirmado, mas não de ser provado), tendo livre acesso, além de estímulos verbais, a estímulos ambientais (incluindo os visuais) e a suposições da memória enciclopédica.

Considerando este mecanismo dedutivo, podemos assumir aqui que as pistas corporais de César Gouvêa no primeiro enunciado, traduzidas como suposições mentais S_{1-2} ,¹⁸ funcionam como premissas implicadas. Estas premissas implicadas permitem inferir como conclusão implicada que Marco Gonçalves está em posição de luta S_4 . Vejamos a descrição:

S_1 – César Gouvêa está com as mãos em posição de guarda (premissa implicada do estímulo visual);

S_2 – César Gouvêa está com as pernas dobradas em posição de base (premissa implicada do estímulo visual);

$S_2 - S_1 \wedge S_2 \rightarrow S_4$ (inferência por *modus ponens conjuntivo*);

S_4 – César Gouvêa está em posição de luta (conclusão implicada);

Além disto, vale dizer que estímulos comunicacionais são concebidos como estímulos ostensivos abertos em teoria da relevância.¹⁹ Numa comunicação aberta, há duas camadas de intenção a serem reconhecidas pelo ouvinte: uma intenção básica de informar algo – *intenção informativa*; e uma intenção de ordem superior de que se reconheça esta intenção básica – *intenção comunicativa*. Um enunciado consiste numa evidência direta ou ostensiva (intenção comunicativa) de uma informação (intenção informativa).²⁰

Conforme Sperber e Wilson (1995, p. 231), a comunicação verbal é um fenômeno no qual os enunciados são interpretações públicas de pensamentos dos falantes. Cabe aos ouvintes produzir uma representação mental destes enunciados e, em seguida, uma representação mental dos pensamentos originais. Estas representações mentais têm formas proposicionais e podem ser utilizadas de modo descritivo ou interpretativo. De um lado, as formas proposicionais podem descrever estados de coisas do mundo real ou ficcional ou descrever estados de coisas desejáveis. De outro lado, as formas proposicionais podem interpretar pensamentos ou enunciados atribuídos, ou interpretar pensamentos desejáveis ou contrafactuais. Assim, em todo enunciado há duas relações: entre a forma proposicional e um pensamento do falante e entre o pensamento e o que ele representa.

¹⁷ Na regra de **eliminação-e**, sendo consideradas em conjunto verdadeiras duas suposições **P** e **Q**, cada uma delas é verdadeira separadamente, **P** ou **Q**. Formalmente: " $P \wedge Q, P$ " ou " $P \wedge Q, Q$ " (o símbolo \wedge equivale à operação lógica de adição). Na regra de **modus ponens**, se há uma relação de implicação entre duas suposições **P** e **Q**, quando a primeira é afirmada **P**, segue-se necessariamente a segunda **Q**. Formalmente: " $P \rightarrow Q, P, Q$ " (o símbolo \rightarrow equivale à operação lógica de implicação, se **P** então **Q**). Por vezes, é possível combinar as duas regras como é o caso da regra de **modus ponens conjuntivo**: " $(P \wedge Q) \rightarrow R, P \rightarrow R, R$ " ou então " $(PQ) \rightarrow R, Q \rightarrow R, R$ ". Na regra de **modus tollens**, inicia-se por um conjunto de duas alternativas **P** ou **Q**. Em seguida, obtém-se a negação de uma delas, $\neg Q$ ou $\neg P$. Neste caso, conclui-se por **P** ou **Q**. Formalmente: " $P \vee Q, \neg Q, P$ " ou " $P \vee Q, \neg P, Q$ " (o símbolo \vee equivale à operação lógica de disjunção e o símbolo \neg equivale à operação lógica de negação). Mais uma vez, pode-se pensar numa regra combinada, o **modus ponens disjuntivo**: " $(P \vee Q) \rightarrow R, \neg Q, P \rightarrow R, R$ " ou " $(P \vee Q) \rightarrow R, \neg P, Q \rightarrow R, R$ ".

¹⁸ Embora as suposições mentais S_{1-n} sejam constituídas prevalentemente por entradas enciclopédicas, elas não serão representadas em versalete por razões de caráter estético.

¹⁹ Wilson (2004, lição 1, p. 6) distingue transmissões de informação acidentais (sotaque, por exemplo) e intencionais. Dentre as últimas, a autora distingue transmissões de informação intencionais encobertas (pretendidas como escondidas) e abertas ou ostensivas.

²⁰ Segundo Wilson (2004, lição 1, p.7), a análise de eventos ostensivos de comunicação intencional aberta é o escopo dos estudos linguísticos de caráter pragmático.

[...] Nosso argumento pode ser resumido como segue: metáfora envolve uma relação interpretativa entre a forma proposicional de um enunciado e o pensamento que ele representa; ironia envolve uma relação interpretativa entre o pensamento do falante e os pensamentos ou enunciados atribuídos; declaração envolve uma relação descritiva entre o pensamento do falante e um estado de coisas do mundo; pedido e aviso envolvem uma relação descritiva entre o pensamento do falante e um estado de coisas desejável; interrogação e exclamação envolvem uma relação interpretativa entre o pensamento do falante e os pensamentos desejáveis. [...]. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 231, tradução nossa).

Interessam-nos neste artigo os enunciados interrogativos. Nestes tipos de enunciados, a forma proposicional do enunciado não é a sua explicatura. Queremos dizer com isto que a intenção de César Gouvêa no caso em ilustração não é a de declarar que “Marco Gonçalves está preparado para uma luta” (1c), mas a de verificar se ele está ou não.

P – Marco Gonçalves está preparado para uma luta.

■P – Marco Gonçalves não está preparado para uma luta.

Se isto está correto, a forma proposicional deste enunciado tem de ser integrada num esquema de suposições para chegar a explicatura (1d) “César Gouvêa deseja saber se [é verdade que] Marco Gonçalves está preparado para uma luta”, capturando não somente a ideia de que enunciados interrogativos são interpretações de respostas que o falante consideraria relevantes, se verdadeiras, mas também para quem esta informação é relevante. Neste esforço, Sperber e Wilson (1995, p. 252) recuperam a distinção entre *perguntas sim-não*, que possuem uma forma lógica e uma forma proposicional total, e *perguntas-QU*, que possuem uma forma lógica, mas não uma forma proposicional total.

[...]. Nossa hipótese é a de que o ouvinte de um enunciado interrogativo recupera sua forma lógica e a integra dentro de uma descrição na forma de **O falante está perguntando Qu-P**, onde **Qu-P** é uma pergunta indireta. Vamos distinguir entre perguntas sim-não que têm não apenas uma forma lógica, mas também uma forma proposicional total, e perguntas-Qu, que têm uma forma lógica, mas não uma forma plenamente proposicional. Assim, queremos analisar **perguntar Qu-P**, onde **Qu-P** é uma **pergunta sim-não** e **P** é a forma proposicional do enunciado, como comunicando que o pensamento interpretado por **P** seria relevante se fosse verdadeiro. Queremos analisar **perguntar Qu-P**, onde **Qu-P** é uma **pergunta-QU** e **P** é uma forma lógica menos do que proposicional do enunciado, como comunicando que existe alguma totalização do pensamento interpretado por **P** para tornar-se um pensamento plenamente proposicional que seria relevante se fosse verdadeiro. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 252, tradução nossa, grifos dos autores).

Posto isto, a descrição (1d) captura a ideia de que Marco Gonçalves deve recuperar a forma lógica do enunciado de César Gouvêa e integrá-la numa descrição com a forma **CÉSAR GOUVÊA DESEJA SABER SE [É VERDADE QUE] P**, tal que **P** é uma interrogativa indireta com o conteúdo **MARCO GONÇALVES ESTÁ PREPARADO PARA UMA LUTA**.

Nesta pergunta indireta, como podemos conferir na descrição (1c), todas as entradas lógicas estão preenchidas, razão pela qual se pode dizer que ela contém uma forma proposicional total. Deste modo, cabem a Marco Gonçalves duas opções: confirmar a forma proposicional total do enunciado ou não. É por este motivo que podemos classificar o enunciado (1a) de César Gouvêa como uma *pergunta sim-não*.

Todavia, a regra do jogo impõe a Marco Gonçalves a necessidade de responder à pergunta de César Gouvêa com outra pergunta, obrigando-o a não ceder à tensão de fornecer a resposta relevante. Em função disto, cabe a Marco Gonçalves interpretar o enunciado de César Gouvêa como uma proposição de luta; interpretar as opções de resposta, ou seja, conceber as duas alternativas disponíveis (aceitar ou não a luta); e elaborar um estímulo ostensivo verbal interrogativo que evite que o jogo acabe.

A solução encontrada por Marco Gonçalves é brilhante. Ele entra em cena em posição de luta, figura 3, e diz:

(2) Você tá achando que vai conseguir me dar uma gravata? É isso?

Figura 3: Marco Gonçalves aceita a luta proposta por César Gouvêa.



Fonte: Youtube.²¹

No que diz respeito à primeira demanda, o comportamento do ator revela que ele foi capaz de inferir o enunciado de César Gouvêa como uma proposição de luta. No que se refere à segunda demanda, respondendo à pergunta de César Gouvêa com estímulos não verbais, a rigor quase que espelhando a posição de César Gouvêa, ele evita elaborar um enunciado afirmativo. Para tanto, ele aposta que plateia e César Gouvêa serão capazes de fazer a seguinte inferência a partir dos estímulos ostensivos de seu corpo:

- S_1 – Marco Gonçalves está em posição de luta (premissa implicada do *input visual*);
- S_2 – $S_1 \rightarrow S_3$ (inferência por *modus ponens*);
- S_3 – Marco Gonçalves provavelmente está preparado para a luta com César Gouvêa (conclusão implicada).

Além disto, S_3 funciona como premissa implicada que sustenta a inferência de que Marco Gonçalves provavelmente irá lutar com César Gouvêa:

- S_3 – Marco Gonçalves provavelmente está preparado para a luta com César Gouvêa (premissa implicada).
- S_4 – $S_3 \rightarrow S_5$ (inferência por *modus ponens*);
- S_5 – Marco Gonçalves provavelmente irá lutar com César Gouvêa (conclusão implicada).

²¹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7LooQImHfg4&feature=related>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

A terceira demanda, por fim, é atendida com nova *pergunta sim-não*.

(2a) Você tá achando que vai conseguir me dar uma gravata?

(2b) (estar achando x, y (ir conseguir dar x, y, z)).

(2c) você [CÉSAR GOUVÊA] está achando que Ø [CÉSAR GOUVÊA] vai conseguir me [EM MARCO GONÇALVES] dar uma gravata?

(2d) MARCO GONÇALVES DESEJA SABER SE [É VERDADE QUE] CÉSAR GOUVÊA ESTÁ ACHANDO QUE CÉSAR GOUVÊA VAI CONSEGUIR DAR UMA GRAVATA EM MARCO GONÇALVES.

O enunciado “É isso?” meramente reitera a interrogação anterior, posto que o referente do pronome “isso” só pode ser: CÉSAR GOUVÊA ESTÁ ACHANDO QUE CÉSAR GOUVÊA VAI CONSEGUIR DAR UMA GRAVATA EM MARCO GONÇALVES.

Os jogadores, em função da regra do jogo, precisam usar o item lexical “gravata” em algum momento das interações. Nesta interação, contudo, ocorre um deslocamento de sentido da palavra “gravata” de PEÇA DO VESTUÁRIO para GOLPE DE LUTA. Se ambos, César Gouvêa e plateia, não forem capazes de fazer este deslocamento, não poderão acompanhar a consecução do jogo.

Vejamos a respectiva inferência:

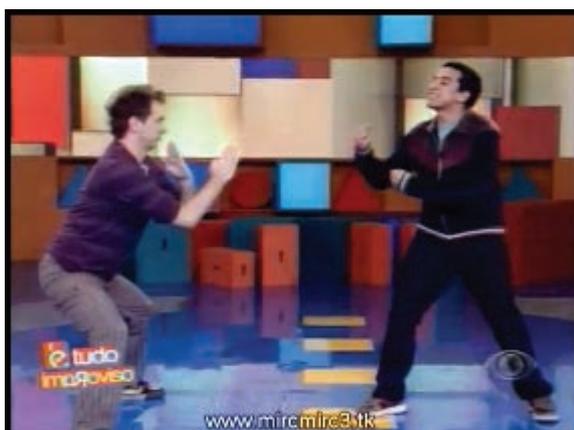
S₁ - Marco Gonçalves deseja saber se [é verdade que] César Gouvêa está achando que César Gouvêa vai conseguir dar uma gravata em Marco Gonçalves (premissa implicada do *input linguístico*);

S₂ - S₁ → S₃ (inferência por *modus ponens*);

S₃ - Marco Gonçalves e César Gouvêa provavelmente estão interpretando a palavra “gravata” como um golpe de luta (conclusão implicada).

Com esta pergunta, Marco Gonçalves refuta as respostas esperadas e instala outra questão que, como vimos, tem a ver com a capacidade ou não de seu oponente “dar uma gravata”. Esta dúvida se reforça pelo *input visual*, como podemos ver na figura 4, a seguir:

Figura 4: Marco Gonçalves duvida que César Gouvêa lhe dará uma gravata



Fonte: Youtube.²²

²² Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7LooQImHfg4&feature=related>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

César Gouvêa está, neste momento, na contingência de provar suas habilidades:

S_1 – Marco Gonçalves deseja saber se [é verdade que] César Gouvêa está achando que César Gouvêa vai conseguir dar uma gravata em Marco Gonçalves (premissa implicada do *input* linguístico);

S_2 – $S_1 \rightarrow S_3$ (inferência por *modus ponens*);

S_3 – Marco Gonçalves provavelmente duvida que César Gouvêa é capaz de dar uma gravata em Marco Gonçalves (conclusão implicada/premissa implicada);

S_4 – $S_3 \rightarrow S_5$ (inferência por *modus ponens*);

S_5 – César Gouvêa provavelmente terá que provar que é capaz de dar uma gravata em Marco Gonçalves (conclusão implicada).

Agora, é César Gouvêa quem está na contingência de fornecer ou não o que se espera e de devolver esta pergunta com outra. Em plano médio²³ (figura 5) ele responde:

(3) Você sabe o que aconteceu com a última pessoa que beijou minha mulher?

Figura 5: César Gouvêa responde a Marco Gonçalves



Fonte: Youtube.²⁴

Veamos a análise do enunciado:

(3a) Você sabe o que aconteceu com a última pessoa que beijou minha mulher?

(3b) (saber x, y (acontecer x, y (beijar x, y))).

(3c) você [MARCO GONÇALVES] sabe o que [algo] aconteceu com a última pessoa que [ÚLTIMA PESSOA] beijou minha [de César Gouvêa] mulher?

(3d) CÉSAR GOUVÊA DESEJA SABER SE [É VERDADE QUE] MARCO GONÇALVES SABE O QUE ACONTECEU COM A ÚLTIMA PESSOA QUE BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA.

Para evitar responder à pergunta de Marco Gonçalves, César Gouvêa promove duas estratégias. A primeira é formular outra *pergunta sim-não*, conforme Marco Gonçalves saiba ou não o que teria acontecido com a última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa:

²³ No plano médio, os atores ficam próximos o suficiente para identificá-los, e a cena fica ampla o suficiente para que se possa situar o local em que eles se encontram.

²⁴ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7LooQImHfg4&feature=related>> Acesso em: 7 fev. 2012.

P – Marco Gonçalves sabe o que aconteceu com a última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa;

■P – Marco Gonçalves não sabe o que aconteceu com a última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa.

A segunda é fazer com que Marco Gonçalves infira que ele é capaz de dar uma gravata à medida que elabora a explicatura da conjunção integrante “que”.

Vejamos como isto pode ser descrito:

S_{1a} – *Algo_x* Aconteceu com a última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa.

S_{1b} – *O que_x* aconteceu com a última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa?

S_{1c} – *Levar um golpe de gravata_x* aconteceu com a última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa.

A inferência supostamente pretendida é a de que, se a última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa levou uma gravata de César Gouvêa, então César Gouvêa acha que César Gouvêa vai conseguir dar uma gravata em Marco Gonçalves²⁵.

S_1 – A última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa levou uma gravata de César Gouvêa (premissa implicada derivada do *input linguístico*);

S_2 – $S_1 \rightarrow S_3$ (inferência por *modus ponens*);

S_3 – César Gouvêa vai conseguir dar uma gravata em Marco Gonçalves (conclusão implicada).

Posto isto, a versão (3d) pode ser reescrita da seguinte forma:

(3d) CÉSAR GOUVÊA DESEJA SABER SE [É VERDADE QUE] MARCO GONÇALVES SABE QUE A ÚLTIMA PESSOA QUE BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA LEVOU UMA GRAVATA DE CÉSAR GOUVÊA.

Neste ponto da interação, Marco Gonçalves está na contingência de declarar “Sim” ou “Não”, conforme saiba ou não o que teria acontecido com a última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa. Se o ator declara “Sim”, além de perder o jogo, aceita a inferência de que, se César Gouvêa foi capaz de dar uma gravata na outra pessoa, ele será capaz de dar uma gravata em Marco Gonçalves. Se ele declara “Não”, evita esta inferência, mas perde o jogo. Todavia, mais uma vez, ele encontra uma saída brilhante ao explorar na utilização do pronome “que” um caminho por onde minar a estratégia de César Gouvêa. Vejamos:

(4a) O quê?

(4b) (acontecer -QU, $\alpha_{companhia}$).

(4c) O que \emptyset [ACONTECEU] \emptyset [COM A ÚLTIMA PESSOA QUE/A ÚLTIMA PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA]?

(4d) MARCO GONÇALVES DESEJA SABER O QUE ACONTECEU COM A ÚLTIMA PESSOA QUE/A ÚLTIMA PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA.

²⁵ Adotamos aqui uma versão mais neutra segundo a qual o que está em jogo é a capacidade de César Golvêa desferir o golpe. Todavia, é razoável inferir que, ao perguntar sobre o que aconteceu com a última pessoa que beijou sua mulher, o ator não afirma apenas que é capaz de dar uma gravata, mas que seu golpe é forte, capaz de ferir ou matar.

Figura 4: Marco Gonçalves elabora sua primeira pergunta-QU



Fonte: Youtube.²⁶

Marco Gonçalves formula uma *pergunta-QU* a partir das próprias pistas linguísticas do enunciado anterior de César Gouvêa, constringindo-o a ele próprio preencher a lacuna que havia criado. Com isto, Marco Gonçalves coloca César Gouvêa na contingência de preencher a forma lógica de seu próprio enunciado: “aconteceu algo com quem beijou a mulher de César Gouvêa”. Se ele preencher esta lacuna, perde o jogo automaticamente.

César Gouvêa escapa deste xeque com a seguinte formulação:

(5a) Você não viu que ele morreu?

(5b) ■(ver x, y (morrer x, $\alpha_{instrumento}$))

(5c) você [MARCO GONÇALVES] não viu que ele [A PESSOA QUE BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOVÊA] morreu \emptyset [COM A GRAVATA QUE CÉSAR GOVÊA DEU NA PESSOA QUE/A PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOVÊA]?

(5d) CÉSAR GOVÊA DESEJA SABER SE [É VERDADE QUE] MARCO GONÇALVES NÃO VIU QUE A PESSOA QUE BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOVÊA MORREU COM A GRAVATA QUE CÉSAR GOVÊA DEU NA PESSOA QUE/A PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOVÊA.

César Gouvêa mantém sua estratégia. Mais uma vez, ele elabora uma *pergunta sim-não*. Observe-se que este enunciado torna mutuamente mais manifesto a interpretação de que César Golvêa não apenas é capaz de desferir o golpe, mas de matar o oponente. Em outras palavras, César Gouvêa aposta que tanto Marco Gonçalves como a plateia é capaz de inferir o que segue:

S_1 - A última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa morreu (premissa implicada do *input linguístico*);

S_2 - $S_1 \rightarrow S_3$ (inferência por *modus ponens*);

S_3 - César Gouvêa provavelmente matou a última pessoa que beijou a mulher de César Gouvêa com uma gravata (conclusão implicada/premissa implicada);

S_4 - $S_3 \rightarrow S_5$ (inferência por *modus ponens*);

S_5 - César Gouvêa provavelmente é capaz de matar Marco Gonçalves com uma gravata (conclusão implicada).

²⁶ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7LooQImHfg4&feature=related>> Acesso em: 7 fev. 2012.

Ao modo de um enxadrista que aplica xeques sucessivos, Marco Gonçalves adota mais uma vez a estratégia de responder a uma *pergunta sim-não* com uma *pergunta-QU*. O que detectamos, pela rapidez com que Marco Gonçalves elabora sua pergunta, é que ele está usando esta estratégia cognitiva automática e deliberadamente, supostamente porque já percebeu que os enunciados de César Gouvêa podem ser explorados desta maneira.²⁷

Vejamos a análise do enunciado:

(6a) “Quando?”

(6b) (morrer x, -QU_{tempo})

(6c) QUANDO [A ÚLTIMA PESSOA QUE/A ÚLTIMA PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA] Ø [MORREU]?

(6d) MARCO GONÇALVES DESEJA SABER QUANDO A ÚLTIMA PESSOA QUE/A ÚLTIMA PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA MORREU.

A resposta de Marco Gonçalves constrange César Gouvêa a declarar quando ele havia sido capaz de matar a última pessoa que beijou sua mulher com este golpe.

César Gouvêa consegue reagir com o seguinte enunciado:

(7a) Você não viu que foi no mês passado?

(7b) ■(ver x, y (ser x, α_{tempo} , $\beta_{instrumento}$))

(7c) você Ø [MARCO GONÇALVES] não viu que Ø [A ÚLTIMA PESSOA QUE BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA] foi [MORREU] no mês passado Ø [COM A GRAVATA QUE CÉSAR GOUVÊA DEU NA PESSOA QUE/A PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA]?

(7d) CÉSAR GOUVÊA DESEJA SABER SE [É VERDADE QUE] MARCO GONÇALVES NÃO VIU QUE A ÚLTIMA PESSOA QUE BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA MORREU NO MÊS PASSADO COM A GRAVATA QUE CÉSAR GOUVÊA DEU NA PESSOA QUE/A PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA.

A análise do enunciado (7) em tudo se assemelha à análise do enunciado (5). Outra vez César Gouvêa produz uma *pergunta sim-não* que mantém implícita sua capacidade de dar uma gravata em Marco Gonçalves.

Constrangido por condições semelhantes àsquelas do processamento do enunciado (7), Marco Gonçalves adota a mesma estratégia em (8), mudando a circunstância focalizada dos aspectos temporais para os locativos.

(8a) Aonde?

(8b) (morrer x, -QU_{lugar})

(8c) [A ÚLTIMA PESSOA QUE/A ÚLTIMA PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA] [MORREU] Aonde?

(8d) MARCO GONÇALVES DESEJA SABER AONDE A ÚLTIMA PESSOA QUE/A ÚLTIMA PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA MORREU.

César Gouvêa capitula e acaba por produzir a primeira parte de enunciado em tom de hesitação. Ao perceber o equívoco, ele tenta esboçar uma pergunta.

²⁷ Cf.: a expressão facial de Marco Gonçalves na figura 6.

(9a) No bairro onde eu moro... ou onde você mora...

(9b) (morreu x , α_{lugar} (morar x_i , α_{lugar}) \vee (morar x_j , α_{lugar}))

(9c) \emptyset [A ÚLTIMA PESSOA QUE/A ÚLTIMA PESSOA BEIJOU A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA]
 \emptyset [MORREU] no bairro onde [no bairro] eu_i [CÉSAR GOUVÊA_i] moro ou no bairro onde
 [no bairro] você_j [MARCO GONÇALVES_j] mora;

(9d) CÉSAR GOUVÊA DECLARA QUE [?] A ÚLTIMA PESSOA QUE/A ÚLTIMA PESSOA BEIJOU
 A MULHER DE CÉSAR GOUVÊA MORREU NO BAIRRO ONDE CESAR GOUVÊA MORA OU NO
 BAIRRO ONDE MARCO GONÇALVES MORA.

Neste ponto da interação, César Gouvêa precisa adiar a resposta relevante de fornecer localização da morte da última pessoa que havia beijado sua mulher e, ainda, elaborar outra pergunta. Ao declarar “no bairro onde eu moro”, ele acaba por fornecer a resposta. Ao emendar, em tom vacilante, “ou onde você mora” ele tenta introduzir uma pergunta optativa. Diante desta consecução, o mestre de cerimônias aperta a campainha e encerra a interação.

César Gouvêa, por fim, reconhece a vitória de Marco Gonçalves (figura 7):

(10) Cê foi muito bem, viu? Cê foi muito bem, muito bem!

Figura 5: César Gouvêa reconhece a vitória de Marco Gonçalves



Fonte: Youtube.²⁸

Como podemos observar, as regras do jogo *Só perguntas* impõem aos atores que eles respondam a perguntas com outras perguntas. Caso isto não ocorra, o jogador perde o jogo e cede a vez a outro ator. Sperber e Wilson (1986, 1995) argumentam que encerramos o processamento de um enunciado quando obtemos a relevância desejada, mas os atores têm de ir além, eles têm de gerar um estímulo ostensivo que frustra as expectativas de relevância do oponente sem fugir do tema proposto.

Na interação em análise, depois de Marcio Ballas ter definido o tema “gravata”, César Gouvêa propõe uma luta a Marco Gonçalves: “Tá preparado?”. Marco Gonçalves

²⁸ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7LooQImHfg4&feature=related>> Acesso em: 7 fev. 2012.

encaixa esta proposta no tema do jogo e lança a dúvida que se mantém ativa durante toda a interação, exigindo respostas implícitas do oponente: “Você tá achando que vai conseguir me dar uma gravata? É isso?”.

Destaque-se que a habilidade de os jogadores responderem a perguntas apenas com perguntas não se restringe às suas competências verbais. Percebemos isto mais claramente na Figura 3, quando vimos apenas o jogador César Gouvêa *em guarda*, como se estivesse preparado para uma luta. A resposta a esta expressão corporal de César Gouvêa é o que fundamenta o deslocamento de significado da palavra “gravata” de PEÇA DO VESTUÁRIO para GOLPE DE LUTA. Este deslocamento, a propósito, é essencial não apenas para a plateia e jogadores processarem a cena, mas também para que Marcio Ballas não julgasse ter havido uma fuga do tema e encerrasse o jogo.

Até então, os atores haviam utilizado apenas *perguntas sim-não*. Esta estratégia é mantida por César Gouvêa durante toda a interação, mas não por Marco Gonçalves. César Gouvêa pergunta: “Você sabe o que aconteceu com a última pessoa que beijou minha mulher?”. Esta pergunta é pertinente, porque deixa para a explicatura a inferência de que ele é capaz de dar o golpe. Contudo, Marco Gonçalves explora no pronome “que” o que será a fissura por onde ele encontra a estratégia vencedora: elaborar sucessivas *perguntas-QU*. Ele pergunta “O quê?”, capturando o constituinte mínimo focalizado por César Gouvêa e mantendo a dúvida sobre a capacidade de ele dar uma gravata.

César Gouvêa elabora uma nova *pergunta sim-não*: “Você não viu que ele morreu?”. É neste momento que Marco Gonçalves insiste na estratégia perguntando “quando” e “aonde”. César Gouvêa responde adequadamente à primeira pergunta “Você não viu que foi no mês passado?”, mas não à segunda pergunta “No bairro onde eu moro ou onde você mora”.

Sentindo-se sucessivamente armadilhado, César Gouvêa deveria postergar a resposta relevante, deixando de fornecer a circunstância locativa do assassinato, e elaborar nova pergunta. Todavia, ele ficou num meio termo entre estas duas possibilidades. Dizendo “no bairro onde eu moro”, ele acaba por fornecer a resposta esperada; dizendo “ou onde você mora” ele tenta produzir uma pergunta optativa, mas o enunciado é vacilante, o que fecha o destino do jogo.

Observemos que César Gouvêa poderia ter mantido sua estratégia anterior, elaborando algo como (11a-b) e, desse modo, obrigando Marco Gonçalves a usar tantas *perguntas-QU* quanto dispusesse ou fosse capaz de produzir, caso mantivesse esta estratégia.

(11a) Você não viu que foi no bairro onde eu moro?

(11b) Você não viu que foi no bairro onde você mora?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos neste artigo as potencialidades descritivas e explanatórias do aparato da Teoria da Relevância para a análise de interações teatrais. Mais restritamente, verificamos como plateia e atores/jogadores processam estímulos comunicacionais em situações de improvisação teatral e ilustramos estas potencialidades em uma das cenas desenvolvidas no quadro *Só perguntas*, do programa *É tudo Improvisado*.

O trabalho corroborou a hipótese operacional de que o aparato da teoria da relevância é capaz de descrever e explicar as estratégias de elaboração de sucessivas perguntas no jogo *Só perguntas*. Todos os enunciados puderam ser descritos desde sua forma lógica até a explicatura, incluindo o ato de fala subjacente, bem como as supostas inferências necessárias para interpretar o jogo. Além disto, o aparato permitiu descrever e explicar não somente as falas das personagens, mas também os estímulos não verbais essenciais para a compreensão da cena. Com base na descrição de formas lógicas, explicaturas e atos proposicionais em conjunto com as suposições que se tornaram mais manifestas pelos gestos dos jogadores, foi possível detectar como foi o suposto caminho que jogadores e plateia seguiram para interpretar a cena.

Na cena analisada, o tema “gravata” se desloca do significado de PEÇA DO VESTUÁRIO para GOLPE DE LUTA, quando César Gouvêa, em posição de guarda, propõe a Marco Gonçalves uma luta. Marco Gonçalves encaixa a provocação no tema do jogo, questionando a capacidade de seu oponente lhe dar uma gravata. Sucede-se um duelo, onde Marco Gonçalves encontra uma estratégia vencedora. Ele lança sucessivas *perguntas-QU* até que César Gouvêa acabe por fornecer a resposta relevante, perdendo o jogo, mesmo quando ele próprio já havia utilizado a estratégia de rebater as perguntas de Marco Gonçalves com sucessivas perguntas do tipo “Você não viu que *P*”.

Supostamente, César Gouvêa pode ter percebido que Marco Gonçalves havia encontrado uma estratégia vencedora, antes mesmo de cogitar que esta estratégia poderia ser facilmente derrubada. Não é sem motivo que ele cumprimenta seu oponente enquanto reconhece a derrota e o elogia. Isto sugere que este reconhecimento pode ter sido mais decisivo do que a estratégia em si mesma. Aparentemente, Marco Gonçalves o surpreendeu com um golpe inesperado no meio da luta e o venceu por antecedência.

REFERÊNCIAS

- CHACRA, Sandra. **A natureza e o sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- COSTA, Jorge Campos da. A teoria da relevância e as irrelevâncias da vida cotidiana. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. esp., pp. 161-169, set.-dez. 2005.
- É TUDO IMPROVISADO - Quadro: Só Perguntas (atores: Marcio Ballas; Marco Gonçalves; César Gouvêa). Disponível em: <<<http://www.youtube.com/watch?v=7LooQImHfg4&feature=related>>. Acesso em: 14 jan. 2012.
- OLIVEIRA, Layla Antunes de. **Processos ostensivo-inferenciais do jogo Cenas improváveis de Improvável – um espetáculo provavelmente bom**: estudo de caso com base na teoria da relevância, 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2012.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- RAUEN, Fábio José. Inferências em resumo com consulta ao texto de base: estudo de caso com base na teoria da relevância. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. esp., pp. 33-57, 2005.
- _____. Processos interacionais discente/docente em espaço virtual de aprendizagem: análise com base na teoria da relevância. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 12, n. 22, pp. 190-217, jan./jun. 2008.
- _____; OLIVEIRA, Layla Antunes de. Jogos de improviso: quando uma cena falha em deflagrar o riso. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, pp. 62-73, jun. 2012.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevance: communication and cognition**. 2.nd ed. Oxford: Blackwell, 1995.
- SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998/1963. (Coleção Estudos. Série Teatro, 62).
- WILSON, Deirdre. **Pragmatic Theory**. Tradução: Fábio José Rauen. London: UCL Linguistics Dept, 2004. Disponível em: <<<http://www.phon.ucl.ac.uk/home/pragtheory/>>. Acesso em: 15 mar. 2005.

UF
GD

